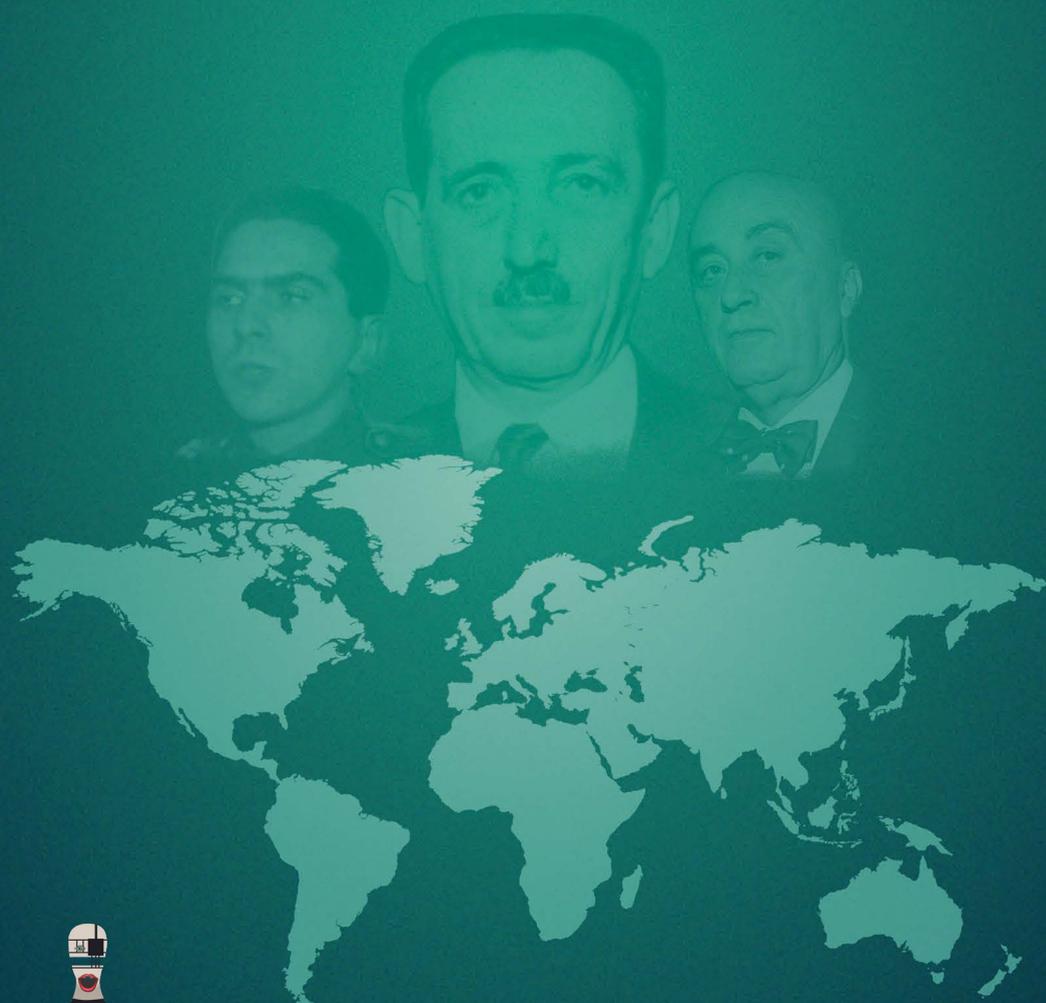


João Fábio Bertonha

O Integralismo e o **MUNDO**

comparações, percepções e diálogos transnacionais





Universidade Estadual de Maringá
Av. Colombo, 5790
Bloco H-12, sala 16
Maringá/PR
CEP: 87020-900

Conselho editorial

Angelo Priori (UEM - Coordenador Editorial)
Alexandre Fortes (UFFRJ)
Cláudia Viscardi (UFJF)
Carlos Alberto Sampaio Barbosa (UNESP)
Carlos Gregório Lopes Bernal (Universidad de El Salvador)
Francisco Carlos Palomanes Martinho (USP)
Gilmar Arruda (UEL)
Luiz Felipe Viel Moreira (UEM)
João Fábio Bertonha (UEM)
José Luiz Ruiz-Peinado Alonso (Universitat Barcelona, Espanha)
Peter Johann Mainka (Universität Würzburg, Alemanha)
Ronny Viales Hurtado (Universidad de Costa Rica)

O Integralismo e o

MUNDO

comparações, percepções e diálogos transnacionais

Copyright © 2024 João Fábio Bertonha

Todos os direitos reservados. Autorizada a reprodução, mesmo parcial, por qualquer processo mecânico, eletrônico, reprográfico etc., com a obrigação de citar a fonte.

EQUIPE TÉCNICA

Revisão e Normalização Textual e de Referências: Adriana Curti Cantadori de Camargo | Tikinet

Capa, Projeto gráfico e Diagramação: Isac Santos | Tikinet

Foto Capa: Plínio Salgado (https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pl%C3%ADnio_Salgado,_1959.tif#filelinks); Gustavo Barroso (https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Gustavo_Barroso,_ABL,_1958.tif); Miguel Reale (https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Miguel_Reale.png)

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Bertonha, João Fábio
B547i O Integralismo e o mundo: comparações, percepções e diálogos transnacionais. -- Maringá, PR : Edições Diálogos, 2024.
235 p. Il. 6,7 MB. PDF.

ISBN: 978-65-00-88245-2

1. Integralismo. 2. Plínio Salgado. 3. Miguel Reale. 4. Gustavo Barroso. I. Bertonha, João Fábio. III. Título.

CDD 327
909
981

João Fábio Bertonha

O Integralismo e o **MUNDO**

comparações, percepções e diálogos transnacionais

Maringá/PR - 2024

SUMÁRIO

Introdução	11
------------------	----

PARTE A O INTEGRALISMO EM PERSPECTIVA COMPARADA

A Direita Radical Brasileira no Século XX: do monarquismo e das ligas nacionalistas ao fascismo e à ditadura militar (1889–2011)*	19
--	----

A Direita Radical Brasileira Entre o Tradicionalismo, as Ligas Nacionalistas e a Sedução do Fascismo (1917–1932)	37
---	-----------

PARTE B A PERCEÇÃO INTEGRALISTA DOS ACONTECIMENTOS MUNDIAIS

O Conflito Ítalo-Etíope (1935–1936) no Jornal <i>A Offensiva</i>: a solidariedade fascista, o valor dos “povos de cor” e a “civilização”	67
---	----

A Guerra Civil Espanhola na Imprensa Integralista: solidariedade fascista contra o inimigo comum	89
--	----

PARTE C
LÍDERES INTEGRALISTAS E SEUS DIÁLOGOS COM O MUNDO

O Encanto Ibérico:

Plínio Salgado, o integralismo Brasileiro
e suas relações com Portugal, 1932-1975* 113

O Pensamento Corporativo em Miguel Reale:

leituras do fascismo italiano no integralismo brasileiro*139

Fascismos e Fascistas em Comparação:

Gustavo Barroso, Adrien Arcand e o antissemitismo
no Brasil e no Canadá no entre guerras*159

Salgado, Reale e Barroso:

políticos e intelectuais em circulação entre o Brasil,
a Itália, a Alemanha, a França e Portugal*187

A Título de Conclusão:

para mais estudos internacionais sobre o integralismo219

Referências 223



Introdução

Este livro reúne artigos publicados nos últimos dez anos no Brasil, em Portugal, no México, na Espanha, na Itália e na Rússia. A decisão de reuni-los em um único volume deriva de dois fatores. O primeiro é a praticidade durante a pesquisa, permitindo a um leitor interessado o acesso a todos os textos de uma vez, sem a necessidade de recorrer às ferramentas de busca em várias revistas ou livros. O segundo fator, contudo, é ainda mais importante. Os artigos abordam temas diversos, mas respondem à mesma preocupação, ou seja, a de compreender as conexões internacionais do movimento integralista brasileiro por intermédio dos instrumentos da história comparada e transnacional. Os artigos isolados, assim, acabam por adquirir um novo sentido quando agrupados, pois discussões apenas esboçadas em um texto adquirem um novo significado em outro. O valor do conjunto, aqui, é bem maior do que a soma das unidades.

O primeiro foco deste livro é situar o integralismo em termos nacionais e internacionais. Para tanto, foram selecionados dois textos nos quais analiso a trajetória não apenas do integralismo, mas da direita radical brasileira por todo o século xx. O objetivo aqui é duplo: de um lado, relacionar o integralismo com a longa história da direita nacional brasileira, pois o movimento dos camisas verdes só faz sentido dentro dessa história. Ao mesmo tempo, são feitas comparações com casos semelhantes, como a França ou a Argentina, de

forma a colocar a direita radical brasileira e o integralismo em perspectiva internacional. Posto isso, há dois textos, escritos em colaboração, nos quais é apresentada a perspectiva integralista a respeito de dois acontecimentos fundamentais da década de 1930, ou seja, a invasão italiana à Etiópia e a Guerra Civil Espanhola. A fonte para ambos os textos é a mesma, o jornal integralista *A Offensiva*, e os dois artigos permitem um olhar sobre a percepção integralista a respeito dos acontecimentos internacionais dessa década.

Na terceira parte, por sua vez, o foco é a apropriação e o diálogo que intelectuais integralistas fizeram das experiências fascistas de vários países, como a Itália, a Alemanha, o Canadá e Portugal. Entender como os líderes integralistas absorviam, dialogavam e adaptavam as teorias e práticas que vinham de outros países para a realidade nacional é um exercício fundamental se queremos entender as relações entre o nacional e o internacional na ideologia integralista e os vários artigos presentes nessa seção trabalham nessa direção, dialogando entre si.

Desde os anos 1920, na verdade, reconhecia-se que o fascismo não era um fenômeno restrito à Itália, mas com desdobramentos que se estendiam a todo o mundo. Os movimentos fascistas não se viam como isolados, mas participando de uma luta comum contra o liberalismo, a democracia, a esquerda e os opositores ao seu ideal de sociedade. Tais relacionamentos nunca foram isentos de tensões, contradições e problemas, mas eram uma constante, transformando o globo, ou ao menos o mundo ocidental, em uma única arena de batalha no qual os agentes se identificavam.

Isso é um objeto perfeito para a história transnacional, um campo de estudos que procura compreender tais relacionamentos e trocas por meio de um viés que vai além da comparação, buscando identificar a formação de redes e contatos que davam um sentido global para lutas regionais ou nacionais. Tais contatos se sustentavam com ajuda de vários canais, como o voluntariado em tempos de guerra, a circulação de dinheiro, notícias e solidariedade simbólica. Neste livro, conforme já indicado, a formação de vínculos e o estabelecimento de

diálogos são estudados especialmente por intermédio da perspectiva dos intelectuais e da imprensa.

Um problema inevitável com o qual me confrontei ao preparar esta coletânea foi a repetição de temas e argumentos, assim como a bibliografia utilizada, já que os artigos aqui presentes foram escritos em um arco temporal limitado e abordando questões semelhantes. Para ao menos aliviar as notas, providenciei uma bibliografia unificada, ao final do volume, englobando e substituindo as individuais de cada artigo. Alguns dos artigos aqui reunidos, aliás, estão presentes também em outras coletâneas minhas, mas optei por reproduzi-los novamente, pois a sua presença faz sentido, sobretudo, pela temática abordada, e reforçam a qualidade e a densidade do volume.

Um dilema muito mais importante foi o que fazer com as repetições textuais. Uma das maiores vantagens em reunir uma dúzia de textos dispersos em um livro é que discussões apenas esboçadas em um podem ser retomadas e aprofundadas em outro. Ao mesmo tempo, essa vantagem se torna uma desvantagem quando argumentos, temas e discussões se mostram repetitivos. Para diminuir o problema, optei por cortar, quando possível, as repetições textuais e fazer remissões, quando relevante, entre um e outro texto. Dessa forma, não apenas fica claro ao leitor onde e como ele poderá encontrar novas informações ou discussões dentro do mesmo livro, como foi possível eliminar passagens repetidas e discussões já feitas em um texto anterior ou que serão feitas em outro texto posterior.

Em alguns poucos momentos, contudo, decidi manter algumas repetições textuais, de forma que os artigos não ficassem sem sentido. A praxe seguida, contudo, foi a remissão e a eliminação, na maior parte dos casos, de partes repetitivas e redundantes. Também fiz mudanças nas citações e notas, uniformizando-as, o que permite uma maior agilidade nas mesmas e diminui o volume da bibliografia elencada. Dessa forma, os textos aqui presentes ainda podem ser lidos de forma isolada, ao mesmo tempo em que se abre, ao leitor, a possibilidade de acessar discussões mais elaboradas a respeito de um tema específico dentro do mesmo livro.

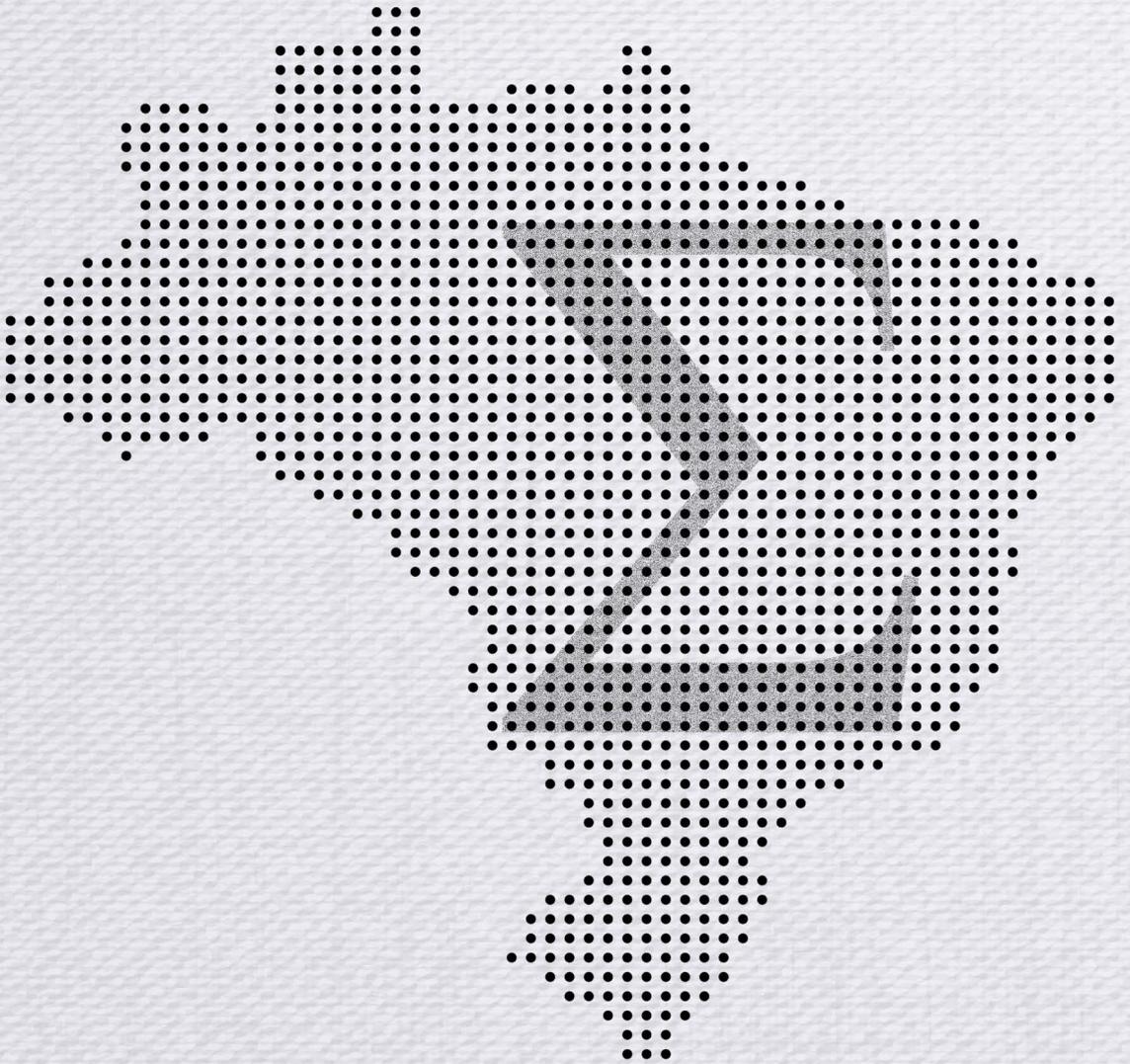
Além disso, apesar de meus estudos relacionados ao tema em questão prosseguindo e, portanto, tendo à disposição novos dados e informações, optei por não atualizar os artigos, deixando-os, em essência, conforme publicados originalmente. Dessa forma, além de uma revisão gramatical e estilística, fiz modificações apenas nas citações e notas, uniformizando-as. No entanto, optei por, em alguns momentos, incluir breves notas (indicadas com esse termo) que não estavam nos textos originais e que servem tanto para fazer remissões entre os vários artigos como para corrigir imprecisões ou problemas por demais evidentes ou questões excessivamente datadas. Por fim, providenciei uma conclusão nova, de forma a sistematizar e atualizar as discussões, fechar as lacunas que os vários artigos isolados não foram capazes de responder e lançar as bases para futuros desdobramentos.

PARTE A



O INTEGRALISMO EM PERSPECTIVA COMPARADA





A Direita Radical Brasileira no Século XX:

do monarquismo e das ligas nacionalistas ao
fascismo e à ditadura militar (1889–2011)*

Introdução

O fim do mundo comunista e o emergir da assim chamada pós-modernidade provocaram um terremoto na prática e no pensamento político deste início de milênio. A dicotomia esquerda vs. direita não podia ficar, obviamente, imune a esse momento de questionamentos e um número expressivo de trabalhos tem aparecido na tentativa de demonstrar a sua superação (Fukuyama, 1992; Giddens, 1996) ou, pelo contrário, a sua permanência no mundo que emerge das ruínas do muro de Berlim (Dumont, 1991; Bobbio, 1995).

O trabalho de Bobbio é especialmente interessante. Ele ressalta que dar como superada a oposição direita vs. esquerda seria classificar a sociedade de hoje num parâmetro especial e totalmente irreal e que não só a dicotomia continua um instrumento político válido, como que o critério básico para distinguir a direita da esquerda é a questão da igualdade e sua valoração. A esquerda teria sido sempre aquela mais voltada à promoção da igualdade, enquanto a direita seria a defensora da hierarquia e da desigualdade. Seria através de outra dicotomia (moderação/radicalismo) que o pensamento da

* Publicado originalmente, em espanhol, em *Studia Historica (Historia Contemporanea)*, n. 30, p. 133-150, 2012. Uma versão reduzida foi publicada, em russo, em *Берегиня 777 (Bereginya 777)* n. 25, p. 242-255, 2015. Uma versão um pouco diferente e atualizada foi publicada, em inglês, em *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*, 1. ed. Oxford: Oxford University Press, 2020. p. 1-26.

direita e o da esquerda se aproximariam, mas sempre separados pelo divisor de águas chave da igualdade.

Não é esse certamente o lugar para uma longa discussão teórica sobre esses autores e suas ideias¹. O que me parece evidente, porém, é que dificilmente poderemos compreender as diferenças entre a esquerda e a direita e a validade da dicotomia como base do pensamento político contemporâneo se pensarmos em categorias formais e abstratas e que não levam em conta a mobilidade temporal que esses próprios conceitos tiveram no decorrer dos últimos duzentos anos.

Este texto leva em conta esses referenciais teóricos (especialmente o de Bobbio) numa tentativa de definir e entender a formação e o desenvolvimento de uma direita radical no Brasil desde finais do século XIX até o momento presente. A ênfase do artigo será o momento em que a direita radical adquiriu mais popularidade mundial e nacionalmente (os anos 1930), mas os períodos anterior e posterior aos anos 1930 também serão abordados, ainda que lateralmente, de forma a fazer o contraponto com o seu momento de maior visibilidade.

Ainda nesse sentido, cumpre ressaltar que trabalharei, no decorrer deste texto, com a direita radical² brasileira como um todo, mas que a ênfase cairá especialmente na *Ação Integralista Brasileira* (AIB), a versão brasileira do fascismo, fundada em 1932 e formalmente dissolvida pelo Governo Federal brasileiro em 1938. Esse grupo será, obrigatoriamente, o foco da nossa discussão tanto pelo fato de ter sido, de longe, o mais bem sucedido dos vários grupos da 'direita radical' brasileira, como pela sua longevidade, já que seus

¹ Para trabalhos nesse sentido, ver Santambrogio (1998) e Revelli (1996).

² Por direita radical ou extrema direita, entendo um grupo particular dentro do campo da direita que não se contenta com a manutenção da ordem social como os conservadores nem restaurar um passado mítico como os reacionários, mas visa, ao menos em teoria, criar algo novo por meio das premissas centrais do universo da direita, destruindo a democracia liberal. Nesse sentido, considero os fascistas como membros da direita radical, mas que essa não se limita a eles. O termo, com certeza, é vago e aberto a questionamentos, mas me parece útil para conduzir uma discussão que fale da extrema direita sem se focar única e exclusivamente no fascismo. Para o debate sobre a conceituação das várias 'direitas' ver um bom resumo em Deutsch (1999).

herdeiros e admiradores continuaram atuantes na política brasileira por décadas a fio depois do seu fechamento formal e ainda hoje.

Darei especial ênfase, igualmente, à presença das ideias e das práticas fascistas europeias no Brasil e às ligações dessas com os movimentos nacionais, assim como às continuidades e mudanças da direita radical brasileira no decorrer do século XX. Comparações com grupos outros da América Latina e da Europa também serão feitas, ainda que de forma limitada, para situar o caso brasileiro dentro do mundo ocidental.

O Fascismo no Brasil e a Luta pelo Poder:
*a Ação Integralista Brasileira*³

Se formos pensar em termos de fascismo organizado, o país mais próximo do fascismo, na década de 1930, em termos latino-americanos seria, provavelmente, o Brasil. As numerosas coletividades alemãs e italianas não tinham aderido formalmente ao fascismo de seus países de origem (se alistando em massa nos *fasci all'estero* e na *NSDAP – Auslands-Organisation*, mas um sentimento genérico e consistente de apoio estava presente⁴. O regime implantado pelo governo do presidente Getúlio Vargas entre 1937 e 1945, também conhecido como *Estado Novo*, com certeza não era fascista (sendo mais uma ditadura conservadora com tons modernizantes). Contudo, vários de seus membros simpatizavam com Adolf Hitler e, ainda mais, com Benito Mussolini e António de Oliveira Salazar. Não obstante, o principal fator que sustenta essa afirmação é a existência da AIB, o maior partido fascista surgido fora da Europa.

Há uma discussão imensa na historiografia brasileira sobre o caráter do movimento e se a classificação 'fascista' seria adequada para ele (Bertonha, 2010a, 2014). A visão predominante, contudo, a qual também compartilho, é a de que a AIB era propriamente um

³ Nota: na versão original desse texto, havia uma parte sobre a direita radical no Brasil entre 1890 e 1932. Dado o fato que o artigo a seguir amplifica e retoma essa discussão, essa parte foi removida.

⁴ Ver meus livros para o caso italiano. Para o caso alemão, ver, entre muitos outros, Gertz (1987); Athaides (2011); Dietrich (2007).

movimento fascista, sobretudo, por suas características, bases sociais de apoio, vinculações ideológicas e internacionais etc.

Importante ressaltar que, apesar dos vínculos dos integralistas com o fascismo internacional (menos com o nazismo, e mais com o fascismo italiano e os movimentos fascistas de Portugal e Espanha) e da influência ideológica indireta de Mussolini e dos movimentos fascistas portugueses⁵, o integralismo brasileiro não foi de forma alguma algo mimético, importado e sem significado na realidade nacional. Pelo contrário, ele atraiu filhos de imigrantes (especialmente italianos e alemães), negros, parte das classes médias urbanas, intelectuais e, também, alguns operários. O número exato dos seus militantes é desconhecido, mas se aproximava das centenas de milhares de adeptos, o que indica relativa projeção no cenário nacional.

O movimento, além disso, esteve perto de atingir o poder no Brasil, tendo participado do golpe de Getúlio Vargas que criou o *Estado Novo* em 1937. Sua força foi insuficiente, porém, para assumir o comando num país cuja direita conservadora (especialmente a Igreja, os militares e as elites políticas e econômicas) manteve o controle do governo. Ao final, o movimento foi expulso do bloco governista e, após tentativa de um golpe de Estado, em 1938, a AIB foi formalmente eliminada por Vargas, tendo seu líder, Plínio Salgado, se refugiado em Portugal.

Uma boa maneira de compreender a gênese do integralismo e verificar a sua filiação fascista é compará-lo com outros grupos da direita radical em ação no Brasil do período e com o próprio *Estado Novo*. Com relação ao primeiro grupo, o caso mais emblemático é o dos patrianovistas. Próximos do integralismo lusitano e da *Action Française*, eles defendiam não só a restauração monárquica, ou seja, o retorno do rei e da realeza, como também defendiam uma monarquia corporativa, católica e autoritária, que resgataria a nação dos riscos da desagregação social, do liberalismo e do comunismo.

⁵ Nota: ver artigo voltado ao tema na terceira parte desta coletânea.

Eles compartilhavam com o integralismo o mesmo diagnóstico sobre os problemas nacionais e parte das soluções, o que permitia aos dois movimentos conviverem. No entanto, a perspectiva moderna do integralismo, a relutância em assumir o catolicismo conservador radical dos patrianovistas e a defesa da República não facilitavam, aos patrianovistas, uma possível unificação entre os dois grupos (Malatian, 1990, 2002). Ambos na direita radical, mas com perspectivas diferentes.

Com relação ao *Estado Novo* e sua relação com o integralismo, é visível as formas como, no conflito de forças em disputa, o varguismo conseguiu canalizar para si o apoio das Forças Armadas, da Igreja, das elites econômicas e de boa parte das camadas média, além de seduzir o operariado e as classes populares. Vargas contou também com a incapacidade do movimento integralista em estabelecer uma estratégia de resposta adequada e com as hesitações de Plínio Salgado perante o instinto político aguçado de Getúlio Vargas.

Na verdade, a meu ver, a questão central que levou todas essas forças, apesar de simpáticas ao integralismo, a apoiarem, na hora da decisão, o governo Vargas, tem a ver tanto com motivos particulares de cada uma, como por motivações práticas, pois Vargas já controlava o Estado, enquanto o integralismo tinha apenas a pretensão de fazê-lo. Mas, mais importante que tudo, provavelmente, foi a questão da própria concepção da política e do Estado.

Vargas, com seus ideais de reforço do poder do Estado e voltados à modernização do Brasil com manutenção da ordem, era muito mais um autoritário do que outra coisa. Para ele e para as forças que o apoiavam, conforme já exaustivamente demonstrado pela historiografia, o fundamental era conquistar as elites e controlar o Estado para gerir as mudanças que eles consideravam necessárias para o país, mas sem que fossem rompidas a ordem e as hierarquias tradicionais. A população, nesse contexto, devia ser até estimulada a aderir ao projeto, mas sempre sob controle.

Talvez, como sugerido por Adalberto Paranhos (1999, p. 115), houvesse uma perspectiva mobilizadora, como potencial de reserva,

a ser utilizada em momentos de crise, como em 1942 e 1943 e que depois reapareceu na era do trabalhismo. Não obstante, era um potencial que nunca foi explorado na sua totalidade e não espanta como Vargas tenha recusado todos os pedidos de intelectuais, como o de Francisco Campos para dotar o Estado Novo de uma base doutrinária mais precisa e de um partido e organizações capazes de mobilizar a massa, em senso fascista, em defesa do Estado (Schwartzman, 1984, pp. 123-140). A própria leitura dos intelectuais estadonovistas do fascismo italiano enfatizava mais, segundo Oliveira (1982, pp. 14-30), a ordem e a hierarquia do que a mobilização popular.

A perspectiva de Salgado e do integralismo, nesse sentido, era diversa. Como bem indicado por Ricardo Benzaquem de Araújo (1987), o líder dos integralistas defendia a mobilização da sociedade em um processo de colaboração corporativa entre as classes para, assim, mudá-la. Se isso pode ou não ser chamado de totalitarismo, é questão em aberto, mas esta perspectiva mobilizadora está presente tanto em Salgado, como em outros líderes integralistas e sugere um contraste nítido com a perspectiva desmobilizadora do Estado Novo.

Para as elites dirigentes brasileiras, a perspectiva de Vargas era a mais adequada e não espanta que a proposta integralista tenha sido derrotada. Algo semelhante, aliás, aconteceu em Portugal, o que indica que as reflexões de Giovanni Sartori (Pinto, 1994, p. 219) sobre a relação entre o nível de incorporação das massas na sociedade liberal e a formatação de partidos únicos mobilizadores ou desmobilizadores na ditadura que a sucede têm algum valor. De qualquer modo, ficam claros os limites para o crescimento da direita radical brasileira e, especialmente, da sua versão fascista no período do entreguerras.

O Partido de Representação Popular e a Busca pelo Poder, 1946-1965

Entre 1938 e 1946, os remanescentes do integralismo se dividiram na sua relação com o *Estado Novo* varguista. Alguns foram cooptados pelo regime e se tornaram fiéis funcionários dele. Outros

integralistas optaram pela neutralidade e silêncio, à espera de melhores dias, enquanto outros procuravam se reunir clandestinamente e manter vivos alguns dos ideais do movimento. De qualquer modo, as possibilidades de maior influência política eram, nesse período, praticamente nulas.

Com a redemocratização, o retorno de Plínio Salgado ao Brasil e a fundação do *Partido de Representação Popular* (PRP), novas possibilidades pareciam abrir-se para o integralismo, ou para o novo integralismo. Proclamar a violência ou o golpe de Estado para atingir o poder não eram mais aceitáveis naquele momento, mas a luta eleitoral parecia um caminho viável e que poderia ser percorrido⁶.

Num primeiro momento, ao final dos anos 1940, o grande problema dos integralistas era a sua reorganização e a sua aceitação pelo *establishment* político. Não era realmente um problema de fácil solução. O integralismo era desprezado, ao menos publicamente, por todas as forças do espectro político e, para piorar, muitos dos velhos integralistas, como Miguel Reale e Gustavo Barroso, optaram por permanecer de fora, o que enfraquecia o novo partido.

O nascente PRP respondeu negando as acusações de espionagem e as ligações com Hitler ou Mussolini. Um especial cuidado foi tomado com a questão da democracia, a ser vista logo a seguir, e com a do fascismo, com os novos integralistas ressaltando que o integralismo não era nem nunca havia sido fascista. Salgado e outros autores produziram um grande número de documentos para ressaltar esse ponto e velhos livros e textos foram, quando necessário, esquecidos ou adulterados para ressaltar os novos cânones.

De qualquer modo, apesar da resistência generalizada, o novo partido acabou por ser aceito dentro do novo sistema político montado em 1945. Seu registro foi deferido pelo Estado em 9 de outubro de 1945 e sua segunda convenção, em 26 de outubro de 1946, marcou o retorno de Salgado e sua eleição para presidente do partido.

⁶ Para os parágrafos a seguir, a não ser que exista menção em contrário, baseei-me no trabalho do historiador Gilberto Calil (2001, 2005a).

Nesse encontro, reafirmaram-se os novos princípios ideológicos do partido, revelando plena inserção no sistema político e depuração do que não seria mais aceitável do velho integralismo. Ele continuava, contudo, a defender ideias caras aos integralistas, como o municipalismo, o nacionalismo, o espiritualismo e um anticomunismo quase fanático.

O PRP era adaptado à democracia até para poder funcionar. Mas como negar sua velha crítica ao sistema liberal? Para tanto, eles criaram a concepção de ‘conceito cristão de democracia’. Seguindo esse conceito, os valores cristãos defendidos pelo partido seriam a chave da verdadeira democracia, enquanto a democracia formal pouco valeria, já que estava firmada em valores materialistas. O partido lutaria pela verdadeira democracia ao mesmo tempo em que concentraria todas as forças nos verdadeiros inimigos desse regime, ou seja, os comunistas.

Criava-se, assim, um interessante jogo de palavras, o qual permitia que eles continuassem atacando o sistema democrático mesmo, a princípio, o defendendo. Uma ideia próxima do conceito de ‘democracia defensiva’ utilizado, por exemplo, pela conservadora *União Democrática Nacional* e que indica como o partido estava, também nesse ponto, adaptando-se aos novos tempos.

Essa transformação da AIB em PRP foi muito estudada pela historiografia brasileira dos últimos anos, mas algumas questões de fundo, analíticas, continuam em aberto. Após as suas alterações doutrinárias, ele poderia ser chamado de ‘pós-fascista’ ou ‘neofascista’, tendo se afastado do modelo do fascismo clássico da antiga AIB, mas ainda dentro da perspectiva teórica fascista? Ou teria se distanciado tanto que poderia ser classificado não mais como um partido fascista ou inclinado a esse tipo de sistema autoritário, mas simplesmente como um partido conservador ou de direita, ainda que radical? Essa é outra questão em aberto.

De qualquer modo, o PRP era, ao lado de minúsculos grupos anticomunistas ou ultraconservadores abrigados nas forças armadas ou na Igreja, o mais importante grupo da direita radical brasileira

(quer o consideremos neofascista ou não) nos anos 1940 e 1950. Muitos partidos e grupos eram conservadores e de direita, mas no universo da direita radical, o PRP ainda era o mais importante.

Essa transformação, apesar de permitir uma sobrevida aos ex-integralistas e fazer do PRP a mais importante força da direita radical brasileira, também trouxe problemas para eles. Era difícil para os seguidores de Salgado negarem que, apesar de tudo, estavam agora adaptados ao sistema liberal-parlamentar que haviam atacado poucos anos antes. Essa contradição, aliás, muito provavelmente, ajudou, entre outros fatores, a diminuir o apelo do partido dentro do cenário político pós-1945 e sua credibilidade entre os velhos integralistas.

Efetivamente, entre 1945 e 1965 (quando o partido foi dissolvido, com todos os outros, pelo regime militar), o PRP foi um ator constante na política brasileira, mas seus resultados eleitorais nunca foram especialmente consistentes. Era extremamente fraco no Norte e Nordeste, com alguma representatividade no Sudeste. As bases mais fortes estavam nos estados do Sul e no Espírito Santo, antigas áreas de colonização italiana e alemã, nos agricultores do minifúndio e em parte das classes médias urbanas.

Em alguns estados, como o Rio Grande do Sul, o partido tinha votos suficientes para exercer alguma influência na formatação dos governos estaduais, mas sempre em posição subordinada. Em São Paulo, também participou de algumas coalizões e garantiu cargos e empregos a alguns de seus líderes. No Governo Federal, participou do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) e negociou apoio parlamentar a vários outros. Uma força política que deu sobrevida a Salgado e que representou um sucesso não reproduzido por outros líderes fascistas ‘reciclados’ como Oswald Mosley na Inglaterra ou Adrien Arcand no Canadá. Não obstante, uma força bem longe do mínimo necessário para alimentar os sonhos de poder de sua liderança.

Dessa forma, o PRP continuava, no final dos anos 1950 e início dos 1960, como uma organização pequena e de pouca representatividade. A única chance de poder dos remanescentes do integralismo

era um golpe em reunião com outras forças políticas da direita, o que veio a acontecer em 31 de março de 1964.

A Direita Radical e o Regime de 1964

Com a polarização política brasileira no início da década de 1960, Salgado e seus seguidores identificaram uma nova ‘janela de oportunidades’ para atingir o poder. Não mais pela via democrática, a qual havia se revelado além do alcance dos limitados recursos do partido e da sua relativamente pequena popularidade, mas pela participação em um novo golpe de Estado.

Os perrepistas tiveram efetivamente um papel de destaque na formatação do golpe em 31 de março de 1964. Os deputados do PRP fizeram inúmeros discursos na Câmara dos Deputados contra o presidente João Goulart e membros do partido colaboraram, em palestras e atos públicos por todo o país, na criação de uma atmosfera favorável ao golpe. Várias das conservadoras Marchas da Família com Deus pela Liberdade tiveram participação do PRP e Plínio Salgado foi especialmente atuante na de São Paulo. O famoso sistema *Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais/Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IPES/IBAD)*, por isso mesmo, financiou boa parte destas atividades nesses anos iniciais da década de 1960.

Plínio Salgado também colaborou, em boa medida, aproveitando-se da sua rede de contatos da época integralista, na organização do golpe em si. Afinal, vários dos conspiradores haviam sido integralistas e tinham respeito pela figura de Salgado, o que ajudou no agendamento de encontros e na superação de problemas. Depois da vitória do movimento golpista, Plínio tentou assumir todos os méritos pelo ocorrido e afirmou que toda a movimentação havia acontecido sob sua coordenação e que 1964 era uma vitória do integralismo.

Essa versão é certamente exagerada. Claro que houve integralistas em posição de comando no golpe, mas, em geral, eles não se articularam enquanto herdeiros do movimento e muito menos obedecendo a ordens de Salgado. Ou seja, os remanescentes do integralismo – filiados ou não ao PRP – tiveram participação importante

no movimento e colaboraram para o seu sucesso. Mas não se pode exagerar o processo histórico em si⁷.

Do mesmo modo, é preciso ter cuidado com a superestimação da influência integralista no regime militar. Aparentemente, ela foi imensa. Afinal, os ex-integralistas receberam, do regime, acesso a posições de poder em quantidade e importância superiores às que o PRP havia atingido.

Salgado gostava de ressaltar essa relevância integralista. Em entrevistas e documentos, ele afirmava regularmente que os integralistas estavam chegando ao poder. Ele dizia que o movimento tinha centenas de milhares de adeptos e que estariam todos prontos para receber as ordens. Também mencionava com regularidade como centenas de oficiais superiores, deputados e altos membros do Poder Executivo eram integralistas e o obedeciam.

Como bem indicado por Hélio Trindade (1994, p. 135) e Gilberto Calil (2002), esses cálculos podem não ser absurdos e, portanto, é verdade que muitos membros do governo eram ex-integralistas e que o integralismo forneceu quadros políticos, socializados pelo partido em seus ideais, ao regime. Do mesmo modo, é fato que alguns deles estavam satisfeitos com os ideais da ditadura, como o anticomunismo, no qual viam alguns pontos comuns com o antigo integralismo. Não obstante, a grande maioria dos ex-militantes da AIB ou do PRP já tinha se desgarrado ou rompido com o integralismo, estava desarticulada e, com certeza, poucos obedeciam ao comando de Plínio. Assim, ao contrário daquilo que este dizia, os remanescentes do integralismo não comandavam nem influenciavam de forma decidida o regime, seja abertamente, seja nas sombras.

Realmente, o projeto da ditadura militar tinha muito pouco a ver com os ideais de 1932 ou mesmo de 1945 da AIB ou do PRP, com a exceção de pontos de contato eventuais. O viés dessa era, ainda que existissem várias correntes no seu interior, o autoritarismo modernizante, com especial aversão a qualquer ideia de

⁷ Ver análises ponderadas neste sentido em Calil (2005b); Trindade (1994).

mobilização popular ou de criação de um partido de massa (Linz, 1980, p. 149). Não espanta que os apelos de Salgado por uma definição ideológica do regime tenham caído no vazio e que os ex-militantes integralistas trabalhassem com e para os generais sem manter obrigatoriamente uma identidade integralista ou uma fidelidade a Salgado.

Dessa forma, a presença dos herdeiros do fascismo no regime militar brasileiro não chegou a ser marcante. Em setores das forças de repressão ou nas envolvidas diretamente com a tortura, referências ao nazismo ou a simbologia fascista não foram incomuns, assim como a presença de simpatizantes desse no papel de torturadores.

O regime, além disso, apoiou indiretamente organismos de extrema-direita (ainda que não fascistas, mas reacionários ou conservadores) como a TFP (*Tradição, Família e Propriedade*) e o CCC (*Comando de Caça aos Comunistas*) e deu, como visto, algum espaço aos ex-integralistas. Mas foram atividades isoladas, que não significam que possamos considerar o regime como dominado por esses grupos.

Em resumo, a ditadura militar instalada no Brasil entre 1964 e 1985 pode ter sido muita coisa, mas não foi fascista. Isso não significa, contudo, que a extrema-direita fascista (ou herdeira do fascismo) não tenha tido nenhuma influência na formatação desse regime. Como visto, ela colaborou para o golpe que levou os generais ao poder e suas ideias, perspectivas e homens circularam para dentro do regime. Mas esse grupo nunca conseguiu implantar seu projeto, e a ditadura, apesar de claramente de direita e autoritária, não era fascista nem dominado pelos ideais do fascismo ou da direita radical.

A Direita Radical e o Fascismo no Brasil Contemporâneo

Desde a morte de Plínio Salgado, em 1975, vários grupos políticos têm procurado manter os ideais do integralismo, como a *Ação Integralista Brasileira*, de Anésio Lara; a *Frente Integralista Brasileira* (FIB), o *Movimento Integralista e Linearista Brasileiro*

(MIL-B) e a *Ação Integralista Revolucionária* (AIR), além de centros culturais e de militantes individuais⁸.

Também surgiram e seguem atuando no Brasil grupos mais próximos da ideologia nazista, de herdeiros do regime militar e outros ligados ao conservadorismo católico. Nos últimos anos também se viu o nascimento, no Brasil, de grupos e movimentos conservadores neoliberais e tradicionalistas (que poderiam ou não ser incluídos dentro da rubrica da direita radical) que, principalmente via internet, procuram combater as políticas de esquerda, de forma paralela à ação no parlamento e nos partidos tradicionais da direita.

Os neointegralistas e outros grupos de extrema-direita não são, hoje, um grande perigo à democracia brasileira, dado o seu número limitado de membros e sua repercussão quase zero longe das redes sociais, mas a sua simples existência indica a permanência dos ideais fascistas e da direita radical no Brasil e sua continuidade com os períodos anteriores,

Como aconteceu no decorrer de toda a sua história, a direita radical brasileira continua a ser uma força muito heterogênea, unida por sua aversão ao ‘esquerdismo’ e na sua fome de poder, mas incapaz de formular uma proposta unificada para o Brasil do século XXI e com poucas perspectivas de influenciar até mesmo os partidos tradicionais da direita nacional.

Um exemplo dessa heterogeneidade são as relações desses grupos com os militares da reserva herdeiros dos ideais do regime de 1964 ou com os ativistas monárquicos. Há algum grau de convivência e simpatia mútua, mas também discordâncias, numa relação que não está perfeitamente clara. O mesmo pode ser dito da TFP, que segue existindo. Há indícios de que vários dos atuais militantes do integralismo são simpatizantes ou mesmo membros dessa associação ultrarreacionária católica. Não obstante, na internet se encontram debates, muitas vezes tensos, entre adeptos dos dois grupos.

⁸ Para uma visão geral do novo integralismo, ver Carneiro (2007), Caldeira Neto (2014).

Outro ponto de tensão e que tem total coerência com a época do fascismo clássico é a problemática racial e nacionalista. Em vários grupos *skinheads* brasileiros de hoje, o foco é a defesa da raça branca e da sua supremacia no mundo, o que leva a ideais separatistas do centro-sul brasileiro, majoritariamente branco, do resto do país. De forma lógica, esses grupos mantêm vínculos internacionais com outros supremacistas brancos, na Europa ou na América do Norte, à espera da grande guerra racial que se avizinha. Já outros grupos, mais nacionalistas, se baseiam muitas vezes na doutrina integralista para defender um Brasil nacionalista, sem separatismos ou segregação racial, aceitando até mesmo negros ou pardos nas suas fileiras.

É fácil imaginar que militantes desses dois grupos possam se unir para atos de violência contra *punks*, homossexuais ou outros inimigos comuns. Mas a tensão de base, entre duas concepções diversas de mundo, está presente e é uma reelaboração da mesma tensão entre várias concepções de fascismo (matriz italiana/matriz alemã) e entre solidariedade ideológica e competição nacionalista que houve na era do fascismo clássico.

A relação dos grupos políticos que seguem a doutrina integralista ou da direita radical com os partidos nacionais também é um bom indicador dos limites desses grupos hoje. É conhecido como os ‘neos’ apoiaram a Aliança Renovadora Nacional (Arena) (partido do governo) durante o regime militar, o Partido Democrático Social (PDS) e, logo depois, Ronaldo Caiado e Fernando Collor nas eleições de 1989. Nos anos seguintes, as esperanças se concentraram no Partido de Reedificação da Ordem Nacional (Prona), de Enéas Carneiro; e, nas eleições de 2010, optaram, como mal menor, por José Serra, já que o Partido dos Trabalhadores (PT) representava o inimigo central.

A direita radical, portanto, não é importante no Brasil atual, grupos isolados continuam a pregar o integralismo, o nazismo ou outras ideologias semelhantes na internet e pequenos, mas violentos, grupos de *skinheads* cometem agressões e até assassinatos em São Paulo, Curitiba ou Porto Alegre. Mas não vão além disso, o que

pode indicar a força da democracia brasileira contemporânea ou a fraqueza intrínseca desses grupos⁹.

Conclusões

A presença de grupos e pessoas imbuídas dos ideais da direita radical no Brasil é algo mais do que natural quando nos recordamos de que o Estado e a nação brasileira são parte do mundo ocidental. Mesmo com as inevitáveis (e significativas) adaptações derivadas da sua geografia, da distância da Europa e, acima de tudo, da sua posição colonial ou subordinada perante o centro do sistema capitalista, o Estado e a sociedade brasileiras foram montados seguindo os parâmetros europeus, o que não espanta como as ideias europeias tenham feito sentido e se difundido no Brasil.

Além disso, a forte presença da Igreja Católica e os vínculos culturais e linguísticos, especialmente com a Península Ibérica, a Itália e a França, também facilitavam essa difusão, o que tornava a mensagem da direita radical europeia, desde o século XIX, mais permeável no Brasil (e no continente) do que, digamos, na África ou na China.

Desde o século XIX, além disso, grandes coletividades de imigrantes alemães, italianos, portugueses, espanhóis e outros estavam presentes no território brasileiro e, ao menos no período entreguerras, elas estavam ligadas aos regimes fascistas ou conservadores dos seus países de origem. Apesar de isso não significar que todas essas coletividades estivessem dominadas pela ideologia fascista, elas permitiam uma difusão especial da experiência fascista europeia no país nos anos 1930 e 1940.

Isso não significa dizer que os monarquistas de final do século XIX, as ligas brasileiras dos anos 1910, os integralistas no entreguerras ou os adeptos do PRP e do CCC fossem meras cópias miméticas de originais europeus. Questões próprias da sociedade brasileira também faziam alguns desses ideais e projetos mais defensáveis e

⁹ Nota: Não resta dúvida que, entre a publicação original deste artigo e o momento atual, tal avaliação se revelou errônea. Na versão deste artigo publicada pela Universidade de Oxford em 2020, faço uma breve atualização do tema, que optei por não colocar aqui.

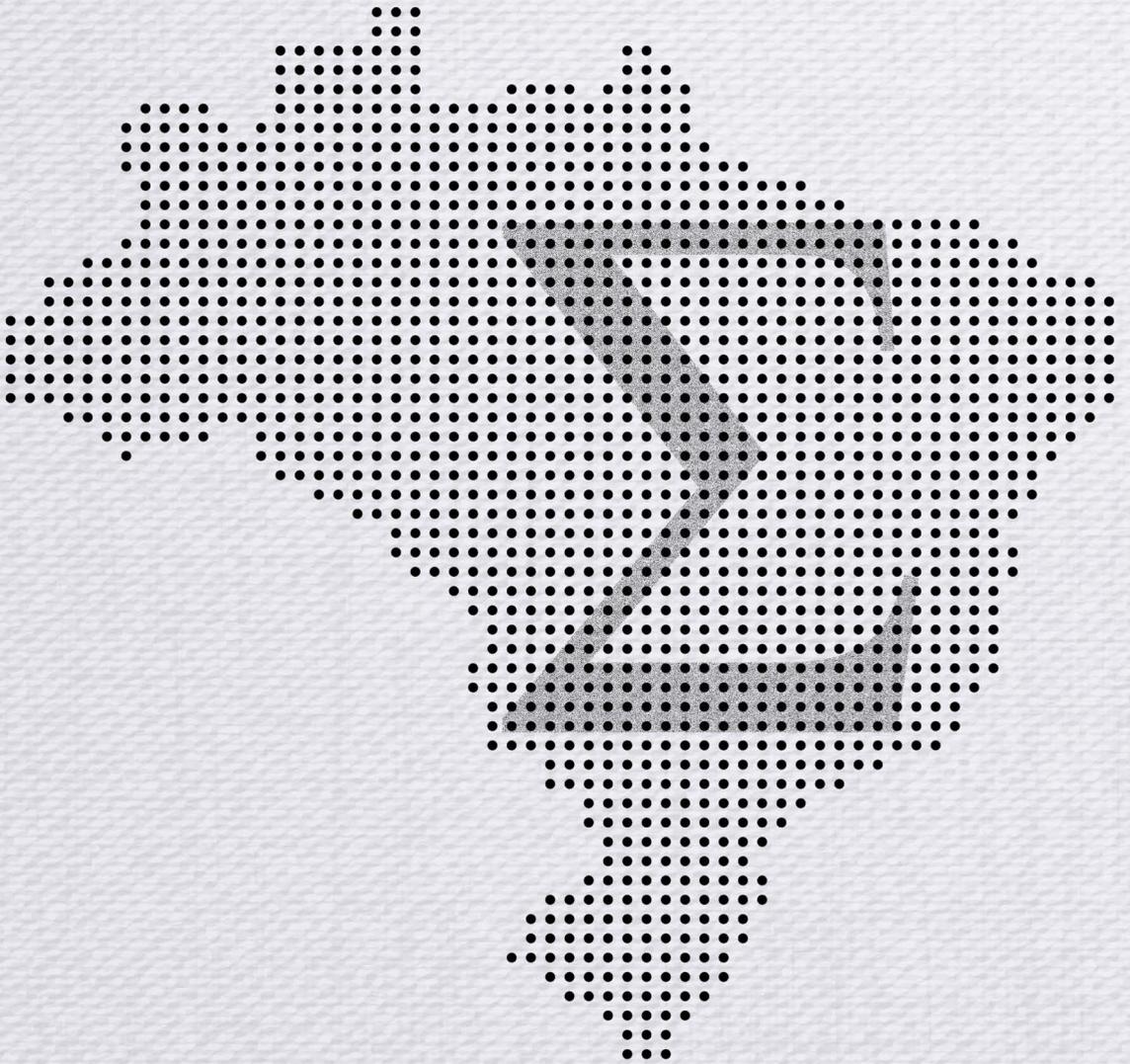
aceitáveis no Brasil do que em outras partes do mundo ocidental. Não espanta, aliás, que o momento de maior proximidade ao poder por parte da direita radical brasileira foi a década de 1930, quando o fascismo parecia a ‘onda do futuro’ em todo o Ocidente e quando a crise da adaptação ao mundo moderno atingiu o país com especial força, de forma semelhante, provavelmente, ao acontecido em Portugal, na Espanha e em outros países latino-americanos.

Explicar como e por que os fascistas, seus herdeiros e a extrema-direita em geral tiveram tão pouco sucesso dentro da história do país é uma tarefa bem mais complicada. É fato que eles não conseguiram grande relevância na sociedade e no Estado, a não ser de forma isolada e em alguns momentos. Na maior parte do tempo, foi a direita tradicional (liberal ou autoritária, populista ou oligárquica) que teve as rédeas do poder no Brasil e os adeptos da direita radical não conseguiram mais do que alguma influência indireta ou nacos isolados do poder.

Hélgio Trindade, Lamounier e outros estudiosos do pensamento político brasileiro identificaram, há muito, uma característica central do sistema político implantado após a Proclamação da República, em 1889: a lógica liberal associada à práxis democrática. Seja no domínio oligárquico disfarçado de liberalismo durante a República Velha, seja no autoritarismo da Era Vargas ou na ‘democracia relativa’ implantada pelo regime militar, a cultura política das elites brasileiras sempre desconfiou de mobilizações populares ou radicalismos que fossem perigosos para a ordem constituída.

Nesse sentido, a manutenção do *status quo*, pela força se necessário, é a prioridade absoluta e as elites brasileiras sempre desconfiaram de mudanças que poderiam sinalizar uma perda de controle da sociedade e do Estado por parte delas. O fato de a cultura política brasileira ter sido, em essência, conservadora, autoritária e pouco democrática, sempre pronta para resolver pela força os problemas e desafios sociais e políticos, pode ter bloqueado o caminho da direita radical em suas várias encarnações.

Em outras palavras, o fato do Brasil ser um país dominado, na maior parte da sua história, pela direita tradicional, em suas mais variadas formas, pode ter dificultado, e não facilitado, a existência da direita radical no país. O fato da direita brasileira sempre ter conseguido dar as cartas no país, ao menos até a redemocratização em 1985, pode ser, assim, a razão central da força relativamente pequena da sua ala radical. Paradoxalmente, numa sociedade conservadora e quase sempre dominada pelos ideais da direita, esse domínio pode tê-la vacinado, ao menos, contra as tentações do extremismo radical da própria direita.



A Direita Radical Brasileira Entre o Tradicionalismo, as Ligas Nacionalistas e a Sedução do Fascismo (1917-1932)*

Introdução

Se observarmos a história da extrema-direita (ou direita radical) ocidental entre as duas guerras mundiais, é facilmente perceptível como a sua expansão pelo mundo teve ‘ondas’ bem definidas. Ao final da Primeira Guerra Mundial (e, especialmente, entre 1917 e 1921), um grande número de ligas e grupos nacionalistas foi formado para conter a agitação operária em vários países. Na maioria dos casos, eram grupos conservadores ou reacionários que se dissolveram ou perderam importância na década de 1920.

A primeira ‘onda’ realmente fascista foi no início dos anos 1920, sobretudo, motivada pela crise econômica e social imediatamente posterior à Primeira Guerra Mundial e o exemplo de Mussolini na Itália. Nesse período, por toda a Europa e as Américas, surgiram vários pequenos partidos fascistas, a maioria dos quais desapareceu ou perdeu expressão com o passar dos anos.

No início da década seguinte, com o abalo no sistema capitalista promovido pela Crise de 1929 e a descoberta de que o fascismo não era um fenômeno restrito à Itália (dado o crescente poder do nazismo e a ascensão de Adolf Hitler ao governo alemão logo a seguir), surgiu uma nova ‘onda’ de partidos fascistas pela Europa, as Américas

* Publicado originalmente em espanhol em Bohoslavsky; Jorge; Lida (2019, p. 189-210).

e Austrália, muitos recuperando e reciclando os homens e as ideias da década anterior. O integralismo brasileiro (fundado em 1932) está claramente nesse caso, superando e absorvendo os pequenos grupos de inspiração fascista surgidos no Brasil na década anterior.

Até pelo fato de as ligas nacionalistas brasileiras terem perdido expressão rapidamente e pela primeira onda fascista ter tido pouca repercussão no caso brasileiro, sabemos muito pouco tanto sobre essas ligas quanto sobre os pequenos movimentos dessa natureza que existiram no país na década de 1920 e início da de 1930.

O objetivo deste texto é justamente estudar melhor esse período crucial de 15 anos (1917-1932), procurando compreender os vínculos entre os vários movimentos e grupos de extrema-direita com o fascismo institucionalizado que surgiu a partir de 1932. Como e por que a direita flertou com o fascismo e o autoritarismo e por que razão retornou ao padrão mais conservador e até liberal dos anos anteriores? Quais as igualdades e as diferenças desses pequenos partidos fascistas dos anos 1920 com relação ao integralismo? Como e em que medida eles renunciaram ou criaram as bases para a institucionalização fascista na década seguinte? São apenas algumas das questões que se pretende trabalhar.

Para dar conta desses objetivos, o texto se dividirá em várias etapas bem definidas. Em primeiro lugar, farei um rápido esboço sobre a história da direita radical brasileira até o colapso da ordem liberal internacional, em 1914, com destaque para a reestruturação dessa direita especialmente nos anos de agitação social entre 1917 e meados da década de 1920.

O período de refluxo da extrema-direita, grosso modo, a partir de meados dos anos 1920 até 1930 será o foco seguinte. Por fim, ao crucial período de 1930-1932, será dada uma importância especial, pois foram nesses dois anos que se lançaram as bases para que a extrema-direita se consolidasse e se convertesse em uma opção política real na década de 1930.

Como forma de identificar com mais concretude essa história e aproveitando a biografia recém-publicada (Bertonha, 2018) do mais

importante líder da extrema-direita brasileira no século xx, Plínio Salgado (1895-1975), utilizarei a sua história de vida no período considerado como estudo de caso representativo da trajetória da extrema-direita brasileira entre o final do século xix até o ano de 1932.

Em termos teóricos, é fundamental, para os objetivos desse texto, a definição teórica de direita e esquerda e, especialmente, de direita radical ou extrema-direita. Para tanto, sigo os pressupostos teóricos de Norberto Bobbio (1995) para a definição geral de direita e esquerda. Já por extrema-direita ou direita radical – crucial para os objetivos deste texto – entendo um grupo particular, dentro do campo da direita, que não se contenta com a manutenção da ordem social como os conservadores, tampouco em restaurar um passado mítico como os reacionários, mas visa, ao menos em teoria, criar algo novo a partir das premissas centrais do universo da direita, destruindo a democracia liberal. Nesse sentido, considero os fascistas como membros da direita radical, mas que esta não se limita a eles.

Por fim, ressalto que as reflexões neste artigo representam uma continuidade com vários outros textos, nos quais já trabalhei a questão da extrema-direita no Brasil, normalmente em viés comparativo com outros países e movimentos. Remeto a tais textos¹⁰ para aprofundamentos e também para referências bibliográficas adicionais às que serão citadas aqui. Neste artigo, citarei apenas o essencial para a discussão.

A Direita Radical Brasileira no Império e na Era Liberal (1822-1914)

Como é mais do que conhecido, a dicotomia esquerda/direita nasceu, na Europa, a partir da Revolução Francesa de 1789. Isso tanto semanticamente (ao refletir a disposição ocasional dos membros da Assembleia Nacional Francesa à direita e à esquerda do presidente da Assembleia), como no mundo real em virtude da ruptura da modernidade. Não por acaso, a primeira direita é justamente a reação de monarquistas, católicos, tradicionalistas e contrarrevolucionários

¹⁰ Nota: ver o texto anterior desta coletânea. Além disso, ver: Bertonha (2013, 2014, 2016a).

contra as ideias republicanas, anticlericais e progressistas da revolução. Estão em choque família, autoridade, ordem e tradição contra confiança no homem, racionalidade, igualdade, razão e liberdade (Prospero, 1996).

Além desses tradicionalistas interessados em recuperar o *Ancièn Regime* e a tradição, como o inglês Peter Burke, temos outros pensadores, como Joseph de Maistre, que não se limitaram a clamar o retorno ao passado, mas elaboraram toda uma teoria social anti-iluminista e de criação de uma ordem política e social ainda mais fechada do que no passado para evitar justamente quaisquer riscos a ela. Nascia a direita reacionária.

Essa cultura antiliberal e anti-contratual se desenvolveu na primeira metade do xix, criticando a sociedade industrial, a perda dos valores tradicionais, a crescente ebulição das massas, a democracia e o pensamento laico. A Revolução de 1848, a Comuna de 1870 e a lenta incorporação do marxismo ao corpo da esquerda agitaram esse pensamento, que passou a se definir, em grande parte, pela questão do socialismo e do capitalismo. A direita (ou as direitas, que incluíam os conservadores ingleses, os *Junkers* prussianos e outros) se tornou menos saudosista e mais adaptada ao mundo burguês.

No caso brasileiro, é uma questão problemática saber se podemos usar a dicotomia esquerda/direita na política do Império Brasileiro (1822-1889), por exemplo. De fato, apesar das diferenças entre republicanos, liberais e conservadores indicarem que não existia um pensamento único e de sinais de que tópicos do debate europeu (sobre a herança de 1789 e do iluminismo, sobre o anticlericalismo etc.) chegavam ao país e indicavam divisões políticas (Carvalho, 1980), parece difícil acreditar que possamos usar o termo direita (no sentido europeu da época) para nos referirmos, por exemplo, aos conservadores. No máximo, isso poderia ser aceitável com imensas ressalvas e poréns.

O início do período republicano e o acentuar-se da modernidade levou a política nacional ao rompimento, identificado por Santambrogio (1998) em 1789 na Europa, e aproximado um pouco

mais o sistema político brasileiro ao padrão europeu. Surgem os primeiros partidos realmente operários e de esquerda (Pansardi, 1993) e movimentos já bastante próximos ao modelo da direita radical europeia do período.

Nesse período da chamada República Velha (1889-1930), na realidade, várias correntes de pensamento e inúmeros autores criticavam o capitalismo liberal, o operariado estrangeiro e defendiam o Estado forte e a reorganização nacional. Entre eles, podemos destacar os militares jacobinos, os positivistas e autores como Eduardo Prado e Alberto Torres. As perspectivas desses grupos dificilmente poderiam ser colocadas como homogêneas tanto em relação uns com os outros, quanto em relação à direita radical europeia. No entanto, forneceram ideias e argumentos para a reelaboração da direita no período posterior.

Nesse sentido, talvez os mais próximos do padrão europeu tenham sido os grupos monarquistas restauradores que atuaram em sentido antirrepublicano no início da República Velha. Tais grupos faziam, de fato, críticas à República que se aproximavam notavelmente daquelas da direita radical europeia do período: o fim da monarquia como o fim da unidade moral da nação, a separação Igreja/Estado destruindo a harmonia que a união da religião com a monarquia dava ao país etc.

Traços antissemitas, de ultra catolicismo e de crítica ao grande capital também não eram incomuns, assim como as referências ao debate europeu do período, o que revela as conexões entre esse filão da direita nacional e o europeu. Traços particulares da direita nacional – como o combate ao militarismo – estavam, contudo, também presentes, o que revela como ela estava perfeitamente adaptada e integrada ao contexto nacional (Janotti, 1986).

Ainda assim, diante da eficiente estratégia das elites e da direita conservadora em combinar a lógica e o discurso liberal e a prática autoritária para resolver os problemas sociais e políticos e preservar o *status quo* (Trindade, 1986a, 1986b), a direita radical não teve grandes espaços para se desenvolver durante a República Velha.

Foi só na década de 1910 e, especialmente, no período da Primeira Guerra Mundial, que o espaço de discussão da direita radical se expandiu, com a criação de várias associações e ligas nacionalistas para enfrentar a agitação operária e repensar o Estado e a nacionalidade brasileira.

A Guerra Mundial, a Agitação Operária e a Busca de Alternativas Nacionalistas (1914–1919)

O Brasil participou de forma marginal na Primeira Guerra Mundial. Neutro nos primeiros anos de conflito, declarou guerra à Alemanha, em 1917, enviando uma divisão naval para patrulhar o Oceano Atlântico no ano seguinte. Uma participação limitada, conizente com o pequeno status internacional do país então.

A guerra, de qualquer forma, trouxe consequências de peso para a sociedade brasileira. Dada a impossibilidade dos beligerantes em continuar comprando o grande produto de exportação nacional daqueles anos, o café, assim com a escassez de capitais no mercado internacional, a economia agroexportadora entrou em crise. Dada a necessidade de substituir as importações, dificultadas pela guerra, houve um surto industrial no país, com o conseqüente aumento do número de operários. Esses, sofrendo os efeitos de forte inflação e crise habitacional, fizeram uma greve geral em 1917, a qual, apesar de controlada, assustou os patrões e teve importância na renovação da direita radical, conforme mencionarei a seguir.

O maior impacto da guerra, contudo, ocorreu no campo político e das ideias. Consoante mencionado, desde o final do século XIX e início do XX, setores da intelectualidade e da classe política brasileira criticavam a subordinação do país ao capitalismo estrangeiro, temiam a agitação operária e defendiam o Estado forte como alternativa ao precário sistema liberal instalado no país durante a República Velha.

Foi a partir da eclosão da guerra na Europa e, especialmente, depois da entrada do Brasil no conflito que a temática do nacionalismo invadiu a agenda nacional. Ficou claro que o Brasil estava

completamente despreparado tanto materialmente como em termos de coesão nacional para participar de um conflito daquela magnitude e o debate que se seguiu – que atravessou todo o espectro político, da esquerda à direita, dos liberais democráticos aos autoritários – foi como o país poderia se fortalecer e sobreviver na arena internacional. O medo da sublevação operária, tão presente nesses anos, também foi elemento de suma importância para explicar a ascensão dos nacionalistas, que pensavam resolver o problema operário pelo combate ao seu movimento organizado e pela incorporação destes ao ‘corpo’ nacional.

Foi em virtude desse cenário que surgiram as diversas Ligas Nacionalistas, as quais procuravam defender essas ideias¹¹. A primeira foi a *Liga de Defesa Nacional* (LDN), fundada em 1916 pelo poeta Olavo Bilac. Ela propunha o fortalecimento da nacionalidade brasileira através do serviço militar universal e do patriotismo. Seria dentro do exército que a nação seria regenerada e se formariam bons e patriotas cidadãos. Era antiliberal, defensora da hierarquia, da família e inimiga do movimento operário em ascensão (Oliveira, 2012).

A LDN ganhou apoio dos militares, empresários e de setores da classe média, além de membros do governo. Algumas de suas iniciativas, como o serviço militar por sorteio e a criação dos Tiros de Guerra (unidades militares de segunda linha, que existem até hoje, destinadas mais a formar ‘bons brasileiros’ do que ao treinamento militar propriamente dito) foram aprovadas.

O apoio a ela não foi, porém, universal, nem mesmo entre os que se diziam nacionalistas. Alberto Torres, importante pensador nacionalista do período, por exemplo, não a apoiou, pois não acreditava que o serviço militar resolvesse os problemas nacionais no lugar de reformas administrativas, prudência fiscal e nacionalismo econômico.

¹¹ Boa parte do que se segue está baseado em Sandra McGee Deutsch (1999). Ver, para uma discussão mais focada na América do Sul, Lvovich (2016).

Outro grupo nacionalista com base no Rio de Janeiro se organizou ao redor de revistas como *Brazileia. Revista Mensal de Propaganda Nacionalista* e do seu diretor Álvaro Bomílcar. Tal grupo acreditava que os males do Brasil vinham da colonização e da presença dos portugueses no país e propunha, para combatê-la, a nacionalização das instituições brasileiras. O conservadorismo católico também estava presente em suas páginas. Publicada entre 1917 e 1918, foi sucedida por *Propaganda Nativista*, em 1919, a qual também defendia um nacionalismo econômico, a manutenção dos estrangeiros fora da política, o catolicismo social e, inspirados em Alberto Torres, uma tecnocracia dos intelectualmente capazes.

Em São Paulo, surgiu outro grupo de fundamental importância. Desde o início do século, um grupo reformista havia se formado no *Partido Republicano Paulista*. Liderado por Júlio de Mesquita Filho (diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*), congregava intelectuais que favoreciam a ação popular na política e a educação de massa. Esses homens, reunidos na *Liga Nacionalista*, surgida na capital paulista também em 1916, defendiam uma solução brasileira para os problemas do Brasil e uma juventude vigorosa e nacionalista. Um país superior às divisões de classe, regionais e aos interesses privados era a sua ambição, superando a dependência do exterior e a fraqueza nacional. O mesmo grupo publicou a famosa *Revista do Brasil* para defender suas ideias (Luca, 1999).

Em parte, esses e outros grupos apresentavam receitas diferentes (pelo serviço militar e pelo autoritarismo ou pela educação e participação eleitoral das massas) para renovar o Brasil. Estavam próximos, contudo, no seu ardor nacionalista, na sua busca de uma nova elite nacional e no seu desejo de um país nacionalista e renovado. Representavam maneiras diferentes, assim, de expressar e equacionar o mesmo problema: como adequar o Brasil aos desafios do século xx (sendo o desenvolvimento do capitalismo e a luta de classes os mais prementes), que se tornaram evidentes quando da guerra.

A experiência brasileira com as ligas, na verdade, não foi muito diferente da de outros países. A revolução bolchevique na Rússia, a

ocupação das fábricas na Itália, o *red scare* nos Estados Unidos, as repúblicas soviéticas na Baviera e na Hungria, a *Semana Trágica* na Argentina, as greves gerais no Brasil ou na Suíça e tantos outros acontecimentos se originam do mesmo caldo cultural e social que agitou o Ocidente na fase final da Primeira Guerra Mundial até, grosso modo, 1920-1921.

Como resposta a isso, alguns Estados atenderam, em alguns locais, as reivindicações operárias, ao menos parcialmente. Em geral, contudo, o que houve foi um aumento da repressão. Os Estados reorganizaram substancialmente seus aparelhos repressivos, como indica a ampliação do FBI e do MI5 britânico e a fundação e/ou crescimento das várias polícias políticas na América Latina. Também se instalaram ditaduras, como a fascista na Itália.

A proliferação de ligas nacionalistas ou de grupos paramilitares de direita também foram relativamente comuns. Em alguns países, como na França ou no Chile, as ligas já existiram e assumiram novas funções nesses anos. Em outros, como na Alemanha ou na Hungria, grupos paramilitares de direita foram instrumentais na derrota da revolução. Na verdade, nesse contexto, nacionalismo se resumia, em boa medida, em contrarrevolução.

O caso brasileiro tem, contudo, algumas especificidades. As ligas surgiram diretamente sob o impacto da guerra e da mobilização operária e desapareceram quase imediatamente após o seu refluxo, ao contrário do que aconteceu na França, na Argentina e em outros locais. Parte do ideário das ligas, no Brasil, ainda pertencia ao filão liberal-democrático, propondo mais um aprofundamento da democracia do que a sua eliminação. No Brasil, além disso, as ligas não tiveram um papel expressivo na repressão aos operários nem se organizaram enquanto forças paramilitares, a não ser, ocasionalmente, como durante a Revolução de 1924, em São Paulo.

Com efeito, a elite tradicional manteve o controle da situação e foi capaz de sufocar o movimento operário sem a necessidade de aplicar reformas sociais ou políticas de monta e sem apelar à direita

radical. Isso não significa, contudo, que essa experiência não tenha deixado frutos para as décadas a seguir.

O Refluxo e a Reorganização Intelectual (1920–1930)

Mesmo após o fim da experiência das ligas, o tema do nacionalismo entrou com força ainda mais acentuada no debate político e intelectual brasileiro. Rediscutir a nação, suas fraquezas e dificuldades era temática comum entre todos. As questões – a incorporação dos operários e dos imigrantes no corpo nacional, a construção de um Estado e de uma economia modernos, a reestruturação do sistema político, a criação de uma nova cultura nacional – vinham, como já indicado, de décadas anteriores. A experiência da guerra mundial e das greves de 1917, a fundação do *Partido Comunista Brasileiro*, em 1922, e a crescente inserção do país na modernidade capitalista na década de 1920 apenas aceleraram e amplificaram esse debate.

Nesse sentido, o tema do nacionalismo se tornou o centro de todas as discussões, ainda que, claro, sem respostas únicas. Intelectuais e políticos de direita e de esquerda, conservadores e revolucionários, liberais e autoritários, todos debatiam intensamente o que significava ser brasileiro e como renovar a sociedade e o Estado frente ao mundo moderno. Não é à toa que foi esse o momento em que o nacionalismo entrou com força no campo literário, no modernismo, e em que surgem coleções explicativas a respeito do Brasil, como a *Coleção Azul* (Carone, 1969).

No campo da direita, os debates foram intensos, especialmente no tocante ao papel da democracia e do catolicismo na reorganização do Estado. Dessa forma, enquanto remanescentes da *Liga Nacionalista* de Júlio de Mesquita se incorporaram ao progressista *Partido Democrático* a partir de 1926, intelectuais autoritários, como Oliveira Vianna e Francisco Campos, já despontavam como representantes de uma defesa do Estado autoritário e laico. Não espanta que ambos – e vários outros – tenham tido papel fundamental no Estado Novo varguista anos depois. Grupos monarquistas, militares ou de outras vertentes da direita também continuaram a existir.

O traço mais comum, nessa década de 1920, dentro da direita radical, foi a combinação de nacionalismo com o catolicismo conservador. Recuperando temas e discussões presentes anteriormente e com o apoio decisivo da Igreja Católica, intelectuais como Jackson de Figueiredo, Alcibíades Delamare, Afonso Celso e outros fundaram novos espaços intelectuais e políticos para a defesa dessa perspectiva.

Nesse contexto, estão a revista *Gil Blas*, publicada no Rio de Janeiro entre 1919 e 1923 e a *Ação Social Nacionalista*, criada em 1920 e que durou até 1924. De especial importância a revista *A Ordem* e o centro *D. Vital*, os quais tiveram influência da *Action Française* e de Charles Maurras.

Esses grupos radicalizaram a crítica à ordem liberal e a necessidade de combate à esquerda e à modernidade e, em alguns casos, aproximaram-se do antissemitismo. A maioria deles manifestou alguma simpatia pelos autoritarismos europeus e, em especial, por Benito Mussolini. Mesmo assim, não poderíamos chamá-los de fascistas, pois, como bem recordado por Bolívar Lamounier (1977), essa direita ainda circunscrevia suas propostas dentro de uma perspectiva autoritária, sem os ingredientes básicos da ideologia fascista.

O fascismo, na verdade, continuava a ser um elemento ausente no debate político brasileiro. As forças da direita tendiam a ver o fascismo italiano com imensa simpatia e Mussolini era especialmente saudado como o ‘salvador da Itália’. Mesmo assim, havia alguma desconfiança quanto ao ditador, especialmente entre os católicos, até o Tratado de Latrão, em 1929. E, acima de tudo, o fascismo era visto como uma questão italiana, uma experiência típica da Itália, a qual era fonte de inspiração e exemplo, mas não um modelo a ser copiado.

Dessa forma, os movimentos e partidos assumidamente fascistas que surgiram, sob a inspiração italiana, a partir de 1922 – como a *Legião Cruzeiro do Sul* ou o *Partido Fascista Brasileiro* – foram praticamente inexistentes. O fascismo, no Brasil dos anos 1920, era um tema de interesse e uma fonte inesgotável de debates, mas sua manifestação prática estava restrita às coletividades italianas instaladas no Brasil, cuja atuação estudei em inúmeros textos (Bertonha, 1999, 2001, 2008a).

Na década de 1920, portanto, a direita radical tem um espaço reduzido no debate nacional. Apesar do tema do nacionalismo estar na ordem do dia, a direita radical está reduzida ao debate intelectual, normalmente nos espaços mantidos e financiados pela Igreja Católica. O fascismo, por sua vez, é, no máximo, o sonho de alguns intelectuais encantados com a experiência de Mussolini.

A elite tradicional brasileira, nesses anos, mantinha o controle do sistema político e social e não oferecia margem para questionamentos efetivos da situação. A crise econômica de 1929 e a Revolução de 1930 alterou esse cenário, abrindo espaço para projetos até então pouco viáveis politicamente. O fascismo foi um deles.

O Vácuo de Poder e a Sedução do Fascismo (1930-1932)

A partir da Revolução de 1930, houve um período de recomposição e indefinição política no país, o qual durou, no mínimo, até 1937, com a instauração do Estado Novo varguista. Sua fase crucial, contudo, foram os anos iniciais, entre 1930 e 1932. Nesses dois anos, os conflitos entre os militares tenentistas e as oligarquias; entre as oligarquias vencedoras e as perdedoras, entre os novos e os velhos donos do poder, tornaram-se intensos. Agora, projetos antes marginais pareciam ter chance de sucesso, seja influenciando o novo presidente, Getúlio Vargas, seja pela mobilização direta de grupos e partidos.

No caso do fascismo, além disso, a expansão crescente de movimentos fascistas pela Europa e América Latina deixava claro que o fascismo não era algo inevitavelmente restrito à Itália. A ascensão de Hitler na Alemanha, especialmente, era a prova final de que o fascismo era uma solução que podia ser aplicada a todos os países do Ocidente. O cenário – nacional e internacional – parecia abrir novas possibilidades para os fascistas brasileiros.

Esse cenário, evidentemente, não foi exclusivo do Brasil. Em vários países europeus e americanos, o exemplo nazista serviu de catalizador para a formação e/ou o fortalecimento de movimentos ou partidos fascistas, como a BUF britânica ou o nacional-socialismo

chileno. No Brasil, contudo, essa nova fase foi particularmente fecunda em termos de difusão e fortalecimento do fascismo.

No início dos anos 1930, dessa forma, começou uma nova onda de movimentos fascistas no Brasil. Alguns deles foram inexpressivos, como o *Partido Fascista Brasileiro* e o *Partido Nacional Fascista/Ação Social Brasileira*, fundado por J. Fabrino no Rio Grande do Sul em 1931 e que durou pouco tempo.

Fabrino, na verdade, é um personagem símbolo da sedução e dos limites do fascismo no Brasil. As informações sobre ele são esparsas e contraditórias, mas há sinais de que, no início dos anos 1920, ele já era um entusiasta do fascismo italiano e que teria tentado criar um partido fascista no Brasil, todavia sem sucesso. Em 1931, como indicado, ele se proclamou chefe do efêmero *Partido Nacional Fascista* e foi redator de uma revista chamada *Granada*, francamente fascista e publicada entre 1932 e 1933, além de defender abertamente o fascismo em jornais e outras publicações (Cohen, 1997), chegando a atrair a atenção, inclusive, da diplomacia italiana¹². O fato dele ter se entusiasmado a retomar seus esforços de institucionalização do fascismo justamente nesse momento é simbólico.

Outras iniciativas podem ser mencionadas. Olbiano de Mello, por exemplo, era um intelectual mineiro que havia se convertido ao fascismo já no final da década de 1920, mas foi apenas em 1931 que ele se entusiasmou a fundar um partido fascista chamado *Partido Nacional Sindicalista*, sem, contudo, grande sucesso (Araújo, 1991). Já no Ceará surgiu a importante *Legião Cearense do Trabalho*, de Severino Sombra, com bases fortemente operárias e católicas, mas que flertou com o fascismo (Cordeiro Junior, 1992; Parente, 1986).

Ainda mais relevante para compreendermos esse período crítico que foi 1930-1932 são os Clubes e Legiões Revolucionárias que surgiram logo depois da Revolução de 1930. Segundo a historiografia (Broxson, 1972, p. 37-41; Drummond, 1986, p. 216-218; Conniff,

¹² Archivio Storico Diplomatico del Ministero degli Affari Esteri (ASDMAE), Affari Politici 1931-1945, Brasile, b. 15, f. "Situazione Politica interna", recortes e documentos vários.

1979, p.; Flynn, 1979), as várias legiões surgiram já em 1930 e foi Osvaldo Aranha que, preocupado com a caminhada liberal de Vargas, decidiu criar um movimento agrupando-as, tendo iniciado discussões a respeito em março/abril 1931.

Segundo Peter Flynn (1979), a proposta era um movimento em linhas fascistas, com Grande Conselho e outras instituições próximas do original italiano e haveria registros de teoria fascista sendo discutidos nas reuniões e de projetos de um fascismo brasileiro sendo elaborados. No fim, a ideia de Aranha não foi em frente e ele parou de apoiar essas iniciativas.

Já os Clubes 3 de outubro, nascidos em fevereiro de 1931, apesar de próximos das legiões, não se pretendiam um movimento de massa e preferiam se concentrar num trabalho de reflexão e de influência sobre o governo Vargas. Antes que fascistas, segundo Michael Conniff, expressavam mais um nacionalismo reformista sem coerência completa, originário de fontes diversas (mas especialmente tenentistas), tendo sido fechados em 1934.

Segundo Vavy Pacheco Borges (1992), havia temores, no início da década de 1930, que muitos dos antigos tenentes ou os membros dessas novas legiões e clubes se convertessem em fascistas plenos. No caso da de São Paulo, isso não corresponde, provavelmente, à realidade, pois seus ideais estavam mais à esquerda, mas, em outros Estados, isso quase aconteceu.

Em Minas Gerais, por exemplo, a Legião, liderada por Francisco Campos e Gustavo Capanema, aproximou-se quase completamente de um ideal fascista, incluindo a estética. Segundo a imprensa da época, eles teriam pensado inclusive em promover uma ‘Marcha sobre Belo Horizonte’, nos moldes da de Roma. Utilizavam estandartes e hinos semelhantes aos fascistas e eram esquadristas, dispersando a força, por exemplo, de comícios do *Partido Republicano Mineiro* (Flynn, 1979, p. 113-129; Schwartzman, 1984).

Por mais obscura e indefinida que seja a ideologia desses clubes e legiões (a merecer novos estudos, já que a maioria dos aqui mencionados tem mais de 30 anos e, ao menos no meu conhecimento,

não há nada específico mais recente) e por mais que eles variassem de Estado para Estado, parece evidente que a sua origem básica era o tenentismo, o qual teve influência limitada no integralismo. Uma análise mais apurada (Drummond, 1986) revela, aliás, como o autoritarismo integralista era mobilizador demais para a perspectiva dos ex-tenentes e como a revolução de 1930 os colocou em campos opostos.

Mesmo assim, o flerte de várias dessas legiões e clubes com o fascismo, cada vez mais explícito, indica claramente como o momento era de mudança de perspectivas e que o fascismo ia se tornando cada vez mais uma referência chave para boa parte da direita radical. Não apenas movimentos e partidos abertamente fascistas se organizavam, como a inspiração e o exemplo do fascismo seduzia cada vez mais outros grupos da direita radical, como os católicos, os autoritários modernizadores (que tanto influiriam no *Estado Novo* varguista) e outros.

A AIB (1932): Fusão e Confluência da Direita Anterior?

Em 24 de fevereiro de 1932, foi fundada a *Sociedade de Estudos Políticos* (SEP) e, em 7 de outubro do mesmo ano, a *Ação Integralista Brasileira*. A *Ação Integralista* foi o mais importante partido fascista fora do continente europeu. Isso pode ser confirmado tanto por sua capacidade de arregimentação popular – com centenas de milhares de adeptos, um número muito superior a todos os outros movimentos e partidos fascistas nas Américas e mesmo a alguns da própria Europa – como por ele ter tido perspectivas reais de conquista do poder. Dentro dos objetivos deste artigo, a questão que se apresenta é se ela representou, ou não, a fusão ou amalgamação em um único movimento das várias forças fascistas brasileiras que se manifestavam desde a década de 1920 e que, como visto, estavam em plena rearticulação entre 1930 e 1932.

Num primeiro momento, a AIB conseguiu articular intelectuais de direita de São Paulo e do Rio de Janeiro, monarquistas da *Ação Imperial Patrianovista* (Malatian, 2002) e tradicionalistas

católicos. Também foram cooptados Olbiano de Mello, em Minas Gerais, e Severino Sombra, no Ceará. As dissidências, contudo, logo emergiram. Os patrianovistas, monarquistas que questionavam o caráter republicano e não exclusivamente católico do grupo, deixaram a AIB já em novembro de 1932. Os patrianovistas, aliás, são emblemáticos de como era possível se aproximar do fascismo sem, conceitualmente, o sê-lo.

Na verdade, se fossemos procurar os verdadeiros reacionários do Brasil dos anos 1930, é possível que os melhores candidatos fossem justamente os patrianovistas. Próximos do integralismo lusitano e da *Action Française*, eles defendiam não um simples retorno do rei e da realeza, mas uma monarquia corporativa, católica e autoritária, que resgataria a nação dos riscos da desagregação social, do liberalismo e do comunismo. Compartilhavam com o integralismo o mesmo diagnóstico sobre os problemas nacionais e parte das soluções – incluindo simpatia pelo fascismo europeu –, o que permitia aos dois movimentos conviverem, mas não se fundirem.

Nesse contexto, não espanta, aliás, como Plínio Corrêa de Oliveira, que pertenceu à SEP no setor de religião, tenha se afastado dela logo depois. Vindo do movimento patrianovista, ele não podia aceitar um movimento republicano, mais moderno e revolucionário do que conservador e menos católico do que ele considerava o mínimo necessário. Isso talvez explique, aliás, a relação conturbada – de aproximação e desconfiança – dos intelectuais reacionários da Igreja (como Gustavo Corção e o próprio Plínio Corrêa de Oliveira) perante ao integralismo e seus herdeiros, até hoje.

Uma parte substancial da direita autoritária laica também não aderiu ao integralismo, preferindo se articular ao redor de Getúlio Vargas. Essa foi a opção individual de intelectuais como Oliveira Vianna e Francisco Campos e também de instituições. Um grupo fundamental foi a *Associação dos Amigos de Alberto Torres*, fundada no Rio de Janeiro, em 1932. Ela reunia intelectuais importantes, como Oliveira Vianna, Belisário Penna e outros. A associação teve forte influência no governo varguista. Nessa mesma esteira, o grupo

denominado *Bandeira*, criado em São Paulo, em 1936, teve pontos de convergência e divergência com os integralistas. Ele defendia um governo forte, tradição, disciplina, hierarquia e nacionalismo. Descartava, no entanto, a solução fascista, mantinha vínculos com os liberais de São Paulo e Vargas e criticava o integralismo por suas propostas, segundo eles, centralistas, antiindividualistas, antiamericanas, racistas, anticristãs e antibrasileiras.

Em resumo, fica evidente que nem todas as correntes da direita autoritária e radical convergiram dentro do integralismo. Divergências políticas e ideológicas – especialmente perante à questão do catolicismo e do fascismo – mantiveram a direita defensora da modernização conservadora e parte da direita católica fora do projeto da AIB. A direita nacional convergia na avaliação da crise brasileira e internacional, para a direita, o momento era um reflexo do colapso do liberalismo e que uma proposta autoritária era necessária para solucioná-la. A grande questão era como se configuraria esse novo ‘Estado forte’ e a AIB reuniu centralmente aqueles que defendiam que esse ‘Estado forte’ deveria ser corporativista e fascista.

Esse ponto merece um pouco de atenção. Toda a direita nacional estava, naqueles anos, preocupada com a agitação social, o impacto econômico da crise internacional, a potencial ascensão do comunismo etc. O integralismo, contudo, ia além de uma simples reação conservadora contra o movimento operário e a esquerda, mas propunha alternativas como o corporativismo, a eliminação do sistema liberal por um modelo fascista etc. Seus inimigos não eram, pois, apenas a esquerda, mas também o liberalismo e o regionalismo, ou seja, o poder excessivo dos Estados brasileiros, o que também era identificado com os excessos do liberalismo.

Importante notar, além disso, que, mesmo dentro da Ação Integralista, não houve completa uniformidade ideológica e política. Correntes com um viés mais operário ou católico tiveram que se adaptar à orientação geral de Plínio Salgado ou optaram mesmo por sair do integralismo quando suas propostas não foram contempladas. Foi o que aconteceu, como visto, com os patrianovistas ou com

as correntes de Severino Sombra e de Jeová Motta, não por acaso, ambos oriundos da *Legião Cearense do Trabalho*.

Na verdade, se analisarmos com cuidado a trajetória da direita radical brasileira entre os anos 1910-1920 e a Ação Integralista, não se percebe uma trajetória de acumulação de forças. A AIB representa mais uma ruptura, um salto qualitativo na organização política do que o resultado de um lento trabalho de preparação política e ideológica. A fermentação política e de ideias nos anos 1910-1920 forneceu um corpo comum de preocupações e uma rede de contatos de fundamental importância para que o integralismo pudesse surgir em 1932. Contudo, sem a ruptura institucional vivida pelo país no início da década de 1930, é pouco provável que a AIB tivesse surgido com tamanha força.

Reforçando essa hipótese de que a AIB representa mais uma ruptura do que o resultado de uma acumulação de forças, basta recordar como ela trouxe, para o universo da direita brasileira, um elemento novo: a mobilização popular. Enquanto a direita tradicional preferia se concentrar nas elites, os integralistas mobilizaram vários grupos que não se sentiam representados pela política tradicional. Entre eles, os filhos de imigrantes (especialmente alemães e italianos) desejosos de se afirmarem como brasileiros, as mulheres e os negros. A classe média também se tornou um alvo privilegiado da AIB, fornecendo parte substancial dos efetivos do movimento. Também foram lançados apelos em direção ao operariado, ainda que com resultados menos expressivos.

Do mesmo modo, ao contrário da direita tradicional, eles repensaram a questão do catolicismo, visto como um elemento fundamental na construção da nova ordem, mas não o seu centro. E, ao mesmo tempo em que continuaram a ver nas forças armadas as garantidoras da ordem estabelecida, criaram uma força militar paralela – as milícias – as quais, apesar de pouco eficientes, representavam uma concorrência que desagradou aos militares. Isso ajuda a explicar, ao lado do receio militar, de que a ideologização integralista geraria divisões nas fileiras militares, a preferência do alto comando militar pela ditadura de Vargas e não pela AIB, em 1937.

Mesmo assim, foi ela a organização que conseguiu agrupar a maior parte das forças da direita radical e dar a elas uma expressividade política. A partir de 1932, pela primeira vez, parte substancial da direita radical brasileira estava reunida em torno de um projeto e de um líder. E era um projeto fascista de um líder que pretendia reproduzir, no Brasil, os sucessos de Mussolini na Itália: Plínio Salgado

Plínio Salgado e a Direita Radical Brasileira, 1895-1932

Plínio Salgado começou a sua atividade política em sua cidade natal, São Bento do Sapucaí, em meados dos anos 1910. Não existem, contudo, menções a ele se incorporando formalmente e militando nas várias ligas nacionalistas que se espalharam, então, pelo país. Talvez a sua juventude ou o próprio isolamento geográfico da cidade em que nasceu o tenha impedido de participar diretamente, mas o seu entusiasmo pelas propostas dessas ligas é evidente em textos e conferências que ele redigiu e ministrou naqueles anos, todas indicando patriotismo exaltado e uma visão trágica da história, segundo a qual só os povos que lutam teriam o direito de sobreviver.

Nos anos 1920, ele, já tendo mudado para a cidade de São Paulo, foi um dos principais escritores modernistas brasileiros. Como é conhecido, a proposta dos modernistas era eliminar da cultura brasileira a herança do passado e criar uma nova literatura e uma nova arte nacional. Posteriormente, a maioria dos escritores modernistas se lançou à política.

Nos seus espaços no jornal *Correio Paulistano*, Plínio Salgado e Menotti Del Picchia criaram o movimento *Verde Amarelo* (1926-1929), o qual procurou definir a brasilidade através de mitos nacionalistas, de apelo à terra, à raça, ao sangue e a um passado mítico. Salgado radicalizou esse movimento ainda mais no seu grupo *Anta*, que se formalizou em 1929. Na sua atividade de escritor e como deputado estadual do *Partido Republicano Paulista* (PRP), em São Paulo, Plínio Salgado foi se aproximando intelectualmente da direita radical e sua avaliação positiva quanto ao fascismo italiano foi ficando cada vez mais evidente com o passar do tempo.

Mesmo assim, ele ainda era, em essência, um homem do *establishment*, exercendo suas atividades à sombra da elite política e econômica paulista e sem presença significativa nos grupos e associações da direita radical, a não ser no âmbito intelectual. Isso indica uma enorme hesitação em tomar partido ou sair da confortável posição de membro do sistema, ainda que em posição subordinada.

O rompimento só se deu após os frenéticos anos de 1930, 1931 e 1932, quando ficou claro que a velha ordem havia sido questionada, que as suas chances de ascensão social e poder dentro do PRP minguavam e que novas oportunidades, inimagináveis poucos anos antes, estavam surgindo. Plínio Salgado, além disso, convencia-se cada vez mais que uma nova era civilizatória se aproximava, a fascista. Em 1930, ele fez uma viagem por 14 países da Europa e do Oriente Médio e foi recebido em audiência por Mussolini, o que solidificou, no líder dos camisas verdes, a visão de que o fascismo era a onda do futuro e que ele seria seu representante no Brasil.

A partir de 1930, de forma gradual, Plínio Salgado foi rompendo as pontes com a ordem tradicional. Ele percebeu que a república oligárquica estava em crise e que propostas radicais, como as suas, tinham agora um espaço muito maior. O processo de rompimento, contudo, foi se dando aos poucos. Em 1930, ele procurou influenciar o novo governo revolucionário, ainda que sem sucesso. Já em 1931, foi um participante ativo na *Legião Revolucionária de São Paulo*, apesar de apenas por um breve período e com poucos resultados.

A partir de 1932, contudo, ele procurou criar um mecanismo autônomo para a atuação política e tal instrumento foi um jornal chamado *A Razão*. Foi a sua participação na rede de publicações e atividades dos círculos da direita e a publicação do jornal *A Razão* que deu a ele o prestígio e o respeito que precisava para se afirmar como pensador e candidato a líder político na opinião pública nacional e, especialmente, nos círculos de direita.

Dessa forma, ele se correspondia com San Tiago Dantas e o grupo que editava a *Revista Brasileira de Estudos Jurídicos e Sociais*, sendo mencionado e elogiado na revista *Braziléa* pelo

Manifesto Legionário de 1931. Seu mais importante feito, contudo, foi ter publicado um artigo na importante revista *Hierarchia*, fundada no Rio de Janeiro, em agosto de 1931, a qual visava apresentar diretrizes – novamente, aproveitando o vácuo de poder e as oportunidades abertas pela Revolução de 1930 – para o Brasil nos anos a seguir. A revista reunia nomes já consagrados ou a consagrar no campo político e intelectual e não era um simples veículo de difusão do fascismo nem da direita, já que ali escreviam pessoas como Sobral Pinto, Anísio Teixeira ou Barbosa Lima Sobrinho. Seu foco central eram as questões candentes da intelectualidade do período, como os rumos do Brasil, federalismo, ensino, corporativismo etc. (Oliveira, 2001, p. 39-40).

Não obstante, a revista era preferencialmente um veículo de discussão do campo da direita, reunindo pessoas como Sebastião Pagano, Alceu Amoroso Lima, Leonel Franca, Pandiá Calógeras e outros. Ali também estavam intelectuais que depois fariam parte do *Estado Novo* varguista, como Azevedo Amaral, Lourival Fontes e muitos futuros integralistas, como Belisário Penna, Madeira de Freitas, Olbiano de Mello, Belmiro Valverde e outros. O tom da revista também pode ser inferido pelo seu título, que copiava uma importante revista fascista italiana, e pela edição de n. 5, de abril de 1932, a qual foi dedicada ao fascismo italiano, com imensos elogios ao regime e a Mussolini. Laços e contatos ali estabelecidos foram, provavelmente, fundamentais para os futuros projetos de Salgado. O principal artigo que Plínio Salgado publicou nessa revista foi o famoso ‘Como eu vi a Itália’ e foi tão elogioso ao fascismo que estimulou contatos ainda mais densos com os órgãos italianos e fascistas de São Paulo.

A sua atividade intelectual permitia, portanto, que seu nome continuasse a se popularizar nos círculos da direita nacional, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Mas a chave para o seu futuro foi o jornal *A Razão*. Mesmo tendo tido duração limitada, cerca de um ano, a iniciativa de publicar *A Razão* foi decisiva, já que foram os seus artigos que o tornaram uma figura realmente conhecida e discutida em todo o país.

Fundado em 5 de junho de 1931, o jornal durou cerca de um ano. Ele não era um veículo de divulgação do fascismo, mas estava claramente dentro do campo da direita, aceitando colaborações de pessoas simpatizantes da ideologia fascista, como também de conservadores tradicionais ou de católicos, por exemplo, Sobral Pinto ou Alceu Amoroso Lima. O jornal também publicava pessoas como Mário Graciotti, Nuto e Leopoldo Santana, Silveira Peixoto e outros. Ele conseguiu reconstruir, assim, boa parte da redação dispersa do antigo *Correio Paulistano*, mas ampliada e sob o seu comando e direção ideológica. A hora era de tentar agregar as forças da direita e, por ora, não exigir delas coerência e homogeneidade ideológica.

Tendo financiamento próprio, garantido pelo banqueiro Alfredo Egídio de Souza Aranha, primo de Osvaldo Aranha, o jornal podia contar com tiragem e distribuição sem se preocupar com propaganda ou assinaturas. Um instrumento fantástico de ação intelectual e política, que Plínio soube explorar com maestria, estabelecendo contato político com grupos de intelectuais e políticos dispersos por todo o país tanto nos grandes centros como em pequenas cidades do interior.

Em *A Razão*, Plínio Salgado teve, igualmente, o espaço e o tempo para refinar e reforçar as suas ideias políticas e, graças à tiragem e à distribuição do jornal, fazê-las chegar aos quatro cantos do Brasil. Isso se deu, especialmente, com ajuda da publicação diária das 'Notas Políticas', duas colunas em que analisava a situação do país, mas sempre recorrendo a grandes autores nacionais e internacionais para reforçar seus argumentos.

Dessa forma, apesar de haver definido que o fascismo era a solução, Salgado ainda não estava pronto, provavelmente, para criar um partido de caráter fascista que conquistasse o poder por seus próprios méritos. Ele caminhava rapidamente, porém, nessa direção e sua cristalização veio com a fundação da SEP.

A SEP foi realmente uma jogada de gênio de Plínio. Se o problema central das forças da direita e, especialmente, da direita radical naquele momento era o de se articular e criar um movimento unificado, o jornal *A Razão* e, especialmente, a SEP foram

os instrumentos para que essa articulação se desse e para que Plínio emergisse como o seu líder.

A atividade de Plínio nessa direção foi realmente febril e ele deve ter passado horas infinitas no trabalho de redação de cartas e documentos. Cópias de cartas suas relacionadas à SEP e ao jornal *A Razão* podem ser encontradas nos arquivos pessoais dos principais intelectuais brasileiros do período, assim como em amostras aleatórias de homens de letras e políticos isolados em cidades por todo o interior do Brasil.

Plínio Salgado viu, na SEP, a ferramenta crucial para articular as forças dispersas da direita radical. Ele contava que a sua popularidade e liderança nesse meio, consolidadas graças às suas atividades no jornal *A Razão*, lhes permitiriam reunir todas essas forças numa associação e, a partir de então, atuar no processo político.

Ele, contudo, queria algo maior, um verdadeiro instrumento de ação política e de mobilização popular, muito além de um simples *think tank* para discussão de ideias. Isso gerou um conflito com certos participantes, como Cândido Motta Filho, que queriam que a SEP se mantivesse como entidade essencialmente cultural. Motta Filho confirmou, em vários depoimentos a Hélgio Trindade (1975, p. 117-119), que a SEP tinha sido pensada, inicialmente, como uma entidade cultural, mas que o grupo de Salgado, encantado com os acontecimentos da Europa, o fascismo e a força da ‘juventude italiana’ queria partir logo para a ação política direta, nos moldes de um partido fascista, o que acabou por acontecer.

Depois de ver o fascismo na Europa, acompanhar o colapso da velha ordem em São Paulo e no Brasil e tentar, sem sucesso, comandar ou influenciar os acontecimentos por meio da propaganda doutrinária, da participação nas Legiões Revolucionárias e de uma sociedade de debates, Plínio Salgado dava o grande passo e se lançava na política propriamente dita. As forças dispersas da direita se agrupavam agora, na sua maioria, ao redor de Plínio Salgado e surgia um verdadeiro movimento fascista a partir de 1932: a *Ação Integralista Brasileira*.

Os vertiginosos anos de 1930 a 1932 haviam, assim, transformado de uma vez o escritor modernista, o político do PRP, o defensor do autoritarismo e o simpatizante fascista no dirigente máximo de um partido fascista. Assim, nos seis anos seguintes, Plínio Salgado seria um ator relevante no processo político brasileiro e a sua AIB chegou perto de atingir o poder, ainda que sem sucesso. De qualquer modo, a partir de 1932, a direita radical brasileira atingia um nível de institucionalidade inédita, conferindo chances de atingir o comando do Estado, o que não havia tido antes.

Conclusões

Este texto indica a trajetória da direita radical brasileira, especialmente a fascista, entre o fim da primeira Guerra Mundial e o ano de 1932. Num certo sentido, não foi uma trajetória excepcional. Como em vários outros países da Europa e das Américas, a direita radical estava, com algumas exceções (como a França) em posição marginal nos sistemas políticos na maior parte dos países do Ocidente. Houve um surto reacionário logo após a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa, quando também é identificável uma primeira onda fascista, ainda que minoritária. Nos anos 1920, há refluxo da direita radical até a crise de 1929 e a ascensão do nazismo ao poder. A partir de então, todas as direitas se fortaleceram e o autoritarismo de direita se tornou comum em boa parte da Europa e das Américas. Nessa nova fase, a direita radical ficou mais forte, com especial destaque para a sua vertente fascista, até novo refluxo a partir de 1945.

O caso brasileiro, contudo, apesar de não ser único, tem algumas especificidades que talvez mereçam discussão. Em primeiro lugar, fica evidente a particular fraqueza da direita radical brasileira até 1932. Num sistema político monárquico até 1889 e oligárquico até 1930, a direita radical brasileira galgava ainda menos espaço do que em outros países. O sistema político brasileiro, além disso, foi capaz de conter a agitação social no final da década de 1910 sem precisar recorrer – a não ser minimamente – às ligas nacionalistas ou aos movimentos contrarrevolucionários de massa, bastando a repressão

oficial. Nos anos 1920, novamente, a direita radical brasileira refluíu, mas a intensidade desse refluxo parece maior – e a avaliação aqui é meramente impressionista – do que em outros países, como a Argentina, o Chile ou a França.

O espantoso é como uma direita radical comparativamente fraca foi capaz de se transmutar no mais importante movimento fascista fora do continente europeu. As hipóteses para explicar isso são de três ordens: estrutural, conjuntural e ocasional.

Estruturalmente, a hipótese é, seguindo a teoria de Larsen (2001), que o Brasil foi terreno especialmente fértil para o desenvolvimento de um movimento fascista devido a sua modernidade e liberalismo incompletos. Em síntese, a proposta é que o fascismo tem mais condições de se desenvolver em países já bastante modernizados em termos econômicos e sociais, mas sem instituições democráticas consolidadas, o que seria o caso do Brasil dos anos 1930. Não é uma hipótese absurda relacionar modernidade, liberalismo e a ascensão do fascismo e países muito atrasados ou especialmente avançados em termos econômicos e democráticos realmente oferecem menos espaço para o fascismo. Contudo, tal quadro se repetiu em outros países e a modernidade incompleta nacional não explica, por si só, a especial força do fascismo no Brasil na década de 1930.

Outra possibilidade é conjuntural e se relaciona com a profunda crise sistêmica vivida pela sociedade e pelo Estado brasileiros a partir de 1930. Num quadro de crise econômica profunda e de reorganização do sistema político, teria se aberto um espaço inédito para a direita radical, que soube aproveitar o momento. Com o passar do tempo, as forças conservadoras e da direita tradicional teriam, contudo, se reorganizado e anulado o desafio da franja radical por intermédio do golpe varguista de 1937.

Essa possibilidade é certamente real e explica a ascensão da direita fascista e sua posterior anulação. Após um período de dúvidas e indecisão, quando a direita radical pôde adquirir forças, a direita tradicional se reorganizou e reassumiu o comando do Estado. Sua preferência foi por uma ditadura de tons modernizantes (no sentido

de privilegiar a industrialização e buscar a incorporação ao Estado das massas populares e operárias), mas menos mobilizadora do que a proposta integralista. Isso preservava, inclusive, a coerência interna e a unidade das elites econômicas, das Forças Armadas e da Igreja, o que as propostas mobilizadoras do integralismo poderiam ameaçar. Em resumo, o período em que a AIB adquiriu relevância teria sido apenas um parêntese gerado por uma crise sistêmica, fechado pela recomposição das elites.

Essa hipótese implica, contudo, em dois pré-requisitos de difícil comprovação. Em primeiro lugar, que a crise brasileira foi maior do que em outros países e, em segundo lugar, que é a intensidade da crise que leva à intensidade da resposta, sendo o fascismo a resposta máxima. A crise sistêmica também aconteceu (e os golpes de Estado que se seguiram o comprovam), contudo, em boa parte da Europa e da América Latina nem sempre o fascismo teve um desenvolvimento tão espetacular como no Brasil.

A explicação ocasional identificará nos fatos imediatos a resposta para a nossa questão. No Brasil, por motivos ocasionais ou até fortuitos, Plínio Salgado foi capaz de reunir as forças dispersas da direita radical e fundir a maioria delas numa proposta fascista, o que não aconteceu na Argentina, por exemplo. Uma direita comparativamente fraca teria se convertido numa proposta real de poder simplesmente pelos acontecimentos e pela ação humana terem permitido a sua emergência. Poderíamos mesmo pensar que foi essa maior capacidade de aglutinação da direita fascista na década de 1930 no Brasil que, paradoxalmente, diminuiu as suas chances políticas nas décadas posteriores, conforme desenvolvi em outros espaços (Bertonha, 2015a).

É provável que a explicação esteja numa combinação das três propostas. Sem um contexto estrutural de fundo e uma profunda crise conjuntural, a direita radical teria continuado nas franjas do poder. Por outro lado, uma liderança unificada era fator crucial para a viabilização de um projeto político, como a morte de Urriburu na Argentina parece indicar. Apenas uma liderança unificada, contudo, não significava muito se as condições estruturais e conjunturais não

fossem favoráveis, conforme os exemplos de Arcand no Canadá, Mosley no Reino Unido, Quisling na Noruega e tantos outros candidatos a *Duce* e a *Fuhrer* naqueles anos. Estabelecer os parâmetros de combinação entre essas variáveis é uma árdua tarefa para os cientistas políticos e historiadores de cada país e, para o caso brasileiro, a questão ainda está em aberto.

O que fica evidente, contudo, é a continuidade entre os vários períodos. Mesmo sendo a AIB mais uma ruptura e um salto qualitativo diante do período anterior do que o resultado de um processo de contínua acumulação de forças, as pontes entre as décadas de 1910, 1920 e 1930 são visíveis. Sem a elaboração teórica e política da direita radical nos períodos de refluxo, ela não teria a densidade política e ideológica para se tornar uma alternativa viável nas janelas de oportunidade abertas pela estrutura ou pela conjuntura.

A historiografia brasileira dedicou muito mais atenção ao integralismo do que às décadas de 1910 e 1920. Algo natural, pois foi nos anos 1930 que a direita fascista se tornou um ator político relevante no país. Ela, contudo, não teria essa relevância sem os processos históricos anteriores e sem que as tradições autoritárias e conservadoras da sociedade brasileira lhe dessem viabilidade, ao menos até certo ponto. Os acontecimentos recentes no Brasil indicam como essa continuidade, dentro de períodos históricos de longa duração, merece ser vista atentamente, pois fantasmas do passado podem ressurgir, mas só o fazem se permaneceram ao menos parcialmente hibernando nos momentos menos propícios.

PARTE B



A PERCEPÇÃO INTEGRALISTA DOS ACONTECIMENTOS MUNDIAIS



O Conflito Ítalo-Etíope (1935-1936) no Jornal *A Offensiva*:

a solidariedade fascista, o valor dos
“povos de cor” e a “civilização”*

A *Ação Integralista Brasileira* foi um movimento político de caráter fascista que existiu no Brasil na década de 1930. A estrutura político-administrativa, a simbologia utilizada e o aparato ideológico da AIB eram semelhantes às características dos movimentos fascistas europeus criados a partir da década de 1920, que adquiriram grande evidência política na década de 1930.

Com uma ideologia marcada fortemente pelo nacionalismo, o antiliberalismo, o anticomunismo e a antidemocracia, valorizando elementos como a hierarquia, a disciplina, a ordem e a figura de um chefe supremo, com poder praticamente ilimitado, e utilizando símbolos e rituais como elementos de socialização dos militantes, a AIB constituiu-se em uma organização política que pode ser englobada no rol dos fascismos.

Um importante mecanismo empregado pela AIB para uniformização da sua propaganda doutrinária e da sua ideologia, bem como para a socialização dos militantes, foi a imprensa. A AIB tinha uma estrutura de imprensa bem delimitada e estruturada, com grande número de periódicos que circulavam regional ou nacionalmente nos núcleos e províncias integralistas. No ano de 1935, o partido político criou uma empresa jornalística, a *Sigma Jornaes Reunidos*, que,

* Publicado originalmente em Gonçalves; Simões (2011, p. 87-107). (Coautoria com Jaqueline Tondato Sentinelo).

a partir de então, direcionava as publicações integralistas, chegando a contar com a circulação de 88 periódicos somente naquele ano. A imprensa também tinha papel fundamental no esforço que a AIB empreendia na arregimentação de novos filiados.

O jornal (semanário, depois diário) *A Offensiva* destaca-se entre os periódicos da AIB. Ele pode ser considerado a voz do movimento integralista. A importância do periódico pode ser comprovada pelo longo período de permanência (1934-1938) e pela assiduidade na publicação do jornal, considerando que a maioria dos periódicos integralistas era de circulação regional e teve duração efêmera e que grande parte dos assuntos noticiados em *A Offensiva* era republicada nos jornais locais e/ou regionais integralistas. Além disso, a assinatura de *A Offensiva* era obrigatória para todos os chefes de núcleos integralistas, e o periódico sempre enfatizava que todo filiado à AIB deveria assinar ou adquirir o jornal nas bancas, demonstrando sua adequada militância (Cavalari, 1999; Oliveira, 2009).

Os temas veiculados na imprensa integralista e, especificamente, no jornal *A Offensiva*, eram divulgados de acordo com o interesse do partido em atingir o maior público possível. Assim, em determinados períodos, o periódico divulgou e noticiou assuntos que interessavam à comunidade negra brasileira, o que nos permite pensar que este se constituía como um público importante para a AIB. Fosse pela tentativa de afirmar a ideia de nação ‘integradora’ defendida pelo movimento integralista, fosse pela necessidade do partido em conquistar todos os brasileiros para a sua causa, o jornal *A Offensiva* publicou diversos assuntos que diziam respeito aos negros do Brasil.

Entre eles, um tema interessante foi o conflito armado entre Itália e Etiópia, ocorrido entre outubro de 1935 e maio de 1936. Nas páginas do periódico integralista foram noticiados desde os debates e o posicionamento de países europeus com relação ao episódio até o desenrolar do acontecimento. As notícias foram mais frequentes no ano de 1936, porém as informações sobre o acontecimento continuaram a ser publicadas depois de terminada a guerra, ou seja, no período em que a Etiópia havia sido convertida em parte do Império italiano.

Para perceber a dimensão da atenção que a AIB dispensou ao episódio, é importante mencionar que o jornal afirmava a existência de um enviado especial de *A Offensiva* para cobrir o acontecimento. A partir de janeiro de 1936, parte dos artigos publicados sobre a guerra tiveram Luigi Ricci como autor, que era apresentado como o “enviado especial da *A Offensiva*” aos locais da guerra. A primeira vez que o nome de Luigi Ricci apareceu como o autor foi em 30 de janeiro de 1936, acompanhado da seguinte explicação: “*A OFFENSIVA* assegurou-se a exclusividade da colaboração do Sr. Luigi Ricci, correspondente de guerra junto ao commando geral das tropas expedicionarias em operações na frente da Somália e um dos ‘azes’ do periodismo mundial”¹³.

Apesar de encontramos seu nome ligado às publicações relacionadas à Guerra da Etiópia, não obtivemos informações a respeito da nacionalidade de Luigi Ricci, nem outros subsídios que auxiliem na comprovação de que ele estaria a trabalho especificamente do periódico integralista *A Offensiva*, o que consideramos improvável.¹⁴

Possivelmente tratava-se de um jornalista italiano, o que pode ser evidenciado pelo fato de que suas publicações são visivelmente pró-Itália (além do seu nome e sobrenome), cujos textos seriam enviados por algum contato de Salgado na Itália ou, o que parece mais provável, traduzidos e reproduzidos de algum periódico italiano. A publicação dos documentos no jornal *A Offensiva* era sempre posterior ao da data que aparecia no texto, geralmente essa diferença chegava a ser de quase um mês.

Além disso, apesar da insistência na importância de Luigi Ricci, sua assinatura constou em apenas três dos quinze textos (entre artigos e notas) publicados sobre o conflito ítalo-abissínio. Caso ele fosse realmente um enviado especial do periódico para cobrir os

¹³ Ricci, Luigi. “No “front” sómalo, entre “askaris” e “dubats”. *A Offensiva*, ano II, n. 92, 30 de jan. 1936. p. 1-5. Nota: optamos por manter todas as citações de época nesse e em outros artigos deste livro, com a grafia original.

¹⁴ Nota: Posteriormente, foi apurado que Luigi Ricci era o correspondente do jornal paulistano em língua italiana, o jornal *Fanfulla*. Para maiores detalhes, ver Bertonha (2021).

acontecimentos da guerra, a frequência de textos com a sua autoria provavelmente seria superior ao que foi publicado.

De qualquer maneira, *A Offensiva* considerava que a guerra que ocorria na África naquele momento interessava aos leitores do jornal e que, por isso, ele deveria noticiar o desenrolar dos acontecimentos. Isso porque se tratava de um evento que envolvia a Itália fascista, cuja ideologia inspirara a formação teórica da AIB e, portanto, preocupava os líderes do movimento e parte da militância de base tanto pela simpatia aos movimentos fascistas, quanto pelo grande número de imigrantes italianos e seus filhos, simpáticos ao *Duce*, que aderiu ao integralismo (especialmente em São Paulo).

Da mesma forma, mas em outro sentido, o assunto inquietava a comunidade negra nacional, que também estava presente nas fileiras da AIB, ainda que em menor número. O conflito entre Itália e Etiópia interessava aos afrodescendentes por se tratar da invasão ao último país africano livre.

Destarte, se pelo lado da Itália e daqueles que apoiavam a sua causa, o conflito ítalo-etíope da década de 1930 era considerado significativo e importante para a consolidação do Império fascista italiano; por outro lado, o dos movimentos negros ou das comunidades negras ao redor do mundo, ele era visto como uma agressão à única nação africana livre naquele momento e, conseqüentemente, uma agressão aos povos negros do mundo.

A AIB buscava absorver todos os brasileiros nas suas fileiras, incluindo os negros. O projeto de nação integralista valorizava o negro como parte da nacionalidade brasileira, presente na sociedade nacional desde o processo histórico de colonização do Brasil. Nesse sentido, ela buscava se afirmar como um movimento político não racista, justamente por considerar a formação miscigenada do povo brasileiro. Ao mesmo tempo, enquanto movimento próximo da Itália fascista, o integralismo não podia simplesmente assumir a defesa dos ‘povos de cor’, pois isso dificultaria a solidariedade com o movimento irmão. Uma contradição, que também estava presente nos textos sobre o conflito ítalo-etíope publicados em *A Offensiva*.

Dessa forma, a abordagem sobre o assunto apresenta ambiguidades no sentido de que, apesar da maioria dos textos enaltecer a conquista da Itália e, principalmente, a civilização que esta levaria ao povo etíope, em alguns momentos, o periódico buscava exaltar a inexistência do elemento racial no conflito, como forma de evitar que a temática da inferioridade racial fosse abordada, o que causaria problemas entre os negros integralistas e, igualmente, no próprio projeto nacionalista da AIB.

Nesse sentido, a análise sobre a abordagem do conflito veiculada no periódico de um movimento político de caráter fascista em um país como o Brasil, que apresentava grande número de negros na sua população e também nas hostes da AIB, torna-se interessante para se pensar na relação que o movimento integralista buscava estabelecer com os afrodescendentes.

A Batalha da Itália pela Civilização da Etiópia

A guerra entre a Itália e a Etiópia, ocorrida entre 1935 e 1936, teve origem no final do século XIX, quando, no contexto da corrida imperialista entre os países da Europa, a Itália fracassou na tentativa de conquistar o último país africano livre do colonialismo europeu, ao perder a Batalha de Adwa (ou Adua), em 1897, para a Etiópia. A revanche seria, então, retomada pela Itália na década de 1930.

O conflito de 1896-1897 apresentou resultados distintos para os dois povos envolvidos. Por um lado, os italianos saíram arrasados moral e ideologicamente, e com um sentimento de revanche. Por outro lado, a vitória da Etiópia passou a ser vista como representante da força e resistência dos povos africanos, contribuindo para criar a imagem da Etiópia invencível. Desse modo, os movimentos negros, que se fortaleceram no final do século XIX, apreenderam na resistência etíope a força do povo africano. Muitos deles passaram a considerar a Etiópia como uma espécie de ‘terra prometida’.

Até então, Etiópia era um termo utilizado por diversos movimentos de afirmação dos negros para referenciar o continente e

a ancestralidade africanos (e não especificamente o país assim denominado). A nação etíope adquiriu importância para os movimentos negros depois de vencer a batalha de Adua contra a Itália, o que, segundo Marques (2008, p. 180), fez com que parte do movimento negro passasse a considerar Etiópia como sinônimo de África, representando a liberdade e a identidade do(s) povo(s) negro(s).

Nessa perspectiva, a invasão ao último país africano livre, por uma nação europeia na década de 1930, não poderia ser bem-vista pela maioria da comunidade negra no mundo e no Brasil, fato que realmente a desagradou. Com o início do conflito armado pela Itália, grande parte do movimento negro protestou contra a incursão sobre a Etiópia pelos italianos fascistas. Assim, para compreender a abordagem que a AIB fez sobre o conflito ítalo-abissínio nas páginas de *A Offensiva*, é necessário considerar o grande valor que a existência de uma nação africana livre do colonialismo europeu, até o século xx, tinha para os povos africanos e para o movimento negro ao redor do mundo. Segundo Barker,

Para a gente de cor do mundo, a Etiópia era o último baluarte livre da cultura africana – uma espécie de Sion negro – cuja independência tinha de ser mantida a qualquer preço. Na verdade, vários cultos semirreligiosos, cujos seguidores reverenciavam Haile Selassié [então imperador etíope] e consideravam a Etiópia como a ‘terra prometida’, haviam surgido nos anos 1920. Esses cultos eram conhecidos como ‘etiopianismo’ ou tomavam o nome e o título do regente – daí os rastafários (Barker, 1979, p. 29-30)

No Brasil, a Etiópia também era considerada representante da liberdade dos povos negros. No final do século xix, foram criadas várias organizações abolicionistas ou de reivindicação de direitos dos ‘homens de cor’, contendo o termo etíope no nome. O *Centro Ethiopico* [sic] foi criado em Pelotas, em 1884, para lutar pela abolição da escravidão na região, e, posteriormente, em 1909, o *Centro Ethiopico Monteiro Lopes* [sic] foi criado na mesma cidade, com

caráter político de reivindicação dos direitos dos negros¹⁵ (Marques, 2008, p. 177).

Com a invasão italiana sobre a Etiópia, e considerando a afinidade entre os fascistas e os integralistas, pode-se imaginar como a guerra deve ter contribuído para gerar conflitos dentro do movimento integralista. No entanto, pela historiografia disponível, ainda não é possível reconstruir as divergências internas na AIB em relação ao conflito ítalo-etíope, embora haja trabalhos como de Karin Kossling (2004) e de Alexandre Marques (2008)¹⁶ que indiquem a existência dessas tensões.

A Offensiva parece ter refletido um pouco dessas tensões ao abordar o conflito ítalo-etíope, mesmo que tenha se posicionado, em essência, a favor da Itália fascista. Essa situação pode ser verificada em um texto publicado perto do final do conflito, em 19 de abril de 1936, intitulado ‘Abyssinia, nação agressora!’¹⁷.

Na publicação, o jornal refletia o argumento utilizado pelo governo italiano de que a Itália agira em legítima defesa, depois de tentar diversos acordos com o país africano. Assim, nas páginas de *A Offensiva*, buscava-se demonstrar o erro da Sociedade das Nações “[...] quando deu a Itália como nação agressora, no conflito que se desencadeou na África oriental [...]”, o que pode ser evidenciado já no título do artigo.

O texto abordava as relações entre Itália e Abissínia ao longo do século xx, afirmando que esta sempre ameaçara a integridade das colônias italianas e que, por isso, a invasão do país africano pela Itália fascista seria necessária para garantir a manutenção do poder italiano sobre suas colônias. Segundo o texto,

¹⁵ Sobre a discussão acerca da importância e valorização da Etiópia pelo movimento negro no Brasil, ver Marques (2008, p. 167-180).

¹⁶ Marques avalia a repercussão do conflito entre a intelectualidade negra da cidade de Pelotas, por meio da análise do jornal pelotense da imprensa negra *A Alvorada* (Marques, 2008, p. 180-220).

¹⁷ Abyssinia, nação agressora!. *A Offensiva*, ano II, n. 160, 19 de abr. 1936. Nota: Nesta coletânea foi decidido manter a ortografia da época.

Os membros da SDN [Sociedade das Nações] [...] esqueceram-se ou se fizeram esquecidos, por conveniência, que a nação abexim, simples amalgama de tribos barbaras, vinha constituindo de há muito tempo, um sério factor de insegurança para as colônias italianas da Erithréa e da Somália que por esse motivo, nunca puderam ser aproveitadas como deviam em virtude das ameaças e das incursões dos ‘raziadores’ selvagens e ferozes, insuflados pelos governos de Addis Abeba, desde os tempos de Menelick.

Para justificar a incursão da Itália, o artigo utilizava argumentos que caracterizavam o povo etíope como bárbaro e incivilizado, ou seja, um país que precisava ser desenvolvido e civilizado pelo fascismo.

A Etiópia era apresentada como uma terra em que reinavam atividades desumanas, como a escravidão com suas punições atrozes, por exemplo, e como um local incivilizado, onde faltava infraestrutura básica, como banheiros públicos e/ou coleta de lixo nas ruas. Citando os estudos do professor G. Baravelli, afirmava-se que na capital do império etíope, Addis Abeba, “[...] cidade de cem mil habitantes [...] não existem *water-closets* públicos, nem tão pouco particulares, com exceção, bem entendido, das residências dos europeus e americanos. A limpeza das ruas é confiada aos abutres, chacas e hyenas”. O artigo era finalizado com a afirmação de que a Itália salvaria a Etiópia do atraso, da barbárie e da selvageria: “Positivamente, a Abyssinia, atrasada e retrograda de hoje, será amanhã, o maior império colonial, agasalhando um povo livre e recebendo os fulgores da civilização mediterranea, o genio da Roma Eterna!”..

A propaganda italiana em favor da conquista da Abissínia utilizava-se ainda da derrota em Adua, em 1897, afirmando que a invasão era necessária para vingar este episódio e uma forma de recuperar o esplendor do Império Romano para consolidar o Império Fascista, seu herdeiro. Nesse sentido, ao caracterizar as particularidades do imperialismo italiano em relação aos outros países europeus, Bertonha (2005, p. 159) avalia que a campanha italiana na Etiópia, na década de 1930, confirmava a importância do fator psicológico e cultural no

imperialismo italiano, visto que sua derrota para a Etiópia, no final do século XIX, havia deixado “[...] marcas profundas na autoimagem dos italianos que se tornaram vítimas do desprezo de outros europeus”. Assim, a invasão sobre o país africano era considerada uma retaliação pelos italianos e estava de acordo com a política externa da Itália fascista, que se tornava mais agressiva, principalmente a partir de 1935.

Antes do início das batalhas de 1935 e 1936, o imperador etíope estava alerta aos preparativos italianos e também se preparou para um possível conflito. Apesar de militarmente inferior (especialmente porque, a pedido do governo italiano, países europeus produtores de armas haviam cessado a venda de equipamentos militares para a Etiópia no início de 1935), Hailé Selassié I ordenou a permanência do seu exército a 30 quilômetros (km) das fronteiras, como forma de proteção contra um possível ataque de Mussolini, cujo início era cada vez mais provável. Entretanto, o *Negus* decidiu não atacar, pois queria deixar claro à opinião pública mundial qual era o país agressor.

O ano de 1934 pode ser considerado chave para o início da guerra de 1935-1936 e para a conseqüente conquista da Etiópia pela Itália. Em dezembro, houve um conflito entre as tropas somalis italianas e as etíopes, em Wal Wal, região localizada dentro do território pertencente à Etiópia. As hostilidades se iniciaram depois que uma comissão anglo-etíope, responsável por delimitar as fronteiras entre Etiópia e Somália inglesa, ao chegar a Wal Wal, verificou a existência de um destacamento de somalis italianos na região que pertencia ao país africano. Então, ocorreram confrontos armados entre somalis italianos e etíopes durante um dia, mas não houve negociação sobre o conflito.

Depois do episódio, a Itália apresentou uma lista de exigências para a Etiópia, entre elas um pedido formal de desculpas e indenizações, demonstrando que, caso as reclamações não fossem atendidas, procederia à invasão. Em resposta às exigências da Itália, o imperador da Etiópia apelou à Sociedade das Nações para resolver o impasse, solicitando uma arbitragem internacional. No entanto, o

caso permaneceu sem solução até setembro de 1935, o que favoreceu o início do conflito armado pela Itália.

Assim, as tropas italianas, sob o comando do marechal De Bono, chegaram à fronteira norte da Etiópia (a partir da Eritreia) no começo do mês de outubro de 1935. Sem declaração formal de guerra, a Itália bombardeou com sua força aérea (a *Regia Aeronautica*) a cidade de Adwa, que foi conquistada pouco tempo depois. O exército italiano na fronteira sul da Etiópia (a partir da Somália italiana) estava sob o comando do general Graziani, que, depois da conquista italiana, foi nomeado vice-rei na Etiópia.

As forças militares das duas nações eram visivelmente desiguais, o que causou desconforto até para os países que haviam ‘fechado os olhos’ para o conflito, e a opinião pública mundial se posicionava, cada vez mais, contrariamente ao episódio, e teoricamente a favor da Etiópia, sem agir, entretanto, em benefício do país africano.

O representante do governo etíope na Sociedade das Nações recorreu à autoridade da instituição, em outubro de 1935, solicitando que a Itália fosse punida com o embargo econômico por parte dos membros da Sociedade, para tanto, alegava que o país europeu havia violado o Pacto de não agressão entre os países que compunham a SDN. A Itália respondeu argumentando que se tratava de guerra de autodefesa.

A Sociedade das Nações, naquele momento, entendeu que se tratava de agressão da Itália sobre a Etiópia, porém definiu que as penas impostas à nação agressora seriam definidas por cada país, e não pela Sociedade, o que dificultou a aplicação de sanções, pois alguns países membros da SDN não impuseram embargos à Itália.

Na prática, as imposições sobre a Itália não repercutiram diretamente no conflito, mas principalmente na sociedade italiana, que viu diminuir o consumo de produtos de primeira necessidade, como a carne, pelos cidadãos italianos. Assim, a guerra continuou sem muitos empecilhos para a nação fascista e terminou com a conquista de Addis Abeba, capital da Abissínia, em maio de 1936.

A invasão (ou conquista, como os italianos preferiram caracterizar) repercutiu no mundo todo e de maneira diversificada. Apesar de

parte considerável da opinião pública se mostrar contrária à invasão, muitos países do velho ou do novo mundo se não apoiaram, também não agiram para que a conquista não se concretizasse.

A Inglaterra foi o principal país que se posicionou contrariamente à invasão italiana, sobretudo a partir de junho de 1935, devido à opinião pública inglesa, e também ao contexto de mudança nas relações diplomáticas entre Itália e Inglaterra, bem como de modificação da política externa fascista, que se tornava mais agressiva e violenta naquele momento. (Bertonha, 2005, p. 167). Porém, nas sessões da Sociedade das Nações, a Inglaterra agia conforme as circunstâncias e interesses imediatos, e quase não se esforçou para evitar o ataque italiano. Assim, na prática, a Inglaterra não fez quase nada em favor da nação africana e, em muitas ocasiões, ao afirmar acordos com a Itália (especialmente devido ao receio de que esta se aliasse à ascendente Alemanha), demonstrou sua simpatia à nação italiana, ou pelo menos, sua não oposição à decisão da Itália de invadir o país africano.

A posição da Inglaterra, contrária ao conflito, era interpretada e difundida pela Itália (para o seu povo e para aqueles que eram favoráveis à conquista e colonização do país africano) como uma reação à ameaça que a consolidação do Império Fascista constituía para a hegemonia da Inglaterra. Essa interpretação também foi veiculada no jornal *A Offensiva*, conforme verificado no artigo *O Conflito Italo-Abyssinio e a Inglaterra*, sem autoria, publicado no periódico em setembro de 1935, antes do primeiro ataque italiano à Etiópia¹⁸.

Iniciado com uma citação de Léon Daudet (1867-1942), cofundador e membro da *Action Française*, sobre a oposição entre Inglaterra e Itália em relação ao conflito desta com a Abissínia, o texto buscava justificar a atitude da nação fascista, afirmando que ela agia de acordo com “[...] as necessidades vitais do povo italiano e a garantia militar na África oriental [...]”, sendo que, por isso, a Sociedade das Nações não poderia intervir na questão. Segundo o texto, a solução

¹⁸ O Conflito Italo-Abyssinio e a Inglaterra. *A Offensiva*, ano II, n. 70, 14 de set. 1935.

militar seria a única alternativa para a Itália solucionar o problema do protetorado abissínio e garantir a segurança das suas colônias, já que “[...] nas circunstâncias perigosas, não teríamos a ajuda de ninguém; dar-se-ia provavelmente o contrário”.

O documento afirmava ainda que os interesses da Inglaterra no conflito estavam ligados à sua preocupação com a região do Rio Nilo, que os ingleses pretendiam dominar, conforme é possível constatar nas seguintes palavras: “a Inglaterra mantém-se firme na sua posição de alarme quanto ao Nilo [...] pergunto até onde irá ela para barrar o caminho da Itália e ficar, sem preocupações, a dona do Nilo”.

A publicação chamava a atenção também para o fato de que uma atitude agressiva da Inglaterra em relação à Itália, como o fechamento do canal de Suez, por exemplo, acarretaria dificuldades comerciais para todos os países da Europa, o que, conseqüentemente, poderia resultar em problemas diplomáticos entre as potências europeias: “Mas é na Europa sobretudo que a attitude da Inglaterra pôde ter graves conseqüências. Quanto aos países dominados pela Inglaterra não se sabe exactamente o que pensam, devido a variedade das suas populações”. Esse argumento pode ser interpretado como um esforço da Itália para conseguir o apoio das nações europeias no seu objetivo de colonizar a Etiópia.

Outra publicação faz referência à contraposição da Inglaterra às atitudes italianas na África. O texto, também sem autoria, intitulado *Do alto da montanha. A voz do sangue...*, publicado em 16 de novembro de 1935, afirmava que a nação liberal estava preocupada apenas com os prejuízos que a guerra poderia causar à sua hegemonia econômica, e não com o país invadido. Isto seria visível pelo fato de que a Inglaterra havia mantido a escravidão em todas as suas colônias na África, o que, por sua vez, contrariava as suas atitudes anteriores em defesa do fim da escravidão no Brasil. As atitudes contraditórias dos ingleses comprovariam que o país agia somente de acordo com os seus interesses econômicos imediatos:

A Inglaterra que se fez campeã da abolição da escravatura no Brasil, somente porque o trabalho escravo na nossa lavoura fazia concorrência ao das suas colônias, a Inglaterra fechou sempre os olhos à escravatura de negros por negros em suas colônias africanas, na República da Libéria e no Império da Etiópia¹⁹.

Assim, a Inglaterra só estaria interessada em manter seu poder econômico, agindo em favor dos grandes industriais do seu país, que, por sua vez, tinham interesse em estabelecer relações comerciais ou instituir empresas exploradoras de matérias-primas nas suas colônias e nas colônias de outros países:

Como é do consenso universal, a Inglaterra só se move pelo interesse commercial da plutocracia judaica que domina a sua política externa.

[...]

Assim pois a opposição da Inglaterra á Italia, na campanha africana, nada mais é que a perda do negócio, arranjado pelo Mr. Franck William Rickett, para os seus patrões da Royal Dutch, da Anglo Persian, da British Oil Development, por cujos interesses véla o Gabinete e Parlamento britannicos, ameaçando com suas esquadras, até agora invencíveis [...].

Mesmo que a Inglaterra tenha agido de acordo com os seus interesses ao se posicionar perante o conflito, é interessante notar como a AIB articulava as críticas que tecia ao liberalismo nos textos em que discutia a guerra ítalo-etíope. Assim, é possível observar, no texto citado acima, o antiliberalismo e as críticas ao capitalismo internacional dominado pelos judeus, elementos presentes na ideologia integralista.

Conforme já destacado, a *Ação Integralista Brasileira* se posicionou a favor da conquista italiana, visivelmente de acordo com a atitude expansionista da nação fascista, com a qual compartilhava a ideologia. Dessa forma, na mesma perspectiva que a maioria dos

¹⁹ Do alto da montanha. A voz do sangue... *A Offensiva*, ano II, n. 79, 16 de nov. 1935.

países da América Latina, inclusive do Brasil²⁰, e que a maior parte das nações europeias, a AIB enaltecia as atitudes civilizatórias da nação italiana sobre o país africano. Porém, contraditoriamente, buscava apresentar uma imagem positiva dos negros, afirmando, inclusive, que o conflito não era uma guerra de raças, e que grande parte dos africanos apoiava o exército italiano, lutando ao seu lado.”

Em um texto com um título impactante como *Não existe questão de cor para os italianos*²¹, o mesmo autor que escreveu que os abissínios eram selvagens e bárbaros, Luigi Ricci discutia assuntos diversos, mas buscava justificar a colonização italiana na Abissínia, o que não é exatamente sugerido pelo título.

Primeiramente, o autor apresentava as belezas naturais que conheceu na Abissínia, especificamente na região do rio Ganale Doria, bem como a fertilidade da terra, afirmando que os camponeses italianos sabiam utilizar e desenvolver o solo como fizeram no Brasil, na Argentina e no Uruguai. Ricci afirmava que os soldados italianos, nas horas de folga, já haviam plantado feijão, ervilhas, tomates e algumas verduras, comprovando a produtividade daquele solo. Isso tudo o teria feito pensar que o povo italiano finalmente poderia encontrar:

[...] a terra que lhe convém, para obter as matérias primas necessárias á sua vida. E que se torna necessária a intervenção do braço italiano para arrancar a esse solo privilegiado todos os thesouros que nelle se acham encerrados, está a proval-o o fato que doze milhões de negros que habitam a Abyssinia, não souberam durante séculos seguidos, explorar suas immensas riquezas, permanecendo em um estado de atrazo e de miséria tal que só encontra comparação na existência dos índios insubmissos das florestas sul-americanas.

O texto evidencia claramente a posição favorável do autor à colonização italiana na Abissínia. No entanto, apesar de afirmar que

²⁰ Sobre a repercussão do conflito nos países da América Latina e o posicionamento destes acerca da guerra, ver Marques (2008, p. 77-87).

²¹ Ricci, Luigi. Não existe questão de cor para os italianos. *A Offensiva*, ano II, n. 130, 19 de mar. 1936.

os negros não haviam desenvolvido o país, mantendo-o na miséria, busca demonstrar que não havia questão de *côr* [sic] (ou seja, racismo) para os italianos. Segundo o autor, os soldados italianos, ao contrário dos ingleses, confraternizavam com os soldados negros (*dubats*), bem como se relacionavam amigavelmente com o povo etíope (óbvio que com aqueles que não se opunham à conquista italiana e sim apoiavam-na)²², conforme se observa na seguinte passagem:

Que venham os ingleses apreciar como os jovens officiaes italianos se sentem bem no meio das tropas de *côr*.

[...] Que venham apreciar esses soldados italianos que, loucos de saudades da família, chamam os negrinhos barrigudinhos e sujos e os agradam com afagos paternaes, aconchegando-os ao collo.

Em mais uma publicação, Ricci enaltecia a participação das tropas formadas por soldados negros nas vitórias da Itália, e também procurava apresentar que parte da população etíope estava de acordo com a ocupação italiana.

Em *Os “bersaglieri” pretos e as outras tropas de cor garantem a liberdade de movimento das tropas italianas*²³, o autor, depois de discorrer sobre seu encontro e conversa com o sultão etíope Olol Dinle, destacando as qualidades do líder abissínio que escolhera lutar ao lado dos italianos²⁴, buscava demonstrar as contribuições dos ‘homens de cor’ que lutavam ao lado da Itália: sómalos [sic] e *askaris* da Líbia, comparando-os com os eritreus e abissínios, considerados inferiores no que se referia às estratégias e ações voltadas às guerras.

²² Barker apresenta as atitudes violentas e coercitivas adotadas por Graziani contra aqueles que resistiram à ocupação italiana no curto período em que exerceu o vice-reinado na Etiópia (1936-1937). Sobre a organização administrativa e as medidas empreendidas pelo governo italiano após a conquista do território, ver Barker (1979, p. 134-159).

²³ Ricci, Luigi. *Os bersaglieri pretos e as outras tropas de cor garantem a liberdade de movimento das tropas italianas*. *A Offensiva*, ano II, n. 152, 01 de abr. 1936.

²⁴ O rás Olol Dinle e seu exército lutaram ao lado dos italianos, e foram considerados traidores por Hailé Selassié I e pelos etíopes fiéis ao imperador.

Os somalis eram considerados leais e ligeiros, ao contrário de eritreus e abissínios, cuja origem e crença na superioridade da sua raça não admitiam “[...] o mando de pessoas que julgam pertencerem a ‘cabilas’ inferiores”. Os líbios eram considerados resistentes ao clima e a diversas moléstias, o que seria favorável à vitória nas batalhas. Além disso, eram inteligentes e tinham “[...] uma intuição excepcional, um poder visual notável e uma capacidade de movimentos verdadeiramente maravilhosa”.

Além das tropas regulares (*askaris*), havia as tropas irregulares (*dubats*), que eram formadas por soldados recrutados nas várias regiões das colônias italianas. Ricci enaltecia a fidelidade dos *dubats* para com os generais italianos, o que lhes teria rendido o título de *bersaglieri* pretos, dado pelo próprio Mussolini. O autor também exaltava as características dos *dubats* nas batalhas: “Esses *dubats*, representam para os italianos, o que o perdigueiro representa para o caçador. Espia os movimentos do adversário; atrae-o fora da toca; o individualiza e não o perde de vista até pegalo no instante oportuno”.

Barker (1979, p. 101) reconhece a importância da participação dos negros ao lado da Itália na guerra, destacando a relevância dos soldados coloniais, especialmente eritreus, na vitória italiana. Segundo o autor, a última batalha importante do conflito, a batalha de Mai Ceu, vencida pela Itália, que o general italiano Badoglio “chamou de ‘a batalha pelo Império’ foi vencida pelas tropas coloniais negras [...]” (Barker, 1979, p. 101), o que pode ser constatado pelo maior número de baixas entre os colonos do que entre os soldados vindos da Itália.

Assim, a participação dos negros nas tropas italianas foi fundamental para a vitória da Itália sobre a Etiópia, o que, em partes, era reconhecido pelos italianos. Todavia, a propaganda fascista enalteceu principalmente o papel do Exército italiano e das tropas de camisas-negras na conquista da Abissínia.

O papel dos negros na guerra foi veiculado pelos italianos e pelo jornal *A Offensiva* de acordo com o seu posicionamento com

relação à Itália. Apesar de todos os que lutaram na guerra serem africanos e negros (eritreus, askaris, dubats e etíopes), o fascismo os classificava de acordo com o seu posicionamento em relação à Itália, enaltecendo as qualidades daqueles que lutavam ao lado dos italianos e caracterizando defeitos naqueles que se posicionavam contra as tropas do *Duce*. Nessa perspectiva, nem todos os negros eram considerados inferiores e inimigos da Itália, mas somente aqueles ‘insubordinados, infiéis e desleais’ que lutavam contra a Itália, caracterizados geralmente como selvagens e bárbaros, que deveriam ser civilizados pelos italianos assim que estes conquistassem e colonizassem a Etiópia.

A comparação feita entre os negros que lutavam ao lado dos fascistas ou que faziam parte das colônias italianas, e aqueles que resistiam ao exército do *Duce*, com o elogio aos primeiros em detrimento dos segundos, sugere que a civilização dos africanos pela Itália era um assunto considerado primordial pelo governo de Mussolini. Isso permite inferir que, para a nação fascista, os povos colonizados seriam superiores aos ainda não colonizados, pois aqueles já tinham entrado em contato com a civilização italiana e apreendido os valores necessários para evoluírem, no sentido europeu do termo.

Constatam-se, no periódico integralista *A Offensiva*, interpretações semelhantes em relação aos negros que participaram do conflito, considerando que as publicações analisadas apresentavam posicionamento favorável à nação italiana, ao utilizar basicamente os mesmos argumentos que a propaganda fascista, ao mesmo tempo em que buscavam enaltecer a não existência da ‘questão de cor’ no conflito.

O destaque dado às ‘questões da cor’ e/ou da não existência do racismo nos títulos dos dois textos (*Não existe questão de cor para os italianos*, e *Os “bersaglieri” pretos e as outras tropas de cor garantem a liberdade de movimento das tropas italianas*), permite pensar que o jornal pretendia chamar a atenção da população negra, além de tentar afirmar a inexistência de discriminação racial na ideologia da AIB. A relação entre os italianos e os negros africanos ressaltada

no título dos referidos artigos, bem como o seu destaque na primeira página do jornal²⁵, nos remete à ideia de que, pelo menos em alguns momentos, *A Offensiva* procurou chamar a atenção de um público específico e interessado no tema, os negros, ou pelo menos, procurou enfatizar o assunto de acordo com a necessidade do movimento em se afirmar como uma organização política destituída de preconceitos raciais em relação aos negros.

Ao mesmo tempo, e o que parece mais relevante e interessante, ao valorizar os negros aliados à Itália e depreciar os negros que deveriam ser conquistados, podemos inferir que havia um enaltecimento da colonização como sinônimo de civilização dos africanos. Assim, podemos refletir que a AIB considerava que, também no Brasil, seria necessário que os negros (e os brasileiros em geral) fossem civilizados, o que deveria ser feito pela interiorização dos valores propagados pelo movimento integralista, como a disciplina, a ordem, a hierarquia, entre outros. Em última instância, de forma pacífica, seria o integralismo a fazer, com os brasileiros, o mesmo trabalho que a Itália fascista realizava na África.

Conclusões

Segundo nosso entendimento, o elemento central que permite compreender a participação expressiva de negros na AIB era a identificação que esta fazia do negro enquanto brasileiro e o espaço que o integralismo oferecia para a integração dos descendentes de escravos na sociedade brasileira, objetivo de boa parte dos negros naquele momento e para o qual a ideologia integralista parecia bastante adequada.

Realmente, o movimento integralista, apesar de culturalmente intolerante até certo ponto (já que defendia a homogeneidade cultural e ideológica dos brasileiros), reconhecia que os brasileiros eram um povo de cor e que seria um erro defender o arianismo, sendo

²⁵ A maioria dos textos publicados sobre a Guerra da Abissínia aparece somente no interior do jornal, geralmente na página dedicada aos assuntos internacionais.

portanto racialmente tolerante com os não-brancos. Uma posição excepcional, que separa a ideologia integralista da maioria dos movimentos fascistas europeus.

Tal tolerância tinha limites, como demonstra a pouca participação dos negros na liderança do movimento, a qual era essencialmente branca, ainda que sem uma política explícita nesse sentido. Do mesmo modo, a contradição entre ser um movimento que se vinculava ao fascismo internacional e procurava, ao mesmo tempo, ser tolerante racialmente não podia deixar de gerar tensões, as quais podiam explodir em alguns momentos.

Durante a Guerra da Etiópia, por exemplo, as contradições devem ter atingido níveis bastante consideráveis. Como identificado anteriormente (Bertonha, 2001; 2008a), houve conflitos entre os italianos fascistas residentes no Brasil (assim como nos Estados Unidos, no Canadá e em outros países com população de origem africana) e membros do movimento negro, indignados pela invasão italiana do último país africano independente.

Dentro do integralismo, havia uma simpatia generalizada pela Itália fascista e numerosos descendentes de italianos que apoiavam o *Duce* e, ao mesmo tempo, negros orgulhosos da sua raça e que provavelmente olharam com desgosto para a invasão. O próprio Abdias do Nascimento (2002, p. 304-305) conta, em suas memórias, como havia sido integralista entre 1933 e 1937 e que, em 1935, organizou, com outros negros de São Paulo, manifestações contra a invasão fascista da Etiópia. Dada a afinidade entre os fascistas e os integralistas, pode-se apenas imaginar como atos desse tipo devem ter repercutido dentro do movimento. A presença de muitos descendentes de alemães (dos quais ao menos uma parte poderia e deveria compartilhar de alguns dos ideais arianos do nazismo) também indica como a tensão interna pode ter sido substancial.

Nesse contexto, o que teria predominado? Um sentimento de solidariedade com a Itália por afinidade ideológica ou um com os etíopes por questões de solidariedade étnica? Não sabemos com certeza, ainda que a primeira hipótese pareça mais correta. Não obstante,

este estudo sobre o jornal *A Offensiva* indica como a questão era bastante ambígua e que a AIB trabalhou o tema com muito cuidado, sem reproduzir acriticamente nem a propaganda do fascismo italiano nem o discurso de boa parte do movimento negro.

Dessa forma, verificamos como, apesar da heterogeneidade de abordagens e interpretações acerca do assunto, a AIB utilizou o episódio para disseminar sua doutrina e ideologia, o que corrobora com o papel doutrinador que a imprensa integralista assumiu, ao mesmo tempo em que procurava não levar a questão da guerra para uma abordagem eminentemente racial.

No que se refere aos negros, foi possível constatar, como já mencionado, que a AIB apresentava um apelo específico, que pode ser relacionado ao seu projeto de nação ‘integradora’. Nesse sentido, as ambiguidades presentes nos textos podem ser mais bem compreendidas se tivermos em mente a visão que *A Offensiva* e, consequentemente, a AIB tinha sobre a ‘população de cor’ do Brasil, o que, por sua vez, não pode ser desvinculado da proposta integralista de nação.

O nacionalismo ‘integrador’ integralista pretendia englobar todas as etnias existentes no Brasil para formar a ‘nação integral’, incluindo o negro como parte da ‘brasilidade’ desde o processo de formação do país (devido à valorização do mestiço como representante do povo brasileiro). Ao mesmo tempo, a nação brasileira a ser consolidada deveria ser civilizada, no sentido europeu do termo e, segundo a propaganda integralista, somente a AIB estaria habilitada para criar essa nova nação civilizada no Brasil. Para tanto, o povo brasileiro também deveria estar imbuído de sentimentos e valores civilizados, o que deve ser entendido como os valores propagados pelos camisas verdes.

Num certo sentido, era através do conceito de ‘civilização’ que o jornal conseguia defender, ao mesmo tempo, a raça etíope ou africana e seu conquistador europeu e fascista. O integralismo, com certeza, não criou essa concepção da guerra como um esforço civilizatório de uma cultura superior, a italiana, sobre bárbaros africanos, já que esta concepção era uma das chaves da propaganda fascista como um

todo, permitindo fugir da ideia de uma ‘guerra racial’ que não seria conveniente para a política externa da Itália daquele momento. Não espanta, assim, que ela fosse reproduzida nos jornais da AIB, que recebiam os despachos da Embaixada e dos consulados italianos.

Não obstante, ao reproduzir esse tipo de material (e, portanto, dar o seu aval a ele), o jornal não estava simplesmente copiando acriticamente o material ofertado pelo governo italiano, já que é razoável supor que havia uma seleção do que seria publicado e do que seria esquecido nas gavetas. Ao publicá-lo, fica evidente também o desejo de agradar públicos diversos (italianos, negros, fascistas e militantes negros) e a própria tensão interna do jornal, e do movimento, sobre o tema da guerra.

A Guerra Civil Espanhola na Imprensa Integralista:

solidariedade fascista contra o inimigo comum*

Entre os anos de 1936 e 1939, desenrolou-se na Espanha o que, possivelmente, tenha sido um dos acontecimentos mais marcantes e emblemáticos do conturbado período entre guerras mundiais, a Guerra Civil Espanhola. Fosse pelas brutalidades praticadas por ambos os lados em contenda, ou, ainda, pelo massacre de um grande número de civis e clérigos, esse conflito atraiu a atenção de toda a diplomacia, imprensa e opinião pública internacional.

Além disso, tendo sido deflagrado num período marcado não apenas por uma profunda instabilidade política, econômica e social, mas, também, por uma aguda polaridade ideológica, quando a funcionalidade e a eficácia do modelo liberal-democrático eram questionadas e o fascismo e o comunismo se apresentavam como uma alternativa política viável para a sociedade, a Guerra Civil acabou por atrair, além da atenção, a solidariedade de boa parte do mundo para ambos os lados em contenda.

Como frisado por Almeida (1999, pp. 42-43), não se tratava de uma mera guerra civil, que envolvia e se restringia a questões e problemas estritamente internos à Espanha. O conflito espanhol acabou por exprimir, em essência, os embates de todas as rupturas ideológicas do período, em particular a luta entre a democracia, o fascismo e

* Publicado originalmente em Gonçalves; Simões (2012, p. 159-181). (Coautoria com Murilo Antonio Paschoaleto).

o comunismo. Ademais, esse mesmo caráter de ‘embate ideológico’ serviu de estímulo para que auxílios materiais, ou mesmo uma ‘solidariedade ideológica’, fossem enviados, por parte dos países, organizações ou pessoas interessadas, para ambos os lados em contenda.

Muito já se escreveu sobre a repercussão da Guerra Civil Espanhola no mundo e na América Latina, em particular, demonstrando as posições dos vários governos, a divisão das coletividades espanholas e também das sociedades como um todo. Em geral, o padrão não varia muito de país para país, com os grupos e associações ligados à direita (fascistas, nacionalistas, católicos etc.), apoiando a insurreição nacionalista e os ligados à esquerda (comunistas, socialistas, anarquistas, grupos democratas e laicos em geral), em prol da república²⁶.

Não é nossa intenção recuperar todo esse debate e todas essas informações, assim como não vemos necessidade em fazer um apinhado geral sobre o fascismo na América Latina. Basta recordar como os movimentos fascistas locais foram entusiastas da rebelião e que as células da Falange Espanhola espalhadas pelo continente foram especialmente ativas na promoção e defesa da proposta franquista²⁷.

Os núcleos da Falange, ou mesmo falangistas isolados, tinham realmente sólidos laços com as outras organizações semelhantes e agiram com eles na defesa do lado de Franco. Na Argentina, a relação de proximidade com os nacionalistas argentinos era grande e a Falange foi especialmente desenvolvida, tanto que conseguiu enviar um grupo de voluntários – a *Legión de la Bandera Argentina* – para lutar no lado nacionalista, mas registros semelhantes podem ser encontrados em outros locais.

Em território brasileiro, a deflagração do conflito foi noticiada por inúmeros órgãos de imprensa, das mais variadas orientações

²⁶ Apenas para citar alguns trabalhos clássicos, ver Falcoff e Pike (1982), Meihy (1996), Trifone e Svarzman (1993) e Quijada, Tabanera e Azcona (1992).

²⁷ Ver, para exemplos de uma imensa bibliografia, González Calleja; Limon Nevado (1988), Delgado Gómez-Escalonilla (1988, 1992), Rein (2001), González Calleja (1994a, 1994b), Pérez Montfort (1992) e Sanz (1992, 1995).

políticas, incluindo os que compunham a extensa cadeia impressa organizada pela *Ação Integralista Brasileira* (AIB), movimento de extrema-direita brasileiro, fundado em 1932. Neste trabalho, buscamos evidenciar a forma com que a AIB, por intermédio das páginas do importante jornal integralista, o *A Offensiva*, publicado no Rio de Janeiro, apresentou a Guerra Civil Espanhola aos integralistas e à opinião pública brasileira em geral.

Tendo-se em vista que a eclosão desse conflito se deu num contexto de disputas ideológicas, e que a AIB, nesse ínterim, se posicionou pública e declaradamente ao lado da extrema-direita internacional, essa análise pode-se revelar bastante frutífera, na medida em que determinadas questões abordadas ao longo do nosso texto – por exemplo, a ‘solidariedade ideológica’ dos integralistas para com os ‘nacionalistas’ liderados por Franco – podem contribuir para a discussão e elucidação de aspectos referentes ao próprio movimento integralista e ao seu caráter ideológico.

A Guerra Civil Espanhola nas Páginas do *A Offensiva*

A Guerra Civil Espanhola (GCE) recebeu destaque no noticiário internacional do *A Offensiva*. Entre julho de 1936 e março de 1938, quando a folha deixou de circular, os leitores do jornal, fossem estes integralistas ou não, poderiam encontrar, em periodicidade diária, inúmeras notícias telegráficas e vários artigos escritos pelos próprios integralistas versando sobre o conflito em terras espanholas.

Através da análise documental, nota-se que os integralistas, desde o início da GCE, mantiveram um posicionamento pró-forças nacionalistas, expressando sua solidariedade e apoio aos nacionalistas espanhóis – ou ‘integralistas hespanhóis’²⁸ como o foram, por vezes, chamados pelo jornal.

De forma geral, os integralistas, por intermédio das páginas do *A Offensiva*, procuraram apresentar a GCE como algo fundamental para os destinos do mundo, não uma simples guerra civil restrita à

²⁸ Momento internacional. *A Offensiva*, ano III, n. 240, 24 de jul. 1936.

Espanha, mas sim um conflito no qual ‘esquerda’ e ‘direita’ estariam num grande embate armado, no qual selar-se-ia o destino de toda a civilização ocidental,

A revolução nacional que estalou na Hespanha, e que vem, de uns dias a esta parte fazendo convergirem sobre aquelle paiz a atenção e os anseios do mundo inteiro em expectativa, constitue, sem dúvida alguma, um duplo ‘test’ do estado de espirito, em que vive, na hora presente, todo o gênero humano. Objectivamente circumscripta ao território exíguo da península, tem, entretanto, o actual movimento armado hespanhol, uma significação bem mais alta do que a que à primeira vista possa parecer; e transcende, pelo sentido mesmo de suas directrizes, à singeleza de uma guerra civil, para interessar, muito de perto, os altos destinos da Europa, quiçá de todo o Occidente christão [...] É pois no seio do intrépido povo hespanhol que se trava, neste momento, a grande batalha entre o que o mundo chama de Direita e a esquerda, ou sejam, o Christo e o anti-Christo [...] A guerra civil agita e ensanguenta a Hespanha. A massa gigantesca dos rebeldes se projecta sob a matilha solta da esquerda situacionista, como uma enormidade sobre outra enormidade [...] É o encontro supremo da nação hespanhola com a horda de mercenários que Stalin mantem na península, a soldo e jornal. Quem vencerá? A matilha soviética ou a dignidade da Hespanha? O mundo inteiro, varado de emoção, assiste à lucta do homem com a hyena. Em dois grandes campos se divide a opinião do mundo atento: nos que ‘torcem’ pela Hespanha, e nos que latem pro-soviet²⁹.

Assim, a Espanha seria, naquele momento, uma enorme arena, na qual o povo espanhol estaria se digladiando. Não obstante, ela extrapolaria, e muito, os limites das guerras civis que, até então, a precederam: o conflito espanhol seria, em verdade, uma guerra civil-ideológica, da qual a Espanha seria apenas o palco principal, em que ‘esquerda e direita’, “[...] fascistas e comunistas, tendo cada um desses contendores os seus aliados hespanhóes”³⁰, estariam em disputa

²⁹ A guerra hispano-soviética. *A Offensiva*, ano III, n. 240, 24 de jul. 1936.

³⁰ Freitas, Madeira. Valha-nos o aviso. *A Offensiva*, ano IV, n. 379, 5 de jan. 1937.

e decidindo os destinos de toda a civilização ocidental. Daí, segundo *A Offensiva*, a GCE ser um conflito de elevada importância, ao qual a população do mundo todo, sobretudo a brasileira, deveria estar bastante atenta.

Os artigos que procuraram explicar a deflagração da GCE foram escritos de forma objetiva, procurando transmitir os percalços que teriam levado à eclosão do conflito. Sucintamente, a GCE foi deflagrada, na perspectiva transmitida pelo periódico, numa tentativa desesperada, por parte das ‘forças sadias’ existentes na Espanha (compostas pelo Exército, Falange Espanhola, Monarquistas, Carlistas e Republicanos de direita), de resgatar o país latino da convulsão política e social na qual os comunistas a teriam imergido³¹.

A desordem na qual a Espanha estaria imersa, segundo o *A Offensiva*, antes de ser ‘obra do acaso’, constituiria-se em apenas uma das etapas das táticas empregadas pelo comunismo internacional para ascender ao poder. Informava-se, por meio das páginas do periódico, que os comunistas espanhóis estariam a incentivar diversas greves, atentados e assassinatos, objetivando desestabilizar a Espanha política e socialmente, pois somente num clima de desestabilidade é que o comunismo teria chances de ascender ao governo.

Todavia, as táticas empregadas pelo comunismo, na Espanha, “[...] começaram a despertar as legítimas forças nacionais espiritualistas e revolucionárias”. As referidas forças teriam tomado corpo e forma quando da fundação da Falange Espanhola, fundada por Primo de Rivera, em 1933, a qual era apresentada, pelo *A Offensiva*, como movimento político-social de caráter fascista e como o maior baluarte contra o comunismo, na Espanha. Conquanto, ao passo que população espanhola se mostrava indiferente aos constantes alertas e apelos de Rivera, o governo espanhol, manobrado pelo comunismo soviético, restringia as atividades da Falange, perseguia seus membros e fechava suas sedes³².

³¹ Salgado, Plínio. O ciclo das idéas. *A Offensiva*, ano III, n. 248, 2 de ago. 1936.

³² Salgado, Plínio. O Drama da Hespanha. *A Offensiva*, ano III, n. 254, 9 de ago. 1936.

A situação teria se tornado insustentável, todavia, quando, sob orientação de Moscou, as esquerdas espanholas se uniram em torno de uma Frente Popular e ascenderam ao poder, nas eleições ocorridas em fevereiro de 1936. A partir daí, a instabilidade política e social atingira seu ápice: a céu aberto, segundo o periódico, assassinatos motivados por questões políticas e ideológicas se tornaram recorrentes; saqueava-se e depredava-se templos cristãos; assassinava-se padres, monges e estuprava-se freiras; e, para o máximo assombro dos integralistas, cantava-se a ‘Internacional’ pelas ruas da capital espanhola³³. Não obstante, o governo da Frente Popular, objetivando deixar o caminho livre para o avanço dos comunistas, acabara, em maio de 1936, por colocar na ilegalidade a Falange, o único movimento capaz de impedir o alastramento do comunismo em solo espanhol.³⁴

À essa altura, a convulsão política e social, na qual a Espanha estaria imersa, teria chegado a tal ponto que, segundo o *A Offensiva*, o governo da Frente Popular, apesar de eleito pela população, já não mais exprimia os anseios e desejos do povo espanhol: “os homens que a vontade do seu povo conduziu há poucos meses aos postos governamentais, são os mesmo contra os quaes a nação enganada, hoje se atira de armas na mão”³⁵. Foi quando, segundo o periódico, depois de celebrada a confraternização entre o “Exército espanhol, os carlistas, os monarchistas, os republicanos da direita e os fascistas”, irrompeu-se a rebelião no Marrocos, a qual rapidamente atingiu e se alastrou pelo território peninsular, objetivando resgatar a Espanha da instabilidade político e social na qual havia sido imersa pelos comunistas³⁶.

Deflagrada a GCE, o *A Offensiva* se apressou em denunciar as truculências perpetradas pelas forças republicanas não apenas contra

³³ Salgado, Plínio. A hora trágica. *A Offensiva*, ano II, n. 108, 18 de fev. 1936.

³⁴ Salgado, Plínio. O drama da Hespanha. *A Offensiva*, ano III, n. 254, 9 de ago. 1936.

³⁵ Mensagem de sangue. *A Offensiva*, ano III, n. 248, 2 de ago. 1936.

³⁶ Salgado, Plínio. O cyclo das idéas. *A Offensiva*, ano III, n. 248, 2 de ago. 1936.

a população civil espanhola, mas também as dirigidas contra os templos religiosos e clérigos espanhóis. Não menos rapidamente, o periódico se apressou em declarar que a GCE e todo o banho de sangue que ela originou seria uma fatalidade que poderia ter sido evitada. Assim, os assassinatos de mulheres e crianças, os estupros de freiras, as centenas de padres que teriam sido degolados, as depredações ao patrimônio público, os saques aos templos religiosos e a vida de tantos outros milhares de espanhóis poderiam ter sido poupadas, não fosse a inabilidade dos liberais-democratas e a indiferença e inércia da população civil espanhola.

Os comunistas eram, de fato, apontados como os agentes diretos da erupção da GCE, afinal, seriam eles que, sob orientação direta de Moscou, teriam desestabilizado política e socialmente a Espanha. Todavia, os liberais-democratas e a população civil espanhola, cada qual à sua maneira, deveriam, de acordo com os integralistas, ser igualmente responsabilizados pela deflagração dela,

Em maio próximo findo, soffreram os fascistas hespanhóes uma perseguição systematica, que ultrapassou o direito do Estado [...] O povo, displicente como todas as massas pensantes [...] assistiu indifferente ao golpe torpe, sem se interessar pela sorte de primo de Rivera Filho e de seus soldados [...] Nas províncias hespanholas, principalmente na Catalunha, as sedes foram fechadas, os funcionários demittidos e insultados os homens que ousavam fazer a saudação fascista [...] Foram esses defensores da liberal democracia hespanhola, que entravaram a acção de Primo de Rivera Filho, quando esse idealista, com a visão nítida do momento, arregimentava elementos para enfrentar a onda vermelha que rolava [...] ³⁷.

O filho de Primo de Rivera organizou o fascismo hespanhol. A grande burguezia, o clero, os Paes de família, não se commoveram deante do desespero esforço do joven José de Rivera. Pelo contrario; uns cruzaram criminosamente os braços; outros se inscreveram em organizações congêneres, com o fim de enfraquecer Rivera [...] Os esquerdistas, percebendo o perigo que representava para elles o

³⁷ Viveiros, Custódio. Os responsáveis. *A Offensiva*, ano III, n. 257, 13 de ago. 1936.

movimento do Sr. José de Rivera, utilizaram-se dos ingênuos liberaes democratas para desencadear uma perseguição contra elle. A palavra de ordem de Moscou era agora ‘combater o extremismo da direita’. Sim: extremismo da direita era apenas isto: o brio nacional, a lueta contra o bolchevismo, a defesa das famílias, o culto da Patria e de Deus. Fez-se a perseguição. [...] e tudo terminou com o fechamento do fascio hespanhol, como queria Moscou, com a prisão de José de Rivera [...] O resto, é o que sabemos. Como terminará a tragédia? Eis ahi uma lição para todos os povos que ainda estão em tempo de aproveitar lições; offereço estes commentários de política internacional á posteridade Brasileira para que os julgue³⁸.

Ou seja, procurava-se transmitir a ideia de que, caso os ‘burgueses’ liberais-democratas e a população civil espanhola tivessem dado apoio à Primo de Rivera, quando este o solicitara, a sorte da Espanha, possivelmente, teria sido diferente. E foi justamente essa questão que Madeira de Freitas, ao comentar sobre o sangrento acontecimento deflagrado na Espanha, procurou enfatizar,

[...] Peza-nos considerar que tal sacrifício de vidas tão promissoras, poderia ter sido poupado se os estadistas da democracia hespanhola houvessem acudido em tempo à conjuração do “vírus” vermelho, que os agentes do Komintern inocularam na população da península, dando origem à Frente Popular. Quando Primo de Rivera tentou mobilizar, com tempo e ordem, os homens válidos da Hespanha, advertindo-os da ameaça bolchevista, apenas algumas almas jovens comprehenderam a atitude do chefe fascista e sentiram-lhe na voz a própria voz da Hespanha e, assim, atenderam àquelle significativo toque de reunir. Mas a burguesia se fez surda ao chamamento de Primo de Rivera; e deu de hombros, com displicência, nos providos avisos dos fascistas. Esta burguesia, que é igual à burguesia de todas as nações, está pagando bem caro a indiferença a quanto se lhe havia advertido [...]³⁹.

³⁸ Salgado, Plínio. O drama da Hespanha. *A Offensiva*, ano III, n. 254, 9 de ago. 1936.

³⁹ Freitas, Madeira. Arriba Hespanha!. *A Offensiva*, ano III, n. 276, 4 de set. 1936.

Nota-se, dessa forma, que os integralistas, com ajuda de distintos artigos veiculados pelo *A Offensiva*, procuravam propagar a ideia de que os liberais-democratas e a população civil espanhola deveriam igualmente ser responsabilizados pela eclosão da GCE. Os primeiros o seriam tanto por terem se mostrado inábeis em impedir o alastramento do comunismo, quanto pelo fato de terem, por diversas vezes, cerceado as atividades da Falange Espanhola⁴⁰. Por sua vez, a população civil seria responsabilizada por ter se mostrado indiferente aos constantes apelos do líder falangista Primo de Rivera, o qual teria inutilmente alertado e convocado o povo espanhol para adentrar as fileiras da Falange⁴¹. A conjugação desses fatores teria propiciado, assim, o comunismo agir livremente em solo espanhol, sem encontrar qualquer tipo de obstáculo, levando, por fim, à eclosão da GCE.

Os integralistas, conscientemente ou não, acabaram por construir um discurso que, de certa forma, lhes era útil, já que ele os proporcionava estabelecer algumas analogias entre o contexto brasileiro e o espanhol – no período que precedeu a deflagração da GCE. Daí, possivelmente, não ser apenas coincidência as constantes declarações, das quais o *A Offensiva* foi porta-voz, de que a GCE seria não só uma advertência, mas também uma lição ao Brasil.

Foram, de fato, inúmeros os artigos nos quais os integralistas utilizaram a GCE como forma de alarmar a sociedade brasileira. A mesma era apontada como uma advertência, pois, segundo os integralistas, um contexto muito similar ao que precedera a eclosão do conflito civil espanhol estava a se repetir no Brasil: o governo brasileiro, assim como o espanhol, ao mesmo tempo em que se mostrava incapaz de impedir o alastramento do comunismo em terras brasileiras, estaria a cercear as atividades da AIB e perseguindo muitos dos camisas-verdes; Plínio Salgado, assim como Rivera, estaria a convocar a população brasileira para adentrar as fileiras do integralismo, mas, muitos ‘patrícios’ ainda estariam se mostrando indiferentes aos constantes apelos do Chefe Nacional.

⁴⁰ Viveiros, Custódio. Os responsáveis. *A Offensiva*, ano III, n. 257, 13 de ago. 1936.

⁴¹ Salgado, Plínio. O drama da Hespanha. *A Offensiva*, ano III, n. 254, 9 de ago. 1936.

Dessa forma, artigos que procuraram explorar as similitudes do contexto brasileiro ao espanhol, no período que precedera a deflagração do conflito, foram, com esse objetivo, amplamente veiculados, como demonstram os seguintes extratos:

Que reflectam os que ainda no Brasil tem illusões a respeito dos processos communistas; a advertência que nos vem de Hespanha deve servir de aviso aos indifferentes, que não se arregimentam em torno de uma mystica para evitar as desgraças que agora está sofrendo o povo irmão do continente Europeu. Só se destróe uma mystica com outra mystica. E só o Integralismo conseguirá o milagre de impedir a bolchevização do Brasil⁴².

Nós, brasileiros, que acompanhamos com justa indignação o desenrolar da catastrophe hespanhola, não nos devemos esquecer de que aos liberaes-democratas, e unicamente a elles, se deve o alastramento do communismo na Hespanha, tal como acontece em nosso paiz. Na Hespanha, como no Brasil, as forças nacionalistas-conservadoras foram perseguidas pelos liberaes-democratas e por elles malevolamente acoimadas de ‘extremismo de direita’. De toda essa calamidade são os communistas os agentes mobificos; mas os liberaes-democratas são della os maiores culpados. Seja Deus servido saibamos nos aproveitar da dolorosa lição da Hespanha⁴³.

Repetem-se no Brasil as scenas que precederam a revolução da Hespanha. Os assaltos às sedes de partidos que se verificam ultimamente no paiz, identificam a situação brasileira àquella que precedeu o golpe do Komintern em Madrid, resultando a tremenda convulsão da Hespanha [...] O povo brasileiro, a cada atentado que se verifica contras as sedes do Integralismo, pode ir contando os minutos, e aguardando os acontecimento que um dia, na sua trágica eloquência, irão demonstrar que os camisas-verdes não faziam obra de politica, quando procuravam avisar a Nação, por todos os meios, da próxima catástrofe, com o fim de alertal-a em face do perigo iminente⁴⁴.

⁴² Hespanha, a grande advertência. *A Offensiva*, ano III, n. 213, 28 de jul. 1936.

⁴³ Freitas, Madeira. Os maiores culpados. *A Offensiva*, ano III, n. 252, 7 de ago. 1936.

⁴⁴ Repetem-se no Brasil as scenas que precederam a revolução da Hespanha. *A Offensiva*, ano IV, n. 582, 2 de set. 1937.

Procurava-se, por intermédio desses e de outros textos, demonstrar à opinião pública brasileira não só que “[...] perseguir o integralismo é preparar no Brasil a reprodução da tragédia hespanhola [...]”⁴⁵, como também a imperativa necessidade do povo brasileiro, os “[...] indiferentes, que não se arremetam em torno de uma mystica [...]”, em atender aos chamados do Chefe Nacional e adentrarem as fileiras do integralismo, procurando evitar a reprodução, em território brasileiro, da guerra que estava a assolar ‘o povo irmão’ do continente europeu.

A argumentação utilizada pelos integralistas para sustentarem as declarações de que a GCE seria uma advertência e uma lição à população brasileira não devia parecer, à opinião pública, algo absurdo. Afinal, o levante comunista ocorrido no Brasil, em novembro de 1935, mesmo que rapidamente reprimido pelo governo, ainda estava fresco na memória da população e contribuiu para que a ideia de um “perigo comunista” em terras tupiniquins encontrasse, ao menos minimamente, algum respaldo.

Por sua vez, a perseguição dos governos estaduais aos camisas-verdes paranaenses e baianos, bem como a iminência do perigo do integralismo – podendo ser, a qualquer momento, enquadrado como um ‘movimento extremista’ – ser posto na ilegalidade, sustentavam a argumentação utilizada pelos integralistas de que as atividades do movimento estariam sendo cerceadas, assim como o foram a dos falangistas espanhóis. Por fim, pode-se conjecturar – mas, nada além disso – que as constantes declarações; por intermédio das quais os integralistas procuravam evidenciar que a população civil espanhola, por ter se mostrado indiferente aos apelos de Primo de Rivera, seria igualmente culpada pela deflagração da GCE, tinha algum impacto sobre os leitores que se detinham a ler as matérias relativas ao conflito, veiculadas pelo *A Offensiva*.

Em meio a todas essas advertências, apresentava-se a Alemanha e a Espanha como dois exemplos distintos do que poderia vir a

⁴⁵ *A Offensiva*, ano III, n. 310, 14 de out. 1936.

sucedem-se no Brasil, dependendo dos rumos que a política brasileira seguisse a partir daquele momento. Madeira de Freitas, por exemplo, declarou que a insegurança, no Brasil, teria atingido o ‘grão máximo de gravidade’, fato que assemelharia, e muito, a situação do Brasil ao da Alemanha tomada pelo comunismo, no período que precedera a ascensão de Hitler e do Nazismo ao poder; e ao da Espanha, que, tomada pelo comunismo, seria, naquele momento, palco de uma sangrenta guerra civil. Após breve exposição dos contextos espanhol e alemão, Freitas levantava a indagação,

Deante destes dois quadros o da Alemanha triunphante do perigo vermelho, e o da Hespanha esphacellada pelos sicários da foice e do martello, tendo que recorrer á dura contingencia de acceitar o auxilio de forças estrangeiras – como se deve portar o Brasil, o nosso querido Brasil, cuja situação actual tanto se assemelha ao momento grave porque passaram as duas nações do Velho Mundo? Como é sabido, a história se repete através dos tempos. Já o que aconteceu na Alemanha de Hitler é uma reprodução do que se passou na Itália de Mussolini. Por outro lado a Hespanha de Manuel Azaña repete a Rússia de Kerenski. Assim quanto se viu na Alemanha de Hindenburg e na República hespanhola de Azaña, está se repetindo em nossa pátria. Os communistas, sob a capa de liberaes, infestam os partidos, o parlamente, e até as secretarias de estado, envenenando as massas e mobilizando as elites intellectuaes. Numa impressionante coincidência, como na Alemanha e na Hespanha, uma voz inspirada pelas mais altas virtudes da raça e oriunda do coração da nacionalidade – grita, clama, conclama e convoca todos os brasileiros a se unirem num só bloco para arrancarem do organismo nacional o cancro do bolchevismo. E como se portarão, nesta conjuntura, os responsáveis pelos destinos do Brasil? Reagirão como a Alemanha de Hindenburg ou se entregarão como a Hespanha de Manuel Azaña? [...]⁴⁶.

Assim, através das constantes analogias, sugeria-se, aos leitores, que a instabilidade política e social teria atingido, no Brasil, índices

⁴⁶ Freitas, Madeira. A pátria em perigo!. *A Offensiva*, ano IV, n. 561, 8 de ago. 1937.

altíssimos, o que assemelhava o contexto brasileiro tanto ao contexto espanhol no período que precedeu a GCE, quanto ao da Alemanha, no período que precedera a ascensão do nazismo ao governo. Como ressaltado, é preciso levar-se em consideração, ainda, que a argumentação utilizada pelos integralistas para sustentar suas afirmações, antes de ser absurda, encontrava, ao menos, respaldo em alguns episódios ‘recentes’, o que, possivelmente, contribuía para revestir com certa ‘aura de legitimidade’ o seu discurso.

É impossível, contudo, verificar a recepção e a resposta da população brasileira perante os constantes apelos que os integralistas propagaram pelas páginas do *A Offensiva*. Todavia, com ajuda da análise documental, evidencia-se que estabelecer similitudes entre o contexto brasileiro e o espanhol, no período que precedera a deflagração da GCE, foi uma tática adotada pelos integralistas tanto na tentativa de atrair novos membros para as fileiras do movimento, como também na tentativa de reverter-se o quadro de perseguições que os governos estaduais e federal estavam a perpetrar contra o movimento.

Depois de deflagrado o conflito, as páginas do *A Offensiva* passaram a veicular, em periodicidade diária, notas telegráficas apontando o desenvolvimento, os avanços e recuos nas frentes nacionalistas e republicanas, e também sobre os embates que a GCE suscitara nos meios políticos e diplomáticos internacionais. Ao mesmo tempo, difundia-se que o movimento integralista se solidarizava e apoiava a causa nacionalista e que, por recomendação do Chefe Nacional do movimento, todos os integralistas deveriam se posicionar ao lado de Franco e da Falange Espanhola,

Inaugurando, sábado, a Exposição Permanente dos Serviços Elleitoraes da AIB, num dos salões do edifício do “Jornal do Commercio”, o *Chefe Nacional do Integralismo deu uma nova palavra de ordem aos camisas-verdes. Disse elle: “Fiquemos com o governo de Valladolid, contra o de Madrid”*. Que promova, pois, a maior força nacionalista da América do Sul, no Brasil surgida, contra o ‘vírus’ do Kremlin moscovita, um grande movimento de

solidariedade ás forças revolucionarias do general Franco, para que o governo brasileiro rompa relações com o marxista de Azaña, e reconheça o instalado em Valladolid. Pois que, as forças nacionalistas, que estão em armas na Hespanha, não defendem somente a Honra e a Dignidade de um povo. Mas do mundo inteiro, contra a objectivação da segunda etapa da revolução materialista, rotulada de proletária por Moscou⁴⁷.

A questão relativa à intervenção internacional no conflito espanhol foi, dentre os embates suscitados nos meios políticos e diplomáticos, possivelmente, a mais acalorada; e sobre ela o *A Offensiva* se deteve com especial cuidado.

Sabe-se, por exemplo, que ambos os lados em contenda receberam apoio material – armamentos, financiamentos, alimentos e remédios – bem como de tropas estrangeiras e de voluntários que se inscreveram para lutar em terras espanholas ao lado dos seus aliados políticos. Todavia, o posicionamento do *A Offensiva*, no que se refere à intervenção estrangeira no conflito, é bastante típico: enquanto denunciava-se e condenava-se a intervenção estrangeira, sobretudo aquela oriunda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, da França e do México, dirigida para o lado republicano, calava-se quanto, ou ainda, exaltava-se a intervenção, por parte da Itália, Alemanha e Portugal, dirigida para o lado nacionalista.

Nesse sentido, sobre a polêmica levantada com relação ao possível auxílio enviado pelo governo brasileiro aos nacionalistas espanhóis, temos um caso exemplar do posicionamento dos integralistas diante da questão. Ao longo do mês de julho de 1937, a imprensa e setores da opinião pública denunciaram que o governo brasileiro estaria a auxiliar as tropas de Franco. Na ocasião, Madeira de Freitas declarou, categoricamente, que, caso a acusação procedesse, antes de ser motivo de revolta, o povo brasileiro deveria exaltar a atitude de Getúlio Vargas, afinal, “[...] só pode merecer da Nação Brasileira os mais entusiasticos applausos todo e qualquer apoio que tenha

⁴⁷ Mello, Olbiano. Pela Hespanha nacionalista. *A Offensiva*, ano III, n. 269, 27 de ago. 1936.

prestado áquelles que luctam na península Ibérica na defesa do occidente christão”. Não obstante, Freitas conclui, por fim, que os que se mostrassem contrários à possível atitude de Vargas, estariam fazendo “[...] profissão pública de fé commnunistá [...]”, na medida em que “[...] o protesto contra todo e qualquer acto de solidariedade, moral ou material, com os nacionalistas de Hespanha, só pode partir daquelles que acceitam e propagam as idéas negativistas de Karl Marx”⁴⁸.

O motivo para tamanha discrepância perante a mesma questão, a da intervenção internacional no conflito espanhol, não é, de toda forma, difícil de ser compreendido. Se, por um lado, a ajuda de países como França e URSS era voltada a armar e fortalecer as forças republicanas, o auxílio oriundo da Itália e Alemanha, por sua vez, era uma reação para armar e fortalecer as forças nacionalistas, as quais, apregoavam os integralistas, estariam a lutar pela defesa da civilização ocidental.

Ainda nesse sentido, é bastante curiosa a declaração de Ernani de Moraes, veiculada pelo periódico, em agosto de 1936. Moraes, ao comentar sobre uma nota emitida pelos governos da Itália e da Alemanha, na qual era anunciado que esses dois países não permitiriam a ‘bolchevização’ da Espanha, sugerindo que, se preciso, poderiam vir a intervir diretamente no conflito espanhol, chegou a conjecturar, inclusive, que, caso o integralismo já estivesse no poder, tal nota, possivelmente, teria partido do Brasil integral, e não da Itália fascista ou da Alemanha nazista⁴⁹.

As páginas do *A Offensiva* nos evidencia, também, que os integralistas empreenderam esforços na organização e realização de alguns eventos, por intermédio dos quais procuraram prestar homenagens aos nacionalistas espanhóis. Temos referência, por exemplo, à organização de uma cerimônia, organizada pelo Departamento Provincial de Estudantes da Ação Integralista e realizada em outubro

⁴⁸ Freitas, Madeira. Arriba Espanha!. *A Offensiva*, ano IV, n. 540, 15 de jul. 1937.

⁴⁹ Moraes, Ernani. Lição a seguir. *A Offensiva*, ano III, n. 265, 22 de ago. 1936.

de 1936, com o fim de prestar solidariedade aos ‘heróis’ nacionalistas do Alcazar de Toledo. Nesse evento, nomes relevantes na hierarquia do movimento, como Gerardo M. Mourão e San Thiago Dantas, proferiram discursos exaltando não só aqueles que, naquele momento, estariam a defender, em terras espanholas, a Espanha e a civilização ocidental, mas também a todos os movimentos ‘nacionalistas’ que estavam a se desenvolver em ‘todas as pátrias do universo’ e que se encontrariam ‘ligadas pelo mesmo sentimento de fraternidade’,

A mocidade brasileira, solidarizando-se com a mocidade hespanhola representada pelos Heróis do Alcazar, realizou, hontem, no Instituto Nacional de Musica, sob os auspícios do Departamento Provincial de Estudantes da Acção Integralista Brasileira, uma brilhante conferência, na qual, exhortando as vibrações da alma nacionalista da tradicional Hespanha, falaram figuras representativas do Brasil que ora ressurge com o Integralismo [...] A companheira Nilza Peres, usando da palavra, proferiu uma brilhante oração, exaltando a mocidade da Hespanha que, neste momento angustioso, oppõe seria barreira à onda bárbara que solapou a Rússia e que pretende enxovalhar tudo que é nobre e que é bello [...] Sob aplausos do grande auditório, falou o companheiro Gerardo Mello Mourão, que conseguiu electrizar a todos. A sua palavra enérgica, revelando, com uma convicção profunda, o sentido da Revolução integralista, provocou entusiasticos aplausos [...] Occupando a tribuna, falou o companheiro dr. Augusto Frederico Schmidt, que teceu um longo comentário em torno das revoluções nacionalistas que se operam em todas as pátrias do Universo [...] a sua oração que concluiu por uma linda exhortação à juventude nacionalista da Hespanha foi bastante entrecortada de entusiasticos aplausos. Encerrando a conferencia em justa homenagem aos heróis do Alcazar de Toledo, falou o companheiro dr. San Thiago Dantas, representante do Chefe Nacional. Na sua brilhante oração, o ilustre companheiro teve ocasião de tecer um longo comentário em torno da revolução que abala a Hespanha, nesta época em que, cumprindo a sua predestinação histórica, o temporal e o espiritual se congregam e estabelecem a força inabalável e imprescindível para oppôr embargo às forças materiaes da dissolvência, em cumprimento da mensagem divina e da sua vocação nacionalista [...] Explicando meticulosamente a revolução nacionalista do Sigma, salientou o papel das nações do Universo na posteridade, ligadas

pelo mesmo sentimento de fraternidade, ao invés desse antagonismo que ora se verifica, afastando-as de sua vocação [...] Foi cantado o Hymno Nacional e saudado com vibrantes anuês o Chefe Nacional e os heróis do Alcazar de Toledo. Estando uma junta de nacionalistas hespanhóis presente à cerimônia, esta, no início da conferência, foi convidada a participar da mesa [...] ⁵⁰.

Por fim, constatou-se, também, que o apoio dos integralistas para com os nacionalistas espanhóis não ficou restrito tão somente a demonstrações públicas de solidariedade ideológica. As páginas do *A Offensiva* indica-nos a existência de uma possível contribuição prática dos integralistas para com os nacionalistas.

Nesse ponto, referimo-nos aos espaços cedidos, pelos integralistas, para divulgação propagandística da revista *Nueva España*, órgão de ‘caráter nacionalista’, editado no Rio de Janeiro ⁵¹, e para que a Junta Oficial Nacionalista Espanhola – uma espécie de organização diplomática dos nacionalistas, em solo brasileiro – e a *Comisión de Subscripción*, ligado ao Comité Nacionalista Español, divulgassem por intermédio do *A Offensiva* alguns comunicados sobre atividades corriqueiras das respectivas organizações, bem como instruções sobre a forma a se proceder para que a colônia espanhola e os brasileiros simpatizantes às causas nacionalistas pudessem enviar donativos – ‘moral ou materialmente’ – para as forças comandadas por Franco ⁵², ou ainda, para os que quisessem se inscrever como voluntários, caso desejassem combater em armas ao lado das tropas nacionalistas,

Os hespanhoes do Rio de Janeiro pela Revolução. Organizado um comitê para as adesões. Pedem-nos a seguinte publicação:

⁵⁰ Em homenagem aos heróis do Alcazar de Toledo. *A Offensiva*, ano III, n. 300, 2 de out. 1936.

⁵¹ Órgão nacionalista hespanhol: ‘Nueva España’ acaba de aparecer na capital da Republica como um novo órgão de imprensa colonial orientador dos ideaes nacionalistas entre os membros da colônia hespanhola no Brasil. *A Offensiva*, ano IV, n. 498, 27 de maio 1937.

⁵² Ver, como exemplo Pela Hespanha nacionalista. *A Offensiva*, ano III, n. 352, 2 de dez. 1936; Reunião dos nacionalistas hespanhóis, *A Offensiva*, ano IV, n. 470, 23 de abr. 1937; Reunião das senhoras nacionalistas hespanholas e sympathizantes. *A Offensiva*, ano IV, n. 482, 8 de mail 1937; Quando for reconhecido o governo de Burgos. *A Offensiva*, ano III, n. 298, 30 de set. 1936.

“Comité Nacinalista Español. – Convocatoria – Se invita a todos los ciudadanos españoles simpatizantes com el movimiento nacionalista libertador de las doctrinas comunistas que están ensangrentando nuestra España, a prestar su adesion a este Comité, a fin de llevar a nuestros Hermanos allende el Oceano la cordialidade de nuestros votos y todo el apoyo moral y material que podamos prestarles. Las adhesiones se reciben em la Rua Santo Amaro, 71, 2 andar, tel 42-1627 (comicio provisional). Por el Comité – J. Torres Oliveros, membro de la Union Cultural Universal y Secretario de la Camara de Comercio Hispano-Brasileña de Andalucía”⁵³.

Certas cerimônias coletivas também procuravam ressaltar a ligação entre os dois grupos. A mais simbólica aconteceu no Rio de Janeiro, quando da passagem de um dos grupos de voluntários da Falange que saiam da Argentina para lutar nos Exércitos rebeldes, como parte da já mencionada *Bandera de la Falange Argentina*. Os integralistas se entusiasmaram com a sua presença e publicaram artigos elogiosos sobre eles, que seguiam para a Europa em defesa da civilização cristã.

O cerimonial e a concórdia entre os dois grupos parecem realmente ter sido grande, pois, algum tempo depois, um dos participantes da expedição argentina, Jesús Huarte, publicou um artigo num jornal espanhol em que ele recordava os momentos passados no Rio de Janeiro. Nesse artigo, ele mencionava como, cerca de um ano antes, os camaradas da Falange de Buenos Aires, a caminho da Espanha, pararam no Rio de Janeiro por onde desfilaram. A nação estava em estado de guerra e eles, falangistas, receberam dos integralistas uma acolhida que nunca poderiam esquecer, com as camisas verdes e azuis se confundindo numa histórica acolhida⁵⁴.

Já no barco, e contemplando a fila de camisas verdes em formação militar que esperavam a partida, ele se recordava de um dos chefes integralistas discursar, ressaltando a afinidade entre eles, cristãos

⁵³ Os hespanhóes do Rio de Janeiro pela revolução. *A Offensiva*, ano III, n. 266, 23 de ago. 1936.

⁵⁴ Archivo General de la Administración (Alcalá de Henares); Fondo de la Secretaria General del Movimiento – Servicio Exterior de Falange (AGA-SEF), Clave 51/20901, pasta ‘Brasil’, recorte, Jesús. Dictadura em Brasil. *Trinidad*, San Sebastián, 22 de nov. 1937.

na luta anticomunista e prestes a assumir o poder nos dois países e como, com emoção, haviam gritado ‘Arriba Brasil!’, respondido pelos integralistas com um ‘Arriba Espana!’, que ecoou até o barco partir.

O artigo, na verdade, era uma comemoração do golpe de Estado varguista de 1937, o qual, para o autor, seria o primeiro passo na transformação do Brasil em mais um Estado autoritário a caminho do totalitarismo. Para ele, os integralistas teriam tido papel fundamental para estimular Vargas a abandonar a legalidade e, agora, eles teriam uma influência central no novo regime, que desafiaria o liberalismo dos Estados Unidos da América e sua tentativa de explorar o Brasil, assim como exploraria o resto da América Latina. A juventude brasileira teria reagido contra o comunismo e, no fundo, contra o liberalismo e a América do Sul. Agora, teríamos novos amigos lá.

Os anos seguintes demonstrariam como essa avaliação era errônea, mas, naquele momento, não era uma aposta absurda. Fica claro, de qualquer forma, como foi importante a passagem dos falangistas argentinos pelo Rio de Janeiro para consolidar a formação de uma solidariedade fascista entre espanhóis e brasileiros.

Ressalte-se, a propósito, que essa passagem deu origem a um equívoco histórico que cabe resolver. Quando do embarque dos falangistas, uma fotografia foi feita, a qual segue na próxima página.

Na própria fonte dessa imagem, localizada no Arquivo Público do Rio de Janeiro, aparece a legenda ‘Integralistas a caminho da Espanha, acompanhados de milicianos franquistas, 10/09/1936’, o que levou não apenas acadêmicos, como inclusive militantes atuais do Integralismo⁵⁵ a imaginarem uma possível participação de integralistas na Guerra Civil Espanhola. O fato em si não é impossível, mas não é confirmado até esse momento e muito menos nessa ocasião⁵⁶.

⁵⁵ Ferreira, Marcos. *¡Viva la muerte! A participação voluntária ao lado de Franco na Guerra Civil Espanhola*, Publicado em 8/9/2003 e revisado em 18/9/2003. Disponível em <<http://www.doutrina.linear.nom.br/historia/historia.htm>> Acesso em: 25 jan. 2009.

⁵⁶ Nota: Pesquisas posteriores confirmaram que não houve integralistas lutando nas forças franquistas durante a guerra. Ver: Bertonha (2012).

Figura 1 – *Passagem dos falangistas pelo Rio de Janeiro.*



Fonte: *Sombra e Guerra* (1988, p. 25).

Conclusões

Qualquer estudo sobre a relação do integralismo com o mundo só pode se tornar completo se avançar para além dos laços mais do que estudados do movimento com a Itália e a Alemanha, passando a incluir, também, a Península Ibérica. A Espanha e, especialmente, Portugal, sempre foram referências culturais fundamentais para os intelectuais e políticos brasileiros e, sobretudo nos anos 1930, as figuras de Francisco Franco e António de Oliveira Salazar eram de importância central na discussão política e social brasileira. Restringir o estudo dos vínculos internacionais integralistas à Itália e à Alemanha e esquecer a Península Ibérica seria, no mínimo, reducionista.

O levantado neste texto confirma a força das ligações materiais e simbólicas entre os dois grupos e, especialmente, entre os falangistas e o integralismo. Realmente, nota-se, na cobertura integralista

relacionada ao conflito, como eles viam a união entre os setores da direita como algo necessário para que a rebelião lograsse algum êxito. Todavia, a Falange Espanhola exerceria, segundo eles, um papel central no interior dessa aliança. Como ressaltado em vários momentos⁵⁷, a falange seria o ‘elemento preponderante da União Nacional’, e sem o apoio dela, a revolta encabeçada pelo Exército não teria passado de um mero ‘*pronunciamento*, cujo fracasso seria certo. Além disso, entre carlistas, monarquistas e o próprio Exército, a Falange, segundo Penna, distinguir-se-ia pelo ‘vigor’ de sua doutrina e pela importância que adquirira, com o desenrolar da GCE, no seio dos ‘nacionalistas’.

O posicionamento integralista – a favor dos rebeldes e ainda mais próximo da Falange – indica o lugar em que os integralistas se viam dentro daquele contexto: no campo da direita, mas nem tradicionalistas (como seriam a Igreja e o Exército), nem reacionários monarquistas e ultra-católicos como os carlistas, mas próximos aos falangistas, dentro da matriz fascista comum. Sobre isso, aliás, é emblemático o fato de Plínio ter comparecido, ainda em 1961, a uma missa no ‘Vale de los caídos’, fazendo uma homenagem ao líder da Falange, José Antonio Primo de Rivera⁵⁸.

Como indicado em outro texto presente nesta coletânea, depois de 1945, a Espanha (e, acima de tudo, Portugal) se tornaram referenciais para o novo integralismo, com os regimes de Salazar e Franco – e suas ditaduras conservadoras, expurgadas em boa parte da herança fascista – se tornando os modelos a serem imitados. Antes da guerra, contudo, era à parte mais radical dos blocos de poder salazarista e franquista que os integralistas dirigiam o grosso da sua atenção e solidariedade, o que foi suavizado depois. Um sinal de que os vínculos, as solidariedades e identificações podem mudar no decorrer do tempo, mas que a sua simples existência, como identificado neste texto, é um elemento fundamental para a discussão do caráter ideológico do integralismo e suas variações ao longo do tempo.

⁵⁷ Ver, por exemplo, Penna, O. A phalange hespañola. *A Offensiva*, ano III, n. 356, 6 de dez. 1936.

⁵⁸ Arquivo Público e Histórico de Rio Claro/Fundo Plínio Salgado (APHRC/FPS), Caixa 6, E7, doc 6, original de artigo de Plínio Salgado para o jornal *A Marcha* de janeiro de 1961.

PARTE C



LÍDERES INTEGRALISTAS E SEUS DIÁLOGOS COM O MUNDO



O Encanto Ibérico:

Plínio Salgado, o integralismo Brasileiro e suas relações com Portugal, 1932–1975*

Introdução

Os vínculos internacionais da *Ação Integralista Brasileira* sempre atraíram a atenção dos seus opositores desde os anos 1930, especialmente porque permitiam a sua associação imediata ao fascismo italiano e ao nazismo. Ao indicar os vínculos de parentesco entre integralistas, fascistas e nazistas, atribuía-se, sem dificuldades, o adjetivo de fascista ao integralismo, com todos os efeitos políticos daí advindos.

Foi só nos anos recentes que os pesquisadores começaram a se interessar pelo tema e isso se converteu numa safra de trabalhos que permitiram não apenas comparações entre esses grupos, como a elucidação das intensas redes de relacionamentos e contatos que uniam, efetivamente, os três movimentos⁵⁹.

As conclusões, em essência, foram as de que o integralismo podia ser classificado, conceitualmente, como um tipo de fascismo, mas que ele estava mais próximo, em termos ideológicos, do fascismo italiano e muito menos do nazismo. Isso se refletiu diretamente nos vínculos estabelecidos entre os partidos, com maiores contatos e afinidades com Roma do que com Berlim.

* Publicado originalmente em Bertonha (2011b).

⁵⁹ Para a informação a seguir, ver Bertonha (2001, 2008a), Trindade (1975, 2004) e Gertz (1987), entre outros. Para uma visão geral da bibliografia disponível, ver Bertonha (2010a, 2014).

Efetivamente, o regime de Mussolini era visto com grande simpatia pelo integralismo. Nos jornais integralistas, o fascismo era sempre saudado (Barbosa, 2007), havia inúmeros filhos de imigrantes italianos nas suas fileiras e os contatos eram contínuos, a ponto de Roma enviar até mesmo, por algum tempo, um subsídio financeiro aos integralistas. Com os alemães, apesar da forte presença de descendentes germânicos na AIB, o relacionamento sempre foi mais ambíguo e até tenso.

A análise dos contatos com a Itália fascista e a Alemanha nazista, contudo, por mais importante que seja, não esgota a questão dos vínculos internacionais do movimento (Silva, 2009). Há, na documentação e nos jornais do integralismo, informações sobre um sem número de grupos e partidos fascistas atuantes na Europa e nas Américas, o que indica uma visão mundial da sua luta e que contatos e vínculos outros devem ter sido estabelecidos.

Qualquer estudo sobre a relação do integralismo com o mundo, contudo, só pode se tornar completa se incluir a Península Ibérica. A Espanha e, especialmente, Portugal, sempre foram referências culturais fundamentais para os intelectuais e políticos brasileiros e, especialmente nos anos 1930, as figuras de Francisco Franco e António de Oliveira Salazar eram de importância central na discussão política e social brasileira. Restringir o estudo dos vínculos internacionais integralistas à Itália e Alemanha e esquecer a Península Ibérica seria, no mínimo, reducionista.

Este artigo visa colaborar nessa direção, indicando algumas das relações estabelecidas entre o integralismo, os movimentos fascistas ou de direita de Portugal e o regime de Salazar. Ele se inicia com algumas reflexões sobre as proximidades estruturais entre os vários países ibéricos e, especialmente, sobre como os sucessos e fracassos dos fascismos seguiram, nesses países, roteiros bastante próximos. Posto isso, o foco passará aos vínculos estabelecidos entre os integralistas com seus interlocutores em Portugal e, em menor grau, na Espanha.

Num momento posterior, pretendo enfatizar a pessoa de Plínio Salgado e a sua estadia em Portugal, em 1939-1946, como

fundamental para entender a sua visão de mundo e sua transformação no pós-guerra, o que implica conhecer melhor a realidade portuguesa daqueles anos. Finalmente, pretendo trazer a luz a sua visão dos regimes de Franco e Salazar entre 1945 e 1975 (ano de sua morte), quando se percebe uma notável transição entre uma posição mais radical, fascista, para uma posição conservadora mais tradicional. Tal transição pode indicar os próprios padrões de recomposição da direita, na América do Sul e na Península Ibérica, no período pós-1945 e ser de utilidade, assim, para reflexões mais gerais sobre o campo da direita no século xx.

Um Fascismo Latino ou Ibérico?

Um termo que aparece regularmente nos estudos do fascismo é ‘fascismo latino’, um conceito que unificaria os movimentos e regimes fascistas dos países do sul da Europa e da América Latina num único bloco. Catolicismo, o mito de Roma, maior influência do fascismo italiano e menor do nazismo, proximidade mais evidente dos movimentos conservadores e outros elementos comuns seriam a base desse conjunto (Pinto, 1994, pp. 145-149).

Um dos problemas dessa teoria é identificar inicialmente quem é latino. Na Suíça de língua francesa e italiana, na Bélgica francófona e no Québec houve fascismos fortes, mas o regime liberal se manteve. Seriam esses países e regiões latinos ou semi-latinos, já que associados a outras realidades maiores? Depois, mesmo que esqueçamos esses casos limites e pensemos apenas nas nações claramente latinas, há diferenças imensas entre elas. Não apenas em termos de desenvolvimento econômico e social, como na solidez e estabilidade das instituições, além de relações diferentes com a Primeira Guerra Mundial e a crise de 1929.

A Itália, por exemplo, foi o único país latino que se tornou fascista, enquanto a grande maioria dos países da América Latina oscilou para regimes fortes de algum tipo, mas não fascistas. Já a França, conforme demonstra uma imensa bibliografia, tem particularidades evidentes, como a presença de movimentos fascistas extremamente

desenvolvidos e, ao mesmo tempo, de uma forte resistência antifascista de esquerda quase inexistente em outros países latinos. Além disso, os fascismos alemão e italiano eram claramente inimigos da França e os ideais da Revolução Francesa estavam embebidos na sociedade francesa de uma forma muito mais intensa do que no resto do mundo latino. Em resumo, parece haver diferenças demais para que possamos criar um padrão latino de fascismo.

Contudo, talvez não seja absurdo pensar em outra classificação, a qual poderia excluir França, Itália e outros casos pouco claros e incluir Espanha e Portugal juntamente com a maioria dos países da América Latina. Nos dois países ibéricos, o fascismo foi relativamente fraco e o pouco que eles conseguiram em termos de popularidade parece ter a ver, de forma análoga aos principais países latinos da América, com a emergência da modernidade nesses países. Além disso, foram ditaduras conservadoras ou reacionárias, de Franco, Vargas ou Salazar, que acabaram por eliminar os movimentos realmente fascistas, de Primo de Rivera, Plínio Salgado ou Rolão Preto (Pinto, 1994; Trindade, 2004; Payne, 1986, 1997). Houve até mesmo uma tentativa de golpe dos nacional-sindicalistas em Portugal em 1934, assim como houve outras no Chile e no Brasil em 1938.

Dessa forma, talvez o termo ‘fascismo ibérico’ ou ‘ibero-americano’ seja razoável para agrupar as histórias dos movimentos fascistas na Península Ibérica e nas suas antigas colônias na América. Ele é suficientemente amplo para abarcar várias experiências particulares, mas que tem traços claramente similares em termos de ideologia, relação com as forças conservadoras e mesmo destino. Ao mesmo tempo, é suficientemente restrito para excluir casos duvidosos e outros muito particulares, como o francês e o italiano. Uma hipótese, ou seja, uma proposta de trabalho, que talvez valha a pena desenvolver.

É possível que não queiramos utilizar esse termo e que consideremos as experiências portuguesa, brasileira, espanhola ou chilena (entre outras) como pouco particulares. Afinal, falamos de uma época na qual foram efetivamente ditaduras conservadoras que

assimilaram e/ou derrotaram os fascismos nos mais diferentes lugares do mundo (como na Europa do Leste e na maioria dos países latinos), o que pode indicar que as especificidades acima indicadas são mais gerais do que parecem. De qualquer modo, o que fica claro é que as analogias entre a história política de Brasil e Portugal no entre guerras são impressionantes, a merecer uma exploração mais densa.

Nos dois casos, movimentos fascistas foram eliminados por ditaduras conservadoras ou reacionárias, lideradas por homens pragmáticos, politicamente hábeis e que contaram com o apoio das forças tradicionais – como o Exército, a Igreja e as classes burguesas – para se manterem no poder e derrotar os fascistas e também outras propostas de direita, como os monarquistas. Esses foram parcialmente cooptados⁶⁰ pelas novas ditaduras, mas suas propostas radicais de mobilização de massas, criação de partidos e forças milicianas paralelas às do Estado e reformulação deste e da sociedade foram derrotadas, o que levou alguns grupos a tentarem golpes de Estado, sem êxito.

Claro que as diferenças também são grandes e a se levar em conta. O Integralismo lusitano, por exemplo, era monárquico e ultracatólico, não sendo fascista em termos conceituais, sendo o seu equivalente brasileiro mais próximo, provavelmente, mais o *Patrianovismo* do que o integralismo (Malatian, 1990, 2002; Macedo, 1983). Já os integralistas brasileiros não apenas entrariam claramente na categoria de ‘fascismo’, por sua ideologia, base social e outros elementos (Trindade, 1975), como foram capazes de criar um verdadeiro partido de massas, com muito mais apelo popular do que os integralistas ou nacional-sindicalistas portugueses.

Mesmo Salazar e Vargas, apesar de adotarem o mesmo nome – *Estado Novo* – para seus regimes, não eram iguais, com o segundo

⁶⁰ Há grande discussão na historiografia portuguesa sobre o grau de influência dos integralistas e mesmo dos nacional-sindicalistas no *Estado Novo* salazarista. Após seu exame, parece-me que, apesar de aproximações pontuais (como o anticomunismo ou o antiliberalismo) e de cooptações individuais, dificilmente pode-se afirmar que o Estado português de então refletisse os ideais seja de integralistas seja de nacional-sindicalistas. Para o debate, ver, entre outros, Cruz (1978a, 1978b, 1982, 1986), Pinto (1991, 1994), Quintas (2004), Medina (1978, 1998), Ferreira (2006) e Loff (2008).

tendo um viés mais acentuadamente modernizante que o primeiro. Salazar criou um partido único (ainda que sem as características de um partido fascista) durante o seu período no poder (Pinto, 1992, 2001), enquanto Vargas não se deu sequer a este trabalho. Vargas, além disso, ficou no poder, como ditador, apenas até 1945, enquanto o salazarismo durou até 1974. Enfim, também há diferenças, e relevantes, mas as proximidades são suficientes para estimular a reflexão. (Martinho; Pinto, 2007; Macedo, 1983).

Talvez seja possível imaginar, recordando a obra de Larsen (2001), como a modernidade incompleta dos dois países tenha sido suficiente para produzir movimentos fascistas, mas não com a força necessária para chegar ao poder (Pinto, 1991, 1994). De qualquer forma, o evidente é que as forças tradicionais das duas sociedades acabaram por não optar pelo fascismo, o que colocou os adeptos de Salazar e Vargas e os de Salgado e Rolão Preto em campos opostos, ainda que com vínculos em alguns momentos.

Os Integralistas, Portugal e os Portugueses

Vemos, portanto, que, sociológica e analiticamente, a ideia de comparar a realidade brasileira com a portuguesa não é absurda. Importante notar também como havia uma grande circulação de ideias entre os vários grupos dos dois países, o que era facilitado pela tradição cultural e língua comuns.

Sabemos, por exemplo, da circulação de ideais do modernismo português entre os brasileiros (Saraiva, 2004), sendo importante recordar, a propósito, como uma das origens do integralismo brasileiro foi justamente o movimento modernista. Em 1922, por exemplo, veio ao Brasil o escritor António Ferro, ligado ao futurismo e que teve conhecida carreira no integralismo lusitano, sendo depois incorporado à ditadura salazarista. Ele, a partir de 1924, quando houve uma divisão no modernismo brasileiro, ficou ao lado de Graça Aranha, o qual estava próximo do grupo modernista de Plínio Salgado.

Autores integralistas portugueses, como António Sardinha, também eram muito lidos e discutidos nos círculos de direita do

Brasil, (assim como na Espanha) desde a década de 1910 (Gutiérrez Giménez; Jiménez Núñez, 2004; Silva, 2007b). Nos anos 1930, há sinais de que os patrianovistas, cuja identificação ideológica com o Integralismo lusitano era quase total, mantinham um olhar permanente para a realidade portuguesa e contatos com este. Mesmo os adeptos da AIB recebiam, especialmente por intermédio dos círculos católicos, informações sobre a política portuguesa e as lutas integralistas que aconteciam em Portugal (Moura, 2007).

A trajetória de outros movimentos portugueses também era acompanhada com interesse dentro do integralismo. Jornais e revistas do movimento noticiavam e discutiam continuamente o progresso das ideias antiliberais e do corporativismo em Portugal (Martino Filho, 1935, p. 72-75; Barbosa, 2007, p. 37-42; Ribeiro, 2004), com palavras de elogio sendo dirigidas aos integralistas, aos nacional-sindicalistas e a Salazar, muitas vezes colocando-o ao lado de Adolf Hitler e Benito Mussolini. Mesmo líderes da Ação Integralista mais distantes da cultura lusitana, como Miguel Reale, publicavam e discutiam documentos do regime salazarista (Reale, 1935b).

Plínio Salgado, por sua vez, apesar de vínculos com o fascismo italiano, tinha boa parte de suas raízes culturais no mundo lusitano e uma visão, que o acompanhou por toda a vida, da história brasileira em que o Brasil só fazia sentido como continuidade de Portugal e das qualidades da cultura e da raça portuguesas (Salgado, 1949, p. 247-253; Araújo, 1987). Uma posição que, obviamente, facilitava a comunicação e a solidariedade mútua.

António Costa Pinto (1994, p. 143-144) indica como Hipólito Raposo e Rolão Preto sempre eram mencionados nos textos de Plínio e que este se identificava com o corporativismo tradicional e espiritualista do Integralismo Lusitano (IL), numa matriz católica comum. Para ele, Salgado teria sintetizado a literatura corporativista de Sardinha com algumas ideias italianas e absorvido, inclusive, a ideia da autonomia municipal (Desvignes, 2006). A esse respeito, Hunsche (1996, p. 105-109), escrevendo em 1937, e Medeiros (1978, p. 595-599) também indicam que a versão integralista de Salgado era

fortemente influenciada – o que não significa ser equivalente – por Sardinha e outros integralistas lusitanos. Em se tratando de história das ideias, são afirmações de difícil comprovação, mas os contatos e as trocas intelectuais estão claros.

Não temos muitos dados para verificar como Salazar e seu governo viram o integralismo brasileiro nos anos 1930. Em alguns poucos relatórios recuperados junto ao Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, fica evidente apenas que o integralismo despertava alguma simpatia, dados os seus ideais anticomunistas e autoritários, mas como os representantes portugueses estavam perfeitamente conscientes de que suas chances de chegar ao poder eram limitadas, para dizer o mínimo.

Num relatório de 23 de outubro de 1937, por exemplo, a Embaixada do Rio de Janeiro indica como o movimento integralista, apesar de abrigar boa parte das classes letrada e militar e ter algum respaldo popular, provavelmente nunca chegaria ao comando do Brasil. Este poderia até se tornar unitário, autoritário e corporativo, como Portugal, mas sob a liderança varguista e sem que o integralismo fosse elevado à dignidade de partido dirigente⁶¹.

Algumas semanas depois, consumado o golpe varguista de 1937, o embaixador volta a escrever a Salazar e faz uma lúcida análise. Em primeiro lugar, ele indica como o golpe tinha o objetivo, acima de tudo, de manter Vargas no poder e afastar os seus possíveis rivais, ou seja, o integralismo e o Exército. Posto isso, o embaixador ressaltava como a nova Constituição refletia alguns ideais integralistas (como o municipalismo e traços de corporativismo), mas que a sua ênfase era o reforço do poder presidencial. Logo, Vargas seria capaz de controlar o Exército e o próprio integralismo, o que efetivamente se deu. O embaixador chega a escrever:

Três dias de incertezas. Quem será o novo titular da pasta política? Eis onde a situação houve que ter um desfecho. Os integralistas

⁶¹ Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Palácio das Necessidades (AHMNE), ANE 3 P, A 11 M 348, relatório de 23/10/1937.

propunham e esperavam o seguinte: nova Constituição, semelhante à portuguesa, com um Presidente da República e um presidente de Governo. Este, bem entendido, seria o chefe do Partido integralista, Plínio Salgado. Constituição, aliás, de tipo municipalista e corporativo, etc etc. O Exército aceitaria? Na sua maioria parece que sim. Confabulações, anseios, esperanças e.... decepção geral: Na sombra, maquiavelmente, o Dr. Getúlio Vargas chamara um dos seus fiéis serviçais, Francisco Campos. [...] Em absoluto segredo, ambos concertam o golpe, mantêm-no de conserva para o momento propício, fabricam uma constituição e, súbito, ei-los a agir com uma audácia que deixa a todos os políticos, todos os brasileiros, pasmos: dum para outro dia, o Brasil amanhece nas mãos de um único senhor, mais poderoso que todos os governantes, que todos os “duces” e “fuhrers”... E é tudo⁶².

Enfim, aspectos de um relacionamento que ainda precisa ser mais bem estudado. Já sobre os outros grupos da direita lusitana, mais dados estão disponíveis. Os integralistas lusitanos devem ter discordado do caráter republicano do integralismo brasileiro, da sua ambição em mobilizar as massas populares e do seu caráter cristão, mas não totalmente católico. Ainda assim, é provável que tenha havido mais simpatia do que discordância, dados os claros pontos de afinidade na crítica antiliberal e anticomunista.

Já os nacional-sindicalistas de Rolão Preto tiveram mais simpatias pelos camisas verdes de Salgado, o que se corporificou em elogios mútuos nas suas publicações e mesmo a participação de alguns integralistas brasileiros, como Severino Sombra, em seus comícios em Portugal (Pinto, 1994, p. 135-137). Nacional-sindicalistas também escreveram a Salgado, solicitando e doando livros e publicações e ressaltando as similitudes entre os dois movimentos⁶³. A visão

⁶² AHMNE, relatório do embaixador Martinho Nobre de Mello remetido a Salazar, Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1937.

⁶³ APHRC/FPS, Pi, 35.07.21, carta de Cláudio Corrêa de Oliveira Guimarães, Porto, 21 de julho de 1935, pedindo colaboração mais íntima entre os dois movimentos, troca de materiais etc. O autor informa que aquela carta, e outras, estavam sendo encaminhadas através do seu familiar, Plínio Corrêa de Oliveira, o qual futuramente seria o líder da organização católica de extrema direita brasileira *Tradição, Família e Propriedade*. Em outra carta, o mesmo missivista, em papel timbrado do 'Nacional Sindicalismo Comissariado da Propaganda, Seção Norte', reforçava o pedido de contatos.

positiva do Brasil pelo nacional-sindicalismo, manifestada pelo próprio Rolão Preto em entrevista (Medina, 1978, p. 231-239), também com certeza facilitava os contatos em nome da lusitanidade comum.

Não obstante, não há sinais conclusivos de colaboração mais intensa entre os dois movimentos, seja no Brasil, seja em Portugal. Algo explicado pela distância e até porque o auge do integralismo brasileiro se deu quando o nacional-sindicalismo já estava em decadência.

Já o regime de Salazar, provavelmente por querer evitar problemas com o governo brasileiro, por ter uma ótima visão e relação com Vargas e por ser muito mais reacionário do que fascista, não parece ter tido nenhum relacionamento íntimo com os camisas-verdes brasileiros. A maioria deles admirava Salazar, ainda que alguns também o criticassem, pois era evidente, nos anos 1930, o tom reacionário e desmobilizador do seu regime. Mas são essas afirmações que ainda demandam pesquisa específica para detalhamento e confirmação.

Isso parece se refletir no plano simbólico. Enquanto os integralistas faziam, ostensivamente, manifestações conjuntas com fascistas italianos, falangistas e até nazistas em atividade no Brasil, não conheço dados sobre contatos mais firmes entre membros do governo português e os integralistas no Brasil.

Mesmo o trabalho seminal de Heloísa Paulo (2000) a respeito da ação salazarista no Brasil não traz grandes informações a esse respeito. Um sinal de que, se houve algum contato do governo português com a AIB, não foi tão denso como o que esta manteve, por exemplo, com Roma e que nenhum apoio concreto fluiu de Lisboa para a organização. Contatos ocasionais e simpatias mútuas, provavelmente, ocorreram, mas de difícil precisão.

O mesmo pode ser dito sobre a participação de imigrantes portugueses e seus filhos na ação integralista. Não temos dados a respeito e quaisquer análises se tornam difíceis. Efetivamente, quando

Ver AHMNE, 00.00.43/5. A data registrada no arquivo – 1943 –, contudo pode estar equivocada, pois o contexto indica um momento anterior.

investigamos as atas de uma dada seção da AIB, é fácil reconhecer os sobrenomes alemães, italianos, poloneses ou mesmo, em alguns casos, os espanhóis. Os portugueses se confundem, obviamente, com a grande massa luso-brasileira e, assim, fica difícil qualquer quantificação.

Considero provável que essa participação tenha ocorrido, mas, se para os filhos de outros imigrantes, participar da AIB era, muitas vezes, uma maneira de reafirmar sua brasilidade e assimilação (Bertonha, 2001), talvez os filhos e netos de portugueses não tivessem essa necessidade, dada a aceitação quase imediata como brasileiros. Por outro lado, a presença forte dos ideais de direita (não apenas fascistas) na colônia portuguesa pode ter induzido alguns membros a militarem nas hostes integralistas e a apoiarem o regime de Vargas. Só podemos afirmar que, em algum nível, portugueses e descendentes devem ter participado da AIB.

Enfim, através de leituras comuns, circulação de pessoas e ideias e uma solidariedade ao menos difusa, o integralismo tinha contatos claros com a realidade portuguesa e um diálogo intenso com ela. Mas era um diálogo longe de ser exclusivo, pois também autores italianos, alemães, espanhóis, franceses e outros estavam em voga. Salazar era um líder (de importância) a se admirar, mas que estava lado a lado com Hitler, Mussolini, Franco. A proeminência do modelo português só se tornaria real com o colapso dos regimes fascistas na Segunda Guerra Mundial e da estada de quase sete anos de Plínio Salgado em Portugal, entre 1939 e 1946, momento que estudamos a seguir.

Plínio Salgado e o Exílio Português

Não está claro se Plínio Salgado decidiu se exilar em Portugal ou se foi forçado, pelo governo Vargas, a escolher este país. A primeira opção parece a mais provável e indica, a meu ver, tanto a força dos seus vínculos com a cultura lusitana, como a facilidade do idioma comum. Também influenciou, a meu ver, a transformação que Plínio Salgado passava nesse final dos anos 1930, de um líder de um movimento fascista para um pensador e político mais ligado ao conservadorismo católico.

Ao se exilar em Portugal, ele ainda não havia completado essa transição. Tanto que, ao mesmo tempo em que mantinha contatos com o governo de Vargas e também com os opositores a este (num jogo duplo de adulação e subversão que não deu grandes resultados), ele procurou se articular com agentes nazistas e fascistas que o procuraram em Lisboa (Klein, 2004; Seitenfus, 1985; Hilton, 1977, 1983). Aspectos de uma política ambígua da parte dele e do seu movimento, mas que não terei como desenvolver aqui tanto por questões de espaço como porque meu foco é outro.

Muito mais interessante, para o meu argumento, efetivamente, é verificar como se deu a sua articulação com o mundo da direita portuguesa e como essa articulação colaborou para a sua mudança de rumo, em termos políticos e intelectuais.

Apesar de suas alegações posteriores e de seus esforços de aproximação, não há sinais de quaisquer contatos diretos com Salazar e seu governo. Ele procurou-os, tendo enviado, por exemplo, livros para a Presidência da República, que agradeceu formalmente⁶⁴. O próprio Salazar, contudo, parece tê-lo ignorado. Isto é facilmente compreensível dada à distância ideológica entre ambos e o esforço de Lisboa em não permitir que Plínio se tornasse um problema nas relações com Vargas⁶⁵. Outro fator que pode ter alienado Salgado de Salazar naquele momento foi a sua aproximação dos setores da direita portuguesa que não estavam exatamente satisfeitos com o regime e que este via com certa desconfiança, aproximação essa mais do que clara pelas evidências disponíveis.

Logo ao chegar a Portugal, Plínio procurou contatar Rolão Preto, segundo informe da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (Pide)

⁶⁴ Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Palácio das Necessidades, (AHMNE), L, 28.8.1944/3 e 29.9.1944/4. Carta da Presidência da República, Lisboa, 28 de agosto de 1944 e 22 de setembro de 1944, informando que receberam os livros enviados por ele ao presidente e outras figuras do Estado (inclusive por intermédio do embaixador do Brasil, simpático ao Integralismo e ao líder português) e fazendo os agradecimentos de praxe.

⁶⁵ A legação italiana em Lisboa comentou justamente, em 1946, como, devido à amizade entre os governos Salazar e Vargas, Plínio Salgado teria sido ignorado e obrigado a se abster de ação política ostensiva em Portugal. Sua acolhida nos ambientes da direita católica e dos integralistas, contudo, não poderia ter sido melhor. Ver: ASDMAE, Affari Politici 1946-1950, Brasile, b. 1, relatório da Legião italiana em Lisboa, 26/8/1946.

do Porto⁶⁶ e manteve contatos com ele ao menos até 1942, quando tentou visitá-lo em sua residência⁶⁷. Com os integralistas lusitanos, a formação de laços fica ainda mais clara. Ele, simbolicamente, dedicou livros à viúva de António Sardinha⁶⁸ e chegou a receber a coleção completa da revista *Integralismo Lusitano*, de Raposo⁶⁹.

Através desses contatos, ele também conseguiu ser apresentado a outras figuras do circuito da direita europeia. Em 1941, por exemplo, ele teria sido introduzido por Hipólito Raposo a Francisco Elías de Tejada Spínola, de Salamanca, carlista e antiliberal, o qual teria se tornado seu amigo (Salgado, 1949, p. 291-334). Dois anos depois, monsenhor Moreira das Neves o apresentou ao ‘poeta oficial do salazarismo’, António Corrêa de Oliveira⁷⁰. Em 1944, por fim, ele conheceu o poeta Antero de Figueiredo e teria ficado amigo íntimo deste (Salgado, 1954, p. 290).

Em livros de seus simpatizantes que coletaram depoimentos (datados de vários momentos) sobre ele, publicados em 1986 e 1999, também há inúmeras fotos e transcrições de discursos e homenagens feitas pelos integralistas lusitanos a Plínio Salgado durante a sua estadia em Lisboa. Os mesmos volumes recolhem vários textos de pessoas ligadas ao antigo regime salazarista (como Antonio de Oliveira Coelho, Fernando de Aguiar, Henrique Ruas, Hugo Rocha e outros) ainda vivos nos anos 1970 e 1980, os quais, de forma não espantosa, utilizam-se desses espaços de homenagem a Salgado para se posicionarem contra o movimento de 1974 (Carvalho, 1986; Dorea, 1999).

⁶⁶ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Lisboa. PIDE/DGS 4262/3533, carta da delegacia do Porto de 17 de julho de 1939, informando que ele havia procurado Rolão Preto em Lisboa e deveria vir logo ao Porto, desconhecendo-se o fim. Registre-se que as informações na Pide sobre Plínio Salgado são escassas, pois várias pastas que existiam sobre ele foram anuladas posteriormente pelo próprio órgão, provavelmente nas décadas posteriores.

⁶⁷ APHRC/FPS, Pi, 42.09.03/1, carta de Plínio Salgado a Rolão Preto, Covilha, 3 de setembro de 1942.

⁶⁸ APHRC/FPS, Caixa 109, E1, Plínio Salgado e António Sardinha. *A Voz*, 2 de setembro de 1946.

⁶⁹ APHRC/FPS, PI 51027. Sem data, mas dos anos 1940.

⁷⁰ APHRC/FPS, L 00.00.43/32, carta de Monsenhor Moreira das Neves a Plínio Salgado, Lisboa, 1943.

O seu contato com os setores ‘radicais’ do regime naquele momento também parece ter sido mais denso do que com este como um todo. O próprio Plínio Salgado, em várias cartas daquela época, informava que, por exemplo, pessoas da *Mocidade Portuguesa* vieram homenageá-lo quando ele chegou a Portugal; que foi visitado pelo Dr. Soares Franco, secretário dessa instituição; que pessoas próximas a ele compareceram ao jantar oferecido pela *Legião Portuguesa* etc. (Salgado, 1980, p. 18 -22 e 43).

Fica a questão, aliás, se ao menos alguns dos encontros indicados acima de Plínio com os representantes nazistas e fascistas não foram intermediados pelos seus amigos entre os nacional-sindicalistas e na *Legião Portuguesa*, que eram claramente germanófilos naquele momento (Rodrigues, 1996, p. 138-156). João Ameal, por exemplo, era membro da Junta Central desta e teria sido amigo próximo de Plínio em Lisboa e nas décadas seguintes.

Nota-se, de qualquer forma, que ele conseguiu estreitar relações com pessoas relacionadas aos grupos monárquicos ou outros relativamente afastados do centro do regime salazarista ou, ainda, com pessoas e instituições mais ‘radicais’ que este, naquele momento, abrigava, mas que perderiam influência e poder logo depois (Rodrigues, 1996).

A propósito, o embaixador brasileiro João Neves da Fontoura, em carta a Vargas, em 1945, fez observações bastante interessantes sobre esta inserção pliniana em Lisboa:

De certo tempo para cá, o antigo chefe integralista tem o seu nome cercado de uma hábil mas constante propaganda feita por numerosos jornais portugueses, notadamente o órgão oficioso “Diário da Manhã” e os quotidianos católicos, de fundo político-monárquico e reacionário, como “A Voz” e “Novidades”. Plínio é apresentado ao público e louvado como escritor, líder católico, homem de letras, sem alusão às campanhas políticas por ele sustentadas no Brasil, mas a crescente insistência com que o seu nome é posto em destaque, por elementos afins na ideologia daquele nosso compatriota, levam-me a crer que haja em tudo isso não só uma preocupação política dos referidos

elementos (todos eles do mais genuíno salazarismo), senão também qualquer sincronização com os seguidores ai do antigo profeta verde.

Não sei se Vossa Excelência sabe que a concepção doutrinária, assim como a própria denominação – Integralismo – é de origem portuguesa. Isso despontou aqui depois da última guerra, sob a inspiração do poeta e escritor António Sardinha, que, no fundo, era um partidário acérrimo da restauração dinástica. Sardinha fez escola, mais literária do que política, mas os seus discípulos (Sardinha morreu há anos) sempre mantiveram o culto dos seus objetivos e, como são homens intelectuais, escrevem livros e artigos na imprensa em favor do seu ideário. [...]

De qualquer forma, os co-religionários portugueses de Plínio Salgado representam aqui uma das mais coloridas expressões da situação vigente, embora, a meu juízo, não tenham maior repercussão nacional, quer como partidários do Estado corporativo, quer principalmente como corifeus da restauração. [...]

Sem embargo, o Integralismo aqui continua a viver a sombra de Salazar e vem dando mostras de seu propósito ostensivo de prestigiar o Plínio Salgado. Este, levemente, longe de retrair-se como lhe convinha, exhibe-se escrevendo e fazendo conferências em vários pontos do país. Mando junto a Vossa Excelência o recorte do “Diário da Manhã” referente a última. O orador, que apresenta Plínio ao auditório, é o integralista lusitano João Ameal. Em seu discurso, filia expressamente Plínio aos seus co-religionários portugueses. [...]

Nunca fiz sentir ao governo português qualquer reserva a respeito do tratamento dispensado a Plínio Salgado, primeiro por não ter nunca recebido instruções para tanto; depois, porque talvez Salazar chamasse a nossa atenção para o caso do Jayme Cortesão e outros adversários dele que aí gozam também de atenções muito pronunciadas⁷¹.

Não deixa de ser interessante, aliás, como Plínio Salgado conseguiu manter um relacionamento estreito com antigos integralistas mais próximos do fascismo e do nacional-sindicalismo e longe dos centros do poder, por exemplo, Alberto de Monsaraz, (Ferreira, 2007a, 2007b), mas que ele não tenha sido visto em companhia, por exemplo,

⁷¹ Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, GVC 1945.01.22/1, carta de João Neves da Fontoura a Getúlio Vargas. Lisboa, 22/1/1945.

de outro ex-integralista, António Ferro. Este havia sido cooptado pelo regime (Adinolfi, 2007) e, apesar de ter tido relações com Plínio e seu grupo nos anos 1920, não demonstrou interesse em aparições públicas com este, o que provavelmente teria desagradado Salazar.

A partir mais ou menos de 1943-1944, contudo, provavelmente refletindo os rumos da guerra, ele foi abandonando seus contatos com o mundo fascista mundial e aumentando substancialmente aqueles com o universo católico e conservador de Portugal. Passou, com efeito, a pronunciar várias conferências em círculos católicos e escolas em Lisboa, Porto, Coimbra e Braga⁷². Além disso, publicou muitos artigos e livros no país, quase todos versando sobre temas católicos ou as ligações entre Portugal e Brasil.

A sua nova fase também pode ser inferida pelos títulos das suas conferências daqueles anos: ‘As cidades brasileiras’, ‘As mensagens de Nossa Senhora’, ‘O conceito cristão de democracia’, ‘O Ribatejo e o Brasil’, ‘A tua cruz Senhor!’, ‘Primeiro Cristo’, ‘O Mistério da Ceia’ etc. Várias dessas conferências foram reunidas em livros posteriormente, sendo publicados em Portugal e no Brasil (Salgado, 1943, 1945, 1946a, 1946b, 1946c).

As publicações de Plínio nesse período são realmente abundantes e as editoras em Portugal incluem Ática, Figueirinhas, Pro Domo, Gama, Ultramar e outras. Esses livros parecem ter vendido bem, tanto que sua situação financeira melhorou muito depois que foram publicados⁷³. De relevante sucesso editorial foi o seu *Vida de Jesus* (1942), uma espécie de história dele, mas com tons claramente autobiográficos e permeados de forte catolicismo. A obra, na sua edição portuguesa de 1944, fez bastante sucesso nos círculos católicos portugueses e foi ela que abriu as portas para a sua entrada no circuito católico local⁷⁴.

⁷² APHRC/FPS, Caixas 38, 106 e 107.

⁷³ Arquivo Público Histórico de Rio Claro, Fundo Carmela Patti Salgado (APHRC/FCPS), Carta a Abel Rafael Pinto, 4/3/1985.

⁷⁴ APHRC/FPS, Caixa 106, E3, na qual Plínio Salgado arquivou uma imensa quantidade de recortes de jornal a respeito do lançamento do livro e sua repercussão em 1944.

Quase todas as suas conferências foram pronunciadas em 1944 e várias teriam sido, inclusive, transmitidas pela emissora nacional de rádio, em Lisboa. Ele também utilizou sua nova fase como escritor para procurar se aproximar dos setores católicos, como indica a imensa lista de bispos, padres e intelectuais católicos a quem ele ofereceu cópias do seu *Vida de Jesus*⁷⁵.

Ele, igualmente, estreitou laços com o cardeal Cerejeira, a quem recebeu quando de sua visita ao Brasil em 1946⁷⁶. Também se tornou amigo do padre Moreira das Neves (Salgado, 1954, p. 317-325). Ainda em 1976, este último chegou a escrever versos em memória de Plínio Salgado no livro publicado por seus adeptos (Carvalho, 1986, p. 9, 100-105).

Isso não significa, claro, que esse esforço tenha começado apenas em 1942 ou 1943 ou que o catolicismo não fosse forte em Plínio já no período anterior. Já em 1940, por exemplo, ele visitou o Santuário de Fátima (onde iria novamente em 1946) e seus esforços para atingir o mundo católico português já existiam desde a sua chegada a Portugal. Mas é a partir de 1944 que tais laços se intensificam e adquirem consistência, ao mesmo tempo em que ele se afastava, ao menos ostensivamente, dos vínculos com fascistas e outros radicais.

Os poucos antifascistas atuantes no país naquele momento chegaram a ironizar a situação, dizendo como Salgado, expulso do Brasil por quinta-colunismo, estaria agora em Portugal falando a seus amigos do ‘Círculo Eça de Queiroz’ e no Liceu Camões, “[...] a explicar aos portugueses os motivos por que devemos adorar o papa e continuar escravos”⁷⁷.

Ironias à parte, fica claro como, por volta de 1946, ele estava plenamente inserido no mundo tradicionalista católico de Portugal e essa inserção se corporificou numa visibilidade – via artigos,

⁷⁵ APHRC/FPS, Caixa 51, E 15, doc 1.

⁷⁶ APHRC/FPS, Caixa 109, E1, A visita do Cardeal Cerejeira ao Brasil. *Idade Nova*, 21 de setembro de 1946.

⁷⁷ ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, ANTT/AOS/CO/PC-3I, número mimeografado do jornal antifascista *Lanterna*, n. 3, outubro 1945.

conferências e visitas diversas – que ele não tinha tido nos seus primeiros anos de exílio. Nos anos que se seguiram, esse prestígio continuou e Salgado era sempre mencionado e citado pelos setores mais conservadores da Igreja Católica portuguesa⁷⁸.

Vale ressaltar que não fica claro o porquê desses setores terem bancado o esforço pliniano de aquisição de uma nova respeitabilidade e identidade. É de se imaginar se não estava imbuído, nesse suporte, uma tentativa de aumentar os seus espaços frente ao governo de Salazar num momento em que este indicava que não seria mero instrumento da Igreja (Rezola, 2007), mas essa é apenas uma hipótese a ser estudada em mais detalhes.

De qualquer forma, essa conversão pliniana de líder fascista para conservador ultracatólico foi fundamental para a tentativa de Plínio de se relançar na política brasileira. Depois de voltar ao Brasil, em 1946, tornou-se o líder do Partido de Representação Popular (PRP) entre 1946 e 1965, com algum apelo eleitoral e foi candidato, ainda que derrotado, à presidência em 1955. Ele e seu grupo apoiaram o golpe militar de 1964 e Plínio Salgado terminou seus dias como deputado do partido governista, a Arena, com algum prestígio, mas pouco poder político.

Não obstante, foi uma reciclagem razoavelmente bem sucedida, pois permitiu que ele desfrutasse de prestígio e reconhecimento que estavam, provavelmente, muito longe do que ele ambicionava, mas muito além do obtido por outros líderes fascistas no pós-1945, como Mosley, Arcand ou mesmo Rolão Preto. E, para essa reciclagem, foi fundamental a sua transmutação de líder fascista para um que passou a aceitar minimamente as regras da democracia liberal (ao menos entre 1945 e 1964) (Calil, 2001, 2005a) e que procurou enfatizar a mensagem católica e anticomunista. O período em Portugal não foi, certamente, a única motivação desta transição, mas marcou-a profundamente.

Nessa trajetória entre 1945 e 1975, deve ser destacado, ainda, como as visões de Plínio Salgado sobre Salazar e sobre o salazarismo

⁷⁸ APHRC/FPS, Caixa 110, recortes de jornais portugueses de 1948 e 1949.

se modificaram. De uma simpatia combinada com alguma desconfiança e de contatos marcados pela desconfiança e relutância, nos anos 1930 e 1940, caminhamos para uma defesa aberta e apaixonada do salazarismo, o que é uma mudança notável de roteiro.

Plínio Salgado, Salazar e Portugal entre os Anos 1940 e 1970

Plínio Salgado, efetivamente, manteve contato com seus antigos colegas dos círculos católicos e integralistas. Ele visitou Portugal algumas vezes para conferências (em 1951, 1960 e outras) e sempre acompanhou o que ocorria lá, como indicado pelo grande número de publicações e recortes sobre assuntos portugueses em seu arquivo⁷⁹. Alguns de seus livros continuaram a ser publicados em Portugal e sua editora, a Livraria Clássica Brasileira, também publicou livros de António Sardinha, Leão Ramos Ascensão e outros integralistas lusitanos entre 1951 e 1956⁸⁰.

Ele também sempre defendeu o país e as posições políticas portuguesas em todos os foros em que participou. Nos seus discursos na Câmara dos Deputados nos anos 1960 e 1970, por exemplo, afirmava que o colonialismo português era positivo e que tanto Franco como Salazar eram bastiões contra o comunismo, sendo que apenas comunistas poderiam atacá-los (Salgado, 1982, p. 339-344, 355 e 409).

Em conferências e artigos de jornal, Salgado também ressaltava como o colonialismo português representava as ações de um povo querendo levar a civilização aos bárbaros, enquanto o soviético queria escravizar os povos civilizados⁸¹. Segundo Calil (2005a, p. 756-761), a lusofilia se tornou elemento central na política externa defendida pelo PRP.

⁷⁹ APHRC/FPS, Caixa 38. Há muitos livros e documentos doados pela 'Seção de Intercâmbio luso-brasileiro' do SNI de Portugal, 1951.

⁸⁰ APHRC/FPS, Caixa 12, E15.

⁸¹ APHRC/FPS, Caixa 7, E1, doc 5, discurso de Plínio Salgado na 'Casa de Portugal', Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1963. Para outros artigos e conferências em defesa do colonialismo português, ver Calil (2005a, p. 756-761).

A pessoa de Salazar era especialmente elogiada, como um homem pacífico, que reconstruiu a economia de Portugal e um grande intelectual, um asceta que prestaria grandes serviços ao Ocidente. A sua morte, em 1970, o deixou especialmente desgostoso, tendo feito um emocionado discurso em sua memória⁸².

Não espanta também a sua tristeza com a Revolução dos Cravos, pouco antes da sua morte. Em artigos publicados na grande imprensa, ele se revelava preocupado com a hipótese de Portugal se tornar comunista e pedia às Forças Armadas portuguesas que o impedissem:

A tranquilidade desapareceu na Pátria de nossa Pátria. E nós, brasileiros, assistimos desolados ao que vem acontecendo [...]. A rebelião da última semana evidencia o desespero dos homens que pensam, que sentem o drama da Pátria [...]. Bastava seguir o exemplo do Brasil, em 1945, quando as Forças Armadas derrubaram a ditadura de Vargas, em muitos pontos parecida com o regime português, agora apeado do poder. O povo brasileiro reentrou na ordem mais perfeita, constituindo três partidos e outros pequenos, mas com a mesma doutrina da ordem. O partido comunista foi fechado pelo Supremo Tribunal Federal, considerando que seu objetivo último é a abolição da democracia. Quando, em 1964, os agentes de Moscou na clandestinidade se infiltraram nas correntes políticas e promoveram movimentos perturbadores da nacionalidade, as Forças Armadas os esmagaram⁸³.

Também na sua revisão – limitada – das décadas anteriores, quando tentou distinguir o integralismo dos fascismos, Plínio Salgado criticou o racismo e o materialismo presente no nazismo, assim como o estatismo do fascismo italiano. Mas, raramente são feitas quaisquer comparações com Franco e Salazar, o que indica

⁸² Salgado (1982, p. 372 e 775-779). Ver também APHRC/FPS, Caixa 6, E3, doc 4.

⁸³ Portugal. *Diário de São Paulo*, 16 de março de 1975, em APHRC/FPS, Caixa 4, E6, doc 7. Ver também, para outros textos no mesmo tom, Caixa 5, E2 e 3. Para uma coleção imensa de recortes de jornal sobre os acontecimentos em Portugal, com grifos constantes de Plínio Salgado sobre tudo que pudesse indicar a ação comunista no país, ver Caixa 119.

como ele não queria se afastar do modelo destes últimos (Medeiros, 1978, p. 593). Sobre Franco, aliás, é emblemático o fato dele ter comparecido a uma missa no ‘Vale de los caídos’, no primeiro dia de 1961, fazendo uma homenagem ao líder da Falange, José Antonio Primo de Rivera⁸⁴.

Salgado recebeu algumas recompensas pela sua visão cada vez mais positiva do salazarismo. Ele fez palestras em órgãos da colônia portuguesa próximos a Salazar, como na ‘Casa do Porto’, do Rio de Janeiro, em 1956; no Real Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro (em agosto de 1954 e julho de 1958) e no equivalente de Salvador em 1959.

Também consta em seus arquivos a informação de que, em 1958, seu livro *Vida de Jesus* teria sido adotado por várias escolas e liceus portugueses e ele foi recebido por Salazar em 1960 e, novamente, em 1962⁸⁵. E, em 1948, Salgado recebeu gratuitamente uma passagem de ida e volta do Rio de Janeiro a Lisboa, ofertada pela Companhia Colonial de Navegação, estatal portuguesa. A passagem recebida viabilizou a ida de Salgado às Conversações Católicas de San Sebastián, na Espanha⁸⁶.

Mesmo assim, os sinais de quaisquer colaborações mais íntimas continuam quase nulos. Nos arquivos de Salazar, tudo o que existe são duas cartas de Plínio Salgado para Salazar, nos anos 1950. Numa delas, aquele encaminhou um artigo de jornal, 7 de dezembro de 1953, no qual elogiava a herança lusitana deixada no Brasil. Na outra, de 1951, agradecia as gentilezas que, supostamente, este teria regalado àquele durante o seu exílio (das quais não há registros outros) e apresenta seu amigo Alfredo Egídio de Souza Aranha, que estaria em viagem a Portugal⁸⁷. O próprio Plínio Salgado, na verdade, admitiu, posteriormente, que seus principais amigos e aliados em Portugal

⁸⁴ APHRC/FPS, Caixa 6, E7, doc 6, original de artigo de Plínio Salgado para o jornal *A Marcha* de janeiro de 1961.

⁸⁵ APHRC/FPS, Caixa 114, E1 e E3, recortes coletados por ele sobre estas viagens.

⁸⁶ APHRC/FPS, Pi, 11.11.48/1, carta de Plínio Salgado a Bernardino Alves Corrêa, 11 de novembro de 1948.

⁸⁷ ANTT/AOS/CP-247, p. Plínio Salgado, cartas de 31 de julho de 1951 e 7 de dezembro de 1953.

eram os opositores monárquicos de Salazar e não do regime em si (Salgado, 1982, p. 355 e 370).

A defesa de Salazar e do salazarismo, na verdade, longe de refletir uma ligação direta com Lisboa, parece ser mais uma defesa, por parte de Plínio, do modelo lá implantado, com o sonho oculto, provavelmente, de que ele pudesse reproduzir o franquismo ou o salazarismo no Brasil. Isso é, no mínimo, irônico, pois Salazar e Franco fizeram, nos seus países, exatamente o que Vargas fez no Brasil, ou seja, eliminaram, à frente de ditaduras conservadoras, os fascismos locais. Plínio Salgado, contudo, parece ter caminhado, no pós-guerra, como já mencionado, para um conservadorismo mais tradicional do que fascista, o que o aproximou do modelo salazarista ou de Franco.

Salazar e Franco representavam, além disso, o que, no contexto da Guerra Fria, seria aceitável em termos de ditadura de direita conservadora dentro do campo ocidental e não espanta tanto assim que reproduzir o modelo ibérico no Brasil tenha sido um desejo de Plínio, ainda que não realizado. Para estudantes de direita radical na Universidade de Coimbra dos anos 1950 a 1970, a ditadura salazarista poderia ser insuficiente para seus projetos de mundo (Marchi, 2008), mas, para os membros do grupo de Plínio, teria sido um sonho. É evidente que eles nunca tentaram realmente persegui-lo (dada a sua impossibilidade prática) e procuraram outros métodos, como a via eleitoral ou a participação no regime militar para aumentar seu poder e influência, mas, ainda assim, era uma perspectiva desejável, ao menos na teoria.

Vale a pena, a esse respeito, mencionar ainda a ideia pliniana de criação de uma espécie de Câmara Corporativa junto à estrutura da ditadura militar, nos anos 1960. Essa câmara se insere dentro do esforço de Plínio Salgado para aumentar a sua influência no regime com ajuda do fornecimento de uma base doutrinária que faria falta a ele. Já em 1964, ele não apenas fez o que pôde para se afirmar como o ‘pai’ do movimento, como convocou membros do PRP para criarem uma ‘Comissão Interventora de Reestruturação’, a qual deveria fornecer embasamento filosófico e doutrinário ao processo. Nos

anos seguintes, continuou lutando para que a ideologia integralista servisse de base para o regime dos generais e defendeu uma reestruturação política que eliminaria o Senado e criaria um Parlamento baseado não em eleições, mas em uma representação classista que se aproximava do velho corporativismo dos anos 1930.

Em 1966, numa nova tentativa, abrandou sua proposta e sugeriu a criação de uma ‘Câmara Orgânica’, que não substituiria o Parlamento, mas serviria para assessorá-lo. A ideia foi repelida pela Comissão Mista que estudava a nova constituição, mesmo com todos os esforços de Plínio em sentido contrário, incluindo apelos ao presidente Castelo Branco, o que acabou por desaparecer⁸⁸.

O interessante é que essa proposta se aproxima muito da Câmara Corporativa criada por Salazar, a qual, muito menos radical do que a versão italiana, era composta pelos representantes das Corporações das Câmaras e dos Conselhos municipais e tinha por função oficial assessorar a Assembleia Nacional, mas, que na verdade, acabava por dar mais poderes e influir muito mais, ao menos em certo período, no Estado (Ferreira, 2007c).

Um pouco antes da sua morte, mostrando novamente os vínculos entre essas propostas e a experiência portuguesa, ele publica um artigo em jornal paulistano no qual comenta que um velho amigo, João Ameal, queria vir ao Brasil. Para Salgado,

Será uma dádiva de Deus se isso acontecer, no momento em que precisamos dar conteúdo doutrinário à Revolução de 1964, que se encontra a braços das maiores dificuldades para convencer o povo brasileiro das altas intenções do governo no sentido de sustentação da ordem, da disciplina das ideias construtoras da grande nação. A mocidade das escolas está sem rumo e desorientada por autores e mestres medíocres, arautos de um materialismo grosseiro e de um agnosticismo que leva a um pragmatismo que a nada conduz e que cria a indiferença pelos destinos da Pátria e sua missão no futuro. A palavra de João Ameal seria oportuna e de maior importância para

⁸⁸ APHRC/FPS, Caixa 9, E5, doc 11, Projeto Emenda Constitucional 609, 15/12/1966; Caixa 115, E2, recorte Plínio Salgado sugere: Parlamento exclusivamente de técnicos. *A Gazeta*, 28 de julho de 1965. Ver também os recortes de jornal de 1967 e 1969, armazenados em Caixa 115, E4 e 116, E1.

a sobrevivência do Brasil dentro da linha de suas tradições cristãs e do sentido de suas responsabilidades na hora trágica em que ainda constituímos uma ilha de segurança em face das calamidades que assolam os povos da Terra⁸⁹.

Esses pontos de contato poderiam ser apenas ocasionais, mas, a meu ver, não o são, indicando uma visão muito clara de Salgado a respeito das possibilidades de reprodução de aspectos do salazarismo no Brasil e seu desejo de que isso ocorresse.

Conclusões

Ao analisarmos a história dos fascismos e das direitas em geral em Portugal e no Brasil, percebemos certas proximidades (o que não significa esquecer as diferenças) estruturais que convidam à comparação. Se essas proximidades advêm de questões maiores, como os dilemas da modernidade enfrentados pelos dois países, ou mesmo da proximidade cultural, é ponto a investigar, mas elas existem.

De qualquer modo, até pela proximidade entre os dois países em todos os sentidos, o integralismo brasileiro bebeu profundamente tanto nas reflexões e contatos com os nacional-sindicalistas (que, seriam, provavelmente, a força política portuguesa mais próxima deles) quanto de trocas intelectuais e políticas com várias forças da direita portuguesa, como os católicos, os integralistas e os salazaristas. O integralismo brasileiro não era uma cópia de algum modelo português (como também não o era de um modelo italiano ou alemão), mas bebeu nessas fontes e em outras, nacionais e europeias, para construir o seu próprio ideário.

Depois da derrota do Eixo na Segunda Guerra Mundial e da guinada de Plínio Salgado para posições mais conservadoras, a importância do referencial português (e espanhol) aumentou e o salazarismo passou a ser visto como o novo modelo que ele gostaria de implantar no Brasil. Mesmo com o regime de Lisboa dando

⁸⁹ APHRC/FPS, Caixa 4, E6, doc 2. João Ameal, historiador e filósofo. *Diário de São Paulo*, 9 de janeiro de 1975.

importância limitada a isso e mesmo que tais sonhos tenham sido inviáveis, é uma mudança radical de panorama, que demonstra bem as alterações dentro do corpo da direita radical brasileira no pós-Segunda Guerra.

Parece evidente, a luz do exposto, como entender os referenciais externos – italianos, alemães, franceses e também espanhóis e portugueses – é fundamental para que possamos compreender o pensamento e a obra dos integralistas e seus sucessores no Brasil. Não no sentido de cópias ou influências, mas de diálogos que os permitiam ver o mundo de uma forma e não de outra.

Resta a pergunta do caminho inverso, ou seja, de como o integralismo brasileiro e outras forças da direita nacional (os patrianovistas, o regime de Vargas, os militares etc.) influenciaram seus congêneres em Portugal. O diálogo nunca é uma via de mão única e parece razoável supor que houve algum reflexo dos debates e questões brasileiras em Portugal. Resta delimitar o quanto, de forma que possamos ter mais clareza sobre a hipótese de haver um pensamento fascista ou de direita ‘latino’, ‘ibérico’ ou, quem sabe, ‘luso-brasileiro’⁹⁰.

⁹⁰ Nota: Refleti e ampliei essas discussões posteriormente. Ver: Bertonha (2019).

O Pensamento Corporativo em Miguel Reale:

leituras do fascismo italiano no integralismo brasileiro*

Introdução

Miguel Reale (1910-2006) foi um dos mais importantes líderes da *Ação Integralista Brasileira* e, dentro dela, destacou-se pelo especial cuidado que dedicou às questões relacionadas à organização do futuro Estado Integral. Suas reflexões sobre a questão social, o Estado, o corporativismo e outros temas foram muito mais marcadas pela leitura da realidade – nacional e internacional – do que as de Plínio Salgado e de Gustavo Barroso. Estes tinham visões românticas e quase místicas, o que não os impediam de manter contato com o real, mas que os faziam muito menos preocupados com questões práticas do que as leituras apresentadas por Miguel Reale.

Este texto procurará explorar a concepção de Estado em Miguel Reale, enfatizando como o jurista pretendia resolver as questões prementes do Brasil dos anos 1930, tais quais a modernidade incompleta e os problemas sociais, por meio dos instrumentos teóricos e práticos presentes no seu tempo, por exemplo, o corporativismo e o planejamento. Para isso, procurarei analisar tanto os textos produzidos por ele quanto a sua particular formação intelectual e política dentre os líderes integralistas. Uma discussão final, buscando

* Publicado originalmente, em português e inglês, na *Revista Brasileira de História*, v. 33, n. 66: 225-242; 269-286, 2013. Uma versão em italiano foi publicada em *Diacronie. Studi di Storia Contemporanea*, n. 29, p. 1-15, 2017.

discutir a hipótese de ele ser o mais “moderno” dos líderes integralistas, fechará o artigo, com a perspectiva de que ele nos permita compreender melhor as várias perspectivas que conviviam dentro do movimento em si.

Miguel Reale e o Integralismo

É tradicional afirmar que, dentro do integralismo brasileiro, haveria três grandes alas: uma mais conservadora, mística e próxima do catolicismo (Plínio Salgado), uma corporativa, próxima do fascismo italiano e mais preocupada com a organização do Estado e a questão social (Miguel Reale) e outra romântica, centrada no tradicionalismo católico, no antissemitismo e vizinha, em algum nível, do nazismo (Gustavo Barroso). Essa divisão, claro, pode ser questionada, e variações outras, usando critérios diferentes, poderiam ser estabelecidas. Não obstante, é uma divisão, em linhas gerais, correta, nos permitindo ter uma noção mais precisa dos diversos ‘integralismos’ que conviviam dentro da *Ação Integralista Brasileira*.

Ressalte-se, apenas, que temos que tomar cuidado para não ver o integralismo como um aglomerado de correntes e grupos em choque, ou seja, sem nada em comum. Por mais que disputassem poder e tivessem ideias, até certo ponto, diversas, as várias correntes integralistas se mantiveram, em essência, unidas até o fim a partir de um mínimo comum. Perceber que o integralismo era um movimento com correntes internas e que discutiam muito sobre vários tópicos, mas não um amálgama disforme, é realmente fundamental para que não caiamos na armadilha de renunciar ao seu estudo e crítica por considerá-lo heterogêneo e múltiplo em excesso (Paim, 1999; Souza, 1982). Ele era múltiplo, mas não a ponto de perder a unidade.

Dentro desse contexto, a figura de Miguel Reale é de suma importância, pois ele foi, indubitavelmente, um dos principais líderes do movimento. Nascido em São Bento do Sapucaí, São Paulo, em 1910, era filho do médico italiano Brás Reale e de Felicidade da Rosa Góis Chiaradia, numa ascendência quase totalmente italiana. Até como reflexo disso, fez boa parte da sua formação secundária

no tradicional colégio *Dante Alighieri*, de São Paulo, na época totalmente voltado à difusão não apenas da cultura italiana, como também da ideologia fascista.

Essa origem italiana não significava, é claro, algum tipo de vinculação automática ao regime então dominante na Itália. Mas a socialização na *Dante Alighieri*, a fluência na língua italiana e o contato com a cultura daquele país com certeza influenciaram a sua visão de mundo e permitiram a ele acesso a informações e debates relacionados ao fascismo italiano, as quais outros líderes integralistas teriam tido mais dificuldades para acessar.

Mais do que italiano de origem, Reale era, contudo, um pensador social e um nacionalista, no sentido que se dava ao termo na época, alguém preocupado com seu país (e, como filho de imigrantes, a sua necessidade de por a prova a sua ‘brasileidade’ parece ter sido ainda mais intensa), defendendo uma reforma total do Brasil num sentido autoritário e de controle e resolução das questões sociais.

Reale era, acima de tudo o mais, um advogado e, mais do que isso, um jurista e isso teve forte influência na sua vida profissional e pessoal. Ele se formou na tradicional Faculdade de Direito de São Paulo, em 1934, e doutorou-se pela mesma instituição, em 1941. Até o fim da sua vida, ficou conhecido como um dos mais respeitados juristas brasileiros, tendo publicado dezenas de livros e preenchido inúmeros cargos públicos e privados, sempre na condição de advogado, jurista e pensador social (Coutinho, 2001; Lima, 2004; Poletti, 1982; Santos, 2002).

Essas três condições – nacionalista brasileiro com origem na Itália, conservador e jurista – foram fundamentais para a formação do seu pensamento, especialmente no período da Ação Integralista, a qual ele se filiou já em 1932. Nos seis anos seguintes, Reale seria uma das principais lideranças, tendo publicado inúmeros livros sobre a doutrina e a prática política do movimento, dirigido revistas e jornais como *Panorama* e *Acção* e exercendo cargos relevantes, como Secretário Nacional da Doutrina. Depois do período integralista, exerceu vários cargos públicos e privados, incluindo a Reitoria da

Universidade de São Paulo (USP). Além disso, foi importante participante do movimento que levou ao golpe de 1964 (Pinho, 2008; Caldeira Neto, 2014). Também foi um dos mais ativos participantes do processo de institucionalização jurídica do regime militar.

Reale não era, com certeza, alguém isolado dentro da AIB e suas ideias e perspectivas eram compartilhadas, ao todo ou em parte, por outros militantes e líderes. Além disso, muito do que ele escreveu ou pensou estava claramente dentro do ‘espírito do tempo’, como veremos a seguir. Não obstante, sua maneira de ver os problemas de sua época e o próprio integralismo tiveram especificidades de monta, que merecem ser destacadas se queremos entender melhor tanto Reale quanto o movimento ao qual fez parte.

No tocante ao relacionamento do integralismo com os fascismos, por exemplo, Miguel Reale identificava sem problemas, nesses (que ele preferia identificar como ‘movimentos nacionalistas’ (Reale, 1934, 1935a), a fonte inspiradora da qual o integralismo, após absorver também a essência dos pensadores brasileiros, havia tirado a força para nascer. Em seus vários livros da década de 1930, ele indica claramente como o integralismo era parte, ainda que nacional, do mundo fascista, especialmente do modelo italiano.

Vale a pena, nesse ponto, recuperar uma citação dele, a qual não deixa dúvidas sobre a sua posição:

Primeiro foi a Itália que reagiu, expulsando do altar da Pátria todos os exploradores das paixões populares. E surgiu o fascismo, não como uma simples reação ao comunismo, mas como uma nova concepção de vida, espiritualista, voluntarista e profundamente moral e heroica. Depois chega a vez de Portugal e, em seguida, Hitler aniquila definitivamente o núcleo comunista-judeu da sua terra, iniciando uma poderosa obra de reconstrução nacional, à custa de imensos sacrifícios.

Ao mesmo tempo, o fascismo se universalizava, sacudindo a alma inglesa com Mosley, a francesa com o ‘francismo’ e o Cel. La Roque, a holandesa, a polaca, a americana, a mexicana, a belga, a austríaca, a belga etc. fazendo surgir, pela energia do Brasil Novo, o

maravilhoso movimento integralista, orgulho do continente americano (Reale, 1937a, p. 192).

Muitos anos depois, nas suas memórias, ele afirmaria que Plínio não era um grande conhecedor da doutrina fascista, mas que estava convencido de que o fascismo correspondia ao ‘espírito do tempo’ em que vivíamos. No entanto, tanto ele como Plínio também acreditavam que esse ‘espírito do tempo’ teria de ser adequado aos imperativos nacionais (Reale, 1983a, 1986, p. 71).

Do mesmo modo, ele confirma – com a despreocupação de quem, em 1986, já não tinha grandes problemas em admitir o fato – o pertencimento do integralismo ao universo fascista e a polaridade nacional/internacional dentro dele, de forma análoga ao acontecido no modernismo:

Dir-se-á que havia um paradoxo ou certa ambiguidade nessa procura de nós mesmos, sob o influxo de experiências estrangeiras, como a do Fascismo, mas o mesmo ocorrera com a Semana de Arte Moderna, de 1922, quando as reivindicações mais nacionalistas tiveram inspiradores em literatos e artistas europeus, entre os quais Marinetti, figura de proa da cultura fascista [...].

Na realidade, por mais que queiramos ser fiéis ao que emana das fontes mais puras do nosso próprio ser nacional, este não pode jamais se desprender dos valores que constituem o ‘espírito de uma época’: nesse caso, porém, quando há intencionalidade de descobrir-nos ou revelar-nos a partir de nós mesmos, os modelos alienígenas não são objeto de mero transplante, mas atuam como enxerto em uma árvore por nós mesmos plantada, possibilitando-nos, não raro, revelar, através daquela recepção fecundante, algo de peculiar e próprio (Reale, 1986, p. 76-77).

Reale era, assim, um fascista e, acima de tudo, um fascista próximo do modelo do fascismo italiano, como indica o número de autores italianos nas citações dos seus livros. Num dos jornais por ele dirigidos (*Acção*, entre 1936 e 1938), fica igualmente evidente e explícita a sua predileção pelo fascismo italiano e, mais ainda,

pelo corporativismo, chave para a solução dos problemas do mundo (Barbosa, 2007).

Não espanta, assim, porque, a Reale, era atribuído, pelo governo italiano, dada a sua origem e admiração pelo Duce e pelo fascismo na sua versão italiana, um papel-chave para a penetração e o desenvolvimento da influência fascista no integralismo⁹¹. Reale, aliás, após o golpe integralista de 1938 se refugiou justamente na Itália, foi muito bem recebido⁹² e, segundo uma de suas cartas a amigos em São Paulo, em fins de 1938, lamentou que Benito Mussolini não tivesse aprovado o seu pedido de ajuda para reverter a derrota de 1938⁹³. Um fato que indica como seus laços com o fascismo italiano eram e continuaram consistentes até o fim do regime.

As especificidades de Reale ficam ainda mais evidentes quando pensamos na questão do antissemitismo, do racismo e da influência católica. Em vários dos seus livros e nas suas memórias, ele recusou a ideia do judeu como problema racial e o antissemitismo como combate à raça judaica (Reale, 1986, p. 63, 93-99). Termos e expressões de cunho antissemita – como quando ele elogiou Adolf Hitler por eliminar o ‘núcleo comunista-judeu’ que ameaçava a Alemanha (Reale, 1937a, p. 102) – surgem aqui e ali (Carneiro, 1988, p. 379-381), mas me parecem mais forma do que substância. Ele também se manifestou abertamente contra o racismo no molde ariano (Reale, 1935b, p. 130-132).

Não obstante, no jornal por ele dirigido, *Acção*, há um antissemitismo de fundo e, na fase final do seu jornal, em 1938, há um aumento de intensidade desse sentimento (Barbosa, 2007, p. 134;

⁹¹ ASDMAE/Affari Politici 1931-1945, Brasile, b. 16, relatório do Encarregado de Negócios Menzinger de 19 de outubro de 1936.

⁹² Archivio Centrale dello Stato/DGPS, Div. Affari Generali e riservati, 1939, b. 1/J, “Brasile – Notizie”, diversos documentos. Para o envio, por Reale, de livros com dedicatórias a Mussolini, ainda em 1939, ver ASDMAE/Affari Politici 1931-1945, Brasile, b. 15, Informe do Ministero degli Affari Esteri, 28 de janeiro de 1939.

⁹³ ASDMAE/Affari Politici 1931-1945, Brasile, b. 16, f. “Brasile – Rifugiati politici”, Telespresso da Embaixada da Itália, 3 de dezembro de 1938. Evidentemente, na sua memorialística posterior, sua estadia na Itália em 1938 é apresentada de outra forma, isto é, de desilusão com o fascismo. Ver Reale (1986, p. 135-138).

201) no que parece ser um claro reflexo das leis raciais na Itália e da ligação de Reale com Roma. A hipótese do seu jornal receber algum tipo de auxílio financeiro do consulado italiano e, dada essa razão, ter que se apresentar mais próximo às novas diretrizes raciais italianas, ainda que não confirmada pela documentação, é perfeitamente plausível, dados os laços firmes entre o integralismo e o fascismo e o prestígio que Reale tinha em Roma (Bertonha, 2001). De qualquer modo, minha avaliação é a de que o antissemitismo, nesse caso, era mais um instrumento de mobilização política do que realmente parte de um sentimento mais denso; mais forma do que centro do pensamento e das preocupações de Reale.

No tocante à influência católica, diferentemente de Barroso e, especialmente, de Salgado, em Reale, ela parece ser diminuta ou quase nula, o que reflete a sua formação intelectual e política (Reale, 1983b, p. 223-233). Ele afirmou (Reale, 1986, p. 75-88), aliás, que foram seus textos que deixaram explícito o fato que o integralismo não era um movimento monárquico e católico, o que teria irritado pensadores católicos ultraconservadores, como Plínio Corrêa de Oliveira e o grupo do jornal *O Legionário*. Alguns observadores posteriores (Merquior, 1991) tentaram fazer de Reale um pensador mais próximo do integralismo católico do que do fascismo, mais vizinho a Charles Maurras do que de Mussolini, mas isso é de difícil defesa.

A questão operária também era de fundamental importância no pensamento de Reale, muito mais do que em Salgado ou em Barroso. Segundo seu livro de memórias (Reale, 1986, p. 110-117), após ser exonerado do cargo de chefe da doutrina em 1937, ele criou o jornal *Ação*, já mencionado, em São Paulo justamente para ser o porta voz dos integralistas paulistas, os quais veriam com especial ênfase os problemas operário e sindical-corporativo. Esse enfoque, aliás, seria característica do integralismo paulista e só teria sido acentuada quando Jeová Motta assumiu a direção da Província em 1936.

A perspectiva de Reale, ressaltando o corporativismo e a colaboração entre classes e elogiando o 'bom patrão' talvez tenha tido um impacto limitado entre as classes trabalhadoras. Mas ela indica uma

visão própria (ainda que não exclusiva, já que outros líderes, como Olbiano de Mello, também estavam próximos dela) dos problemas do seu tempo, com forte preocupação com o tema do movimento operário, o que é facilmente explicável pela influência do fascismo italiano em Reale e pela concentração industrial em São Paulo naqueles anos, o que tornava o problema operário de suma importância e que teria que ser resolvido a qualquer custo. E o seria pela reformatação do Estado e pelo corporativismo.

A leitura de Reale, contudo, não é apenas a de um simpatizante do fascismo italiano e de um morador do maior centro industrial do país, mas também e especialmente a de um jurista. Plínio Salgado, por exemplo, também vivenciava o cotidiano moderno da capital paulista e simpatizava com o fascismo italiano, mas suas reflexões sobre o Estado eram vagas e generalizantes e ele identificava não nos sindicatos, mas nos grupos naturais, especialmente as famílias, a base do futuro Estado integral (Roque, 2000). Reale compartilhava, assim, com Plínio, influências, preocupações e soluções, tanto que ambos estavam juntos na AIB, mas divergiam em alguns detalhes e desdobramentos.

Reale também não defendia uma perspectiva plenamente totalitária, de mobilização contínua das massas, para a sociedade, a não ser como forma de atingir o poder. A perspectiva de Salgado, nesse sentido, era diversa. Como bem indicado por Ricardo Benzaquem de Araújo (1987), a perspectiva de Plínio Salgado era de mobilização da sociedade para mudá-la. Se isso pode ou não ser chamado de totalitarismo, é questão em aberto, mas essa perspectiva mobilizadora está presente tanto em Salgado como, em padrões diversos, em Barroso.

Tal perspectiva não está evidente, contudo, em Reale, que preferia um controle hierárquico e autoritário da sociedade pelo alto e a mediação das diferenças pelo corporativismo. O **Estado**, mais do que a raça ou o homem, era a chave do pensamento de Reale e sua conquista e reformatação significariam a chave para a desejada mudança.

O Estado e o Corporativismo em Miguel Reale

Não é realmente espantoso que o mais famoso livro de Miguel Reale na década de 1930 se chame justamente *O Estado Moderno*, de 1934. Para Reale, conforme expresso nesse livro, o fascismo criaria uma nova concepção de Estado, que superaria o individualismo e garantiria a supremacia do coletivo. O Estado, como encarnação da Nação, teria o dever de distribuir e defender o bem comum, mas não poderia ser totalitário, acima da lei moral e da ética.

Para Reale, dentro do mundo fascista, existiriam duas concepções de Estado: numa, o indivíduo não poderia desfrutar de nenhuma autonomia. Em outra, haveria entre o Estado e o indivíduo uma cessão recíproca de faculdades para o bem comum. A primeira seria o todo absorvendo as partes (totalitarismo), enquanto a segunda seria a integração das partes no todo, mas respeitando valores específicos e exclusivos, perspectiva essa que seria a do fascismo italiano e a qual ele defenderia para a AIB.

Reale, aliás, estava muito mais antenado a respeito do debate mundial sobre o trabalho e o corporativismo do que, por exemplo, Plínio Salgado como se vê em várias das suas obras (Reale, 1935b, 1937b). Nesse livro de 1935, aliás, ele comenta e discute documentos como a *Carta del Lavoro* italiana e o *Estatuto do Trabalho* de Portugal, o que indica como ele estava dialogando internacionalmente sobre o tema.

A crítica ao liberalismo e a proposta de superação de suas contradições através de reformas do Estado formam, pois, a linha geral do pensamento integralista de Miguel Reale. No Estado liberal, haveria uma contradição entre indivíduo e Estado, contradição essa que era típica do capitalismo e que só poderia ser superada por meio de uma reorganização do Estado em outros termos.

A formulação do Estado Integral residiria na redefinição das noções de indivíduo e Estado. Ele não considera possível nem desejável eliminar as diferenças entre as pessoas e as classes, mas integrar e englobar essas diferenças dentro do Estado, de forma hierárquica e controlada. Um Estado forte e ético, capaz

não de eliminar as diferenças, mas de controlá-las. Seria, assim, ao ‘Estado’ que caberia coordenar as singularidades entre os cidadãos, dando condições de participação conforme as próprias ‘capacidades’ e ‘condições’ de cada um.

Nesse cenário, os mais capazes para governar se localizariam no *topo* da sociedade e o governo deveria estar sob a responsabilidade das classes dominantes, que deveriam governar para o povo, sendo àqueles menos aptos reservado, no máximo, o direito de participação na esfera local. Baseando-se em autores eminentemente italianos, como Pareto e Mosca; Reale concluiria, portanto, que apenas as classes dominantes teriam o direito e o dever de governar e que qualquer esperança de ordem social só viria a partir delas (Reale, 1937a, 1937b; Bonfim, 2006; Melo, 1994).

No modelo de Reale, as corporações e os municípios seriam as chaves para permitir a constituição do Estado Integral, diluindo e amortecendo as tensões e diferenças. O município seria célula fundamental da estrutura corporativa e teria completa autonomia administrativa. Os líderes municipais seriam eleitos pelo sufrágio universal, aceitável em realidades locais, enquanto, na esfera nacional, o poder viria do alto.

Entretanto, o Estado Integral também teria soluções para regular e equilibrar as prováveis distorções entre dimensão territorial e representatividade, entre a representatividade em nível local e a extrema centralização política, graças às estruturas corporativas. Se o liberalismo provocara o fortalecimento exagerado das Unidades da Federação, a correção dessa estrutura seria feita mantendo-se a forma federativa, desde que combinada às corporações, à autonomia dos municípios e à centralização política, com o objetivo de equilibrar as forças entre as regiões e o Estado-Nação.

Em que pese o Estado Integral pregar uma absoluta centralização política, a divisão do país em Estados (Províncias) seria mantida, pois se entende que, em não havendo a intermediação dos órgãos provinciais, as corporações municipais teriam de se ligar ‘diretamente’ às estruturas nacionais, o que seria inviável na prática em um

país de dimensões continentais. No plano regional das ‘províncias’, as federações sindicais (formadas pela reunião dos representantes de todos os sindicatos de uma mesma profissão) se juntariam para formar o Conselho Provincial, que escolheria o governador.

A reunião das federações no patamar nacional daria corpo às Confederações Sindicais, que constituiriam o Conselho Econômico Nacional. Finalmente, as Corporações seriam os órgãos oficiais que integram os representantes das diferentes profissões de uma mesma área de produção. Cada corporação elegeria seu representante junto à Câmara Corporativa Nacional. O Senado se constituiria pelos integrantes de ‘corporações não econômicas’ (sociais e culturais), e através de sua união com a Câmara Corporativa Nacional se formaria o Congresso Nacional – encarregado de eleger o Chefe da Nação.

No pensamento de Reale, aliás, segundo Ricardo Benzaquem de Araújo (1988) e Cintia Rufino Franco da Silva (2011), sindicatos e corporações não seriam exatamente a mesma coisa. Os sindicatos serviriam para resolver os conflitos de classe, reunindo todos os participantes – patrões e empregados – num mesmo setor para dirimir e anular conflitos. Já as corporações seriam a união dos sindicatos para a resolução de problemas comuns, em escala maior e com fins mais amplos.

Impossível saber se esse complexo sistema funcionaria na prática. O mais provável é que ele repetisse o modelo italiano e se convertesse numa estrutura burocrática com escasso poder e funcionalidade, limitando-se a proibir as greves e a submeter o movimento operário. O interessante é observar como Reale fez uma leitura particular do problema do Estado e concebeu um modelo no qual a hierarquia é algo fundamental e o corporativismo é a chave para permitir que essa hierarquia se mantivesse.

Representatividade sindical aliada ao binômio ‘descentralização administrativa-centralização política’ são as soluções pensadas para corrigir as distorções de um federalismo liberal danoso e de um sistema de poder que fizera o homem aproximar-se do abismo social e econômico. Uma solução corporativa que se origina, em essência,

dos modelos estrangeiros, mas cuja ênfase não apenas nos sindicatos e nas corporações, mas também nos municípios revela uma adaptação destinada a permitir que ele pudesse funcionar num país continental e a preocupação com o excessivo poder dos Estados, típico da intelectualidade antiliberal brasileira dos anos 1930.

Reale, por fim, via o fortalecimento do Estado nacional brasileiro como uma tarefa prática, a ser enfrentada pela lógica e pela reorganização do espaço. Enquanto Plínio Salgado e Gustavo Barroso viam, no espaço nacional, algo quase místico, lugar em que havia se dado a ‘comunhão cósmica’ das raças e estavam próximos de uma perspectiva mais ruralista, de defesa da agricultura e do rural (ou, ao menos, dos valores rurais) como forma de recuperação dos antigos valores, Reale era muito mais moderno e racionalizante.

Para ele, o espaço era simplesmente o lugar em que o Estado existia e onde as atividades econômicas que o sustentavam se davam. Ele via o espaço como algo maleável, a ser reorganizado segundo critérios de equilíbrio regional, ênfase nos municípios e crescimento nacional. Um espaço que, dentro dos marcos do pensamento corporativista e autoritário, serviria para o engrandecimento do Estado e, só a partir daí, da sociedade.

Nos textos de Reale, nota-se, pois, a sua modernidade, pois ele tendia a ver com bons olhos políticas de industrialização e de desenvolvimento econômico, além de ser um firme defensor do planejamento econômico, mas por meio de um recorte corporativista, de controle das disputas e interesses diversos das regiões ou dos setores econômicos pela mediação das corporações (Bonfim, 1995, p. 47-75, 2001). Nesse ponto, Reale é claramente um pensador moderno, provavelmente o mais moderno entre os principais líderes integralistas, assim como moderna era a sua matriz italiana. O integralismo em geral também tinha, no todo, um caráter moderno, no sentido sociológico do termo, mas Salgado e Barroso tinham tons muito românticos e ruralistas, o que não se repete em Reale (Cruz, 2011; Bertonha, 2010a; 2010c).

Reale e o *Estado Novo*: Uma Opção Natural?

Como é mais do que conhecido, Miguel Reale, a partir de sua volta da Itália, renegou o integralismo e foi cooptado pela máquina clientelista de Getúlio Vargas, tendo liberdade para prosseguir a sua carreira universitária na USP e assumindo diversos cargos na máquina pública tanto do Estado de São Paulo quanto do Governo Federal.

Essa opção, com certeza, não foi única, pois vários outros líderes e militantes integralistas fizeram essa escola, por exemplo Gustavo Barroso. Também não foi uma decisão isenta de preocupações imediatas, como garantir a sobrevivência material, aderir ao lado vencedor e/ou ter acesso às benesses reservadas pelo regime aos intelectuais que integrassem o novo sistema. Também foi, contudo, uma questão de proximidade ideológica, que permitiu uma transposição mais ou menos tranquila entre integralismo e varguismo.

Na verdade, o projeto do *Estado Novo* foi sendo gestado no decorrer dos anos 1930 a por intermédio de várias influências, inclusive dos integralistas, tais quais a defesa do nacionalismo e do corporativismo, desprezo aos partidos e organismos políticos e adoção do anticomunismo como linha de governo. O projeto também incluía a ideia de um grande líder, uso intensivo da propaganda e da educação para formar um novo homem e a reinterpretação do passado histórico para criar um brasileiro novo, pacífico e obediente. Claro que estas práticas não vieram diretamente do integralismo para o *Estado Novo*, mas estavam sendo gestadas no mesmo caldo cultural, paralelamente, o que implicou em ideias próximas, ainda que não equivalentes.

Nesse sentido, Vargas, com seus ideais de reforço do poder do Estado e voltados à modernização do Brasil com manutenção da ordem, era muito mais um autoritário do que outra coisa. Para ele e para as forças que o apoiavam, conforme já exaustivamente demonstrado pela historiografia, o fundamental era conquistar as elites e controlar o Estado para gerir as mudanças que eles consideravam necessárias para o país, mas sem que fossem rompidas a ordem e a hierarquia tradicionais. A população, nesse contexto, devia até ser estimulada a aderir ao projeto, mas sempre sob controle.

Talvez, como sugerido por Adalberto Paranhos (1999, p. 115), houvesse uma perspectiva mobilizadora, como potencial de reserva, a ser utilizada em momentos de crise, como 1942/1943 e que depois reapareceu na era do trabalhismo. Não obstante, era um potencial que nunca foi explorado na sua totalidade e não espanta como Vargas tenha recusado todos os pedidos de intelectuais como Francisco Campos para dotar o Estado Novo de uma base doutrinária mais precisa e de um partido e organizações capazes de mobilizar a massa, em senso fascista, em defesa do Estado (Schwartzman, 1984, p.123-140). A própria leitura dos intelectuais estadonovistas do fascismo italiano enfatizava, segundo Oliveira (1982), a ordem e a hierarquia em detrimento da mobilização popular.

Num exercício de história contrafactual, é possível imaginar como seria um *Estado Novo* no qual os projetos integralistas tivessem dado certo e no qual Vargas fosse o derrotado. No manifesto programa da AIB de 1936, nota-se como o sistema político seria provavelmente remontado em tons mais corporativos e autoritários, ao mesmo tempo em que se ampliaria o poder do Estado e se faria uma racionalização administrativa. Os sindicatos autônomos, os poderes estaduais e as forças de esquerda e democráticas seriam reprimidas e se procuraria integrar as massas populares e o mundo da cultura no Estado. Nesse ponto, provavelmente, não haveria grandes diferenças com o que foi feito por Vargas.

O grande diferencial, provavelmente, estaria naquilo que deveria ser mudado, dada a ideologia integralista, mas que não podia ser afirmado abertamente no manifesto em 1936, por razões eleitorais. O novo regime teria um partido para servir como canal entre o Estado, o líder e a massa popular (a Ação Integralista); organismos voltados à mobilização dos jovens como a Organização Nacional da Juventude (cuja criação tinha sido proposta por Francisco Campos já em 1937) seriam criados (Schwartzman, 1984, p.123-140) e, na verdade, toda a sociedade entraria num padrão muito mais mobilizador. Muito provavelmente, graças à influência de Reale, o corporativismo seria levado muito mais a sério, talvez indo além das leis trabalhistas

de Vargas, ainda que, provavelmente, acabasse por ser, na prática, o simples aparelho burocrático de controle do operariado que ele se tornou no fascismo italiano.

Em resumo, um Estado integralista se aproximaria muito mais dos padrões de um verdadeiro Estado fascista do que o regime de Vargas. Esse foi tachado de fascista por seus opositores, mas, em termos teóricos, esta é uma qualificação pouco realista. Foi justamente para evitar que o país se tornasse fascista (com todas as vantagens, mas também todos os riscos daí decorrentes) que as elites dirigentes apoiaram o *Estado Novo* e permitiram que o integralismo fosse eliminado.

Nesse contexto, não espanta como aquele que, entre os principais líderes integralistas, estava menos preocupado com a mobilização contínua das massas e mais próximo das perspectivas dos autoritários tenha feito a transição entre integralismo e varguismo da maneira mais suave, ou seja, Reale.

Bonfim (1995, 2001) indica, aliás, um ponto extremamente interessante. Para ele, Reale se aproximaria das crenças de outros autoritários – brasileiros e internacionais – para os quais o sistema liberal poderia até funcionar, desde que houvesse cidadãos habilitados para tanto. Num primeiro momento, a real participação no poder deveria se dar apenas para as elites, representadas nas corporações e no topo do poder. Com o tempo, contudo, se as condições educacionais e de esclarecimento das massas melhorassem, talvez fosse possível a elas sair da participação limitada nos municípios, exercendo plenamente a sua cidadania dentro do Estado. Uma proposta próxima da de vários dos autoritários do *Estado Novo*, como Oliveira Vianna, e que, talvez, possa ter facilitado muito a transição de Reale de um grupo para outro.

Conclusões

Nas suas memórias, Reale (1986, p. 74-75) justifica a sua opção pelo fascismo identificando o fascismo ao qual ele se referia. O jurista indica como o primeiro fascismo italiano, aquele dos anos

1920 e início dos 1930, representaria uma perspectiva realmente criadora, influenciada por Giovanni Gentile e Ugo Spirito. Esse primeiro fascismo refletiria a apreciação universal pelo corporativismo como forma de superar o comunismo e o liberalismo (como o de Mihail Manoïlesco, muito elogiado por Reale) e um momento em que Mussolini ainda não teria caminhado para o totalitarismo e o racismo. Assim, ele admitia que, na elaboração do programa integralista e na sua versão particular de integralismo, houve influências desse primeiro fascismo, assim como dos grandes intérpretes dos problemas nacionais.

Mesmo sendo essa uma visão destinada ao consumo externo, a justificar a sua opção pelo fascismo, ela não está desprovida de verdade. Reale, nos anos 1930, era um fascista, como ele próprio admitia sem maiores problemas. Seu fascismo, contudo, tinha menos a ver com a matriz nazista ou dos fascismos clericais do centro da Europa e mais com o de Mussolini, especialmente com aquele da década de 1920 e início da de 1930, mais autoritário do que totalitário.

Não é esse o espaço para discutir a validade do conceito de totalitarismo (ainda que eu considere que, dentro de certos limites e escapando das armadilhas da Guerra Fria, ele pode ser de alguma utilidade) nem os caminhos do regime fascista italiano durante as suas duas décadas no poder. Minha visão, resumidamente, é que a perspectiva totalitária, ou seja, de mobilização popular contínua e do máximo controle da sociedade pelo Estado, era parte intrínseca do projeto fascista, mas que Mussolini não conseguiu colocá-lo em prática. Realmente, apesar do regime fascista estar claramente trilhando os caminhos do totalitarismo no final dos anos 1930, foi esse um projeto que falhou, com várias instituições políticas italianas continuando a ter certa independência, tais quais a Igreja, a Monarquia e as Forças Armadas (Tobia, 1991, p. 44-56).

Cumprе ressaltar que nem a Alemanha nazista nem a União Soviética de Josef Stalin conseguiram construir um verdadeiro Estado totalitário, com a formação de um pensamento único e a eliminação de todos os poderes alternativos ao Estado e ao partido.

Mas eles foram capazes de avançar muito mais nessa direção (no caso da Alemanha, graças a um controle muito superior do aparelho estatal e a um equilíbrio de forças políticas diferente) do que a Itália fascista, em que o projeto totalitário, apesar do esforço e de alguns sucessos nesse sentido (especialmente na segunda metade da década de 1930) realmente não criou raízes, até pela própria cultura e estrutura política italianas. Do mesmo modo, é possível afirmar que o regime de Mussolini, até por seu totalitarismo imperfeito, foi muito menos violento no trato da sua própria população do que o de Hitler ou o de Stalin (Bertonha, 2008b).

Como já indicado, devemos ter um pouco de cuidado com a argumentação posterior de Reale (1986, p. 80) de que ele tinha pouco a ver com o integralismo de Salgado e, especialmente, com o de Barroso. Esse esforço de Reale e seus seguidores é, em essência, político, tentando apresentá-lo como um integralista mais moderado, longe da ala ‘radical’, de Barroso. Do mesmo modo, identificá-lo com o primeiro fascismo italiano, antes da aliança com Hitler, das leis raciais e de outros elementos totalitários, é uma camuflagem eminentemente política para evitar que ele seja confundido com a fase mais censurável do regime de Mussolini. Um esforço, aliás, próximo do efetivado pela escola de Renzo de Felice na Itália, que procurava separar continuamente fascistas ‘moderados’ ou ‘conservadores’, como Dino Grandi ou Luigi Federzoni, de radicais perigosos como Roberto Farinacci ou Achille Starace.

Afinal de contas, Reale não rompeu com Mussolini e com o regime fascista (tampouco com o integralismo) a não ser no último momento, mesmo quando o regime fascista caminhava abertamente na direção do totalitarismo. Alegar desconhecimento do que acontecia na Itália antes dele ter ido pela primeira vez ao país, em 1938, ou do que faziam e pensavam seus colegas de integralismo é, no mínimo, abusar da credulidade dos outros. Reale preferia o fascismo dos anos anteriores a 1936 a aquele que veio depois e podia questionar ideias e projetos de outros líderes integralistas, mas ele só abandonou as hostes de Salgado e Mussolini no último minuto,

o que permite realmente relativizar sua total separação dos projetos maiores do fascismo italiano e do integralismo.

Não obstante essas ressalvas, a sua visão de mundo parecia realmente mais próxima do primeiro fascismo do que do segundo, de forma que corporativismo, hierarquia e ordem faziam muito mais sentido para ele do que racismo, antissemitismo e mobilização popular. Também há sinais claros de que suas perspectivas, dentro da AIB, não eram exatamente as mesmas de Salgado ou de Barroso. Se, a partir dessa constatação, podemos separar Salgado e Reale como representantes do ‘integralismo-totalitário’ e do ‘integralismo-conservador’, como faz Ramos (2008a, 2008b), é ponto a se discutir. Não obstante, a diferença realmente existia e a perspectiva mais autoritária e conservadora de Reale facilitou, ao lado das contingências práticas, a sua rápida transição para o autoritarismo de Vargas, o que indica como, no contexto dos anos 1930 e 1940, as posições ideológicas e políticas eram mais fluidas e com mais pontos em comuns do que leituras menos profundas podem sugerir e que as várias ‘direitas’ tinham mais semelhanças do que gostariam de admitir posteriormente.

Fascismos e Fascistas em Comparação:

Gustavo Barroso, Adrien Arcand e o antissemitismo
no Brasil e no Canadá no entre guerras*

Introdução

Compreender o fascismo enquanto fenômeno internacional e diversificado pressupõe a necessidade de observar de quais formas se deu a formação e atuação de grupos, movimentos e agremiações políticas que, embora semelhantes em determinados elementos discursivos e ideológicos, previam e almejavam a disputa de poder em realidades e configurações políticas as mais distintas possíveis.

Apesar da emergência do fascismo estar ligado aos emblemáticos referenciais europeus, sobretudo o italiano e o alemão, o fenômeno adquiriu status internacional e caráter transnacional, constituído por casos de diversificadas proposições, enunciações e contingente militante, além dos contatos entre eles. Dessa maneira, em localidades bastante longínquas do centro europeu irradiador, houve o surgimento de determinados movimentos que flertavam com parte dos pressupostos políticos do fascismo (sob aspectos diversos), ou mesmo assumiam explicitamente a prática da então nova tendência política da extrema-direita.

Ainda que várias tendências políticas conservadoras e autoritárias tenham sido confundidas com a então nova onda do fascismo em voga (confusão esta engendrada em muito por adversários políticos,

* Publicado originalmente em *História e Perspectivas*, v. 28, n. 53, p. 371-400, 2015. (Coautoria com Odilon Caldeira Neto).

embora com relativa recepção e reprodução em meios intelectuais e acadêmicos), o fascismo enquanto fenômeno político atingiu evidente amplitude e diversas experiências.

Partindo do caso italiano, é possível notar a disseminação do fascismo em variados países europeus, tal qual Holanda (*Nationaal-Socialistische Beweging*, de Anton Mussert); Bélgica (*Verbond der Dietse Nationaal-Solidaristen*, de Joris Van Severen e outros); França (*Le Faisceau*, de Georges Valois; *Francisme*, de Marcel Bucard); Inglaterra (*British Union of Fascists*, de Oswald Mosley); Portugal (*Movimento Nacional-Sindicalista*, de Francisco Rolão Preto); Espanha (*Falange Española*, de José Antonio Primo de Rivera); além de, é claro, o caso da Alemanha nazista, sendo que era comum que esses países não tivessem apenas um movimento ou partido fascista, senão diversas siglas em disputa, excetuando os casos de liderança governamental constituída (Itália, Alemanha etc.).

O fascismo, contudo, não foi um fenômeno restrito aos limites territoriais europeus, seguindo uma expansão quase simultânea no continente asiático, africano e na Oceania, não obstante a baixa adesão popular e majoritariamente pautados por casos efêmeros e incipientes, sobretudo no aspecto político partidário. No continente americano, no entanto, o fascismo obteve franca disseminação ao estabelecer presença na maioria dos países do continente, pautado inclusive em casos significativos para a política local.

O integralismo de Plínio Salgado foi certamente o maior desses, sendo não apenas o principal movimento/partido fascista na porção sul do continente americano, senão também o maior além-Europa (Griffin, 2006, p. 22). Em se tratando da ocorrência sul-americana, além do caso brasileiro, o fascismo obteve relativa importância na agenda política nacional em países como Argentina e Chile.

Na América Central, a organização fascista de maior destaque foi a *Acción Revolucionaria Mexicanista*, fundada por Nicolás Rodríguez Carrasco, grupo marcado por um radicalismo em seu discurso e por enfrentamentos contra ‘inimigos’ esquerdistas nas ruas

das cidades do país. Na América do Norte, vários grupos buscaram a articulação com setores políticos conservadores e reacionários, com pouco ou quase nulo sucesso. Nos Estados Unidos, William Dudley Pelley fundou a *Silver Legion*, curiosamente no mesmo dia da fundação oficial do partido nazista alemão, mas com trajetória diametralmente oposta, visto o fracasso dos *Silver Shirts*. No Canadá, dentre vários pequenos grupos e partidos fascistas, houve relativo destaque para o *Parti National Social Chrétien* fundado por Adrien Arcand, que fora também líder do *National Unity Party of Canada*.

Independentemente do sucesso obtido pelos diversos grupos fascistas surgidos ao redor do mundo nas três primeiras décadas do século xx, a amplitude e a diversidade territorial dessas iniciativas atestam o fascismo enquanto um fenômeno não apenas eurocêntrico, ainda que o modelo inspirador desses grupos tenha sido certamente os casos de sucesso na Europa, em especial os modelos italiano e o alemão.

A partir desse pressuposto, que leva em conta suas mais diversas e longínquas práticas e experiências, o fascismo é caracterizado – e, em certo sentido, fundamentado – enquanto uma prática internacional ou mesmo transnacional, o que inclusive evidencia a possibilidade de estudos que abordem a rede de relações, cooperações e disputas existentes entre esses grupos; desde casos mais evidentes, isto é, movimentos atuantes em localidades (países) próximas e/ou com tradições culturais semelhantes (o fascismo no mundo hispânico, anglo-saxão, etc.); ou mesmo de grupos de regiões, tradições e práticas dissonantes, mas com algumas bandeiras em comum (levando em conta alguns dos principais elementos do arcabouço ideológico do fascismo).

Essa questão torna-se ainda mais evidente a partir do processo no qual o fascismo italiano passou a tomar o próprio regime não apenas como um caso nacional ou mesmo de diversos outros congêneres em localidades distintas. A crise do capitalismo na proximidade do eclodir da década de 1930 foi fator substancial para o sedimentar da suposição sobre a possível universalidade do fascismo.

Ademais, a chegada do nazismo ao poder em 1933 evidenciou não somente as possibilidades existentes para a disseminação do fascismo (inclusive fora da Europa), mas, sobretudo a necessidade de construção de uma alternativa italiana para poder disputar um provável avanço do nazismo pela Europa e outros continentes. Desse modo, no ano de 1933 foram criados os *Comitati d'Azione per l'Universalità di Roma* (Caur), organização voltada para a universalização fascista (Bertonha, 2000, 2008a).

Para além das iniciativas institucionais europeias, a dinâmica do fascismo enquanto fenômeno internacional foi marcado pela inconstância, isto é, momentos de cooperação, aliança e diálogos entre dirigentes e militantes de diversos movimentos, ou mesmo por questões típicas da disputa de poder político, ainda mais se levarmos em conta o ultranacionalismo característico do fascismo. Ainda que o caráter nacionalista desses movimentos dificultasse os diálogos e a cooperação – sobretudo nos movimentos congêneres localizados em países fronteiriços –, houve, em determinados momentos, uma rede de troca de informações e cooperação entre alguns desses movimentos.

De certo modo, é possível delinear – mas não determinar – uma relativa divisão entre dois grupos majoritários existentes devido à junção da quase totalidade das diversas experiências de cunho fascista. De um lado, reúnem-se alguns grupos que se assemelhavam ao modelo do fascismo italiano, em que esta coincidência se dava por conta do modelo corporativista de organização, ou mesmo por alguns aspectos doutrinários ou da simbologia característica do caso italiano.

Por outro lado, é possível agrupar outros casos a partir da semelhança e influência do nazismo nesses grupos, isto é, o radicalismo racista, o darwinismo social e também o forte discurso antisemita em alguns deles que, tal qual no caso alemão, desempenhava papel central no discurso e na própria prática político-partidária.

Essa divisão, contudo, não pode ser encarada como um aspecto estático, ou mesmo como uma categorização absoluta. No mais, a utilidade evidencia-se majoritariamente para fins

analíticos. Isso ocorre também devido ao fato de que a relação inter-fascismos ocorria em diversos âmbitos, níveis e intensidades, de modo que um caso do grupo do ‘fascismo mais radical’, que buscava inspiração no nazismo, poderia eventualmente – ou mesmo constantemente – estabelecer contatos com um congêneres não muito semelhante.

Para fins de análise, ainda que esta dinâmica não possa ser dissociada das eventualidades inerentes ao campo político e das relações internacionais (marcada pelo jogo inconstante de aproximações e distanciamentos entre os diversos atores), é plausível supor que a relação inter-fascismos se deu majoritariamente por base das aproximações nas similaridades ideológicas que, mesmo levando em conta a existência de variadas gradações do radicalismo fascista, existiam em diversos movimentos, fossem ou não próximos territorialmente ou mesmo ideologicamente.

Levando em conta o antissemitismo como um dos aspectos de maior evidência das diversas gradações do radicalismo fascista, justamente por aproximar ou distanciar diversos grupos fascistas ao nazismo, será abordado a seguir a maneira como se deu a constituição da questão antissemita em dois casos distintos, que auxiliam na análise das diferenciações e similaridades entre movimentos fascistas, no caso a *Ação Integralista Brasileira* (AIB) (principalmente na figura de Gustavo Barroso – comandante-geral das milícias integralistas) e o caso do fascismo canadense, mais especificamente os grupos e estratégias capitaneadas por Adrien Arcand.

Para tal, a abordagem se dá inicialmente pela trajetória da construção e consolidação de cada um desses casos, levando em conta o papel do antissemitismo em cada qual para, dessa maneira, observar as possíveis similaridades e dissimilaridades ideológicas e de estratégia política entre os objetos enunciados. Desse modo, é factível determinar e analisar as possibilidades, perspectivas e práticas de relações entre movimentos fascistas não tão próximos, levando em conta a distância territorial, as diferenças de tradições culturais e linguísticas, ou mesmo os anseios e estratégias políticas de cada grupo.

Adrien Arcand, o Fascismo Canadense e o Antissemitismo⁹⁴

O surgimento do fascismo no Canadá ocorreu desde os anos 1920, por meio de pequenos grupos inspirados no modelo do fascismo italiano. No entanto, a partir da ascensão nazista em 1933, os militantes fascistas – sobretudo da porção oeste do país – passaram a se organizar através dos *Swastika Clubs*, de evidente tendência racista e antissemita. No mesmo ano, William Whittaker fundou o *Canadian Nationalist Party* (CNP), de inspiração antissemita e de postura pró-Império. Em 1934, Howard Simpkin, então membro do CNP, liderou uma dissidência do grupo, a fundar a *Canadian Union of Fascists* (CUF), filial da *British Union of Fascists* (de Oswald Mosley), que pregava um modelo voltado ao fascismo italiano, abandonando o discurso antissemita da CNP.

Esses grupos, contudo, perderam espaço gradativamente à medida que Adrien Arcand consolidava a sua ascensão no cenário fascista canadense, levando o epicentro do fascismo canadense da região oeste do país para Quebec. No início da década de 1930, Adrien Arcand e Joseph Ménard fundaram alguns periódicos, como *Le Goglu* (1929); *Le Mioir* (1930) e *Le Chameau* (1930) – enquanto estratégia de operacionalização política do antissemitismo.

Em 1929, fundaram a *Orde Patriotique des Goglus*, de inspiração fascista. A partir desse momento, Arcand intensificou o contato com o fascismo internacional, garantindo apoio político e financiamento para as futuras investidas. Devido ao discurso antissemita veiculado nos jornais citados, A. Arcand e J. Ménard enfrentaram vários processos na justiça movidos por judeus, razões determinantes para o encerramento das atividades desses periódicos.

No ano de 1933, inauguraram um novo jornal, *Le Patriote*, e no ano posterior formalizaram a fundação do *Parti National Social Chrétien* (PNSC) e do jornal *Le Fasciste Canadien*, intensamente inspirado pelo corporativismo fascista e o discurso racista do nazismo,

⁹⁴ Para um resumo em português da história do fascismo no Canadá, ver Bertonha (2002, 2010b, 2011).

fazendo uso inclusive de suásticas, uniformes e outros aparatos e exterioridades simbólicas do modelo alemão.

Em 1938, Adrien Arcand alcançou o posto de maior líder do fascismo canadense, após fundir o PNSC com o CNP de Whittaker e um pequeno grupo fascista de Ontário (*Ontario Nationalist Party*, de Joseph Farr). Em 4 de julho daquele ano, após convenção realizada em Toronto, foi formalizada a junção desses grupos, a partir da criação do *National Socialist Unity Party* (NSUP), sob liderança de Arcand.

Essa iniciativa, que na perspectiva de Arcand viria a garantir uma maior amplitude e a conquista de poder político para o partido, teve resultado diametralmente oposto, visto que o NSUP não conseguiu se estabelecer no cenário político canadense, determinando o fracasso político do grupo e, conseqüentemente, do próprio Arcand. O líder fascista buscou, ainda, atrair militantes e apoio para sua causa, mas no ano de 1939, quando do início da Segunda Guerra Mundial, foi preso, juntamente com diversos militantes e dirigentes de partidos fascistas.

Embora o antissemitismo tenha garantido destaque ao discurso de Adrien Arcand e de suas investidas políticas, é possível notar que já havia uma base anterior no Quebec desde anos antes, em círculos da Igreja. A base do antissemitismo no período era, efetivamente, a Igreja Católica, constituída basicamente por setores da elite francófona, inspirada pelas personagens mais radicais do conservadorismo católico. A extensão desse sentimento é ainda tema de debate na historiografia canadense, especialmente por conta das polêmicas obras de Esther Delisle (1992, 1993, 1998), mas é inegável que, em algum nível, ele existia⁹⁵.

Essa questão, aliás, acaba por se desdobrar no enorme debate relacionado à figura do padre Lionel Groulx, o qual, entre os anos 1920 e 1929, foi diretor da *Action Française Québécoise* e colaborou, com seus inúmeros textos, para reforçar o traço antisemita já existente há um bom tempo na sociedade do Quebec. Lionel Groulx,

⁹⁵ Ver, a respeito, Bouchard (200, 2003); Gélinas (2007); Langlains; Rome (1991).

Figura 2 – “Le Juif persecuteur et sanguinaire se cache derriere un masque de victime”.



Fonte: *Le Goglu*, 16 de setembro de 1932, p. 6.

na realidade, encaixava-se mais na categoria de conservador católico do que propriamente fascista, mas tinha simpatias por Mussolini. Do mesmo modo, embora Groux não tenha oficialmente produzido obras com teor antisemita explícito, consolidou-se como líder intelectual

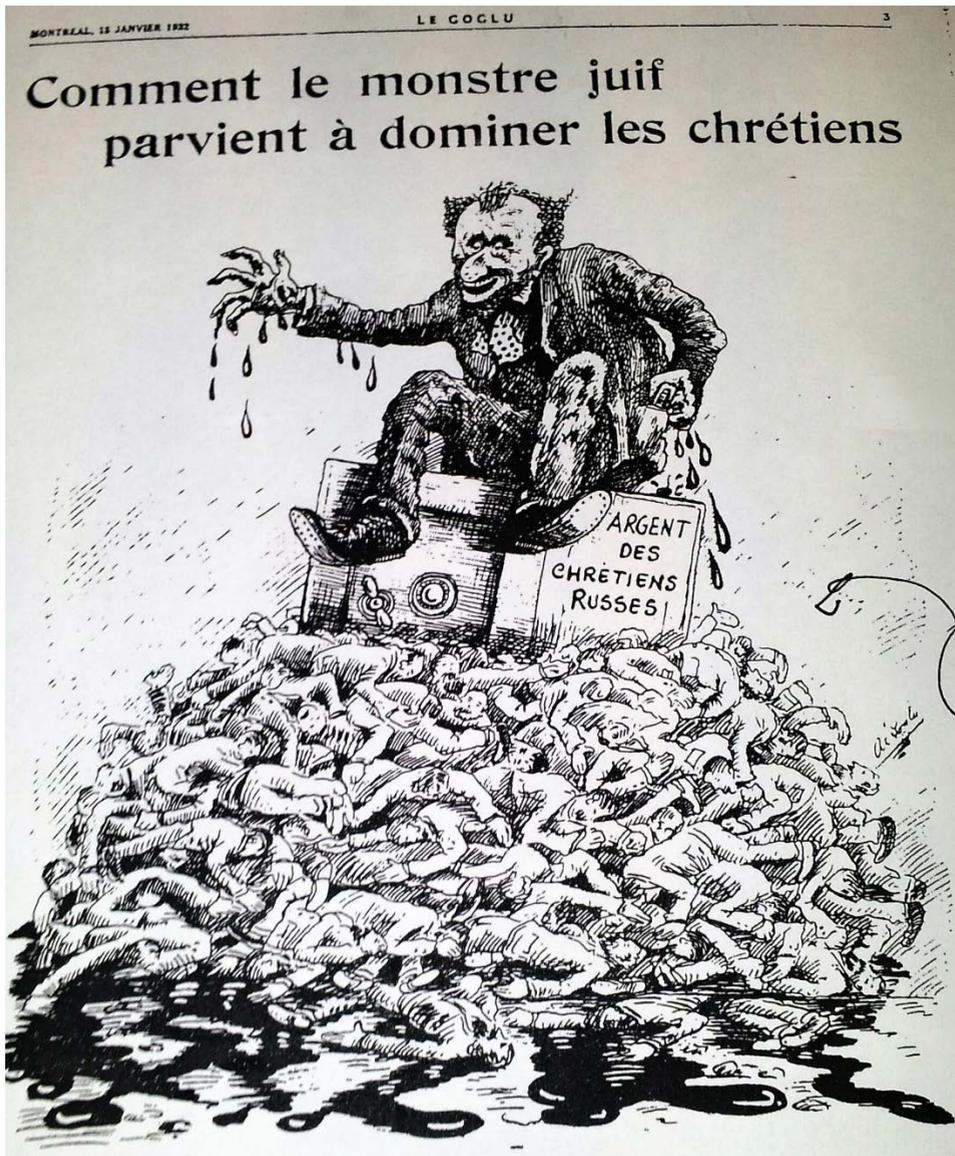
Figura 3 – Communisme.



Fonte: *Le Goglu*, 15 de outubro de 1931, p. 6.

de alguns autores abertamente antissemítas, como Henri Bourassa, fundador do jornal ultraconservador *Le Devoir* (1910), que reproduzia textos contrários à presença judaica no Canadá, assim como na França (Anctil, 2003, p. 72). Bourassa chegou, inclusive, a fazer um discurso, no ano de 1905, na *House of Commons*, conclamando para que o Canadá restringisse toda e qualquer imigração judaica.

Figura 4 – *Commente l'he monstre juif parvient à dominer les chrétiens.*



Fonte: *Le Goglu*, 15 de janeiro de 1932, p. 3.

Ainda que alguns dos pressupostos políticos defendidos por essa parcela da sociedade pudessem se aproximar – ou serem confundidas – com o fascismo, o antissemitismo foi operacionalizado enquanto bandeira política pelo fascismo canadense, ao mesmo tempo em que

esse só conseguiu publicidade por meio do radicalismo antissemita. Isso se deu na maioria dos movimentos fascistas canadenses, mas foi ainda mais forte nas iniciativas políticas de Adrien Arcand.

A atuação de Arcand perante o antissemitismo fascista garantiu, de fato, um caráter político à questão. Essa ‘politização’ do antissemitismo proporcionou, inclusive, disputas judiciais envolvendo Arcand e alguns representantes da comunidade judaica (Anctil, 1999, p. 157). No verão de 1932, A. Abugov – comerciante judeu residente na cidade de Lachine (ao sudoeste da província de Quebec) – moveu processo contra Arcand, devido aos textos antissemitas veiculados nos periódicos *Le Goglu* e *Le Miroir*.

Abugov acusava a campanha de ódio movida por Arcand contra a coletividade judaica, caracterizando-a como um ‘ataque psicológico’. No entanto, tal ação não resultou em condenação a Arcand, pois a corte local afirmara que o processo seria cabível caso fosse um crime contra uma pessoa determinada, mas não contra uma coletividade. Devido ao fracasso dessa iniciativa, Peter Bercovitch e Joseph Cohen, também representantes da comunidade judaica, apresentaram no mesmo ano um projeto de lei para a legislatura municipal, buscando enquadrar casos que envolvessem coletividades, justamente em vista do episódio envolvendo Adrien Arcand. Isso abriu prerrogativa para a citada crise financeira que acometeu Arcand, devido às ações judiciais relacionadas à veiculação e reprodução de textos antissemitas em seus periódicos.

Além das batalhas judiciais, o grupo de Arcand se notabilizou por alguns enfrentamentos e ataques físicos contra judeus. No ano de 1934 (Anctil, 1999, p. 159), ocorreram relatos sobre alguns conflitos de rua, envolvendo militantes partidários de Arcand e judeus, além de protestos com tons antissemitas.

Os discursos antissemitas produzidos e reproduzidos nos jornais de Adrien Arcand estavam em consonância com o antissemitismo dos grupos fascistas mais radicais existentes no período, inclusive ao referencial nacional-socialista alemão. É possível observar, portanto, a categorização do judeu enquanto agente do mal absoluto, ser

‘intrinsecamente’ conspiratório, dominador e contra o tradicionalismo da sociedade cristã. Ademais, Arcand ‘denunciava’ a presença maligna dos judeus em diversos sistemas políticos e econômicos tidos como perniciosos pelo seu grupo, isto é, a democracia, o liberalismo e o comunismo, os quais seriam todos eles engendrados por um plano judaico de dominação mundial (Medresh, 2001, p. 160).

Em algumas edições de *Le Goglu*, constata-se a veiculação de charges e caricaturas que representavam o judeu tal qual um ser extremamente ganancioso e dissimulado. Na edição de 16 de setembro de 1932, por exemplo, há a representação de vários corpos de pessoas falecidas, juntamente com igrejas e escolas em meio ao fogo. Sobre os mortos, um judeu, trajando roupa preta, posiciona uma espécie de fantoche de um também judeu, embora este com feição benevolente e com as seguintes inscrições por sobre a roupa: ‘*persecute, martyr, victime*’, devidamente posicionadas por sobre placas indicativas de Espanha e Rússia.

O título *Le juif persecuteur et sanguinaire se cache derriere un masque de victime*, relação evidente com a charge, acompanha um pequeno texto, no qual os judeus são apontados enquanto organizadores da revolução *bolchevique* e responsabilizados pela morte de ‘quarenta milhões’ de cristãos. Já na Espanha, os judeus seriam acusados de articulação no esfacelamento das tradições morais, dismantelamento de ordens religiosas, destruição de inúmeras igrejas e conventos, entre outros.

Na edição de 16 de outubro de 1931, os judeus também são representados por meio de feições malignas, dirigindo uma espécie de automóvel rolo compressor a destruir novamente edificações escolares e religiosas. Já na edição de 15 de janeiro de 1932, há uma charge na qual um judeu aparece por sobre um cofre com a inscrição *Argent des chrétiens Russes*, em meio a inúmeros corpos humanos, em um banho de sangue, presente também nas mãos do judeu em questão e na carteira que ele insere no bolso de seu paletó.

Essa estratégia discursiva antissemita é também reproduzida em edições de *Le Fasciste Canadien*, em que os judeus são atacados

de modo enfático, chamados de “ratos, porcos, raça degenerada, descendentes de Judas, representantes de Satanás etc.”. Além do próprio radicalismo do discurso, a questão antissemita desempenhou papel essencial no fascismo de Arcand, ou mesmo prioritário. De acordo com levantamento realizado por René Durocher (1978), o antissemitismo esteve presente em mais de 60% (62,4%) em um conjunto de exemplares analisados do jornal citado.

Presença assídua nos diversos periódicos do fascismo canadense citado, o teor desse antissemitismo certamente não foi uma *inovação* do grupo de Arcand, tampouco do próprio fenômeno fascista. Há de se notar, inclusive, que diferentemente do caso alemão, o antissemitismo de Adrien Arcand inseriu constantemente o aspecto do problema da suposta ‘destruição do cristianismo’ pelo agente judaico. Dessa maneira, portanto, além do antissemitismo de inspiração nazista, Arcand fazia referência aos teores típicos dos ‘Protocolos dos Sábios de Sião’, obra apócrifa e falsificação histórica que *denunciava* a existência de uma suposta conspiração judaica de dominação mundial.

Além disso, a persistência da denúncia do judeu enquanto agente essencialmente anticristão se vincula ao próprio antissemitismo de estrato religioso, ainda que com motivação evidentemente política. Por esse motivo, é possível supor também a relação existente entre o antissemitismo de Arcand e a tradição antissemita francesa, principalmente de autores como Léon de Poncins, jornalista, fervoroso católico conservador, que além de traduzir uma versão francesa dos *Protocolos* (1921), foi autor de *As forças secretas da Revolução* (1928), na qual defende a ideia da existência de um complô judaico visando à destruição do cristianismo na França e em todo o mundo.

Gustavo Barroso, Integralismo e Antissemitismo

Assim como no caso do fascismo de Arcand, a AIB surgiu em meio a um contexto da existência de diversos pequenos movimentos e partidos de tendência fascista e protofascista no país, em disputa por militância e inserção na agenda política nacional. Grupos como a Ação Social Brasileira, de J. Fabrino; o Partido Nacional

Sindicalista, de Olbiano de Mello; e a Legião Cearense do Trabalho, do Tenente Severino Sombra; tinham algumas – ou diversas – semelhanças com o fascismo, sobretudo no aspecto da defesa do corporativismo estatal fascista. Outra semelhança entre esses grupos, no entanto, foi a quase total irrelevância no cenário político brasileiro. Dentre esses, apenas a Legião Cearense do Trabalho conseguiu relativo sucesso, mas ficou restrita basicamente à atuação nos limites do estado do Ceará.

Fundada em 1932, a AIB contou com um grande contingente militante que, em números oficiais, gravitava em torno de um milhão de camisas e blusas verdes mas, em números mais verossímeis, chegava em torno de 300 e 400 mil membros (ou menos ainda), algo que, de qualquer modo, era um indicativo de sucesso para as condições da época. Além da grande militância, o integralismo conseguiu se estabelecer em todas as regiões do país, consolidando o aspecto nacional do movimento/partido.

Para garantir essa amplitude e, sobretudo, o controle da militância, o integralismo contou com uma rígida hierarquia, um rico aparelho simbólico e uma extensa rede de jornais e periódicos, que divulgam a doutrina do Sigma e auxiliavam no processo de formação dos novos e já estabelecidos quadros militantes integralistas. Influenciado pelo fascismo italiano, o integralismo preconizava a implantação do Estado Integral, baseado no corporativismo italiano e num discurso que pregava a ‘revolução espiritual’, dialogando com os setores ultraconservadores da Igreja Católica.

Em se tratando de um movimento fascista, questões caras como o racismo eram manejadas e articuladas com extremo cuidado no discurso integralista. Além de, porventura, a existência de uma estratégia política voltada para a não radicalização do discurso integralista, havia a necessidade determinada pela própria configuração da sociedade brasileira, multiétnica e multicultural. Dessa maneira, o integralismo repetia incessantemente um discurso de união da nação, em que as diferenças sociais seriam suprimidas – e resolvidas – sob o signo do sigma.

O discurso integralista, mais tolerante que alguns congêneres fascistas, não foi impeditivo, no entanto, para o surgimento de uma ala mais radical no movimento, ligada justamente à questão do antissemitismo, sinalizando, inclusive, a possibilidade de aproximação ideológica do integralismo para com outros grupos mais radicais, sobretudo do nazismo.

Ainda que a hierarquia explícita do integralismo buscasse determinar a imagem do movimento enquanto um grupo coeso e portador de uma ideia e postura monolítica, dentro da própria militância e filosofia integralista era possível perceber e constatar a existência de alguns grupos que, de certo modo, eram divergentes entre si. Além da aproximação constante com o ideal fascista italiano, havia algumas obras e discursos integralistas que se aproximavam de um conservadorismo semelhante a setores da Igreja Católica. Além desses, havia também uma tendência antissemita na AIB, corrente interna não explícita no movimento, mas que exercia relativo poder dentro do integralismo.

Dentre os diversos militantes e ideólogos do movimento, os quais eram explicitamente antissemitas, a função de representante maior desta ala era indubitavelmente exercida pelo chefe das milícias integralistas, Gustavo Barroso, advogado, político e escritor natural da capital cearense. Apesar de não ter participado da Sociedades de Estudos Político (antessala do integralismo) e do processo de fundação da AIB (aderiu às 'fileiras do Sigma' em 1933), Barroso ocupou uma posição central na hierarquia integralista, ao lado de Plínio Salgado e Miguel Reale.

Ao filiar-se à AIB, Barroso já era autor de relativo sucesso nacional e membro da *Academia Brasileira de Letras* (ABL). No entanto, diferentemente das obras integralistas publicadas pelo autor, os títulos anteriores à fase *verde* não apresentavam abordagem antissemita, inclusive raramente mencionavam personagens judeus. O conjunto de obras integralistas de Gustavo Barroso, no entanto, teve o antissemitismo enquanto elemento ideológico central. A grande maioria dos livros integralistas de Gustavo Barroso

era destinada a ‘denunciar’ o suposto complô judaico de dominação internacional e inserir a *percepção* da ‘ação ativa’ dos judeus na maioria dos problemas nacionais.

Dessa maneira, as supostas ações dos judeus seriam notadas por Barroso desde períodos do Brasil Colônia até o processo de independência (Barroso, 1936c, 1937b) e, sobretudo, na ação política em planos não institucionais; ações submersas por meio de grupos políticos, maçonaria, indivíduos defensores do liberalismo e de ‘agentes’ do comunismo internacional.

A função final dessa dinâmica, orquestrada em planos subalternos, seria, para Barroso, a destruição do cristianismo e a implantação de um governo ditatorial nas mãos dos judeus, que minaria todos os focos de resistência nacional(ista), implantando um regime de ódio, horror e destruição.

Ainda que alguns elementos do antissemitismo barrosiano demonstrem relação com o antissemitismo típico do medievo, como é o caso da acusação de prática de deicídio pelos judeus, o mote discursivo encontrava eco no antissemitismo característico dos anos 1930, sobretudo dos discursos influenciados pelos Protocolos e outras obras similares. Cabe ressaltar, inclusive, que Gustavo Barroso foi o responsável pela produção da primeira edição dos ‘Protocolos’ no Brasil, após traduzir e comentar (‘apostilar’) uma edição em língua francesa – possivelmente de autoria de Léon de Poncins –, que teria recebido do camisa-verde Madeira de Freitas (Barroso, 1937a, p. 162).

A influência de Poncins no antissemitismo de Gustavo Barroso era evidente, a ponto de Barroso reproduzir a seguinte frase do autor francês na epígrafe de *Brasil: Colônia de banqueiros*: “Trotski e Rotschild marcam a amplitude das oscilações do espírito judaico; estes dois extremos abrangem toda a sociedade, toda a civilização do século xx”. Apesar do radicalismo da intolerância antissemita apresentado em diversas obras, Gustavo Barroso buscava contradizer a classificação racista de seu discurso, invertendo os polos e afirmando que seriam os judeus um povo verdadeiramente racista, caracterizando o

antisemitismo expresso em suas obras enquanto estratégia ‘antirracista’, críticas àqueles ‘verdadeiramente’ racistas (Barroso, 1934).

Sobre essa questão, é possível que, além de determinações geradas pelo contexto nacional do período, havia também pressão por parte do próprio núcleo hierárquico integralista, visto que o discurso de Gustavo Barroso despertava críticas endógenas e exógenas, já que o radicalismo dele e alguns outros integralistas⁹⁶ evidenciavam uma ala interna no movimento, o que poderia ser reconhecido enquanto quebra de ordem hierárquica.

Plínio Salgado chegou inclusive a criticar publicamente Gustavo Barroso, por meio de carta divulgada pelo periódico integralista *Panorama*, afirmando que “[...] o problema do mundo é ético e não étnico [...]”⁹⁷, buscando desqualificar a presença do antisemitismo evidente no discurso integralista. No entanto, as críticas de Plínio Salgado, não significaram o cessar da atividade antisemita de Gustavo Barroso.

As obras integralistas do autor seguem, portanto, um enredo no qual são apresentadas as questões problemáticas para, em um segundo momento, ‘evidenciar’ a presença judaica no cerne dessas situações, ainda que em um plano secundário. Dessa maneira, somente o integralismo teria a capacidade de, na então conjuntura política brasileira, compreender a amplitude do ‘problema judaico’ e evidentemente, resolvê-lo.

Todavia, isso não significou a adesão explícita de outros proeminentes ideólogos dos camisas-verdes às teses antisemitas de Barroso. De fato, o radicalismo no discurso antisemita e integralista de Gustavo Barroso o alçou à condição de não somente o mais radical dentre os mais importantes líderes da AIB, mas também o maior nome da literatura antisemita brasileira, pois, além de traduzir e comentar os ‘Protocolos’ e reproduzir o discurso do complô judaico de dominação mundial em várias de suas obras, Gustavo Barroso

⁹⁶ Acerca do antisemitismo praticado pelo integralismo, além de Gustavo Barroso, cf. Caldeira Neto (2011, 2014).

⁹⁷ Salgado, Plínio. ‘Trechos de uma carta’. *Panorama*, ano I, n. 4-5, abril/maio 1936.

se valeu da amplitude do movimento integralista (e sobretudo da sua imprensa) para disseminar e doutrinar diversos militantes, de acordo com sua cartilha antissemita.

Além de ‘materializar’ o radicalismo do integralismo na figura do chefe das milícias integralistas, o discurso antissemita de Gustavo Barroso proporcionou a possibilidade de diálogos e conexões entre o integralismo e alguns dos movimentos típicos do radicalismo antissemita, principalmente na questão do caso das relações inter-fascistas e inter-fascismos.

O Antissemitismo de Barroso e Arcand no Diálogo e Relação entre Fascismos

O antissemitismo, tomado como aspecto da radicalização dos discursos e movimentos fascistas, se estabeleceu enquanto categoria não somente por conta do próprio teor discursivo e da prática intolerante contra os judeus, mas também pelas possíveis similaridades evidenciadas entre alguns congêneres fascistas, em especial com o caso do nacional-socialismo alemão.

Ainda que alguns grupos fascistas e conservadores tenham manifestado desprezo e intolerância contra os judeus, o nazismo já demonstrava, desde os primeiros momentos do regime, um intenso radicalismo, que viria a desembocar na perseguição e tentativa de extermínio dos judeus por toda Europa.

Levando em conta o aspecto do antissemitismo para além dos limites do nazismo, é possível notar, a partir da breve abordagem sobre o caso canadense e o brasileiro, que este discurso intolerante pautou uma diferenciação não apenas entre os diversos movimentos fascistas, mas também na estrutura interna de alguns desses, como foi o caso do antissemitismo integralista de Gustavo Barroso e outros autores.

Partindo desse aspecto, o antissemitismo de Adrien Arcand e Gustavo Barroso tinham um diferencial evidente e, em certo sentido, circunstancial – os movimentos liderados por Arcand não tinham o antissemitismo apenas como uma bandeira em comum com outros

movimentos fascistas. O discurso de ódio contra os judeus desempenhava papel central na ideologia do movimento, sobretudo pela aproximação – que beirava ao mimetismo – com o nazismo e, em menor instância, uma tradição antissemita já arraigada em determinados setores conservadores canadenses, sobretudo no Quebec, local de gestação e construção das iniciativas institucionalizadas de Arcand.

Ainda que o discurso antissemita de Arcand tenha causado transtornos ao candidato à ‘Führer canadense’ e dificultado algumas articulações políticas, não haveria ‘necessidade’ – ou melhor, possibilidade – em suavizar, retirar ou ‘explicar’ esse discurso, tendo em vista a sua centralidade no arcabouço discursivo e ideológico do grupo de Arcand. É plausível supor, inclusive, que as sanções e limitações judiciais impostas ao grupo de Arcand por conta do antissemitismo tenham sido tomadas como elemento determinante para a ‘necessidade’ da persistência desse discurso e prática intolerantes.

Já no caso do integralismo, o antissemitismo era tratado de modo extremamente cauteloso. Em primeiro lugar, havia a condição do discurso integralista em favor da união das diferenças, a supressão das desigualdades e da ‘revolução espiritual’. Ainda que esses elementos discursivos não afastassem o integralismo de práticas intolerantes e autoritárias, havia uma tendência em suavizar o radicalismo em várias frentes, inclusive na questão do antissemitismo. Seria na suposta ‘tolerância’ integralista, baseada na tradição cristã do povo brasileiro, que o movimento buscava soluções para as divisões existentes.

Além disso, adiciona-se o fator da existência de uma corrente interna no movimento integralista, liderada por Gustavo Barroso, que, conforme visto, era determinado justamente pelo discurso antissemita. A existência dessa corrente interna era perniciosa ao movimento em dois sentidos: a discrepância discursiva do antissemitismo de Barroso para com a propaganda ideológica do integralismo e a possibilidade de quebra hierárquica, por meio do fortalecimento – e, porventura, materialização – de uma corrente e militância ideológica antissemita autônoma na AIB.

Essas condições, ainda que possam ter limitado a abrangência, incidência e disseminação do antissemitismo dentro do integralismo, não determinaram o cessar da atividade literária antissemita de Gustavo Barroso, persistindo inclusive após as críticas públicas do chefe nacional dos integralistas.

Colocando lado a lado o fascismo integralista e o de Adrien Arcand; ainda que o papel desempenhado pelo antissemitismo em cada caso tenha sido divergente – sobretudo pelo caráter explícito de Arcand e o ‘explicativo’ de Barroso e do integralismo –, há uma aproximação evidente, principalmente nas similaridades entre discursos. Conforme mencionado anteriormente, a relação entre os grupos fascistas existentes era pautada principalmente nas bandeiras em comum, ainda que os métodos se apresentassem de maneiras diversificadas.

O apreço de Gustavo Barroso ao fascismo antissemita de Adrien Arcand pode ser notado na obra *O Integralismo e o Mundo*, lançada originalmente em 1936. Nessa obra, o autor faz um apanhado geral sobre alguns dos movimentos fascistas então existentes ao redor do mundo, sob uma perspectiva analítica e discursiva que privilegiava a configuração do fascismo integralista, tido como o melhor ‘exemplo’ dentre tantos, principalmente para a realidade brasileira.

Ao tratar do fascismo canadense de Adrien Arcand, Gustavo Barroso ressaltava, não por acaso, a ‘heroica’ luta do líder fascista canadense contra o judaísmo e suas atitudes ‘perniciosas’ (Barroso, 1936a). Para o autor integralista, residiria na iniciativa de Arcand a possibilidade de livrar o Canadá do ‘jugo da finança judaica’. Ao lutar contra a ‘Raça que odeia o arado e a enxada’, estaria Arcand assumindo a luta não somente em prol da sociedade canadense, mas sobretudo de toda uma civilização, o que, na concepção ‘barrosiana’ da história, compreendia a luta entre a civilização cristã e a civilização ateísta/judaica/capitalista/comunista (Maio, 1992).

Nota-se, portanto, que, dentre as possibilidades de contato entre Arcand e Gustavo Barroso, o elo encontrado foi o antissemitismo, justamente por ser um ponto em comum – talvez o mais evidente, dentre os vários possíveis existentes.

No entanto, é curioso notar que o trecho da obra de Barroso sobre o fascismo de Arcand suprimiu a crítica presente no texto ‘O fascismo no Canadá’, veiculado no jornal integralista *A Offensiva*⁹⁸. No texto original de 1934, Barroso fazia ressalva sobre ‘a violência dos processos’ do grupo de Arcand. A supressão dessa crítica pode ser compreendida enquanto estratégia mobilizadora da obra (1936), tal qual citado, isto é, o caráter universal do fenômeno fascista e o papel do integralismo diante do processo citado.

A ausência da crítica anteriormente efetuada terá relação, provavelmente, com os interesses de Barroso e do integralismo naquele momento. Talvez Barroso tenha decidido reescrever seu artigo por considerar que uma defesa dos métodos violentos aumentasse suas chances dentro do debate interno com Salgado sobre os métodos e meios para a conquista integralista do poder. Afinal, como se percebe em avaliações tais quais as de Murilo Paschoaleto (2012) e Jefferson Rodrigues Barbosa (2007), o noticiário internacional era sempre trabalhado, nas publicações integralistas, com vistas aos fins políticos locais e a diferença entre os textos, provavelmente, tem a ver com essa questão.

No caso de Adrien Arcand, por sua vez, há indícios que comprovam a ocorrência de uma troca de correspondências entre o líder dos fascistas canadenses e o chefe das milícias integralistas, diálogo estabelecido justamente por conta do discurso antissemita. Na edição de outubro de 1936 do jornal *Le Fasciste Canadien*, foi publicado o artigo *La bataille Fasciste au Brésil*, de autoria de Gustavo Barroso, no qual o autor integralista traça um panorama das atividades dos integralistas no cenário político brasileiro⁹⁹.

O artigo relata especialmente os eventos relacionados à chamada ‘Intentona Comunista’, ocorrida em 1935, dando ênfase ao posicionamento dos integralistas, que teriam oferecido serviços ao chefe da nação e chefes militares, buscando conter as atividades

⁹⁸ Barroso, Gustavo. O Fascismo no Canadá. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano I, n. 19, 20 de set. 1934.

⁹⁹ Barroso, Gustavo. *Bataille Fasciste au Brésil*. *Le Fasciste Canadien*, ano II, n. 5, out. 1936.

insurrecionais dos integrantes da Aliança Nacional Libertadora, de Luís Carlos Prestes. Ao abordar o perigo da articulação de grupos esquerdistas na política brasileira, Gustavo Barroso atenta para o suposto caráter judaico-bolchevista dessas iniciativas, que seriam apenas mais uma etapa de tentativa de domínio soviético do Brasil, na ocasião liderada por forças judaicas.

Portanto, caberia ao integralismo lutar e combater essas iniciativas, inclusive contra a ‘imprensa judaica’ e as forças liberais. No conturbado contexto político brasileiro de então, estando a república liberal e a social-democracia definitivamente morta, restariam apenas duas alternativas à nação brasileira: transformação em ‘colônia soviética’ (o que, na ótica do integralista, significaria o domínio das forças judaicas pertencentes ao complô internacional de governança), ou então a égide da nação integralista e corporativa, o Estado Integral, única salvação possível para a sociedade brasileira.

A presença do integralismo em páginas do *Le Fasciste Canadien* não seguiu apenas a ordem exógena de produção. Em junho de 1938, momentos após a dissolução da AIB por Getúlio Vargas, o jornal canadense veicularia a seguinte matéria – *Que passe-t-il au Brésil*¹⁰⁰. No texto, Arcand lamenta o fim do integralismo (ao menos em sua forma institucionalizada de então), destacando o ‘enorme’ contingente – devidamente inflacionado – de militantes: um milhão e duzentos mil membros.

Para o líder fascista canadense, o processo que culminou com o fim da AIB não havia sido causado por conjecturas da política interna brasileira ou mesmo devido a uma possível fragilidade organizativa integralista, mas sim por uma iniciativa judaica, visando ao desmantelamento de um movimento que confrontava os interesses da elite judaica internacional.

A similaridade então existente entre alguns dos pressupostos defendidos pelo integralismo e algumas práticas do Estado Novo (o qual é caracterizado, ironicamente, de *kosher*) seriam, para Arcand,

¹⁰⁰ Que se passe-t-il au Brésil. *Le Fasciste Canadien*, ano IV, n. 1, jun. 1938.

apenas uma estratégia para ludibriar o povo brasileiro, a partir de uma constituição e práticas voltadas aos interesses judaicos, inclusive com um convite aberto do presidente aos judeus, que viriam ‘fazer fortuna no Brasil’.

No mesmo texto, Franklin Roosevelt é apresentado como o maior representante e agente público dos interesses judaicos, sobretudo norte-americanos. Cabe ressaltar, inclusive, que Gustavo Barroso foi autor de obra *Roosevelt es judío* (1938), na qual é ‘denunciada’ a suposta ancestralidade judaica de Roosevelt, o que comprovaria ações de um complô judaico presente em diversos governos nacionais. A obra de Barroso foi traduzida para a língua castelhana por Mario Buzatto e publicada nos *Cuadernos Antijudios*, no ano de 1938 (Carneiro, 1990).

Essas ocorrências evidenciam, portanto, que havia indícios da existência de uma rede de troca de informações e materiais informativos, a fim de noticiar ou mesmo propagandear as ações de um grupo específico. Ainda que a compreensão que esses grupos tinham sobre eles próprios, ou mesmo acerca de seus ‘aliados’ pudessem ser distantes da realidade, indicam a compreensão do fascismo enquanto um fenômeno internacional.

Convém explicitar melhor esse ponto. No estudo dos jornais e documentos integralistas (Paschoaleto, 2012), fica evidente que o olhar da AIB estava mais dirigido aos polos centrais do universo fascista, a Itália, a Alemanha e também a Portugal, ainda que isso não impedisse, claro, uma atenção geral ao fascismo europeu e mundial. Do mesmo modo, os nacionalistas argentinos olhavam com mais curiosidade a experiência espanhola (além das onipresentes Itália e Alemanha), enquanto os do Uruguai, curiosamente, interessavam-se especialmente pelo integralismo brasileiro (Almeida, 2014; Marques, 2014). Já no caso dos fascistas canadenses, o olhar central era sempre dirigido, além de Berlim e de Roma, aos outros países de língua inglesa e à França (Bertonha, 2011a).

Isso indica que os parâmetros de contato eram determinados, em boa medida, pelos vínculos geográficos, linguísticos e culturais.

Isso não impedia, contudo, que vínculos mais amplos fossem forjados até por conveniência política. Dessa forma, embora determinados grupos fossem explicitamente divergentes entre si (mas não antagônicos), sobretudo por conta do extremismo nacionalista nos movimentos fascistas, a similaridade era tratada não somente como uma mera coincidência, mas também um motivo de diálogo e, porventura, luta comum. Isso auxilia a explicar, em parte, o porquê da ausência de críticas de Barroso aos procedimentos do grupo de Arcand, ao menos em um segundo momento, justamente porque estavam inseridos em meio ao sentimento de pertencimento de uma nova onda da política internacional.

A perspectiva analítica do fascismo enquanto fenômeno internacional evidencia, portanto, que a tentativa de estabelecer diálogos no panorama do fascismo internacional servia, para os próprios movimentos como um princípio legitimador, pois ‘atestariam’ a urgência do fascismo enquanto princípio de resolução que supostamente afligiam todo o mundo (sobretudo a porção ocidental) e, além disso, a legitimação, construção e consolidação de uma identidade perante o próprio movimento, visto que os diálogos inter-fascistas agregariam o valor de legitimação do ‘mundo fascista’ às iniciativas abordadas, fosse ao grupo de Arcand ou do qual Barroso fazia parte.

Isso ajuda a explicar, também, o porquê do diálogo entre os fascistas canadense (Arcand) e brasileiro (Barroso) ter se dado, até onde se tem conhecimento, de maneira relativamente superficial ou mesmo espasmódica, enquanto ambos davam uma atenção muito maior, em níveis diferentes, para a Alemanha, Itália, Inglaterra ou Portugal. Para canadenses e brasileiros, mencionar e analisar os avanços do fascismo em países tão distantes dava um senso de luta global, mas tais menções e análises nem podiam ser nem eram profundas e contínuas. Isso tanto pela superficialidade do conhecimento que cada grupo tinha do outro e do contexto político e social no qual estavam inseridos, como porque mobilizar notícias de um sobre o outro em escala maior não daria um bom retorno em termos de propaganda interna.

Ainda assim, no entanto, evidencia-se não somente o diálogo entre esses movimentos, até onde suas premissas, interesses e condições técnicas possibilitariam, em um contexto maior, isto é, a questão do fascismo enquanto fenômeno internacional. Ademais, corrobora-se a questão do antissemitismo enquanto princípio de radicalização do fascismo, tenha sido de modo endógeno ou exógeno, porém manejado por cada grupo ou ideólogo à sua maneira e suas especificidades, respeitando, inclusive, as possibilidades e premissas de atuação de cada grupo fascista ora analisados na realidade em que estavam inseridos ou imaginavam estar.

Conclusões

Apesar da ocorrência da prática antissemita em duas organizações fascistas distintas e distantes, e também da decorrente conexão/diálogo entre essas organizações, e seus representantes, é necessário indagar sobre as diferenciações constituintes desse antissemitismo em Arcand e Barroso, assim como os métodos utilizados para a instrumentalização política desses antissemitismos.

Embora Gustavo Barroso tenha sido, conforme atestado pela historiografia competente (Maio, 1992; Cytrynowicz. 1992), o principal autor e introdutor de teses antissemitas na história do Brasil; e tivesse também se inserido na perspectiva de radicalização fascista por meio do próprio antissemitismo, isso não significou a sua absoluta radicalização, ao menos no sentido e parâmetro comparativo disponível tal qual o nacional-socialismo alemão poderia proporcionar.

Em algum sentido, a tradição antissemita de Barroso se assemelha mais ao antissemitismo de estrato/oriundo do conservadorismo cristão (embora, claro, não exime a perniciosidade desse discurso e a decorrente operacionalização essencialmente fascista dele) do que a um racismo biológico típico e tipificado em muito pelo nazismo.

Além disso, o antissemitismo barrosiano há de ser analisado à luz das disputas internas aos camisas-verdes. Por mais que se utilizassem da ideia e discurso da união e unidade interna indivisível e sintetizada pelo Sigma, fato é que o integralismo foi palco

de disputas de poder das mais distintas, fenômeno inerente a uma organização política.

Não nos parece despropositado supor, dessa maneira, que para além de uma perspectiva ideológica *strictu sensu*, o antissemitismo barroso era ‘também’ (mas não somente) um instrumento de disputa de poder. Afinal, o que explicaria, por exemplo, o fato de Barroso ter supostamente ‘esquecido’ do antissemitismo após se desligar da experiência integralista? (Caldeira Neto, 2013).

A perspectiva de que o antissemitismo barroso era um locus de atuação e interlocução integralista (e também inter-fascismos/inter-fascistas) é aparentemente plausível, pois ela se inicia e termina durante a trajetória integralista de Gustavo Barroso, e foi também o elemento central para suas interlocuções, atuações e indícios de cisões junto à liderança de Plínio Salgado (Trindade, 1975).

Já em Adrien Arcand, o antissemitismo se estabelece mais próximo ao corpo antissemita mais radical, um racismo aparentemente mais biológico que cultural (ou conservador), ainda que, especialmente no Quebec, a sua difusão tenha bebido intensamente no antissemitismo católico tradicional. Nota-se, pois a proximidade ideológica de organizações lideradas por Arcand e o antissemitismo nazista, chegando às vias de mimetismo simbólico expresso em experiências do fascismo canadense. Além disso, Arcand não havia sido o introdutor do antissemitismo em terras canadenses, senão um dos responsáveis pela tentativa de radicalização do antissemitismo fascista.

Em algum sentido, é possível afirmar que, para Arcand, o antissemitismo era uma espécie de *razão de ser*, de modo que sua experiência e prática antissemita não surge e se encerra em uma ou mais organizações fascistas, senão um traço existente em sua trajetória intelectual e política, inclusive no negacionismo do holocausto no após guerra (Nadeau, 2010).

A forma, método e modo das relações entre fascistas, exemplificadas aqui entre Gustavo Barroso e Adrien Arcand, sinaliza que esse procedimento ia além de suas práticas de (auto)reconhecimento face ao fascismo em escala transnacional, sendo operacionalizada para

razões de disputas de poder internas, fosse para a questão da liderança e centralidade antissemita integralista em Gustavo Barroso, ou mesmo para a tentativa em demonstrar uma suposta “universalidade” de teores expressos em Arcand, assim como sua liderança junto aos fascistas canadenses.

Embora aparentemente efêmero e residual, o diálogo Arcand e Barroso auxilia, pois, a compreender as redes de cooperações e disputas que permearam e marcaram o universo da sonhada ‘internacional fascista’ e, além disso, tomá-las não como um bloco monolítico e mimético, senão enquanto radicalidades gradacionais, inclusive mesmo dentro de um bloco do ‘fascismo radical’, isto é, do antissemitismo dentro do fascismo enquanto fenômeno internacional no entre guerras.

Salgado, Reale e Barroso:

políticos e intelectuais em circulação entre o Brasil,
a Itália, a Alemanha, a França e Portugal*

Introdução

Gustavo Barroso, Miguel Reale e Plínio Salgado foram os principais líderes do maior partido fascista fora da Europa: a *Ação Integralista Brasileira* (AIB) (1932-1937). Todos eles eram políticos e intelectuais, com ampla inserção nos círculos culturais brasileiros, mesmo antes do início da *Ação Integralista*. Plínio Salgado e Gustavo Barroso eram conhecidos romancistas e jornalistas, enquanto Miguel Reale era uma estrela em ascensão nas áreas de estudos políticos e do direito.

Como intelectuais, mantiveram um olhar contínuo para o mundo exterior e tinham as habilidades linguísticas e culturais necessárias para interpretar esse mundo e adaptar o que vinha de fora à realidade brasileira. Como políticos, procuraram implementar essas idéias dentro de seu próprio projeto, o integralismo.

Ao trazermos os termos ‘intelectuais’ e ‘políticos’, evidenciamos, de forma imediata, os conceitos trabalhados neste texto. A definição de intelectuais é evidentemente complexa e sujeita a diferentes interpretações (Sirinelli, 1996). Para este estudo, a noção que se apresenta é a de homens produtores de cultura (especialmente como jornalistas, professores ou escritores) e que, ao mesmo tempo, são

* Publicado originalmente em *Revista Perseu*, v. 12, n. 16, p. 11-37, 2018.

engajados politicamente. Eles também poderiam ser enquadrados no campo dos intelectuais que Norberto Bobbio (1997) chamou de ‘ideólogos’, ou seja, aqueles que têm os valores à frente da técnica ou das obrigações. Condição de ideólogo decorrente não de sua própria escolha, mas da *vontade* de poder, mesmo que nunca realizada.

Salgado, Barroso e Reale tinham um olhar para o mundo que incluía a maioria da mundo ocidental e não apenas as experiências fascistas, como indicado pelas citações e referências em seus numerosos artigos e livros. Eles debateram sobre os acontecimentos na França, Turquia e Japão e olharam com atenção experiências como o *New Deal* de Franklin Delano Roosevelt e a União Soviética de Josef Stalin. No entanto, o seu principal foco de interesse foi, naturalmente, os seus ‘irmãos de armas’ e menções aos nacistas chilenos, ao canadense Adrien Arcand ou aos vários grupos fascistas na Holanda ou no México estão presentes em seus textos.

Nesse contexto, a França foi uma referência-chave, especialmente no que diz respeito a Charles Maurras e ao fascismo francês, e os problemas espanhóis ganharam importância depois de 1936. O foco de seu interesse internacional, no entanto, foi nos Estados fascistas – Alemanha e Itália – e em Portugal.

O objetivo deste artigo é discutir as redes – políticas, intelectuais e emocionais – que ligavam os três líderes principais do fascismo brasileiro com o internacional e entender as possíveis especificidades de cada um no quadro geral do fascismo mundial na década de 1930. Para tanto, o texto se dividirá em três partes, cada uma delas dedicada a um líder integralista. Em cada item, procurarei explicitar as conexões internacionais e as relações transnacionais de cada um, de forma a estabelecer com precisão seu universo mental e seus reais vínculos.

Em todo o artigo, a hipótese central a ser examinada é a de que similaridades de pensamento e simpatias mútuas não se configuram, obrigatoriamente, em vínculos de interinfluências, podendo refletir simplesmente um ‘espírito do tempo’ a que todos se referiam. Como complemento a essa hipótese, surge outra, a qual propõe que

vínculos transnacionais reais – com efetiva troca de interinfluências e formação de vínculos materiais e intelectuais densos e verificáveis – são um elemento fundamental para identificar similaridades e conexões ideológicas e políticas reais.

A proposta analítica é separar simpatias, agendas, diagnósticos e soluções semelhantes de reais conexões ideológicas e políticas de forma a identificar com mais precisão os atores em disputa no período considerado. Mais especificamente, proponho discutir o caráter fascista de cada um dos líderes considerados e, por extrapolação simples, do integralismo como um todo frente a propostas que pretendem colocá-lo dentro do campo do conservadorismo ou do tradicionalismo católico.

Este artigo não tenciona apresentar em detalhes a trajetória política e intelectual dos três líderes mencionados, mas apenas discutir a sua inserção internacional e as redes intelectuais e políticas nas quais eles circulavam. Dessa forma, é evidente que haverá lacunas informativas e de uso de fontes, já que o objetivo não é uma reconstrução perfeita de suas histórias de vida e de sua produção intelectual.

Nesse sentido, o texto utilizará como fontes básicas um conjunto de obras de cada autor e trabalhos historiográficos que os estudem, mas apenas aqueles nos quais a questão em estudo é mencionada. Isso explica a discrepância – em termos de espaço e citações – com relação aos três autores, discrepância também relacionada ao fato de eu já ter escrito trabalhos gerais sobre ao menos dois deles (Reale e Salgado), o que me permitiu ser sucinto no tocante ao seu pensamento geral.

Plínio Salgado¹⁰¹

Nascido em São Bento do Sapucaí, São Paulo, em 1895, Plínio Salgado foi, nos anos 1920, Deputado Estadual pelo *Partido Republicano Paulista* (PRP) e, acima de tudo, um intelectual.

¹⁰¹ As informações sobre Plínio Salgado vieram, salvo menção em contrário, de Bertonha (2014, 2018).

Jornalista, trabalhou por vários anos no *Correio Paulistano*, órgão oficial do PRP, e em outros veículos da imprensa paulista, além de ter sido colaborador de inúmeras publicações literárias e políticas brasileiras entre os anos 1920 e 1930. Também foi um romancista reconhecido, tendo publicado inúmeros livros e romances no mesmo período.

Fundador e principal líder da *Ação Integralista Brasileira*, Plínio Salgado era, com certeza, um pensador ligado aos principais debates nacionais e as questões por ele debatidas (o papel da intelectualidade na construção do Estado e da Nação, a construção de uma nova ordem social e política, a formação de uma nacionalidade e identidade nacionais etc.) estavam perfeitamente dentro das preocupações gerais dos intelectuais e dos políticos brasileiros daquele período. Como bem indicado por Batista (2006), a expressiva presença de autores brasileiros – como Alberto Torres, Oliveira Vianna, Alceu Amoroso Lima, Octavio Faria e tantos outros – no corpo de sua obra indica a presença de um intelectual atento às discussões políticas e sociais do seu próprio país e capaz de se apropriar de autores, teses e informações para construir seu próprio conjunto de propostas e ideias. Ele agia da mesma forma no tocante à realidade internacional.

Quais os instrumentos com que Plínio Salgado podia se conectar à realidade maior, mundial? Ele dominava, segundo suas próprias declarações (Salgado, 1980, p. 50), dois idiomas nos anos 1920 e 1930: o francês e o italiano. Era através desses idiomas (além das traduções de obras estrangeiras para o português e o espanhol ou textos publicados em Portugal e importados) que ele tinha contato com o mundo exterior e isso fazia todo o sentido. Na São Paulo dos anos 1920, a maior parte da literatura política e sociológica que vinha do exterior era publicada em língua francesa ou em traduções do francês brasileiras ou portuguesas.

Além disso, a presença da cultura italiana era de suma importância. Não apenas livros em italiano eram importados da Itália ou publicados localmente, como inúmeros periódicos – de todas as

matrizes políticas – eram impressos na cidade de São Paulo em italiano. Inúmeras escolas e centros culturais italianos também difundiam a cultura clássica italiana – e, cada vez mais, a fascista – pela cidade. Plínio Salgado, além disso, era um frequentador, ao menos esporadicamente, das atividades do fascio de São Paulo e de outros órgãos e associações mantidos por Roma na cidade. Utilizando esses instrumentos, ele estava antenado com o debate mundial de sua época. Nos anos 1910, dizia ter tido contato com a literatura sociológica e histórica então em voga, lendo autores como Gustave Le Bon, Buchner, Ernst Haeckel e Lamarck, além de ter especial interesse por Herbert Spencer.

Em meados dos anos 1930, ele comentou (Salgado, 1935, p. 11) como entre 1922 e 1926 teria entrado numa fase de inquietação, com amplas leituras de Marinetti, Cendrars, Soffici e outros. De 1926 a 1930, com as questões políticas canalizando suas preocupações, teria mudado o foco das suas leituras para Marx, Sorel, Lenine, Trotski, Plekhanov e outros. Também teria lido ainda mais autores nacionais, velhos conhecidos como Alberto Torres, Oliveira Vianna e Euclides da Cunha.

Isso indica como, no clima dos anos 1920, havia uma agenda comum de problemas e questões que uniam os intelectuais, o que permitia trânsitos e contatos mesmo entre inimigos de ideias, ao menos até a radicalização dessas ideias se converterem em política. Não obstante, apesar do seu ecletismo, fica claro como algumas pessoas, organizações e grupos já eram mais importantes para Salgado do que outros, tais quais os círculos do PRP, do verde-amarelismo e outros ligados ao fascismo italiano na cidade de São Paulo.

Aliás, a sua famosa visita a Mussolini em 1930 só teria sido obtida graças à recomendação dos fascistas italianos de São Paulo e um observador de época comentou como o primeiro contato real de Salgado com as correntes autoritárias modernas foi justamente por meio do grupo fascista italiano de São Paulo, que ele frequentava (Hunsche, 1996, p. 31-32). A vida na metrópole, assim, servia para refinar seu pensamento e para colocá-lo em contato com realidades,

nacionais e internacionais, que, em São Bento do Sapucaí, seriam meras abstrações.

A presença do fascismo italiano em Plínio Salgado e a sua lenta conversão em um líder, em termos conceituais, fascista, me parece mais que evidente, como detalhei na biografia que escrevi sobre ele e em vários outros artigos e livros. O seu referencial teórico e as suas leituras internacionais, contudo, não se limitavam à Itália. Nos anos 1920 e 1930, fica explícito na produção intelectual e, especialmente, jornalística de Plínio Salgado, como ele acompanhava com atenção os acontecimentos no resto do continente americano e na Europa. Como não podia deixar de ser, dois países chamavam especialmente a sua atenção, além da Itália, a França, berço da cultura política ocidental, e Portugal.

A relação de Plínio Salgado com Portugal e, sobretudo, com o salazarismo foi de suma importância. A trajetória dos movimentos de extrema-direita portugueses (e, em escala menor, espanhóis) era acompanhada com interesse dentro do integralismo. Jornais e revistas da AIB noticiavam e discutiam continuamente o progresso das ideias antiliberais e do corporativismo em Portugal, com palavras de elogio sendo dirigidas aos integralistas portugueses, aos nacional-sindicalistas e a António de Oliveira Salazar, muitas vezes colocando-o ao lado de Adolf Hitler e Benito Mussolini. O integralismo também se posicionou, depois de 1936, como seria de se esperar, do lado de Francisco Franco na Guerra Civil Espanhola.

Plínio Salgado, por sua vez, tinha boa parte de suas raízes culturais no mundo lusitano, gostava de ressaltar as qualidades da cultura e da raça portuguesas e tinha uma visão – que o acompanhou por toda a vida – da história brasileira em que o Brasil só fazia sentido como continuidade de Portugal (Araújo, 1987; Salgado, 1949, p.247-253). Uma posição que, obviamente, facilitava a comunicação e a solidariedade mútuas.

Nesse sentido, Plínio Salgado era claramente um admirador de Charles Maurras – como, aliás, quase toda a intelectualidade de direita no período – e se considerava um leitor de António Sardinha.

A *Action Française*, admirada por ele, contudo era mais aquela dos anos 1920 e 1930, já muito modernizada e cujas aproximações com o fascismo se tornavam cada vez mais evidentes do que a do século XIX. Sendo, além disso, um pensador e político moderno, que não defendia o tradicionalismo e o corporativismo na sua versão católica e muito menos a Monarquia. A sua aproximação com Maurras ou com o integralismo lusitano podia ser tática, mas nunca estratégica.

Nesse ponto, discordo de Leandro Gonçalves (2012a, p. 165-202) quando ele identifica uma influência substancial da *Action Française*, do integralismo lusitano e da Doutrina Social da Igreja em Salgado (e no integralismo) já nos anos 1930. Segundo ele, o seu pensamento seria uma convergência do pensamento de Maurras, mediado pelo integralismo lusitano e de aspectos do fascismo italiano. Em termos teóricos, contudo, isso era de difícil realização. Podia-se ser um fascista com leituras e admiração por Maurras e Pio XI ou um católico conservador com simpatias pelo fascismo, mas a soma das duas partes é, em termos teóricos, impossível, pois seria fundir concepções de política e de sociedade próximas, mas não equivalentes.

Claro que os intercâmbios e as trocas (muitas vezes corporificadas até mesmo fisicamente, como quando sacerdotes católicos participavam de movimentos fascistas) tornam o quadro muitas vezes complexo e a presença de fascistas e católicos nos mesmos movimentos dificulta ainda mais a definição de fronteiras. O exemplo dos chamados ‘fascismos clericais’, como os da Croácia, Eslováquia e outros países, é exemplar nesse sentido, ainda que o conceito em si seja discutível (Griffin, 2007; Pollard, 2007). Mesmo assim, a história dos ‘fascismos clericais’ é marcada, em linhas gerais, por uma contínua disputa interna entre o totalitarismo laico e o conservadorismo cristão, o que indica novamente como, em termos teóricos, não é possível combinar ambas as posições.

Dessa forma, Plínio Salgado era um leitor de Maurras e aspectos do pensamento dos integralistas lusitanos e franceses com certeza o agradavam. Os círculos católicos e monárquicos brasileiros também eram grandes admiradores de Maurras e tinham vínculos firmes com

seus colegas em Paris ou Lisboa. Salgado e o integralismo, contudo, tinham uma visão de sociedade e política modernas, longe da volta às tradições dos monárquicos e tradicionalistas.

Talvez pudéssemos até afirmar que o Plínio Salgado dos anos 1930 era, em termos ideológicos, fascista demais para ser um católico conservador, mas, ao mesmo tempo, católico demais para ser um fascista nos moldes de Mussolini e Hitler, que eram, em essência, agnósticos. No entanto, era suficientemente fascista para entrar no rol dos fascistas mais próximos do catolicismo, comuns em toda a Europa do entre guerras. Maurras, Sardinha ou mesmo Salazar eram menos importantes para Plínio Salgado nos anos 1920 e 1930 do que uma análise impressionista pode indicar.

Como sinal disso, basta recordar uma carta, de 14 de outubro de 1930, de Plínio Salgado a Augusto Frederico Schmidt, na qual aquele parece indicar a sua pouca vontade em criar um movimento com centro na religião e no catolicismo:

V. me fala num jornal 'Ação Brasileira'. Até parece a 'Action Française'... Esse jornal quer ter eficiência política? E não será levado, no ardor da refrega, a se encurralar na mesma situação em que se viram Daudet e Maurras? V. me fala de um partido. Qual será a sua bandeira? A religião? É muito para uma finalidade política; é pouco para uma ação prática, destemida, direi mesmo maquiavélica, uma hábil, aguda, segura mobilização, de forças aproveitáveis, de energias esparsas, contraditórias sob certos aspectos, mas passíveis de captação, de aplicação. (*Plínio Salgado*, 1936, p. 24-25).

O próprio Leandro Gonçalves faz outra citação de Salgado que, longe de encerrar conteúdos subliminares, parece esclarecer perfeitamente a questão:

O movimento integralista brasileiro é um movimento de cultura que abrange: 1º) – Uma revisão geral das filosofias dominantes até o começo deste século e, conseqüentemente das ciências sociais, econômicas e políticas; 2º) – A criação de um pensamento novo, baseado

na síntese dos conhecimentos que nos legou, parceladamente, o século passado. O integralismo, pois, no Brasil, é bem diverso do integralismo francês de Charles Maurras, porque esse não passa de um ‘nacionalismo integral’, com a preocupação de restaurar as tradições; diverso é, também, do Integralismo Lusitano, que transplantou o sentido tradicionalista da corrente gaulesa, com a tendência de reatar o processo social moderno ao espírito medievalista: e diferente é, por outro lado, não só do ‘racismo’ alemão, cuja tese da superioridade étnica exprime um prejuízo de cultura, como, ainda, do ‘fascismo’ italiano, ao qual somente nos assemelhamos no concernente à nova atitude do Estado, em face da luta social. [...] Trata-se, portanto, de um movimento original genuinamente brasileiro, como uma própria filosofia, um nítido pensamento destacado na confusão do mundo contemporâneo (Gonçalves, 2012a, p. 175).

Em outro texto, Leandro Pereira Gonçalves (2012b) indica com mais clareza a sua interpretação da ideologia de Plínio Salgado. No seu entendimento, o pensamento de Salgado teria se originado da influência do integralismo lusitano – o qual seria oriundo, por sua vez, da *Action Française* e da Doutrina Social da Igreja –, bem como de alguns aspectos da doutrina e prática do fascismo italiano, regime do qual adotou o modelo do partido único e o corporativismo de Estado. Plínio Salgado teria buscado e procurado inspiração simultaneamente em Maurras, nas encíclicas de Leão XIII, nomeadamente na *Rerum Novarum*, e em Mussolini para compor seu pensamento. Como já indicado, em termos conceituais, tal amálgama era improvável. Além disso, tal raciocínio se baseia em pressupostos metodológicos que enfraquecem a sua força argumentativa.

Um elemento que vai contra a sua tese é que há uma quase total ausência de menções ao maurrasianismo nas obras do líder integralista. Dessa forma, as evidências de que um influenciou o outro se resumem a impressões subjetivas, como se a similaridade de opiniões e perspectivas (real, em alguns casos) significasse automaticamente influência de um no outro. Referências contínuas a Maurras na obra de Salgado forneceria a evidência necessária e, já que elas não existem, Gonçalves passa a explicá-las por meio da resistência

de Salgado e do integralismo em admitir uma origem externa do seu pensamento. Um argumento frágil, pois, apesar dessa resistência, são abundantes, na obra de Salgado e de outros líderes integralistas, as menções ao fascismo como fonte inspiradora.

Outro problema conceitual é que ele tenta demonstrar a unificação, no pensamento pliniano, de Maurras e de Mussolini, e que tal unificação não seria conceitualmente problemática devido ao fato de que o próprio fascismo italiano teria tido suas origens intelectuais na *Action Française*. Uma tese que parece ter origem no pensamento de Zeev Sternhell (1983), e que pode ser questionada. *Action Française* certamente estava no campo da extrema-direita e influenciou o fascismo tanto na França como na Itália, direta ou indiretamente. Mesmo assim, não houve uma unidade total em termos ideológicos e políticos. Fascismo e *Action Française* compartilhavam elementos comuns dentro de uma cultura mais ampla da direita, mas nem mesmo a *Action Française* dos anos 1930 se enquadraria perfeitamente no modelo fascista, sendo mais um movimento tradicionalista católico modernizado. Fundir ambas as perspectivas numa única seria tarefa, em termos conceituais, quase impossível.

Outras falhas estão na sua base documental. Para demonstrar a importância fundamental dos integralistas lusitanos no pensamento de Plínio Salgado desde sempre, Gonçalves recorre a documentos produzidos pelos integralistas ou por Plínio Salgado depois de 1942, quando havia todo o interesse em criar essa imagem. Mesmo quando tenta demonstrar a proximidade dos patrianovistas brasileiros com o líder integralista, o pesquisador acaba recorrendo a documentos relativos à campanha presidencial de 1955, relativizando o fato chave que, nos anos 1930, os patrianovistas optaram por se afastar do integralismo justamente por sua postura republicana e moderna.

Também Hunsche (1996, p. 65) escreveu que Salgado havia tido contatos, durante a sua estadia em Paris, com círculos da *Action Française* e dos *Croix de Feu* e que era leitor de Charles Maurras. Para Hunsche, seria Maurras a fonte do sentido religioso ou espiritual que a AIB dava à política. Tais contatos, contudo, nunca foram

confirmados. O fato de o integralismo ser republicano, hesitar em se assumir como católico e a sua visão de Estado e sociedade indicam, além disso, os limites da influência de Maurras ou dos conservadores franceses no integralismo.

O mesmo pode ser dito no tocante ao integralismo lusitano. António Costa Pinto (1994, p. 193-194) indica como Hipólito Raposo e Rolão Preto sempre eram mencionados nos textos plinianos e que este se identificava com o corporativismo tradicional e espiritualista do integralismo lusitano, numa matriz católica comum. Para ele, Salgado teria sintetizado a literatura corporativista de Sardenha com algumas ideias italianas e absorvido, inclusive, a ideia da autonomia municipal.

A esse respeito, Hunsche (1996, p. 105-109) e Medeiros (1978, p. 595-599) também avaliam que a versão integralista de Salgado era fortemente influenciada – o que não significa ser equivalente – por Sardenha e outros integralistas lusitanos. Em se tratando de história das ideias, são afirmações de difícil comprovação, e eu identifico mais uma presença desses autores portugueses dentro do modelo fascista do Plínio Salgado integralista do que uma influência decisiva, mas os contatos e as trocas intelectuais estão claros.

Os integralistas lusitanos devem ter discordado do caráter republicano do integralismo brasileiro, da sua ambição em mobilizar as massas populares e do seu caráter cristão, mas não totalmente católico. Ainda assim, é provável que tenha havido mais simpatia do que discordância, dados os claros pontos de afinidade na crítica antiliberal e anticomunista. Uma aproximação maior aconteceu apenas em Portugal a partir de 1942, dado o contexto mundial em mutação.

Salazar manteve distância do integralismo e mesmo de Plínio Salgado, ao menos até os anos 1960, quando a situação era outra. Já os nacional-sindicalistas de Rolão Preto tiveram mais simpatias pelos camisas verdes de Salgado, o que se corporificou em elogios mútuos nas suas publicações e mesmo a participação de alguns integralistas brasileiros em seus comícios em Portugal. Nacional-sindicalistas também escreveram a Salgado, solicitando e doando

livros e publicações e ressaltando as similitudes entre os dois movimentos. Com eles, a proximidade ideológica era maior e um sinal indicativo disso é que, quando do exílio português, os primeiros esforços de Plínio Salgado foram para encontrar Rolão Preto, reforçando os laços com os integralistas lusitanos apenas depois do crucial ano de 1942.

A proeminência do modelo português só se tornaria real para ele e seus herdeiros após o colapso dos regimes fascistas na Segunda Guerra Mundial e da estada de quase sete anos de Plínio Salgado em terras lusitanas, entre 1939 e 1946. Nos anos 1930, seu modelo e inspiração ainda eram Roma e não Lisboa. Plínio Salgado, na década de 1930, era um líder fascista, não um conservador ao modelo de Salazar ou um reacionário como os integralistas portugueses.

Se fôssemos procurar os verdadeiros reacionários do Brasil dos anos 1930 e os mais próximos interlocutores do integralismo lusitano, é possível que os melhores candidatos fossem os patrianovistas. Próximos do integralismo lusitano e da *Action Française*, eles defendiam não um simples retorno do rei e da realeza, mas uma monarquia corporativa, católica e autoritária, que resgataria a nação dos riscos da desagregação social, do liberalismo e do comunismo. Eles compartilhavam com o integralismo o mesmo diagnóstico sobre os problemas nacionais e parte das soluções, o que permitia aos dois movimentos conviverem, mas não se fundirem. Como já mencionado, eles se aproximaram da AIB num primeiro momento e, depois, preferiram se afastar (Malatian, 2002). Esse afastamento, aliás, é indicativo da força limitada dos conservadores no pensamento de Plínio Salgado e no integralismo naquele momento.

Com a cultura alemã e com o nazismo, o integralismo, como já indicado pela historiografia, teve uma relação bem mais complexa e ambígua do que com o fascismo italiano, oscilando entre colaboração e confronto. O próprio Salgado, em si, tinha contatos limitados com o Terceiro Reich. Várias negociações e contatos entre os integralistas e os nazistas foram feitos e é claro que eles só podiam acontecer com a aprovação e a mediação de Salgado. Jornais integralistas também

falavam muito bem do nazismo e isso não poderia ter acontecido sem a sua aprovação.

Mesmo assim, a relação não parece ter sido muito íntima. Ele publicou um livro sobre o integralismo em alemão e jornais integralistas do Sul podiam ser especialmente enfáticos ao compará-lo com Hitler. Isso, contudo, refletia mais o esforço integralista em se aproximar da comunidade teuta no sul do Brasil do que uma ligação mais densa de Salgado com o nazismo.

Plínio Salgado era, como político e intelectual, um homem que compartilhava o mesmo universo mental de outros intelectuais e militantes políticos tanto no Brasil quanto no exterior e que estava em contato com vários deles. Suas redes e ligações, contudo, eram precisas e refletiam o seu posicionamento político de um líder fascista.

Miguel Reale¹⁰²

Nascido no interior de São Paulo, em 1910, Reale tinha uma ascendência quase totalmente italiana não apenas na família, mas também na sua formação: ele frequentou o tradicional colégio *Dante Alighieri* de São Paulo, na época totalmente voltado à difusão não apenas da cultura italiana, como também da ideologia fascista. No instituto, além de um currículo voltado a temas italianos e fascistas, havia toda uma simbologia fascista que rodeava os alunos. E, na sua biblioteca, ao lado dos clássicos da cultura italiana, havia uma abundante coleção de livros de Mussolini, Farinacci, Bottai e de filósofos políticos italianos ligados ao fascismo.

Ter ascendência italiana não significava, automaticamente, uma relação positiva com o fascismo. No entanto, a sua socialização no *Dante Alighieri*, a fluência na língua italiana e o contato com a cultura daquele país com certeza influenciaram a sua visão de mundo e lhe permitiram acesso simplificado a informações e debates relacionados ao fascismo italiano.

¹⁰² Nota: a parte relativa a Reale que constava no artigo original foi removida, já que há nesta coletânea um texto que apresenta detalhadamente seu pensamento e a leitura que ele fez do fascismo italiano para a realidade brasileira.

Mais do que italiano de origem, Reale era um jurista, um pensador social e um nacionalista, no sentido que se dava ao termo na época, alguém preocupado com seu país (e, como filho de imigrantes, a necessidade de por à prova a sua ‘brasileidade’ parece ter sido ainda mais intensa), defendendo uma reforma total do Brasil num sentido autoritário e de controle e resolução corporativa das questões sociais.

Essas três condições – nacionalista brasileiro com origem na Itália, conservador e jurista – foram fundamentais para a formação do seu pensamento, especialmente no período da Ação Integralista, à qual se filiou já em 1932. Nos seis anos seguintes, ele seria uma das principais lideranças, tendo publicado inúmeros livros sobre a doutrina e a prática política do movimento, dirigido revistas e jornais como *Panorama* e *Ação* e exercendo cargos relevantes, como Secretário Nacional da Doutrina.

No tocante ao relacionamento do integralismo com os fascismos, por exemplo, Miguel Reale identificava, sem problemas, nesses movimentos (que ele preferia chamar ‘movimentos nacionalistas’), a fonte inspiradora da qual o integralismo, após absorver também a essência dos pensadores brasileiros, havia tirado a força para nascer. Reale era, assim, um fascista e, acima de tudo, um fascista próximo do modelo do fascismo italiano. Claro que ele acompanhava com interesse outras experiências fascistas e corporativas, como a de Salazar, mas a sua filiação ideológica central era o fascismo italiano e isso é explícito em todos os seus livros no período.

Não temos aqui, contudo, uma simples cópia do modelo fascista. Nas suas memórias (Reale, 1986, p. 74-75), ele justificava a sua opção pelo fascismo identificando a qual ele se referia. Ele indica como o primeiro fascismo italiano, aquele dos anos 1920 e início dos 1930, refletiria a apreciação universal pelo corporativismo como forma de superar o comunismo e o liberalismo (como o de Mihail Manoïlesco, muito elogiado por Reale) e um momento em que Mussolini ainda não teria caminhado para o totalitarismo e o racismo. Assim, ele admite que, na elaboração do programa integralista e na sua versão

particular de integralismo, houve influências desse primeiro fascismo, assim como dos grandes intérpretes dos problemas nacionais.

Mesmo sendo essa uma visão destinada ao consumo externo, a justificar a sua opção pelo fascismo, ela não está desprovida de verdade. Reale, nos anos 1930, era um fascista, como ele próprio admitia sem maiores problemas. Seu fascismo, contudo, tinha menos a ver com a matriz nazista ou dos fascismos clericais do centro da Europa e mais com o de Mussolini, especialmente com aquele da década de 1920 e início da de 1930, mais autoritário do que totalitário.

Miguel Reale, além disso, refletiu bastante sobre como adaptar o sistema corporativo e de Estado fascista para a realidade de uma nação continental, indicando novamente que não havia uma simples cópia, mas adaptação e releitura. No modelo de Reale, as corporações e os municípios seriam as chaves para permitir a constituição do Estado integralista, diluindo e amortecendo as tensões e diferenças. O município seria célula fundamental da estrutura corporativa e teria completa autonomia administrativa. Os líderes municipais seriam eleitos pelo sufrágio universal, aceitável em realidades locais, enquanto, na esfera nacional, o poder viria do alto. Se o liberalismo provocara o fortalecimento exagerado das unidades da Federação, a correção dessa estrutura seria feita mantendo-se a forma federativa, desde que combinada às corporações, à autonomia dos municípios e à centralização política, com o objetivo de equilibrar as forças entre as regiões e o Estado-Nação.

O exemplo de Reale indica o processo de leitura e adaptação de conceitos fascistas para uma realidade desconhecida da Europa, ou seja, as dimensões continentais do Brasil. Mesmo assim, essa reflexão não significou a elaboração de algo completamente novo, mas a adaptação de uma realidade internacional ao contexto nacional.

Gustavo Barroso

Gustavo Barroso era filho de uma alemã, mas a morte prematura da mãe inviabiliza a hipótese de que ela o tenha introduzido na língua da Pátria de origem. De qualquer modo, a origem germânica

talvez explique por que Gustavo Barroso dominasse a língua alemã a tal ponto que traduziu trechos de *Fausto*, de Goethe, para a Editora Garnier do Rio de Janeiro, em 1920. Ele lia esse idioma e também, como era padrão na elite intelectual brasileira de então, o francês. Como resultado esperado, é por meio desses idiomas – além do português e do espanhol – que ele apreendia o mundo exterior. Nos seus artigos e livros, são muitas as menções a obras antisemitas e de filosofia política publicadas na França e certos autores alemães – como Carl Schmitt, Alfred Rosenberg, Oswald Spengler, Werner Sombart e outros – são citados e comentados.

Na obra de Barroso, os elogios ao fascismo de Mussolini são contínuos, mas suas leituras e aproximações com a Itália se mostram muito menos densas do que, por exemplo, em Reale. No tocante a Portugal e França, fica evidente a leitura e apreciação positiva da *Action Française* e do integralismo lusitano, especialmente no tocante à visão conspirativa da história e no papel fundamental do cristianismo e da Igreja Católica para enfrentar os riscos da modernidade.

Suas relações com Portugal, contudo, foram esporádicas. Ele defendia a herança lusitana brasileira como um fator mais do que positivo na formação nacional e que ela deveria ser preservada – especialmente pelo viés cultural – enquanto instrumento para defender o país dos perigos do mundo moderno. Barroso, contudo, nunca se aproximou realmente dos movimentos reacionários ou conservadores portugueses, com exceção de contatos esporádicos com intelectuais como Alfredo Pimenta, ainda nos anos 1930. Seu contato com o mundo lusitano só se tornou realmente denso a partir de 1940, quando, do mesmo modo que aconteceu com Salgado, ele estava em um processo de reciclagem ideológica, dentro do qual o ‘capítulo lusitano’ era chave (Costa, 2015, p. 97-99).

Em resumo, a influência indireta do pensamento tradicionalista francês e português em Barroso pode ser inferida e identificada, mas, nos anos 1930, ele não se via como um representante da *Action Française* ou do integralismo lusitano no Brasil. No máximo, ele podia identificar que tais grupos eram amigos e aliados, mas a sua

opção era pelo fascismo e por um antissemitismo dos mais radicais que o levou a reforçar o seu vínculo – ideológico e material – com a Alemanha nazista.

Ele se apropriou e dialogou, em alguns casos, com o pensamento de um líder ou intelectual específico. No campo da economia, por exemplo, Barroso estabeleceu um diálogo com Gottfried Feder, responsável pela elaboração da política econômica do NSDAP. Para Feder, uma das características mais deploráveis da economia moderna era a escravidão dos povos ao poder financeiro, aos juros e às dívidas. Tal escravidão beneficiaria apenas à plutocracia internacional – quase toda, segundo ele, judaica – e a política econômica deveria se concentrar em romper seu poder, beneficiando as forças produtoras da sociedade. Uma postura que não ia contra a propriedade privada e o capitalismo, mas que identificava um inimigo mais específico – o capitalismo financeiro internacional, desenraizado e judeu – a combater. Anticapitalismo seletivo e antissemitismo acabavam, nesse contexto, por darem sentido um ao outro (Lima, 2007).

Barroso, nos seus vários trabalhos publicados na década de 1930, também foi um crítico ferrenho pelo viés moral da suposta dominação mundial exercida pelos plutocratas judeus por intermédio dos juros, das dívidas e do poder das finanças. Assim, a teoria da ‘servidão dos juros’ de Feder lhe foi bastante instrumental. Ele adaptava, contudo, essa percepção geral à realidade de um país periférico do sistema capitalista. Afinal, se termos como ‘servidão’ ou ‘escravização’ faziam sentido até mesmo para a Alemanha, que dizer de um país que havia sido colônia e no qual a escravidão havia sido dominante até pouco tempo?

Barroso também foi o grande tradutor e adaptador dos mitos antissemitas para o público e a realidade brasileiras. Em linhas gerais, ele combinava aspectos do antissemitismo católico com o moderno, conspiratório, característico dos anos 1930. Nos seus inúmeros livros e artigos dessa década, sua praxe é praticamente a mesma: ele colecionava e repetia os principais mitos conspiratórios antissemitas em voga internacionalmente e os adaptava à realidade brasileira.

Para tanto, suas atividades caminhavam em três direções. Em primeiro lugar, ele traduzia textos antissemitas internacionais para a língua portuguesa e os difundia com ajuda da máquina de propaganda integralista. Cabe recordar, inclusive, que Gustavo Barroso foi o responsável pela produção da primeira edição dos *Protocolos dos Sábios de Sião* no Brasil, após traduzir e comentar ('apostilar') uma edição em língua francesa, possivelmente de autoria de Léon de Poncins (Barroso, 1936b). A influência de Poncins no antissemitismo de Gustavo Barroso era, aliás, evidente, a ponto de o escritor reproduzir trechos das suas obras, como epígrafes, em livros, tais qual, *Brasil: Colônia de banqueiros* (1934) e *O Integralismo e o mundo* (1936b).

Outra de suas atividades era adaptar o pensamento antissemita mundial para a realidade brasileira. Dessa forma, surgem livros como *A Sinagoga Paulista* (1937), *Brasil: colônia de banqueiros* (1934) e *História Secreta do Brasil* (1936c). Nesses trabalhos, ele deixava evidente que a conspiração judaica internacional não era algo alheio à realidade nacional, mas algo que permeava a história e a sociedade brasileiras.

Por fim, Barroso também produziu inúmeros artigos e livros refletindo sobre a questão do antissemitismo em si e a respeito das questões prementes do seu tempo (corporativismo, comunismo, fascismo etc.). Nesses textos, o simples reprodutor e difusor de ideias dá lugar ao produtor, ao criador. É claro que as influências internacionais continuam a surgir em seu trabalho, mas ele também passa a ser um influenciador do trabalho e do pensamento de outros.

Isso fica especialmente evidente na sua tradução dos *Protocolos dos Sábios de Sião*. Ao invés de simplesmente traduzir a versão francesa, Gustavo Barroso dedicou um capítulo na edição brasileira para esclarecer aos seus leitores que o texto não era uma fraude e, além disso, incorporou uma série de notas nas quais a sua visão do antissemitismo fica explícita (Dantas, 2014).

No tocante ao fascismo, talvez ninguém tenha sido mais explícito do que Gustavo Barroso ao identificar a filiação ideológica do

integralismo como dentro do universo fascista. Em seus livros e artigos, ele escrevia como os integralistas não copiavam nem plagiavam o fascismo, mas que eram ramos da mesma árvore e filhos da mesma doutrina, resultados da mesma concepção totalitária do universo.

É no seu livro *O Integralismo e o mundo* (1936c), que ele expõe com mais precisão a sua posição. Como reação ao materialismo, teriam surgido, nos cinco continentes, movimentos nacionalistas que lutariam para derrotar o avanço do materialismo e seus filhos, como o comunismo, o internacionalismo, o judaísmo etc. Todos teriam sido criados segundo as suas especificidades nacionais e o integralismo seria o mais próximo da perfeição, superando o cesarismo da versão italiana e o paganismo da alemã. Mas ele não hesitava em apresentar o integralismo como o ‘fascismo no Brasil’, concluindo uma reflexão em que ele não identificava, no seu movimento, algo inferior ou mimetizado de um original superior, mas participante de uma família maior.

Também no tocante ao antissemitismo, o processo de reelaboração prossegue. Creio haver pouca dúvida de que Barroso foi antissemita e que pode ser considerado, senão o maior, ao menos um dos mais importantes ideólogos do antissemitismo no Brasil. A discussão começa quando se tenta compreender a gênese do seu antissemitismo. Uma corrente historiográfica tende a ver nele um antissemitismo de caráter moderno, não copiado do nazismo, mas por este influenciado, e potencialmente genocida. Ela reconhece que o foco do antissemitismo de Barroso é contra o judeu conspirador, símbolo do mal, e não obrigatoriamente contra a raça judaica, mas deixa entender que ele estava mais próximo do modelo nazista do que do católico, medieval.

Já outra corrente tende a dissociar o antissemitismo de Barroso do racismo nazista. Segundo esta ideia, o judeu odiado por Barroso era um judeu simbólico, que representava o mal do mundo moderno. O alvo do ódio, pois, não era necessariamente a raça judaica, mas todos aqueles que seguissem o ‘espírito judaico’, ou seja, materialista, anticristão etc. Também dentro desse inimigo a ser combatido

estariam as organizações secretas (como a Maçonaria) fundamentadas no ‘espírito judaico’ e todas as ideologias que dele derivariam, por exemplo o iluminismo, o liberalismo, o protestantismo, a democracia, o capitalismo, o socialismo, o caos e a anarquia. Uma perspectiva centralmente de viés católico tradicionalista contra o mundo moderno, em resumo.

Fazendo um balanço dessa bibliografia (Bertonha, 2014) e examinando os textos ferozmente antissemita, mas não na direção da raça judaica, com ideias de segregação ou eliminação. O tom discursivo da sua obra, porém, era tão antissemita que a perspectiva do seu ódio atingir os judeus enquanto povo é mais do que provável, se as condições o permitissem.

Tudo isso, claro, facilitava o seu diálogo com os nazistas, por exemplo, e não é à toa que Berlim o visse com simpatia, convidando-o inclusive para eventos na própria Alemanha. Mas diálogo e simpatia não significavam, automaticamente, igualdade de pensamentos e, ao examinar a sua obra, os sinais maiores são de que a segunda corrente acima mencionada esteja mais próxima da realidade, ainda que o ódio contra os judeus propriamente ditos não estivesse ausente.

Gustavo Barroso, portanto, não copiou simplesmente o antissemitismo nazista ou repetiu os parâmetros tradicionais daquele católico e tradicional. Ele fez uma combinação original, na qual aspectos do primeiro serviam para reforçar uma postura mais próxima do segundo. A partir daí, passou a criador e difusor de ideias e não apenas a receptor e, no limite, copiador.

Dessa forma, seus artigos e livros passam a ser lidos e se espalharam dentro da rede fascista mundial, aparecendo no Canadá, na Alemanha, no Chile e em outros locais. De forma emblemática, contudo, a recepção da própria obra barrosiana nesses países e em outros também foi diferenciada e selecionada.

No caso da Alemanha, o antissemitismo virulento de Barroso agradou setores do governo do Terceiro Reich, o qual manteve uma relação amistosa com o líder integralista. Ele mantinha contatos com a embaixada alemã e ficou satisfeito quando uma resenha sobre um de

seus livros foi publicada no jornal de Julius Streicher, na Alemanha, o *Der Sturmer*. Aparentemente, uma relação densa, mas uma pesquisa minuciosa de René Gertz (1996) revelou, na verdade, apenas duas pequenas notas sobre Barroso publicadas no jornal entre 1934 e 1938, o que indica uma aproximação superficial.

Gertz também analisa a aproximação, real, entre Gustavo Barroso e o Instituto Ibero-Americano de Berlim. O Instituto foi criado em 1930 com a função de dedicar-se ao estudo de Portugal, Espanha e dos países de tradição ibérica na América. Seus objetivos declarados eram os de fomentar as relações culturais entre a Alemanha e os países citados. Barroso tentou aproximar-se do nazismo e do Instituto Ibero-Americano, enviando cópias dos seus livros e tentando granjear as suas simpatias, mas com pouco sucesso.

Em 1940, depois de todos os problemas enfrentados com a atuação do partido nazista no Brasil, o instituto foi utilizado pelo governo alemão para tentar recompor os laços entre o Brasil e a Alemanha e a estratégia era a de convidar pessoas de destaque para visitarem a Alemanha. Dentro dessa prática foi formulado, em 1940, um convite para que Gustavo Barroso visitasse a Alemanha. Ele o fez e ficou em território alemão, com a concordância do governo Vargas, por cinco semanas. Gertz conclui, contudo, que o convite veio mais pela mediação do embaixador alemão no Brasil do que por alguma atenção especial do instituto.

Além disso, na documentação analisada por Gertz, fica clara a desconfiança do governo alemão por Barroso devido ao seu ‘nativismo brasileiro’ acentuado e potencialmente danoso aos interesses germanistas. Dessa forma, é evidente como a simpatia de Barroso pelo nazismo e vice-versa era cheia de nuances e reticências. Isso reflete um diálogo, um contato entre atores distintos e não simples cópia ou adaptação dos ideais nazistas por parte de Gustavo Barroso.

Os leitores de Barroso no Cone Sul também liam e interpretavam o seu pensamento conforme suas conveniências, ao mesmo tempo em que ele também lia e analisava o que ocorria nos países vizinhos com seu foco particular, ou seja, o de um grande defensor

das tradições militares brasileiras, do Império e da sua atuação no Rio da Prata no século XIX.

Com efeito, os trabalhos de Gustavo Barroso eram lidos e comentados em círculos antissemitas, conservadores ou fascistas no Cone Sul e seus artigos apareciam em jornais e revistas como o argentino *Crisol* e o uruguaio *Corporaciones*. Cabe ressaltar, ainda, que Gustavo Barroso foi autor de uma obra (Barroso, 1938), na qual era denunciada a suposta ancestralidade judaica de Roosevelt. A obra de Barroso foi traduzida para a língua castelhana e publicada nos *Cuadernos Antijudios*, do jornal nacionalista *Crisol*, tendo ampla repercussão. Por fim, o prefácio do livro *O Integralismo e o Mundo* (1936a), de Gustavo Barroso, foi escrito pelo uruguaio Adolfo Agório e publicado originalmente na revista *Corporaciones* em janeiro de 1936.

Essa divulgação mais ampla é, por si só, de interesse por indicar, novamente, a importância dos intelectuais na formação de vínculos entre os movimentos e grupos fascistas. Chama a atenção também, contudo, como a obra barrosiana foi interpretada e reelaborada conforme os interesses de cada grupo. No Chile, os nacistas praticamente a ignoraram, já que não queriam ser confundidos com o seu antissemitismo (Bertonha, 2016b), enquanto jornais nacionalistas argentinos como *Crisol* e *Bandera Argentina* a elevavam justamente por isso (Almeida, 2016). No Uruguai, por sua vez, a obra de Barroso teve repercussão especial, sendo o intelectual cearense citado em continuidade nas páginas de *Corporaciones*. Para os revisionistas uruguaios, contudo, o que mais chamava a atenção no seu pensamento não era o antissemitismo, mas a sua concepção cristã e corporativa do mundo em oposição ao materialismo liberal (Marques, 2016).

Já no caso do Canadá, Barroso manteve um contato epistolar e troca de artigos e informações com o *Fuhrer* canadense, Adrien Arcand¹⁰³, e o antissemitismo radical era a linguagem comum que facilitava e estimulava esse diálogo. O interessante, nesse aspecto,

¹⁰³ Nota: para as relações entre Barroso e Arcand, ver texto anterior desta coletânea.

é que, apesar do discurso radical que os aproximava, havia diferenças significativas entre eles. O antissemitismo era muito mais central para os movimentos liderados por Arcand do que para o integralismo, enquanto a aproximação do líder canadense com o nazismo foi muito mais acentuada, tanto que caminhou para um antissemitismo raciaalista ao qual Gustavo Barroso não aderiu, ao menos não integralmente.

Em resumo, o antissemitismo era o filtro que permitia essa aproximação, mas ela era mediada por visões diferentes do que significava ser antissemita e pelos interesses internos de cada movimento ou líder. Dessa forma, trechos de obras de Arcand ou de artigos de Barroso podiam ser ignorados ou reescritos quando republicados do outro lado da América se e quando fosse necessário para os interesses de momento de cada um.

Barroso, dessa forma, não foi simplesmente o divulgador dos mitos antissemitas europeus e, especialmente, do nazismo, no Brasil. Ele combinava, no seu pensamento, aspectos do tradicionalismo católico com as novas vertentes do antissemitismo e os transformava em prática política, sobretudo, para a luta pelo controle da Ação Integralista com Plínio Salgado. Ele lia o mundo ao seu redor – e os outros o liam – de forma dinâmica, permitindo que o diálogo das ideias e das práticas políticas se dessem.

Conclusões

É tradicional afirmar que, dentro do integralismo brasileiro, haveria três grandes alas: uma mais conservadora, mística e próxima do catolicismo (Plínio Salgado), uma corporativa, próxima do fascismo italiano e mais preocupada com a organização do Estado e a questão social (Miguel Reale) e outra romântica, centrada no tradicionalismo católico, no antissemitismo e vizinha, em algum nível, do nazismo (Gustavo Barroso). Essa divisão, claro, pode ser questionada e variações outras, usando critérios diferentes, poderiam ser estabelecidas. Não obstante, é uma divisão, em linhas gerais, correta, nos permitindo ter uma noção mais precisa dos diversos ‘integralismos’ que conviviam dentro da *Ação Integralista Brasileira*.

Ressalte-se, apenas, que temos que tomar cuidado para não ver o integralismo como um aglomerado de correntes e grupos em choque, sem nada em comum. Por mais que disputassem poder e tivessem ideias diversas, até certo ponto, as várias correntes integralistas se mantiveram, em essência, unidas até o fim a partir de um mínimo comum e esse mínimo comum era fascista. O integralismo não era uma massa de ideologias e práticas políticas dispersas, mas um projeto fascista capaz de absorver nuances e discussões internas, sem perder a identidade maior.

Essa unicidade e variabilidade ficam evidentes dentro do pensamento e da ação política dos três principais líderes do movimento, ou seja, a tríade Salgado-Barroso-Reale, aqui estudada. Outros líderes poderiam ser acrescentados dentro desta pesquisa, como Olbiano de Mello ou Jeová Motta, os quais indicariam ainda com mais precisão os inúmeros debates e questionamentos que corriam dentro da Ação Integralista e que chegaram a levar, inclusive, a fortes disputas internas e mesmo ao afastamento de alguns grupos, tais quais o de Jeová Motta ou o de Severino Sombra, do movimento.

Um fato crucial a recordar, nesse ponto, era que os líderes integralistas se caracterizavam, em essência, por intelectuais que se tornaram políticos e que mantiveram suas atividades como intelectuais mesmo quando militavam no integralismo. Ao contrário de outros movimentos fascistas (como na Alemanha e na Itália), nos quais a participação dos intelectuais foi expressiva, mas não dominante, a AIB, na sua liderança, era efetivamente um movimento dos chamados “homens de letras” ou da cultura.

A fusão entre o intelectual e o político era, na verdade, uma bandeira da intelectualidade brasileira desde o início do século xx e se repetiu em outros países, como na França ou em Portugal, nos quais os intelectuais também defendiam o seu direito a serem classe dirigente justamente pelo seu domínio da cultura. No caso brasileiro, inclusive, ela se repetiu, em outros termos, no próprio Estado Novo varguista (Pécaut, 1990).

Essa característica do integralismo pode nos ajudar a compreender várias de suas características, como a relativa ingenuidade

política de sua liderança, as enormes diferenças e conflitos internos, a sua melhor elaboração teórica e ideológica frente a outros fascismos e, igualmente, os seus vínculos internacionais e transnacionais especialmente sólidos.

No tocante à fragmentação interna, cumpre ressaltar que os movimentos fascistas nunca foram, na verdade, as estruturas monolíticas, em termos de ideologia e hierarquização do poder, com as quais eles se identificavam. Disputas de poder, ideológicas e por espaço e prerrogativas foram uma constante tanto nos regimes fascistas como nos vários movimentos e não deve nos admirar, portanto, que a Ação Integralista também tenha vivido esse processo.

No entanto, o fato da AIB ser um movimento criado e conduzido, essencialmente, por intelectuais talvez possa ser um elemento explicativo a mais para explicar a sua fragmentação interna e o enorme esforço que teve que ser feito, especialmente por Plínio Salgado, para impedir que as disputas internas levassem a uma desagregação do movimento.

Com efeito, os intelectuais, enquanto produtores de cultura, têm, no debate das ideias, a sua própria razão de existir e um movimento no qual os principais líderes eram, ao mesmo tempo, intelectuais, não podia deixar de ter debates internos particularmente intensos, mesmo quando submetidos à disciplina partidária ou à vontade do líder. Ao mesmo tempo, a simples presença desses debates pode ter colaborado para dar ao integralismo uma densidade teórica mais elaborada do que outros movimentos – como, novamente, indicam os exemplos italiano e alemão – que só foram refinar suas perspectivas ideológicas depois da conquista do poder.

Os intelectuais, tradicionalmente, contam com os instrumentos necessários – especialmente o domínio de outros idiomas e o acesso à produção cultural de outros países – para colocar as questões e problemas nacionais dentro de uma perspectiva maior, ou seja, internacional. No caso dos integralistas, essa situação fica evidente, pois foi com ajuda de livros, jornais, contatos epistolares e outros meios semelhantes que eles conseguiram articular o interno com o externo e dar

um sentido mundial, fascista à sua luta, mesmo quando, por motivos de política interna, eles hesitassem em assumir isso abertamente.

Dessa forma, foi através da sua ação intelectual que Barroso, Reale e Salgado conseguiram pensar os problemas e questões do Brasil com um foco mundial, passando a identificar o país como parte de um conjunto maior – ocidental e mesmo mundial – e o seu movimento político como integrante de uma onda muito maior que varria o Ocidente, ou seja, o fascismo.

É questão sem resposta imaginar como esses homens teriam pensado o Brasil e a própria AIB se o país estivesse completamente isolado do resto do mundo. Ele não estava e os integralistas conseguiam identificar, sem dificuldade, que seu universo mental – especificidades nacionais à parte – era compartilhado por muitos outros na Europa e na América. O diagnóstico da crise da civilização e seus inimigos era, em essência, o mesmo, ainda que as soluções que se apresentavam variassem.

Compartilhar o mesmo universo mental não significava, dessa forma, dividir obrigatoriamente as mesmas soluções e perspectivas e não entender isso leva a confusões que precisam ser revistas. Gustavo Barroso apreciava aspectos do nazismo alemão, mas não era nazista, enquanto Miguel Reale citava e comentava a legislação trabalhista portuguesa sem se converter em um salazarista por isso. Do mesmo modo, Plínio Salgado lia e aprovava muitas das ideias e abordagens de Charles Maurras ou de António Sardinha, mas as reelaborava e articulava dentro de sua própria proposta, fascista, sem se tornar um tradicionalista católico ou um monarquista. Só a partir de 1942 é que ele quis, por motivos táticos, dar a impressão de ter sido sempre um conservador e não um fascista.

As obras desses homens, por sua vez, podiam ser lidas de forma diferenciada por outros que estavam dentro do mesmo universo mental da direita, mas com perspectivas diversas. Os fascistas italianos ou os nazistas viam, nos três líderes integralistas, provas de que o fascismo se expandia na América do Sul, ainda que (com a exceção de Reale) criticando-os quando necessário.

Já os outros movimentos e intelectuais fascistas ou de direita do Cone Sul, por exemplo, os interpretavam da maneira que lhes convinha para seus debates internos. Um intelectual católico do Chile podia transcrever trechos da obra de Barroso e Salgado que ressaltavam a origem católica do renascimento nacional brasileiro, mas ignorando o aspecto instrumental com que ambos lidavam com o catolicismo. Ao mesmo tempo, um jornal fascista e antissemita argentino podia citar as agressões verbais de Barroso aos judeus para agradar ao seu público, ignorando que os próprios nazistas faziam reservas ao tipo de antissemitismo que ele manifestava. A flexibilidade no selecionar e recortar textos permitia um diálogo mutuamente benéfico entre os vários campos da direita (conservadores, reacionários, fascistas etc.) naqueles anos.

Essa flexibilidade, contudo, tinha seus limites. Plínio Salgado, por exemplo, podia citar António Sardinha ou Charles Maurras como aliados e irmãos de luta, se isso fosse conveniente, contudo qualquer relação mais densa com os representantes do integralismo lusitano ou da *Action Française* demandaria a resolução de conflitos mais sérios – a questão da Monarquia, o tipo de corporativismo que se pretendia atingir, a função do catolicismo na nova ordem etc. – e, provavelmente, isso seria impossível. Do mesmo modo, um jornal nazista que quisesse adensar seu relacionamento com Barroso teria que encontrar uma forma de aproximar seu antissemitismo racia- lista do fronteiro entre o tradicionalista e o racia- lista de Barroso, o que geraria problemas.

Do mesmo modo, não basta identificar dois fenômenos seme- lhantes para concluir que ambos se relacionavam, seja como causa- -efeito, fonte-destino ou em termos de leituras mútuas. Luiz Mário Ferreira Costa (2015), por exemplo, identificou as aproximações no pensamento entre Gustavo Barroso e Álvaro Pimenta e entre Plínio Salgado e Rolão Preto, afirmando que essas aproximações confirma- riam as interinfluências e os vínculos transnacionais entre eles.

Na realidade, o que essas aproximações demonstram, antes de tudo, é que o corpo de questões, problemáticas e avaliações desses

homens era comum, o que permitia o diálogo. A fonte de tal base comum, contudo, não era obrigatoriamente a leitura que um fazia do outro, mas o próprio espírito do tempo. Só poderíamos falar de interinfluências reais se, no corpo dos textos produzidos por esses intelectuais, eles citassem uns aos outros, o que não parece ser o caso. Do mesmo modo, o próprio Luiz Mário aponta que os contatos entre os quatro foram episódicos e pouco densos, o que indica que a transnacionalidade, conforme conceito (Bertonha, 2015b), não se aplica perfeitamente aqui.

A revelação dos vínculos transnacionais pode ser, na verdade, um instrumento útil para evidenciar as fronteiras entre colaboração e simpatia, entre real aproximação e vínculos difusos. Transnacionalismo, com efeito, é um conceito que vai além de identificar o pertencimento a um universo mental e político em comum. Ele busca evidenciar as reais conexões entre intelectuais e políticos, entre grupos e movimentos, e não apenas aproximações subjetivas e que, muitas vezes, não podem ser confirmadas.

Pode-se afirmar, por exemplo, que Plínio Salgado, nos anos 1920 e 1930, leu as obras dos integralistas lusitanos e de Charles Maurras e que foi por elas influenciado. Ele não procurou, contudo, uma aliança com esses grupos até o momento (após 1942) em que considerou a experiência fascista em cheque e procurou se reinventar. Nos anos 1920 e 1930, ele não frequentava os ambientes católicos e tradicionalistas nem buscava contatos e amizades com os portugueses, mas visitava o fascio de São Paulo e a Embaixada italiana, recebia financiamento do *Ministero degli Affari Esteri* italiano e escrevia cartas laudatórias a Mussolini. Ao visitar a Europa, em 1930, ele pode ter dedicado algum tempo, nos cafés em Paris e Lisboa, para ler a literatura do tradicionalismo católico. Mas seu interesse maior foi permanecer o maior tempo possível na Itália e ser recebido pelo Duce.

Reale, por sua vez, mantinha vínculos reais e contínuos com o governo italiano e as citações nas suas obras são quase todas de textos com origem na Itália. Já Barroso, apesar de tanto apreciar o tradicionalismo católico francês e de, provavelmente, ter a sua formação

de base originária nele, tentou, no decorrer da década de 1930, se aproximar da embaixada e do governo do III Reich, ainda que sem sucesso, e não de Charles Maurras. Ou seja, é possível identificar vínculos transnacionais reais entre os atores e, nessa identificação, captar com mais precisão quem era quem dentro desse universo.

Nesse contexto, Plínio Salgado, para articular o nacional e o internacional no seu pensamento e ação política, embasou-se nas discussões e leituras que vinham da França, incluindo, mas não se limitando, a Maurras. Do mesmo modo, ele leu e avaliou a experiência portuguesa, especialmente a do integralismo e do nacional-sindicalismo. Ao final, contudo, foi a experiência do fascismo italiano que condicionou as suas ações, do mesmo modo que a de Miguel Reale. Já Barroso tinha raízes no tradicionalismo católico francês e, em menor escala, no português. Logo, seu flerte com o nazismo foi menos denso do que parece, mas sua opção pelo fascismo é clara, tanto que ele compartilhava com o tradicionalismo católico mais a identificação dos problemas da humanidade do que as hipóteses de solução.

A experiência intelectual desses homens, portanto, ia além do Brasil ou da América do Sul e se articulava com outras, na França, na Itália, na Península Ibérica e na Alemanha. Eles liam e interpretavam o que vinha desses locais, estabelecendo um diálogo com essas realidades a partir de suas próprias preocupações e conforme suas habilidades linguísticas e culturais. Um diálogo que não era entre partes iguais, já que eles mais traduziam e absorviam o que era produzido nesses centros do que o contrário. Mas, um diálogo que dava sentido e explicava a sua experiência e o integralismo.

Para o integralismo como um todo, pode-se afirmar que a sua relação central, nos anos 1930, era com a Itália fascista, de forma coerente com o seu caráter, fascista. Com a Alemanha, a relação era menos densa, refletindo a pouca repercussão da versão alemã do fascismo entre os intelectuais brasileiros, mesmo entre os integralistas. Com os movimentos políticos de Portugal, da Espanha e mesmo da França, a relação era de proximidade e simpatia, mas

não de estabelecimento de vínculos reais. Para a Ação Integralista e seus intelectuais/políticos, o foco, nos anos 1920 e 1930, era Roma, e não Lisboa ou Berlim, enquanto Paris era o foro que alimentava discussões, mas não mais do que isso. Depois de 1942, Plínio Salgado alterou esse foco na direção lusitana, mas, antes dessa data, como a maioria dos integralistas gostava de admitir, eram as colinas romanas que voltavam a conduzir a História e eles queriam fazer parte dessa nova era.

A Título de Conclusão:

para mais estudos internacionais sobre o integralismo

Em 2014, em um livro sobre a historiografia a respeito do integralismo (Bertonha, 2014), procurei fazer um balanço a respeito do que sabíamos e do que precisávamos saber quanto às conexões internacionais da Ação Integralista. Na década que se passou, algumas lacunas foram preenchidas e alguns problemas foram resolvidos, mas outros ainda estão por ser equacionados.

No tocante ao fascismo italiano e ao nacional-socialismo alemão, houve alguns progressos e novas colaborações, como os artigos desta coletânea e alguns livros novos que estudaram com mais profundidade a relação de Salgado com o fascismo italiano e a presença do nazismo no Brasil (Bertonha, 2018; Bertonha, Athaides, 2021). Nada, contudo, que modifique o quadro geral esboçado até então, o que deixa ainda muitas questões em aberto. As ações integralistas em apoio à invasão fascista na Etiópia e as tensões que isso causou dentro do movimento, por exemplo, precisariam ser mais bem exploradas, suplementando os textos desta coletânea e o que escrevi posteriormente (Bertonha, 2021).

Uma questão para a qual chamava a atenção uma década atrás e sobre a qual o nosso conhecimento avançou de forma expressiva foi a relação do integralismo com os movimentos fascistas ou simpatizantes ao fascismo na América Latina, especialmente nos países vizinhos, como Uruguai, Paraguai, Chile, Argentina e Colômbia.

Basta recordar, a propósito, a coletânea organizada por mim e por Ernesto Bohoslavsky (Bertonha; Bohoslavsky, 2016, 2023), a qual fez avançar de forma substancial o nosso conhecimento sobre esses contatos e percepções, indo, inclusive, além do período integralista. Lacunas importantes, contudo, permanecem, especialmente com relação a outros países nos quais o fascismo ou a direita radical também tiveram grande repercussão, por exemplo o México e, especialmente, o Peru. Como a *Unión Revolucionaria* (um dos mais importantes movimentos fascistas da América Latina) e a APRA, por exemplo, viam e eram vistas pelo integralismo? Temos uma ou outra indicação (Paschoaleto, 2012), mas essa é uma pesquisa que mereceria ser feita.

Esse avanço também pode ser identificado no tocante às relações do integralismo com a Península Ibérica, embora em escala menor – ainda há lacunas e pontos cegos no nosso conhecimento. As ações integralistas em defesa da rebelião franquista, por exemplo, não foram estudadas a contento, assim como faltam estudos sobre os contatos entre os integralistas e as associações da coletividade portuguesa no Brasil. As relações dos integralistas com a França e os movimentos de extrema-direita franceses também esperam o seu historiador. Os textos apresentados nesta coletânea a respeito desses tópicos e textos que escrevi posteriormente (Bertonha, 2012) são pequenos esboços acerca de conexões que precisariam ser mais bem exploradas.

Do mesmo modo, a repercussão do integralismo (ou mesmo do *Estado Novo* varguista) na Espanha e em Portugal (ou seja, influenciando os debates locais) ainda não recebeu a atenção que mereceria. Com efeito, sabemos, por exemplo, as formas que o *Estado Novo* português, Salazar e os movimentos fascistas ou de direita radical portugueses foram avaliados e observados no Brasil, usualmente com viés positivo, mas, sabemos muito pouco quanto à mão inversa, o que seria desejável observar com mais atenção.

A maior lacuna em nossos estudos, na verdade, continua a ser a *Secretaria Nacional de Relações com o Exterior*. Como todos os

regimes e movimentos fascistas, os integralistas criaram uma estrutura partidária para estabelecer contatos com seus equivalentes no exterior, assim como criar células integralistas fora do território brasileiro. O departamento integralista encarregado de instalar núcleos no exterior era chamado de *Departamento Nacional de Núcleos do Exterior* (DNNE). Esse departamento fazia parte de uma secretaria maior denominada *Secretaria Nacional de Relações com o Exterior*, dividida em vários outros departamentos, tais quais o já citado DNNE; o Departamento de Política Internacional; o Departamento de Organização Diplomática e Consular; e o Departamento de Intercâmbio e Propaganda. Dessa forma, a *Secretaria Nacional de Relações com o Exterior* pode ser considerada um órgão fundamental para as relações internacionais da AIB, todavia, sobre a qual continuamos a saber muito pouco, ou quase nada. O transnacionalismo integralista não se limitava a esse órgão, mas estava, em boa medida, corporificado nele. Apesar do problema até agora insuperável acerca da falta de fontes, seria uma tarefa fundamental avançar em sua pesquisa.

Em resumo, temos sido capazes, nos últimos anos, de avançar substancialmente no estudo do integralismo e da sua inserção internacional. Já entendemos com mais precisão as nuances e as idas e vindas do respectivo relacionamento com a Itália, a Alemanha, a Península Ibérica e alguns dos países vizinhos. Contudo, ainda resta muito a avançar e, portanto, esta coletânea pretende ser uma colaboração nesse sentido.

Referências

- ADINOLFI, Goffredo. Antônio Ferro e Salazar: entre o poder e a revolução. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, Antônio Costa. *O Corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 109-137.
- ALMEIDA, Daniela Moraes. *Similaridades e divergências: as relações entre a Ação Integralista Brasileira, a Legión Cívica Argentina e outros movimentos nacionalistas na década de 1930*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.
- ALMEIDA, Daniela Moraes. Representaciones y relaciones entre la Legión Cívica Argentina y el integralismo brasileño (década de 1930). In: BERTONHA, João Fábio; BOHOSLAVSKY, Ernesto. *Circule por la derecha: percepciones, redes y contactos entre las derechas sudamericanas, 1917-1973*. Los Polvorines: Ediciones Universidad Nacional de General Sarmiento, 2016, p. 129-148.
- ALMEIDA, Paulo Roberto. Brasileiros na Guerra Civil Espanhola: combatentes na luta contra o fascismo. *Revista de Sociologia e Política*, v. 12, p. 35-66, 1999.
- ANCTIL, Pierre. Interlude of hostility: Judeo-Christian relations in Quebec in the interwar period, 1919-39. In: DAVIES, Alan. (org.). *Antisemitism in Canada: history and interpretation*. Waterloo: Wilfrid Laurier University Press, 1999, p. 143-174.
- ANCTIL, Pierre. Finding a balance in a dual society: the Jews of Quebec. In: MENDELSON, Ezra. *Jews and the State: dangerous alliances and the perils of privilege*. Oxford: Oxford University Press, 2003, p. 70-87.
- ARAÚJO, Célia Cerqueira. A ideologia integralista de Olbiano de Mello: estudo sobre o pensamento político de Olbiano de Mello nas décadas de 1920 e 1930. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquem. *Totalitarismo e revolução: o integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquem. In *Medio Virtus: uma análise da obra integralista de Miguel Reale*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- ATHAIDES, Rafael. *O partido nazista no Paraná (1933-1942)*. Maringá: Eduem, 2011.
- BARBOSA, Jefferson Rodrigues. *Sob a sombra do Eixo: camisas-verdes e o jornal integralista Ação (1936-1938)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.
- BARKER, A. J. *A conquista da Etiópia*. Rio de Janeiro: Renes, 1979.
- BARROSO, Gustavo. *Brasil. Colônia de banqueiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.

- BARROSO, Gustavo. *O Integralismo e o mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936a.
- BARROSO, Gustavo. *Os Protocolos dos Sábios de Sião*. São Paulo: Minerva, 1936b.
- BARROSO, Gustavo. *História Secreta do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936c.
- BARROSO, Gustavo. *Reflexões de um bode*. Rio de Janeiro: Gráfica Educadora Ltda., 1937a.
- BARROSO, Gustavo. *Sinagoga Paulista*. Rio de Janeiro: Editora ABC, 1937b.
- BARROSO, Gustavo. *Roosevelt es Judío*. Buenos Aires: La Mazorca, 1938.
- BATISTA, Alexandre Blankl. “Mentores da nacionalidade”: a apropriação das obras de Euclides da Cunha, Alberto Torres e Farias Brito por Plínio Salgado. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- BERTONHA, João Fábio. *Sob a sombra de Mussolini: os italianos de São Paulo e a luta contra o fascismo, 1919-1945*. São Paulo: Annablume, 1999.
- BERTONHA, João Fábio. A Questão da “Internacional Fascista” no mundo das relações internacionais: a extrema direita entre solidariedade ideológica e rivalidade nacionalista. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 43, n. 1, p. 99-118, 2000.
- BERTONHA, João Fábio. *O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- BERTONHA, João Fábio. Entre Mosley, Whittaker e Plínio Salgado: interfaces entre o universo fascista do Brasil e do mundo anglo saxão. *Interfaces Brasil/Canadá*, v. 1, n. 2, p. 129-144, 2002.
- BERTONHA, João Fábio. *Os italianos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- BERTONHA, João Fábio. *Sobre a direita: estudos sobre o fascismo, o nazismo e o integralismo*. Maringá: Eduem, 2008a.
- BERTONHA, João Fábio. Coerção, consenso e resistência num Estado autoritário: o caso da Itália fascista. *Diálogos - Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá*, v. 12, n. 1, p. 141-163, 2008b.
- BERTONHA, João Fábio. *Bibliografia orientativa sobre o integralismo (1932-2007)*. Rio Claro: Arquivo Municipal de Rio Claro, 2010a.
- BERTONHA, João Fábio. O fascio, a suástica e a maple leaf: o fascismo no Canadá do entreguerras. *Interfaces Brasil/Canadá*, v. 10, p. 191-214, 2010b.
- BERTONHA, João Fábio. O fascismo italiano e a questão da modernidade: um problema conceitual e político. In: REIS, Daniel Aarão et al. *Tradições e modernidades*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010c, p. 201-216.
- BERTONHA, João Fábio. Do Canadá para o mundo: as relações entre os fascismos canadenses e o universo fascista mundial entre as duas guerras mundiais. *Interfaces Brasil/Canadá*, v. 13, p. 167-191, 2011a.
- BERTONHA, João Fábio. Plínio Salgado, o integralismo brasileiro e as suas relações com Portugal (1932-1975). *Análise Social*, v. XLVI, n. 198, p. 65-87, 2011b.
- BERTONHA, João Fábio. Los latinoamericanos de Franco. La “Legión de la Falange Argentina” y otros voluntarios hispanos en el bando sublevado durante la Guerra Civil Española. *Alcores. Revista de Historia Contemporánea*, v. 14, p. 143-167, 2012.
- BERTONHA, João Fábio. Los fascismos en América Latina. Ecos europeos y valores nacionales en una perspectiva comparada. In: BERTONHA, João Fábio; SAVARINO, Franco. *El fascismo em Brasil y América Latina: ecos europeos y desarrollos autóctonos*. México (DF): Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2013, p. 31-66.
- BERTONHA, João Fábio. *Integralismo: problemas, perspectivas e questões historiográficas*. Maringá: Eduem, 2014.
- BERTONHA, João Fábio. Sobre fascismos e ditaduras: a herança fascista na formação dos regimes militares do Brasil, Argentina e Chile. *Revista de História Comparada*, v. 9, n. 1, p. 203-231, 2015a.

- BERTONHA, João Fábio. Transnacionalismo e diáspora: reavaliando conceitos e paradigmas teóricos das imigrações. In: GATTAZ, André; FERNANDEZ, Vanessa Paola Rojas. *Imigração e imigrantes: uma coletânea interdisciplinar*. Salvador: Pontocom, 2015b, p. 55-67.
- BERTONHA, João Fábio. *O integralismo e sua história: memória, fontes, historiografia*. Salvador: Editora Ponto Com, 2016a.
- BERTONHA, João Fábio. Los nacistas chilenos y el mundo. Las relaciones entre el Movimiento Nacional-Socialista de Chile y sus vecinos sudamericanos (1932-1938). In: BERTONHA, João Fábio; BOHOSLAVSKY, Ernesto. *Circule por la derecha*. Percepciones, redes y contactos entre las derechas sudamericanas, 1917-1973. Los Polvorines: Ediciones Universidad Nacional de General Sarmiento, 2016b, p. 149-168.
- BERTONHA, João Fábio. *Plínio Salgado: biografia política (1895-1975)*. São Paulo: Edusp, 2018.
- BERTONHA, João Fábio. ¿Un fascismo ibérico o latino? Comparación y vínculos transnacionales en el universo político fascista entre América Latina y la Europa Mediterránea. In: MÜCKE, Ulrich; KOLAR, Fabio. *El pensamiento conservador y derechista en América Latina, España y Portugal. Siglos XIX y XX*. Frankfurt; Madrid: Iberoamericana-Vervuert, 2019, p. 257-288.
- BERTONHA, João Fábio. *A Legião Parini: o regime fascista, os emigrantes italianos e a Guerra da Etiópia (1935-1936)*. Maringá: Eduem, 2021.
- BERTONHA, João Fábio; ATHAIDES, Rafael. *O nazismo e as comunidades alemãs no exterior: o caso da América Latina. História, historiografia e guia de referências bibliográficas (1932-2020)*. Maringá: Edições Diálogos, 2021.
- BERTONHA, João Fábio; BOHOSLAVSKY, Ernesto (ed.). *Circule por la derecha: percepciones, redes y contactos entre las derechas sudamericanas, 1917-1973*. Los Polvorines: Ediciones Universidad Nacional de General Sarmiento, 2016.
- BERTONHA, João Fábio; BOHOSLAVSKY, Ernesto (ed.). *Circule pela direita: percepções, redes e contatos entre as direitas sul-americanas, 1917-1973*. Maringá: Eduem, 2023.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.
- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.
- BOHOSLAVSKY, Ernesto; JORGE, David; LIDA, Clara (ed.). *Las derechas iberoamericanas: desde el final de la Primera Guerra hasta la gran depresión*. México: El Colegio de Mexico, 2019. p. 189-210.
- BONFIM, Paulo Roberto Albuquerque. *As ideologias geográficas no pensamento integralista*. Trabalho de Conclusão de Curso (Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
- BONFIM, Paulo Roberto Albuquerque. *Território e movimento integralista: uma contribuição ao estudo das ideologias geográficas no pensamento autoritário brasileiro das décadas de 1920-1930*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- BONFIM, Paulo Roberto Albuquerque. Miguel Reale (1910-2006): Um esboço de planejamento no Brasil da década de 1930. *Scripta Nova - Revista electrónica de geografía y ciencias Sociales*, v. 10, n. 218, 2006.
- BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- BOUCHARD, Gérard. *Juifs et canadiens français dans la société québécoise*. Montreal: Éditions du Septentrion, 2000.
- BOUCHARD, Gérard. *Les deux chanoines: contradiction et ambivalence dans la pensée de Lionel Groulx*. Montreal: Les Éditions du Boréal, 2003.
- BROXSON, Elmer. *Plínio Salgado and the Brazilian Integralism, 1932-1938*. Tese (Doutorado em Historia). Washington (DC): The Catholic University of America, 1972.
- CALDEIRA NETO, Odilon. Miguel Reale e o integralismo: entre a memória militante e as disputas políticas. *Espaço Acadêmico*, v. 11, n. 126, p. 178-186, 2011.

- CALDEIRA NETO, Odilon. Gustavo Barroso e o esquecimento: integralismo, antissemitismo e escrita de si. *Cadernos do Tempo Presente*, n. 14, p. 44-56, 2013.
- CALDEIRA NETO, Odilon. *Sob o Signo do Sigma: integralismo, neointegralismo e o antissemitismo*. Maringá: Eduem, 2014.
- CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no pós-guerra: a formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2001.
- CALIL, Gilberto Grassi. O integralismo e o poder: entre a insurreição e a constitucionalização. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; FÉLIX, Loiva Otero (org.). *Rio Grande do Sul: 200 anos. Definindo espaços na História Nacional*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2002.
- CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no processo político brasileiro. O PRP entre 1945 e 1965: cães de guarda da ordem burguesa*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005a.
- CALIL, Gilberto Grassi. Os integralistas e o golpe de 1964. *História e Luta de Classes*, n. 1, p. 55-76, 2005b.
- CARNEIRO, Márcia Regina. *Do Sigma ao Sigma: entre a anta, a águia, o leão e o galo (A construção de memórias integralistas)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.
- CARNEIRO, Maria Luíza Tucci. *O anti-semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CARNEIRO, Maria Luíza Tucci. Sob a máscara do nacionalismo: autoritarismo e anti-semitismo na Era Vargas (1930-1945). *Estudios Interdisciplinarios de America Latina y el Caribe*, v. 1, n. 1, p. 23-40, 1990.
- CARONE, Edgar. Coleção Azul: crítica pequeno burguesa da crise brasileira depois de 1930. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 25-26, p. 249-295, 1969.
- CARVALHO, João Batista. *Plínio Salgado. In Memoriam*. São Paulo: Voz do Oeste; Casa de Plínio Salgado, 1986. (v. 2, Autores estrangeiros).
- CARVALHO, José Murilo. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru: Edusp, 1999.
- COHEN, Ilka. *Para onde vamos? Alternativas políticas no Brasil (1930-1937)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- CONNIFF, Michael. Os tenentes no poder: uma nova perspectiva da Revolução de 30. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima. *Os militares e a Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 131-162.
- CORDEIRO JUNIOR, Raimundo Barroso. *A Legião do Trabalho: política e imaginário no Integralismo cearense, 1931-1937*. Dissertação (Mestrado de Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1992.
- COSTA, Luiz Mário Ferreira. Os “*intelectuais-heróis*” e a mitologias políticas contemporâneas: a história transnacional da produção intelectual de Gustavo Barroso, Alfredo Pimenta, Plínio Salgado e Rolão Preto. Tese (Doutorado de História). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.
- COUTINHO, Amélia. Miguel Reale. In: ABREU, Alzira Alves. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001, p. 4908-4910.
- CRUZ, Manuel Braga. As origens da democracia cristã em Portugal e o salazarismo (I). *Análise Social*, v. 14, n. 54, p. 265-278, 1978a.
- CRUZ, Manuel Braga. As origens da democracia cristã em Portugal e o salazarismo (II). *Análise Social*, v. 14, n. 55, p. 525-608, 1978b.
- CRUZ, Manuel Braga. O Integralismo Lusitano nas origens do salazarismo. *Análise Social*, v. 18, n. 70, p. 137-182, 1982.
- CRUZ, Manuel Braga. O Integralismo Lusitano nas origens do salazarismo, In: *Monárquicos e republicanos no Estado Novo*. Lisboa: D. Quixote, 1986, p. 13-74.

- CRUZ, Natália dos Reis. O diálogo entre o moderno e o antimoderno no discurso da Ação Integralista Brasileira. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 37, n. 2, p. 196-214, 2011.
- CYTRYNOWICZ, Roney. *Integralismo e anti-semitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 30*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.
- DANTAS, Elynaldo Gonçalves. *Gustavo Barroso, o Führer brasileiro: nação e identidade no discurso integralista barrosiano de 1933-1937*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.
- DELGADO GÓMEZ-ESCALONILLA, Lorenzo. *Diplomacia franquista y política cultural hacia Iberoamerica, 1939-1953*. Madrid: CSIC, 1988.
- DELGADO GÓMEZ-ESCALONILLA, Lorenzo. *Imperio de papel: acción cultural y política exterior durante el primer franquismo*. Madrid: CSIC, 1992.
- DELISLE, Esther. *Le Traître et le juif: Lionel Groulx, le Devoir et le delire du nationalisme d'extreme droite dans le province de Quebec, 1929-1939*. St Laurent: l'Étincelle Editeur, 1992.
- DELISLE, Esther. *The Traitor and the Jew: anti-semitism and extreme right-wing nationalism in Québec from 1929 to 1939*. Quebec: R. Daves Multimedia, 1993.
- DELISLE, Esther. *Myths, memory and lies: Quebec's intelligentsia and the fascist temptation, 1939-1940*. Westmount: Robert Davis, 1998.
- DESVIGNES, Ana Isabel Sardinha. *António Sardinha (1887-1925): um Intelectual no século*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.
- DEUTSCH, Sandra McGee. *Las Derechas: the extreme-right in Argentina, Brazil and Chile (1890-1939)*. Stanford: Stanford University Press, 1999.
- DIETRICH, Ana Maria. *Caça às Suásticas: o Partido Nazista em São Paulo*. São Paulo: Humanitas; Imprensa Oficial, 2007.
- DOREA, Augusta Garcia Rocha. *Plínio Salgado: um apóstolo brasileiro em terras de Portugal e Espanha*. São Paulo: GRD, 1999.
- DRUMMOND, José Augusto. *O movimento tenentista: a intervenção política dos jovens oficiais (1922-1935)*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DUMONT, Louis. *Homo hierarchicus: il sistema delle caste e le sue implicazioni*. Milano: Adelphi, 1991
- DUROCHER, René. Le Fasciste Canadien, 1935-1938. In: DUMONT, Fernand; MONTMINY, Jean-Paul; HAMELIN, Jean (org.). *Ideologies au Canada Français, 1930-1939*. Quebec: Les Presses de l'Université Laval. 1978, p. 257-271.
- FALCOFF, Mark; PIKE, Fredrik (ed.). *The Spanish Civil War 1936-39: American Hemispheric perspectives*. Lincoln & London, University of Nebraska Press, 1982.
- FERREIRA, Nuno Simão. A “Política de Posição” de Salazar (1936 a 1941). Uma visão dos integralistas. *Lusitana – História*, Série II, n. 3, p. 165-212, 2006.
- FERREIRA, Nuno Simão. Alberto de Monsaraz e o Integralismo Lusitano. *Lusitana – História*, Série II, n. 2, p. 253-308, 2007a.
- FERREIRA, Nuno Simão. Alberto de Monsaraz e a vaga dos nacionalismos e dos radicalismos político-autoritários europeus do pós I Guerra Mundial: um ramo até ao fascismo. *Lusitana*, Série II, n. 4, p. 267-337, 2007b.
- FERREIRA, Nuno Simão. O corporativismo e as instituições do salazarismo: a Câmara Corporativa (1933-1945). In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa. *O corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007c, p. 163-200.
- FLYNN, Peter. A Legião Revolucionária e a Revolução De 30. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima. *Os militares e a Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 79-130.
- FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

- GÉLINAS, Xavier. *La droite intellectuelle québécoise et la Révolution tranquille*. Lévis: Les Presses de l'Université Laval, 2007.
- GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- GERTZ, René. Influência política alemã no Brasil na década de 1930. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, v. 7, n. 1, 1996.
- GIDDENS, Anthony. *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: Unesp, 1996.
- GONÇALVES, Leandro Pereira. *Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012a.
- GONÇALVES, Leandro Pereira. Plínio Salgado e o integralismo: relação franco-luso-italiana. *Lusitânia Sacra. Revista do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa*, n. 26, p. 133-154, 2012b.
- GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata. *Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista*. Guaíba: Sob Medida, 2011, v. 1.
- GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata. *Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista*. Guaíba: Sob Medida, 2012, v. 2.
- GONZÁLEZ CALLEJA, Eduardo. El servicio exterior de Falange y la política exterior del primer franquismo: consideraciones previas para su investigación. *Hispania*, n. 186, p. 279-307, 1994a.
- GONZÁLEZ CALLEJA, Eduardo. ¿Populismo o captación de elites? Luces y sombras en la estrategia del Servicio Exterior de Falange Española. In: JUNCO, José Álvarez; LEANDRI, Ricardo González. *El Populismo em España y América*. Madrid: Catriel, 1994b. p. 61-90.
- GONZÁLEZ CALLEJA, Eduardo; LIMON NEVADO, Fredes. *La Hispanidad como instrumento de combate: raza e imperio en la prensa franquista durante la Guerra Civil española*. Madrid: CSIC, 1988.
- GRIFFIN, Roger. Introduction. In: BLAMIRE, Gregory (org.). *World fascism: a historical encyclopedia*. Santa Barbara: ABC Clio Inc., 2006.
- GRIFFIN, Roger. The 'Holy Storm': 'clerical fascism' through the lens of modernism. *Totalitarian movements and political religions*, v. 8, n. 2, p. 213-227, 2007.
- GUTIÉRREZ SÁNCHEZ, Mercedes; JIMÉNEZ NÚÑEZ, Fernando. La recepción del Integralismo Lusitano en el mundo intelectual español. In: BAIÓA, Manuel. *Elites e poder: a crise sistema liberal*, Lisboa: Colibri; CIDEHUS-EU, 2004, p. 303-321.
- HILTON, Stanley. *Suástica sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- HILTON, Stanley. *A guerra secreta de Hitler no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.
- HUNSCHE, Carlos Henrique. *O Integralismo Brasileiro: história e caráter do movimento fascista no Brasil*. Porto Alegre: Centro de Documentação AIB/PRP, 1996. (Original em alemão de 1937).
- JANOTTI, Maria de Lourdes. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- KLEIN, Marcus. *Our Brazil will awake! The Ação Integralista Brasileira and the failed quest for a fascist order in the 1930s*. Amsterdam: Centre for Latin American Research and Documentation, 2004.
- KOSSLING, Karin Sant'Anna. Os afro-descendentes na Ação Integralista Brasileira. *Revista Histórica*, n. 14, p.19-24, 2004.
- LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na primeira República. In: FAUSTO, Bóris. *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro, Difel, 1977, p. 343-374.
- LANGLAINS, Jacques; ROME, David. *Jews and French Quebecers: two hundred years of shared History*. Ontario: Wilfrid Laurier University Press, 1991.
- LARSEN, Stein Ugelvik. *Fascism outside Europe: the European impulse against domestic conditions in the diffusion of global fascism*. New York: Columbia University Press, 2001.

- LIMA, Marcelo Alves de Paula. Da “servidão dos juros” à “colônia de banqueiros”: uma análise dos escritos de Gottfried Feder e Gustavo Barroso. *Temporalidades. Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG*, v. 5, n. 3, p. 202-225, 2007.
- LIMA, Marcos Paulo Ferreira. Miguel Reale e a política integralista no período de 1932 a 1937. Monografia (Trabalho de conclusão de curso em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- LINZ, Juan. Regimes autoritários. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio. *O Estado autoritário e os movimentos populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 119-213.
- LOFF, Manuel. “O nosso século é fascista!”: o mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945). Porto: Campo das Letras, 2008.
- LUCA, Tânia Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.
- LVOVICH, Daniel. La Semana Trágica en clave transnacional. Influencias, repercusiones y circulaciones entre Argentina, Brasil, Chile y Uruguay (1918-1919). In: BERTONHA, João Fábio; BOHOSLAVSKY, Ernesto (comp.). *Circule por la derecha: percepciones, redes y contactos entre las derechas sudamericanas, 1917-1973*. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2016, p. 21-40.
- MACEDO, Ubiratan. O Integralismo em Portugal e no Brasil. *Convivium*, v. 22, n. 5, p. 323-340, 1983.
- MAIO, Marcos Chor. *Nem Rotschild nem Trotsky: o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- MALATIAN, Teresa. *Os Cruzados do Império*. São Paulo: Contexto; Brasília: CNPq, 1990.
- MALATIAN, Teresa. *Império e missão: um novo monarquismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 2002.
- MARCHI, Riccardo. A direita radical na Universidade de Coimbra (1945-1974). *Análise Social*, v. 43, n. 3, p. 551-576, 2008.
- MARQUES, Alexandre Kohlrausch. “A questão ítalo-abissínia”: os significados atribuídos à invasão italiana à Etiópia, em 1935, pela intelectualidade gaúcha. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- MARQUES, Victor Raoni de Assis. *Solidariedade ou distanciamento: as relações entre o integralismo e o revisionismo uruguaio na década de 1930*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Maringá, 2014.
- MARQUES, Victor Raoni de Assis. La extrema derecha em terras tupiniquins e charruas. Diálogos entre el integralismo brasileño y el revisionismo uruguayo. In: BERTONHA, João Fábio; BOHOSLAVSKY, Ernesto (comp.). *Circule por la derecha: percepciones, redes y contactos entre las derechas sudamericanas, 1917-1973*. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2016, p. 111-128.
- MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa. *O Corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MARTINO FILHO, Ferdinando. *Pela Revolução Integralista*. São Paulo: Editorial Paulista, 1935.
- MEDEIROS, Jarbas. Plínio Salgado. In: MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1978, p. 379-599.
- MEDINA, João. *Salazar e os fascistas: salazarismo e nacional-sindicalismo. A história de um conflito, 1932-1935*. Lisboa: Bertrand, 1978.
- MEDINA, João. Salazar na Alemanha: acerca da edição de uma antologia salazarista na Alemanha nazista. *Análise Social*, v. 38, n. 145, p. 147-163, 1998.
- MEDRESH, Israël. *Le Montréal Juif entre les deux guerres*. Quebec: Éditions du Septentrion, 2001.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. O Brasil no contexto da Guerra Civil Espanhola. *O Olho da História. Revista de História Contemporânea*, n. 2, p. 117-124, 1996.

- MELO, Manuel Palácios Cunha. O integralismo de Miguel Reale. *Dados. Revista de Ciências Sociais*, v. 37, n. 1, p. 128-152, 1994.
- MERQUIOR, José Guilherme. Miguel Reale. *Revista USP*, n. 9, p. 145-150, 1991.
- MOURA, Carlos André Silva. Movimento integralista lusitano, Ação Integralista Brasileira e catolicismo no Estado de Pernambuco. *Cadernos de Olinda*, v. 1, n. 2, p. 1-7, 2007.
- NADEAU, Jean-François. *Adrien Arcand, Führer Canadian*. Montreal: Lux Éditeur, 2010.
- NASCIMENTO, Abdias. *O Brasil na mira do pan-africanismo*. Salvador: Centro de estudos afro-orientais-EDUFBA, 2002.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Introdução. In: *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 14-30.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. O Intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001, p. 37-58.
- OLIVEIRA, Rodrigo dos Santos. *Imprensa Integralista: imprensa militante*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- OLIVEIRA, Tiago Siqueira. *A Liga da Defesa Nacional: um projeto de modernização para o Brasil*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2012.
- PAIM, Antônio. Pensamento e ação corporativa no Brasil. In: SOUZA, Francisco Martins. *Raízes teóricas do corporativismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999, p. 119-174.
- PANSARDI, Marcus Vinícius. *Republicanos e operários: os primeiros anos do movimento socialista no Brasil (1889-1903)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.
- PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- PARENTE, José. *Anauê: os camisas verdes no poder*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1986.
- PASCHOALETO, Murilo Antônio. *O integralismo e o mundo: uma análise das percepções internacionais do integralismo a partir do jornal A Offensiva (1934-1938)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.
- PAULO, Heloísa. *Aqui também é Portugal: a colônia portuguesa do Brasil e o salazarismo*. Coimbra: Quarteto, 2000.
- PAYNE, Stanley. *Historia del fascismo español*. Madrid: SARPE, 1986.
- PAYNE, Stanley. *Franco y José Antonio: el extraño caso del fascismo español*. Barcelona: Planeta, 1997.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.
- PÉREZ MONTFORT, Ricardo. *Hispanismo y Falange: los sueños imperiales de la derecha española y México*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- PINHO, Rodrigo Maiolini Rebelo. *Miguel Reale: política e história 1931-1969*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- PINTO, António Costa. *O salazarismo e o fascismo europeu: problemas de interpretação nas ciências sociais*. Lisboa: Estampa, 1991.
- PINTO, António Costa. As elites políticas e a consolidação do salazarismo: o nacional sindicalismo e a União Nacional. *Análise Social*, v.17, n. 116-117, p. 575-613, 1992.
- PINTO, António Costa. *Os Camisas Azuis: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal, 1914-1945*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- PINTO, António Costa. O império do professor: Salazar e a elite ministerial do Estado Novo (1933-1945). *Análise Social*, v. 25, n. 157, p. 1055-1076, 2001.
- PLÍNIO SALGADO. São Paulo: Edições da Revista Panorama, 1936.
- POLETTI, Ronaldo. O pensamento político de Miguel Reale. *Convivium*, n. 3, p. 177-204, 1982.

- POLLARD, John. Clerical Fascism: context, overview and conclusion. *Totalitarian Movements and Political Religions*, v. 8, n. 2, p. 433-446, 2007.
- PROSPERO, Michele. *Il pensiero politico della Destra*. Roma: Newton Compton, 1996.
- QUIJADA, Mónica; TABANERA, Nuria; AZCONA, José Manuel Azcona. Actitudes ante la Guerra Civil española en las sociedades receptoras. In: VIVES, Pedro. *Historia General de la Emigración española a Iberoamérica*. Madrid: Fundación Centro Español de Estudios de América Latina, v. 1, 1992, p. 461-556.
- QUINTAS, José Manuel. *Filhos de Ramires: as origens do integralismo lusitano*. Lisboa: Editorial Nova Ática, 2004.
- RAMOS, Alexandre Pinheiro. Estado, corporativismo e utopia no pensamento integralista de Miguel Reale (1932-1937). *Revista Intellectus*, v. 7, n. 2, p. 1-22, 2008a.
- RAMOS, Alexandre Pinheiro. O Integralismo entre a família e o Estado: uma análise dos integralismos de Plínio Salgado e Miguel Reale (1932-1937). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008b.
- REALE, Miguel. *O Estado Moderno (liberalismo, fascismo, integralismo)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1934.
- REALE, Miguel. *O capitalismo internacional: introdução à economia nova*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1935a.
- REALE, Miguel. *Perspectivas integralistas (em apêndice “O Estatuto do Trabalho” de Portugal)*. São Paulo: Odeon, 1935b.
- REALE, Miguel. *ABC do Integralismo*. São Paulo: Panorama, 1937a.
- REALE, Miguel. *O operário e o integralismo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937b.
- REALE, Miguel. Introdução do Autor à edição de 1983. In: *Obras políticas (primeira Fase – 1931-1937)*. Brasília: Universidade de Brasília, 1983a. p. 5-18.
- REALE, Miguel. *O Estado Moderno e Obras políticas (Primeira Fase – 1931-1937)*. Brasília: Universidade de Brasília, 1983b. v. 3.
- REALE, Miguel. *Memórias 1 – Destinos Cruzados*. São Paulo: Saraiva, 1986.
- REIN, Raanan. Francoist Spain and Latin America, 1936-1953. In: LARSEN, Stein Ugelvik. *Fascism outside Europe: the European impulse against domestic conditions in the diffusion of global fascism*. New York: Columbia University Press, 2001, p. 116-152.
- REVELLI, Marco. *Le due destre*. Milano: Bollati Boringhieri, 1996.
- REZOLA, Maria Inácia. A Igreja Católica Portuguesa e a consolidação do salazarismo. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa. *O Corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 239-272.
- RIBEIRO, Ivair Augusto. *O integralismo no sertão de São Paulo: um “fascio de intelectuais”*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2004.
- RODRIGUES, Luís Nuno. *A Legião Portuguesa: a milícia do Estado Novo, 1936-1944*, Lisboa: Estampa, 1996.
- ROQUE, José Brito. Miguel Reale e a teoria do Estado Integral. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Marins. *Dicionário crítico do pensamento de Direita: ideias, instituições e personagens*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2000, p. 305-307.
- SALGADO, Plínio. *Despertemos a Nação*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.
- SALGADO, Plínio. *Vida de Jesus*. São Paulo: Panorama, 1942.
- SALGADO, Plínio. *A aliança do sim e do não*. Rio de Janeiro: Ocidente, 1943.
- SALGADO, Plínio. *O conceito cristão de democracia*. Coimbra: Estudo, 1945.
- SALGADO, Plínio. *O Rei dos Reis*. São Paulo: Presença, 1946a.
- SALGADO, Plínio. *Primeiro Cristo!* Porto: Figueirinhas, 1946b.

- SALGADO, Plínio. *A mulher no século XX*. Porto|: Tavares Martins, 1946c.
- SALGADO, Plínio. *O ritmo da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1949.
- SALGADO, Plínio. Críticas e prefácios. In: *Obras Completas*. São Paulo: Editora das Américas, 1954. v. 19.
- SALGADO, Plínio. *Tempo de exílio (correspondência familiar – I)*. São Paulo: Voz do Oeste, 1980.
- SALGADO, Plínio. *Perfis parlamentares: Plínio Salgado*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982.
- SANTAMBROGIO, Ambrogio. *Destra e sinistra: un'analisi sociologica*. Bari: Laterza, 1998.
- SANTOS, Cleiton Oliveira. O integralismo em perspectiva: Miguel Reale. Monografia (Trabalho de conclusão de curso em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.
- SANZ, Rosa Pardo. Hispanoamérica en la política nacionalista, 1936-1939. *Espacio, Tiempo y Forma, Historia Contemporánea*, n. 5, p. 211-238, 1992.
- SANZ, Rosa Pardo. ¡Con Franco hacia el Imperio!: la política exterior española em América Latina 1939-1945. Madrid: UNED, 1995.
- SARAIVA, Arnaldo. *Modernismo brasileiro e modernismo português*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2004.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: EDUSP, 1984.
- SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos, 1930-1942: o processo de envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.
- SILVA, Cíntia Rufino Franco. Miguel Reale e o Estado corporativo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: ANPUH, 2011.
- SILVA, Giselda Brito (org.). *Estudos do integralismo no Brasil*. Recife: Editora da UFRPE, 2007a.
- SILVA, Giselda Brito. O pensamento político de Antonio Sardinha no Brasil. In: XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: História e Multidisciplinaridade, territórios e deslocamentos, 24., 2007, São Leopoldo. *Anais [...]*. São Leopoldo: ANPUH, 2007b.
- SILVA, Giselda Brito. *Caminhos da pesquisa histórica do integralismo: um depoimento*, Recife: Manuscrito, 2009.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, Renè. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV; Ed. UFRJ, 1996, p. 231-269.
- SOMBRA, Luiz Henrique; GUERRA, Luiz Felipe Hirtz (org.). *Imagens do Sigma*. Rio de Janeiro: Arquivo do Estado do Rio de Janeiro, 1988.
- SOUZA, Francisco Martins. O integralismo. In: RODRIGUES, Ricardo Vélez. *Curso de introdução ao pensamento político brasileiro*. Brasília: Universidade de Brasília, 1982, p. 61-109.
- STERNHELL, Zeev. *Ni droite ni gauche. L'idéologie fasciste en France*. Paris: Éditions du Seuil, 1983.
- TOBIA, Bruno. A Itália fascista: um perfil institucional. In: SILVA, José Luís. *O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991, p. 44-56.
- TRIFONE, Victor; SVARZMAN, Gustavo. *La repercusión de la Guerra Civil Española en la Argentina (1936-1939)*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1993.
- TRINDADE, Hélgio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1975.
- TRINDADE, Hélgio. Integralismo: teoria e práxis política nos anos 1930. In: FAUSTO, Bóris (dir.). *O Brasil Republicano. Sociedade e Política (1930-1964)*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1986a. Tomo III, v. 3, p. 297-335.
- TRINDADE, Hélgio. La construcción del Estado Nacional en Argentina y Brasil (1810-1990). *Revista Mexicana de Sociología*, v. 47, n. 1, p. 137-166, 1986b.
- TRINDADE, Hélgio. O radicalismo militar em 1964 e a nova tentativa fascista. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina. *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994, p. 123-141.
- TRINDADE, Hélgio. *O Nazi-fascismo na América Latina: mito e realidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

Título: O Integralismo e o Mundo:
*Concepções, Percepções e
Diálogos Transnacionais*

Autor: João Fábio Bertonha

Formato: 17x24cm

Capa, Projeto Gráfico e Diagramação: Isac Santos | Tikinet

Fonte: Kanit; Gelasio (Miolo)
Tw Cen (Capa)

O presente livro aborda a Ação Integralista Brasileira no seu relacionamento com o mundo. Em termos geográficos, seu foco principal são alguns países europeus (Itália, Alemanha, Espanha, Portugal e França), assim como alguns países do continente americano, como a Argentina e o Canadá, e seu eixo temporal abrange essencialmente o período de existência da AIB, ou seja, 1932-1938, mas com algumas pontes para os anos posteriores. O seu objetivo é discutir como o integralismo se percebia dentro do universo fascista e da direita radical mais amplo em que ele estava inserido e como os Estados e partidos dessas matrizes ideológicas o avaliavam e percebiam. Para tanto, o livro reúne artigos publicados em diversas línguas e países que analisam, de forma comparada, a história e a ideologia da AIB e a percepção do movimento sobre temas cruciais da época, como a Guerra da Etiópia e a Guerra Civil Espanhola, além de outros que enfocam as relações políticas e intelectuais mantidas pelos principais líderes integralistas – Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale – com personalidades e instituições de vários países, especialmente da Europa.

